

**SANDRA MARA DANTAS**



**A fabricação do urbano**  
**Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG**  
**(1888 – 1929)**



**FRANCA**  
**2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**SANDRA MARA DANTAS**

**A fabricação do urbano  
Civildade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG  
(1888 – 1929)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho, para a obtenção do título de doutora em História.

Área de concentração: História e Cultura Social.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara

**FRANCA  
2009**

**Dantas, Sandra Mara**

**A fabricação do urbano : civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929) / Sandra Mara Dantas.**

**–Franca : UNESP, 2008**

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História,  
Direito e Serviço Social – UNESP

1. Triângulo Mineiro – História, séc. XIX-XX. 2. Uberlândia (MG) – História urbana.

CDD – 981.512UB

**SANDRA MARA DANTAS**

**A fabricação do urbano**

Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG  
(1888 – 1929)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho, para a obtenção do título de doutora em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_  
Dra. Márcia Regina Capelari Naxara, UNESP-Fr (Orientadora)

1º Examinador: \_\_\_\_\_  
Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato, UFU

2º Examinador: \_\_\_\_\_  
Dra. Josianne Francia Cerasoli, UFU

3º Examinador: \_\_\_\_\_  
Dra. Denise Aparecida Soares de Moura, UNESP-Fr

4º Examinador: \_\_\_\_\_  
Dra. Susani Silveira Lemos França, UNESP-Fr

Franca, 02 de março de 2009.

## AGRADECIMENTOS

Confia no Senhor e faze o bem; habitarás na terra, e verdadeiramente serás alimentado. Deleita-se também no Senhor, e ele te concederá o que deseja o teu coração. Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e ele tudo fará.

*Bíblia Sagrada. Salmo 37.*

Ao receber o dom da vida, recebemos, também, a capacidade de fazer escolhas. Escolhemos trilhar caminhos, alçamos vôos e sonhamos, elaboramos projetos, trabalhamos para realizá-los, conhecemos pessoas que chamamos amigos, vamos conferindo sentido à nossa existência, enfim, construímos nossa história. Na jornada da vida não estamos sós, há promessas que trazem esperança, alimentam a alma e motivam prosseguir e galgar caminhos excelentes. E quando os projetos se tornam reais, o regozijo, o deleite e o contentamento extravasam em louvor e as palavras se tornam insuficientes para traduzir o que sentimos.

Ao chegar ao final dessa etapa da vida acadêmica meu coração se enche de júbilo e compartilho essa vitória com aqueles que estiveram presentes nos vários momentos da produção da tese e agradeço o apoio, a atenção e o carinho dispensados.

Sou imensamente grata a minha orientadora, Dra. Márcia Regina Naxara. Quando cheguei a UNESP e fui aceita no Programa de Pós-graduação, era uma desconhecida mineira que se aventurava em terras paulistas e tê-la como orientadora representou segurança e certeza de bom acolhimento. Obrigada por ter acreditado em meu trabalho, pela confiança, pela liberdade e autonomia e por sua gentileza. O aprendizado desses anos foi precioso para meu amadurecimento intelectual e profissional. Manifesto meu reconhecimento pela intelectual competente e pessoa de alma nobre que é.

Agradeço à Dra. Christina Roquette Lopreato, pessoa tão importante em minha formação. Desde a graduação seu profissionalismo, dedicação e paixão pela História foram exemplares e se tornaram um referencial para construção de minha prática docente. Grande é a satisfação de tê-la no momento da defesa de doutorado.

Às professoras, Dra. Josianne Francia Cerasoli e Dra. Susani Lemos França, minha gratidão pela leitura atenciosa do texto no exame de qualificação. Suas observações e sugestões apontaram caminhos de aprofundamento e foram fundamentais

para a finalização do texto. O trabalho ora apresentado é uma resposta à leitura provocativa de vocês.

Aos meus queridos pais, Lindoval e Cilene, e meus irmãos, Luciene e Lindoval Júnior, pelo amor e apoio incondicionais, pelas orações, pela compreensão nas ausências, pelo auxílio nas pesquisas, por compartilhar as angústias. É impossível mensurar meu amor e minha gratidão; acreditaram em mim quando eu mesma duvidei que poderia chegar ao fim e sempre com um sorriso aberto, palavras e gestos amorosos e sábios conselhos acalmaram meu coração, incentivando e animando para caminhar um pouco mais. Com vocês tenho dívida de gratidão eterna.

Considero que a família é um porto seguro para atracarmos nas diferentes circunstâncias de navegação pelo mar da vida. Por isso, meu apreço e agradecimento aos meus tios, especialmente Geni, José Avelino e Silma, e primos, particularmente Sirlei, que acompanharam de perto todo o processo de estudo.

E os amigos... Leiba Aguiar, Rosinha Alves, Suely Gomes, Márcia Santos, Florisvaldo Ribeiro, Valéria Queiroz, Maria do Carmo Custódio, Maria Célia Dalbério, Ana Cristina Borges, Maria Aura Aidar, Eliane Marquez, Ivani Alves. Distantes ou próximos, eles foram um refrigerio, cada um a seu modo, sempre encorajando; dispondo de seu tempo para trocar idéias, para discutir; torcendo para tudo correr bem (e acabar logo); indicando material; proporcionando momentos de sociabilidade para evitar o estresse e partilhar vida.

Agradeço aos funcionários dos Arquivos Públicos de Araguari, de Uberaba e de Uberlândia e do Centro de Documentação em História da UFU que, sempre com atenção e presteza, disponibilizaram a documentação solicitada, demonstrando interesse e preocupação com o sucesso da pesquisa nos diferentes documentos consultados e ansiosos pelo produto final.

Como as palavras não comportam a extensão de minha alegria e gratidão, vejo que o poeta português, Fernando Pessoa, tem razão: “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”. O sonho não é impossível quando se crê, e, a esperança, a fé e o amor se renovam a cada manhã e fazem com que os pequenos acontecimentos diários tornem a vida extraordinária.

*Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida.*

Henri Pirenne apud Marc Bloch

## RESUMO

O cerne dessa tese é compreender a constituição do urbano e seu corolário na cidade de Uberabinha, atual Uberlândia, em Minas Gerais, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, tendo como *corpus* documental as atas da Câmara Municipal e relatórios do Executivo, os periódicos locais, as produções de memorialistas e imagens fotográficas. A emancipação de povoados e arraiais do Triângulo Mineiro significou a possibilidade de autonomia política e a perspectiva de construção de cidades modernas, regidas pelos princípios da civilidade e do progresso. Em Uberabinha, os grupos sociais dominantes lideraram o processo de configuração do espaço urbano com a implementação de serviços e a modernização dos equipamentos e, à medida que a face da cidade se transformava, enunciavam um discurso de convencimento para validar as representações e as práticas que postulavam deveriam ser cumpridas. Por meio de estratégias discursivas, políticas, sociais e imagéticas buscaram-se formar cidadãos que se pautassem pelos princípios de civilidade. Fruto de concepções liberais, o projeto de civilização executado construiu uma cidade marcada pelos conflitos entre os diversos grupos sociais que disputavam espaço para expressar suas representações, excluindo outras possibilidades e ocultando contradições que, vez ou outra, vinham à baila, manchando a imagem dominante. Em certa medida, a elite local logrou êxito ao criar um conjunto de práticas que visavam viabilizar seus interesses, presentes nos códigos de postura e regulamentos diversos, nos artigos dos periódicos, na defesa da educação como garantia de civilização. O trinômio modernidade, civilidade e progresso se sustentou de modo ambíguo, incorporando novos componentes e conservando elementos tradicionais para tornar Uberabinha/Uberlândia uma cidade de destaque em meio às demais da região.

**Palavras-chaves:** Triângulo Mineiro; projeções do urbano; modernidade e civilidade; representações e práticas; identidade e pertencimento

## **ABSTRACT**

This study aims at understanding the constitution of the urban aspect and its corollary in the city of Uberabinha, currently called Uberlândia, located in the state of Minas Gerais, at the end of nineteenth century and first decades of twentieth century. The research instruments of this paper include a data *corpus* which contain the minutes of Uberlândia City Hall, as well as, the reports from the Executive, the local journals, the memorialist productions and the photographic images. The emancipation of villages and small towns of Triângulo Mineiro denoted the possibility of policy autonomy and the perspective of building modern cities based on the principles of civility and progress. Beside this, in Uberabinha, the dominant social groups lead the process of urban space configuration with the implementation of services and the modernization of equipments and, while the city was being changed, the speech that was enunciated illustrated the convincing strategies to validate the representations and the practices they postulated should be done. Considering this point of view, the citizens were formed through discursive, political, social and imagetic strategies, guided by the civility principles. As a result of liberal conceptions, the civilization project executed built one city marked by conflicts among the various social groups that fought for opportunities to express their representations, excluding other possibilities and hiding contradictions that, sometimes, came to light, vilifying the image of dominant people. Somehow, the local elite got success when they created a set practices that aimed at reaching its interests, inserted in the posture codes and various regulations, in journals, in the defense of education as guarantee of civilization. Therefore, the three aspects, modernity, civility and progress supported themselves in an ambiguous way, incorporating new components and keeping traditional elements to make Uberabinha/Uberlândia a city of prominence among the other regions.

**Key Words:** Triângulo Mineiro; projections of urban; modernity and civility; representations and practices; identity and belonging

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FOTOGRAFIAS

INTRODUÇÃO .....	1
1. UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS .....	16
Fotografia 1 – Ilustração do Arraial de São Pedro de Uberabinha – Século XIX.....	18
2. O MODERNO COMO PROJETO VENCEDOR NA “BOCA DO SERTÃO” .....	62
Fotografia 1 - Praça Rui Barbosa – Uberaba 1910.....	72
Fotografia 2 - Praça Manoel Terra. Uberaba. Década de 1920.....	73
Fotografia 4 - Passeio domingueiro ao parque da cidade. Araguari - 1908.....	85
3. A CELEBRAÇÃO DO URBANO .....	97
Fotografia 1- Gimnasyo de Uberabinha.....	138
Fotografia 2 - Grupo Escolar Bueno Brandão (1915).....	139
4. A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DE SER UBERABINHENSE .....	141
Fotografia 1 – Uberabinha –Anos 1920 .....	155
Fotografia 2 – Uberaba – início da década 1930 .....	156
Fotografia 3 – Araguari – 1925 .....	156
Fotografia 1 – Detalhe A.....	158
Fotografia 1 – Detalhe B .....	159
Fotografia 1 – Detalhe C .....	159
Fotografia 1 – Detalhe D.....	160
Fotografia 4 – Uberabinha – Dec. 1920.....	161
Fotografia 5 – Praça da Liberdade - Uberabinha – Dec. 1920 .....	161
Fotografia 6 – Coreto da Praça da Liberdade - Uberabinha – Dec. 1920 .....	162
Fotografia 7 – Praça da Liberdade - Uberabinha – Dec. 1920.....	162
Fotografia 8 – Uberabinha – Início do século XX .....	163
Fotografia 7 - Detalhe A.....	163
Fotografia 6 – Detalhe A.....	165
Fotografia 9 – Praça da República – Uberabinha –1915. ....	165
Fotografia 10 – Praça da República – Uberabinha – Dec. 1920 .....	166
Fotografia 11 – Praça da República – Uberabinha – Dec. 1930.....	167
Fotografia 12 – Avenida Afonso Pena – 1916 .....	169
Fotografia 13 – Avenida João Pinheiro – 1914 – Uberabinha .....	170
Fotografia 14 – Avenida João Pinheiro – Anos 1920/30 .....	171
Fotografia 15 – Avenida João Pinheiro – Anos 1940 .....	172
Fotografia 16 – Trecho da R. Silviano Brandão, abaixo do Largo do Rosário – Uberabinha .....	183

## MAPAS

1. UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS .....	16
Mapa 1 – Mesorregião do Triângulo Mineiro e suas principais cidades. ....	21
Mapa 2 – Demarcação das glebas que formaram o arraial e a matriz de Uberabinha....	34
2. O MODERNO COMO PROJETO VENCEDOR NA “BOCA DO SERTÃO” .....	62
Mapa 1 – Mapa Ferroviário.....	64
3. A CELEBRAÇÃO DO URBANO .....	97
Mapa 1 – Mapa de localização da estrada São Pedro de Uberabinha - Avatinguara ...	117

## CROQUIS

1. UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS .....	16
Croqui 1 – Área construída e adensamento populacional do arraial de São Pedro de Uberabinha .....	38
3. A CELEBRAÇÃO DO URBANO .....	97
Croqui 1 - Sítio urbano de Uberabinha. (1891)..	109
Croqui 2 – Planta de Uberabinha (1915).....	111

## **LISTA DE TABELAS**

2. O MODERNO COMO PROJETO VENCEDOR NA “BOCA DO SERTÃO” .....	62
Tabela 1 – Orçamentos anuais de Uberabinha (1891 – 1929) .....	88
Tabela 2 – Arrecadações anuais de Uberaba (1891 – 1929) .....	89
Tabela 3 – Arrecadações anuais de Araguari (1914 – 1929) .....	90

## **ABREVIATURAS**

APM – Arquivo Público Mineiro

APU – Arquivo Público de Uberaba

ArPU – Arquivo Público de Uberlândia

CDHIS – Centro de Documentação em História

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

CPJA – Coleção Professor Jerônimo Arantes

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1 UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS .....	16
1.1 Do “Feitio de Aldeia” aos “Ares de Cidade” .....	20
1.2 A Modernidade Sertaneja .....	44
2 O MODERNO COMO PROJETO VENCEDOR NA “BOCA DO SERTÃO” .....	62
2.1 Uberaba e sua Primazia no Triângulo Mineiro .....	68
2.2 O progresso sobre Trilhos: Araguari no Contexto do Triângulo Mineiro .....	79
2.3 A modernidade como Desejo Comum .....	87
3 A CELEBRAÇÃO DO URBANO .....	97
3.1 Sob as cores da tinta e as marcas da pena .....	101
3.2 Medidas Civilizatórias: os Códigos de Posturas .....	120
3.3 Educar para a Civilização e o Progresso .....	133
4 A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DE SER UBERABINHENSE .....	141
4.1 Identidades em Órbita – Nativos, Forasteiros e Pertença .....	145
4.2 Retratos Emoldurados pela Modernidade .....	155
4.3 Nódoas que embotam a Civilização .....	174
CONSIDERAÇÕES .....	187
FONTES .....	192
REFERÊNCIAS .....	196

## INTRODUÇÃO

*O historiador*

Veio para ressuscitar o tempo  
 E escarpelar os mortos,  
 As condecorações, as liturgias, as espadas,  
 O espectro das fazendas submergidas,  
 O muro de pedra entre membros da família,  
 O ardido queixume das solteironas,  
 Os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas  
 nem desfeitas.

Veio para contar  
 O que não faz jus a ser glorificado  
 E se deposita, grânulo,  
 No poço vazio da memória.  
 É importuno,  
 Sabe-se importuno e insiste,  
 Rancoroso, fiel.

Carlos Drummond de Andrade. *In: 'A Paixão Medida'*

Parece não ser possível falar de Uberlândia sem falar de seu discurso de progresso. Parte considerável dos estudos sobre a cidade menciona o tema. Desde a emancipação no final do século XIX, é latente um discurso que a exalta como moderna, civilizada e progressista, como espécie de ‘destino manifesto’.

Uberlândia nasceu Uberabinha, ou melhor, povoado de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, com poucas casas que formavam um panorama rústico e modorrento. Lentamente foi recebendo novos moradores que trouxeram consigo novas idéias, novos hábitos, novas expectativas e, agregados aos nativos, colaboraram para que o pequeno povoado fosse crescendo e se transformasse em arraial, freguesia, vila e, por fim, em cidade. E, quando se tornou cidade, aparentemente, via-se como vocacionada para o progresso. Nesse tempo, sua aparência confundia-se com o campo, seja pela configuração irregular do espaço, seja pelos hábitos de seus moradores, parecendo distante dos sentidos que o léxico cidade comportava.

Retomar o passado e recuperar a trajetória de Uberabinha, no processo de constituição do urbano como mote para garantir a civilidade, a modernidade e o progresso em suas terras, é o propósito deste trabalho. No período privilegiado – 1888-1929 – foram assentadas as bases para viabilizar o projeto de cidade ideal, materializadas nas obras de modernização e na introjeção dos princípios de civilidade, pela adoção de medidas de regulamentação e educação dos cidadãos. Os desdobramentos desse projeto contribuíram para que, posteriormente, Uberabinha/Uberlândia fosse conhecida como a principal cidade do Triângulo Mineiro.<sup>1</sup>

No contato com fontes da história local, especialmente os memorialistas, os periódicos e os relatórios do Executivo, a impressão que se tem é de que, verdadeiramente, em um “febril evoluir”, Uberabinha era um lugar “onde a prosperidade parece querer assentar seus arraiaes” e caminhava “para a senda luminosa do progresso”, a “pugnar pelos foros de cidade ávida de civilização”. As expressões, de considerável ufanía, ao contrário do que possa parecer para o leitor, não expressam as condições reais, antes, são reveladoras do caráter projetivo que revestiu os discursos elaborados *na e sobre* a pequena cidade da zona triangulina. Interessada em compreender a trajetória de Uberabinha e sua recorrente referência ao progresso, passei a questionar a construção da enunciação de afirmação que parece querer convencer o interlocutor de sua veracidade. Aos poucos, percebi que, na asserção da condição de progresso, estava subjacente um projeto político para projetar a cidade e não apenas ela, mas também os sujeitos que o elaboraram. Por isso, ao tomar os elementos constituintes e constituidores do discurso uberabinhense, é notável que não descrevam apenas um desejo, mas que manifestem um modo de fabricação do urbano e dos grupos políticos envolvidos que, conquanto fosse específico, apresentavam-no como universal; como bem ensina Chartier, as representações do mundo social, “à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.<sup>2</sup>

Não obstante, Uberabinha não estava só em sua ufanía. As primeiras cidades, no Brasil, foram fundadas no século XVI e se concentraram na faixa litorânea; em seguida, os desbravamentos e o avanço para o interior (séculos XVII e XVIII) acompanharam as bacias hidrográficas. Então, a esperança do ouro acentuou a formação de aldeamentos de

---

<sup>1</sup> Atualmente Uberlândia, a antiga Uberabinha, tem uma população estimada em 600 mil habitantes, sendo a cidade mais populosa do interior mineiro.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985. p.19

características proto-urbanas,<sup>3</sup> com algumas vilas de maior densidade populacional e equipamentos urbanos. Já pelos idos do século XIX, na região sudeste, o café e a ferrovia foram fundamentais na constituição do urbano e a cidade foi valorizada como *locus* da civilização. Naxara comenta que a cidade, tida como “lugar privilegiado dos contatos sociais, mundanos, do exercício da urbanidade e civilidade”<sup>4</sup>, ocupou o imaginário que impulsionou a modernização no país e, no domínio do urbano, irradiava-se saber e poder. Acreditava-se que a vida civilizada deveria ser vivida na cidade, especialmente na grande cidade em proximidade com o litoral.

Poucas são as cidades brasileiras que não necessitaram galgar as hierarquias seculares de arraial, freguesia, vila e, por fim, cidade.<sup>5</sup> As relações Estado e Igreja são assaz importantes para compreender a constituição do mundo urbano no Brasil. Era a oficialização de uma ermida que demarcava a institucionalização da vida das comunidades. Em seu trabalho, Murillo Marx afirma que essa relação ainda não foi seriamente considerada.<sup>6</sup> Ou seja, o nascimento do urbano esteve diretamente vinculado aos procedimentos da Igreja, haja vista que, na ausência de uma codificação da metrópole portuguesa, a regulamentação eclesiástica permitiu ao homem, em seu exercício de transformar a realidade, criar os povoamentos que dariam origem às cidades brasileiras; e os reflexos dessa relação sobre a estruturação de nossa rede urbana são patentes. A aspiração pela oficialização pode ser compreendida pelo leque de atendimentos viabilizados: atendimento e conforto espiritual, garantia do registro de nascimento, matrimônio, óbito, registro oficial, direito à segurança e reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja e o Estado.

A Coroa lusitana, por cartas de doação, criou as capitanias hereditárias (regulamentadas por Cartas de foral), autorizando a colonização de áreas específicas do território, num sistema de povoamento que ficou conhecido como sesmarias<sup>7</sup>, no qual as glebas eram extensas e de limites incertos. Os sesmeiros construía suas habitações próximas

---

<sup>3</sup> Designação geográfica que identifica os povoamentos que tiveram características urbanas mais acentuadas e que se emanciparam como cidades. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2005.

<sup>4</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004. p.30.

<sup>5</sup> Algumas exceções são Salvador, Rio de Janeiro e Aracaju.

<sup>6</sup> MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991. \_\_\_\_\_. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

<sup>7</sup> As sesmarias eram um sistema existente em Portugal, desde o reinado de D. Fernando (1375) e depois reproduzido nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. O sistema foi aplicado no Brasil por D. João III e, por ele, o sesmeiro recebia terras, para lavrá-las, num prazo determinado, podendo distribuí-las a outros beneficiários. A distribuição das glebas visava mais à efetiva ocupação do território do que ao título legal de posse da terra. VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil Colonial*. (1500 – 1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

às nascentes de água e/ou fundos de vale, onde, aos poucos, iam se formando “modorrentos ajuntamentos de casas” que iriam, em futuro mais ou menos longínquo, constituir o tecido urbano. Com exceção de cidades da faixa litorânea e outras surgidas de estímulos militares ou clericais (como as reduções jesuíticas), um dos primeiros atos da tessitura urbana no Brasil foi a concessão e a consolidação de um patrimônio religioso, doado ou adquirido de proprietários de glebas próximas. O patrimônio era consagrado a algum orago e se constituía de um terreiro, um pátio, o templo e seu átrio, no qual se reuniam os moradores da localidade não somente para o culto religioso como também para a sociabilidade e os negócios. Além da sagração do patrimônio inaugurar a vida religiosa de um povoamento, ele também tinha um alcance social porque encerrava seu isolamento, inserindo-o em outras perspectivas atinentes à “civilização” como a política, a ativação do comércio e a expansão dos contatos sociais.

Crescendo a freguesia, tanto em número de população como em riqueza, era possível pleitear a condição de vila. E a transformação da paróquia em matriz facilitava esse intento, pois a igreja era a construção mais destacada na paisagem e estava localizada no centro do povoamento. De modo articulado, as edificações residenciais e comerciais se dispunham em torno da matriz. O intento de obter autonomia administrativa dizia mais respeito a assegurar a presença do Estado do que a atender aos interesses e solucionar os problemas citadinos, visto que a estrutura e os serviços eram precários e os homens públicos do lugar passavam a maior parte de seu tempo no mundo rural. Os fios que teceram o urbano no Brasil, dos primeiros tempos, previam não somente o adensamento do povoamento, mas também edificações, taxações, traçado e embelezamento, ainda que não o fizessem numa tessitura retilínea e ordenada.

A rede de cidades, no Brasil, foi se formando vagarosamente. Em Minas Gerais, por exemplo, o processo de ocupação e colonização coincidiu com a interiorização do território em busca de metais preciosos (final do século XVII e início do XVIII), quando, nas regiões montanhosas, formaram-se os primeiros arraiais como Vila Rica, que alcançou notório florescimento econômico e cultural. A então capitania de Minas Gerais alcançou o maior índice de população e de urbanização da colônia, embora apenas Mariana tivesse o título de cidade devidamente reconhecido.<sup>8</sup> A opulência proporcionada pela mineração contribuiu

---

<sup>8</sup> Essa condição pode ser explicada por Mariana ser sede de bispado e como tal era necessário possuir todas as prerrogativas e privilégios que só uma cidade poderia auferir. A capitania de Minas Gerais possuía diversas vilas e arraiais de características urbanas, mas o poder metropolitano, receoso de tumultos, revoltas, motins e quaisquer insurreições, impôs severas restrições como modo de manter o controle da região. “No final do período colonial, dos cerca de quatrocentos núcleos existentes na capitania, aproximadamente noventa eram sedes de paróquia, e apenas uma recebeu o título de cidade: Mariana. As demais aglomerações, que constituíam a maior parte da rede urbana de Minas Gerais, não exerciam nenhuma função de comando na administração

diretamente para o surgimento de núcleos urbanos, mas outras atividades e motivações político-administrativas também foram importantes no surgimento, expansão e diversificação da estrutura urbana mineira. Paula entende que a diversidade física (a mata, a montanha, o campo, o sertão), a diversidade econômica (mineração e pecuária), a diversificação social e cultural, as várias categorias ocupacionais, a literatura arcádica, a arquitetura barroca, a música erudita e a cultura popular ajudam a compreender o fenômeno urbano mineiro que, na região mineradora, desenvolveu-se precocemente.<sup>9</sup> De outro lado, as demais regiões eram desconsideradas, pois, segundo Amantino, acreditava-se que “ainda não haviam passado por processos civilizatórios [e] associada[s] à idéia de ser um território vazio onde reinava a desordem, a barbárie e a selvageria, graças ao fato de ser[em] habitada[s] por índios e por quilombolas”.<sup>10</sup>

A porção oeste da capitania que, no final do século XVIII, era chamada de Região do Campo Grande – comarcas do Rio das Mortes e de Sabará – era disputada pelas autoridades administrativas das capitanias de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. As vastas áreas de terra disponíveis não tinham os limites territoriais bem definidos. A solução só foi resolvida com a intervenção da Coroa Portuguesa, que estabeleceu que o sertão oeste pertencia a Minas Gerais, homologando a decisão no início do século XIX..

O declínio dos primeiros povoamentos levou à maior interiorização do território, e, no início do século XIX, foram criados os primeiros arraiais, sendo Desemboque o principal deles. Conhecidas por Sertão da Farinha Podre, as terras à margem direita do rio Grande e margem esquerda do rio Paranaíba, habitadas por povos indígenas, atraíram muitos geralistas de várias partes da província e de outras, estimulados pelas concessões de terra do governo provincial e pela exploração de jazidas auríferas. Alguns desses arraiais cresceram e, como se acentuava o processo de emancipação de várias vilas brasileiras, na região, alguns se emanciparam como constam os projetos apresentados na Assembléia Legislativa Provincial.<sup>11</sup>

É nesse contexto de transformações que ocorria no Brasil e em Minas Gerais que os geralistas aportaram nas terras que dariam origem a Uberabinha; paulatinamente, foram dando nova forma ao espaço e, simultaneamente, projetando expectativas a respeito do futuro

---

civil.” FONSECA, Cláudia D. “Funções, Hierarquias e Privilégios Urbanos. A concessão de títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. n. 29. Belo Horizonte: Depto de História da FAFICH/UFMG, 2003. p.40

<sup>9</sup> PAULA, João Antonio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>10</sup> AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Tese de doutoramento). p. 45.

<sup>11</sup> Araxá se emancipou em 1831, Uberaba em 1836, Patrocínio em 1840, Estrela do Sul em 1866. Arquivo Público Mineiro. Fundo Assembléia Legislativa Provincial. Série Correspondência Interna. Documentação Interna – Requerimentos. AL1/6, AL1/8, AL 3/27.

do povoamento, criando ainda estratégias para fazê-las reais. Assim, é possível compreender que a emancipação política de Uberabinha foi parte de um projeto dos grupos dirigentes que, valorizando o urbano como signo de um novo tempo, buscava materializá-lo para que a pequena urbe se destacasse na região, como expressão de práticas de homens harmonizados com os princípios da civilidade, da modernidade e do progresso.

Ao se referir a esse trinômio que sustentou os discursos formulados a respeito de Uberabinha, é pertinente compreender a importância que o urbano adquiriu no mundo ocidental. Desde o Renascimento, a cidade foi captando a atenção de diferentes estudiosos como poetas, teólogos, filósofos e tratadistas. Porém, foi, a partir do final do século XVIII e ao longo do XIX, que a cidade adquiriu maior notoriedade com estudos de historiadores, sociólogos, arquitetos e outros, preocupados em entender a especificidade do viver urbano, “em decifrar a história deste viver, as suas mutações, em compreender a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas”.<sup>12</sup>

A cidade, que existe desde a Antiguidade,<sup>13</sup> adquiriu, no mundo contemporâneo, novos sentidos e um deles foi o de ser denotativo da superioridade humana perante a natureza. E, mesmo não sendo criação do mundo ocidental, foi nele que o mundo urbano adquiriu notória importância. Durante o século XVIII, a cidade estava associada à cortesia e aos bons modos; no século seguinte, vinculou-se à idéia de civilização, que implica o resultado cumulativo de um processo de refinamento das maneiras e abrandamento dos costumes.

É nesse emaranhado de transformações que a cidade apareceu como elemento imprescindível no processo civilizador, como querendo dizer que um grupo humano só pode ser denominado civilizado caso suas experiências se desenrolem no mundo urbano, porque é

---

<sup>12</sup> BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 10.

<sup>13</sup> A revolução urbana ocorreu por volta do século V a. C., quando o homem começou a utilizar a grafia. As primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia, Vales do rio Nilo e do rio Indo. A cidade é de natureza histórica e inacabada, nascida da necessidade de organização do espaço e se vincula à divisão do trabalho, a um sistema de comunicação, à concentração espacial de atividades não-agrícolas. Ao longo da história, várias foram as formas de gestão da cidade, que lhe conferiram características específicas: no antigo Oriente Próximo, era chamada cidadela; na Grécia, dominou a pólis; em Roma, a civitas; a cidade amuralhada e sinuosa existiu no mundo medieval e, a partir do mundo moderno, atribuíram-se-lhe novos significados como espaço do mercado, centro de irradiador de cultura e civilização, lugar da história.

A respeito da cidade na história, ver:

BRESCIANI, Maria Stella. “Permanência e ruptura no estudo das cidades” In: *Cidade e História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992. pp. 11-26.

\_\_\_\_\_. História e historiografia das cidades, um percurso” In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. Trad. Reginaldo Carmello C. Moraes. São Paulo: Unesp, 1988 (Prismas).

nele que se manifesta a racionalidade, o planejamento, a ordenação, a capacidade criativa e inventiva.

A filósofa Françoise Choay<sup>14</sup> afirma que o urbanismo se estruturou como campo de saberes no início do século XX e, diferentemente de outras preocupações com o urbano, possui um caráter reflexivo, crítico, que se autodenomina científico, uma tentativa de resposta aos problemas causados pela introdução da máquina no cotidiano do homem, isto é, decorrentes da industrialização. Porém, antes de o urbanismo se definir cientificamente, diversas tentativas de ordenar a cidade se desenvolveram, o chamado pré-urbanismo, obra de generalistas (higienistas e pensadores políticos), pensaram a cidade com sentimentos humanitários. Com o reconhecimento de cientificidade para o urbanismo, a autora apresenta duas modalidades urbanísticas que também se desenvolveram no afã de pensar a cidade não em sua historicidade, mas como coisa para fazê-la ideal. A primeira delas ficou conhecida como *progressista*, defendendo o princípio de que a ciência e a técnica poderiam resolver os problemas do homem urbano. A segunda modalidade, modelo *culturalista*, desenvolveu-se na intenção de valorização das inter-relações, da particularidade e variedade do espaço, tendo a imprevisibilidade como característica.

O contraste entre as formas de vida no campo e na cidade adquiriu ambivalência com o advento do período moderno (meados do século XVIII), marcado pela racionalidade, pelo desenvolvimento do saber técnico-científico. Ora o campo é associado a uma forma natural de vida, fonte de subsistência, ora à limitação da ação humana, pois é atraso. Outrossim, a cidade é positivada como centro político, cultural e econômico, *locus* da história e da civilização; outras vezes, é negatizada como o local do barulho, das ambições e disputas. E, como as experiências historicamente variadas, campo e cidade encerram não só práticas singulares, como também auxiliam a constituir outras; entretanto, a ambivalência é uma imagem persistente.<sup>15</sup> Na cultura ocidental, a vida e o comportamento urbanos são aceitos como preferíveis para o homem. Este se educa e se civiliza na cidade, porque, de acordo com as bases dessa cultura, a natureza humana precisa ser moldada aos ditames da civilização. Se não for civilizado, pode entregar-se a práticas odiosas, retornando ao estado de natureza. A história se desenrola, preferencialmente, na cidade.

Sob essa argumentação, o homem citadino representaria o êxito da idéia de progresso. Está em contínua movimentação no ir e vir pelas ruas da cidade, buscando superar-

---

<sup>14</sup> CHOAY, Françoise. "O urbanismo em questão" In: *O urbanismo: Utopias e realidades*. Uma antologia. (1965) Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. pp.1-56.

<sup>15</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. (1973) Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

se e construir sua realidade. E, conquanto seus contatos com outrem sejam mais freqüentes que os do homem do campo, suas relações tendem a ser superficiais; são relações econômicas, políticas, sociais para satisfazer determinados interesses e têm curta duração, sem estabelecer vínculos afetivos e duradouros. O filósofo alemão Georg Simmel<sup>16</sup> observa que quanto maior é a cidade, mais superficiais são as relações entre os indivíduos, os homens se esbarram fisicamente, porém não se encontram humanamente.

Objeto intrigante, alvo da atenção de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, como filósofos, arquitetos e urbanistas, sociólogos, geógrafos e historiadores, muitas são as abordagens a respeito de constituição e dinâmica da cidade nos múltiplos tempos e espaços, fato que se poderia denominar de um campo de teorias da cidade. Teorias, sim, no plural, porque não há teoria única capaz de explicar todas as cidades. Estas são produzidas pelas diferentes experiências dos homens; logo, são multifacetadas e desconhecem homogeneidade.

De acordo com a filósofa brasileira Bárbara Freitag, a teorização a respeito da cidade pode ser remontada aos gregos e, a partir do século XVIII, é possível mapear quatro principais “escolas” que elaboraram teorias da cidade: a alemã, a francesa, a anglo-saxônica do Reino Unido e a anglo-saxônica americana.<sup>17</sup> O vocábulo escola é utilizado pela autora no sentido de reunir um conjunto de teóricos que pensam a questão urbana no contexto de sua cultura e de seu tempo, desenvolvendo pensamentos mais ou menos coerentes e convergentes.

Das “escolas” apresentadas por Freitag, a francesa foi a mais profícua no Brasil, durante o século XIX e a primeira metade do século XX.<sup>18</sup> E dela podemos aventar que uma de suas heranças é o princípio de planejamento urbano como modo de articulação racionalidade – utopia. De um lado, os princípios racionais e técnicos, que envolvem o planejamento como traçado, demolição e construção, demandam profissionais que dominem

---

<sup>16</sup> SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. (1902) Trad. Sérgio Marques Reis. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979.

<sup>17</sup> FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papyrus, 2006. Tendo nomes como Georg Simmel, Max Weber, Walter Benjamin, a “escola” alemã privilegia a história e a cultura numa abordagem inter e multidisciplinar. Seu fundamento é que as cidades são formações históricas singulares que, em cada momento, formulam uma cultura específica. A “escola” francesa é pragmática, enfatiza a racionalidade e a utopia, preocupam-se com a ocupação, a produção e o espaço das cidades, sem se ater à sua evolução histórica. O grande nome dessa escola é Georges Eugène Haussmann. A “escola” britânica é mais pragmática e utilitarista, privilegiando o planejamento urbano, que auferiu êxitos nas metrópoles européias, no início do século XX, contribuindo para sanear e desarticular os movimentos sociais, evitando as revoluções, definindo espaços para as atividades e os grupos. A “escola” anglo-saxônica americana é bem contemporânea e se preocupa com os desenvolvimentos macroestruturais do século XX e início do XXI.

<sup>18</sup> Os processos de urbanização do Rio de Janeiro (Pereira Passos, 1905-1910, modernização com derrubada de boa parte da herança colonial da cidade; e a segunda leva de modernização com Carlos Sampaio, 1920-1922), de São Paulo, a construção de Belo Horizontes nos finais do século XIX e no início do século XX podem ser utilizados como exemplos e variações dessa “escola” francesa.

conhecimentos científicos específicos; o que lhes assegura confiabilidade e os reveste de respeito. Por outro lado, o planejamento abriga a utopia de tornar a urbe ideal, tornar o indesejável desejável; o feio tornar-se belo; garantia de ordem, harmonia e adequação da natureza às necessidades do homem. Enfim, o planejamento urbano parece querer adequar o saber científico à utopia de edificar um paraíso humano na terra.

Ao discutir a constituição dos saberes históricos sobre a cidade, a historiadora Bresciani afirma que a ciência urbana, ou urbanismo, não é neutra ou definitiva.<sup>19</sup> Desde seus começos, a cidade é lugar de tensão e o urbano se estrutura no e pelo debate político; o que quer dizer que, nos saberes urbanos, estão implícitos projetos. Viver na cidade, afirma a autora, contribuiu para a formulação de uma identidade e para o desenvolvimento de uma nova sensibilidade. Na cidade estão presentes possibilidades de ação que, diuturnamente, vão (re)construindo-a e, nas diferentes experiências de seus moradores, materializam-na, às vezes, de forma positiva, outras vezes, negativamente. Mesmo existindo um corpo de saberes e especialistas para pensá-la, a cidade não alcança o patamar do ideal porque os habitantes dela se apropriam diferentemente, de acordo com seus projetos, seus interesses e seus anseios; o que acarreta não apenas uma série de conflitos, como também uma nova paisagem e modos específicos de vivência.

A autora afirma que a cidade, por ter origens plurais, possibilitou a formação de um campo multifacetado de saberes e de poder; e é possível adentrá-la por portas conceituais como a questão técnica que diz respeito à apreensão do urbano a partir de dados sensíveis, para permitir a intervenção do Estado. A problematização da pobreza para criar mecanismos de controle abre a segunda porta, ao passo que a terceira e a quarta dizem respeito à formação das novas identidades sociais e às novas formas de sensibilidade para educar o cidadão. Ao dar voz aos diferentes sujeitos e ao modo como produzem os sentidos e sua realidade, está se referindo às últimas portas conceituais pelas quais se vislumbra que os problemas da cidade não são naturais, as soluções para eles são culturais, contextualizados e envolvem interesses diversos. E é preciso compreendê-la como espaço politizado, onde se instauram possibilidades de ação que vão se superpondo e estruturando o urbano.

Ao longo da história, é possível observar as diversas nuances do urbano, mas é a cidade moderna que se caracteriza como condição *sine qua non* para a civilização. Espaço de tensões tornou-se imprescindível a elaboração de um cabedal de conhecimentos para problematizar as diferentes dimensões da cidade – o que implica dizer que a questão urbana

---

<sup>19</sup> BRESCIANI, Maria Stella. “Cidade e história”. In: OLIVEIRA, Lúcia. L. (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp. 16-35.

foi tomada como problema, isto é, a vida, na cidade, envolve problematização da vida dos homens para assegurar a consecução dos modos civilizados. Daí a ênfase nas práticas que visam ao planejamento para a construção da cidade ideal ou, pelo menos, sua aproximação. Como a cidade não é um fato novo, a inovação está na transformação que o fenômeno urbano propiciou à humanidade, a partir do século XIX, quando parecia, como um deus Moloch,<sup>20</sup> abarcar todos os homens, em seu interior, como servos/adoradores a render-lhe culto. E, doravante, o nível de desenvolvimento de uma sociedade passou a ser aferido de acordo com seu desenvolvimento urbano, podendo assim haver diferentes gradações civilizacionais. Havia, entretanto, certa esperança de universalizar o projeto de modernidade, de utilização da razão humana, suplantando os mitos e credences e, com a modernização dos meios que garantem a subsistência, acreditava-se que o homem se tornaria moderno e civilizado.

Por Uberabinha estar geograficamente distante das regiões de antiga colonização, que fez Minas Gerais se destacar não somente na colônia, mas também no período do império, estudá-la representou o desafio de dar visibilidade a um projeto que, aos olhos dos grupos que o elaboraram, parecia inédito e sobremaneira inovador e moderno; todavia, não se diferenciava, substancialmente, de outros em várias partes do país. A documentação arrolada, ao mesmo tempo em que seduzia, era lacunar, a cidade que aparentemente se desenvolvia e se assemelhava a outras de maior porte, ocultava conflitos e insatisfações (deficiência dos equipamentos urbanos, práticas arcaicas nas atividades do cotidiano e na política, queixas pela morosidade do crescimento e pela persistência de antigos hábitos, herdados, principalmente, do mundo rural). Daí a formulação das indagações que nortearam a tessitura desta tese: como uma parcela dos moradores de uma cidade, em uma zona de fronteira ou “boca de sertão”, construiu estratégias para o conjunto dos habitantes serem vistos como civilizados? Quais eram os indicativos de civilidade e modernidade que vigoravam no imaginário local? Como os moradores foram incorporando (e resistindo) às representações do urbano? Se o urbano foi vencedor, como caracterizar o habitante de Uberabinha? Como os discursos formulados sobre a história da cidade confirmam (ou não) uma imagem, projetada por grupos específicos, a respeito da condição da modernidade e do progresso uberabinhense, que, em certa medida, ainda é visto em Uberlândia?

Poucos vestígios, testemunhas do povoamento, iniciado nas primeiras décadas do século XIX, atravessaram o tempo, sendo que os passos dos uberabinhenses desse início são

---

<sup>20</sup> Moloch é o nome dado a uma divindade malévola, adorada por diversas culturas antigas - gregos, cartagineses e judeus idólatras. Esse ídolo pagão, no entanto, sempre foi associado a sacrifícios humanos, sendo conhecido também como "Príncipe do Vale das Lágrimas" e "Semeador de Pragas".

relatados pelos memorialistas que escreveram nas três décadas após a emancipação. Neles há descrição, algumas vezes detalhada, outras vezes superficial, do cotidiano dos primeiros tempos, com a chegada de novos moradores (das tensões, das discussões políticas e dos anseios de parte da população). Ao utilizar esses relatos como fonte documental, tomei o cuidado de examiná-los como uma das representações possíveis sobre a história da cidade. Perseguindo mais pistas para responder minhas indagações, rastreei um conjunto de documentos oficiais (atas da Câmara; relatórios do Executivo; leis, estatutos e códigos; livro de contratos e de registro) para identificar algumas das estratégias (políticas e discursivas) utilizadas nas tentativas para introjetar como universal um projeto particular. As contribuições dessa documentação foram preciosas, embora deixando interrogações. Especialmente as atas que não registraram o teor das longas discussões entre os edis e/ou pleiteantes, por obras de melhoramento, por encaminhamento de solicitações, por defesas de pontos de vista; na maioria das vezes, o secretário anotou que “submettido a discussão o parecer [o projeto, o requerimento, a petição] foi aprovado” ou rejeitado. Por outro lado, a ausência das anotações pormenorizadas não pode ser entendida como displicência do redator, porém como uma opção de documentar o que se considerava primordial na gestão da urbe ou mesmo na efetivação dos projetos. Nas regulamentações legais dos códigos estavam implícitas não somente a preocupação com o bem estar público, mas também a disciplinarização, a educação e a introjeção de preceitos específicos para civilizar a população. Nos diversos livros de registros, encontra-se uma variedade de informações: autorização e número de construções, licença para atividade comercial ou profissional, prestação de serviços, orçamentos e outros. No conjunto, essa documentação permitiu acompanhar alguns dos meandros trilhados para construir o urbano.

Horas passadas nas salas de pesquisa dos Arquivos Públicos de Araguari, de Uberaba e de Uberlândia, e, nas bibliotecas dessas cidades; na Câmara Municipal de Araguari; no Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia; no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte; nos contatos com pesquisadores que tão gentilmente forneceram materiais e se dispuseram a dialogar a respeito da pesquisa, permitiram formar o *corpus* documental que sustenta esta tese. Além da documentação oficial/institucional, consegui reunir variado número (e títulos) de periódicos, de documentos cartográficos e fotografias.

Lugar em que cerca de quarenta por cento da população era alfabetizada, a cidade possuiu um considerável número de periódicos circulando. De tendências situacionistas, oposicionistas ou anunciando-se “órgão independente, humorístico, litterario e noticioso” em

suas folhas, são visíveis as formas como muitos habitantes (e alguns visitantes) percebiam a própria cidade. Nos editoriais (às vezes carregados de paixão) são visíveis a defesa de idéias e a reclamação por atitudes; assim como nas matérias informativas sobre práticas diversas no interior da urbe; nas “saborosas” colunas sociais em que anunciam viagens de negócio, de estudo ou passeios, comentam eventos culturais ou de lazer, tecem elogios ou críticas a comportamentos ou conduta; nos anúncios comerciais de produtos nacionais e importados, nas propagandas de serviços (sapataria, selaria, farmácia, médicos) e nos espaços cedidos para tiras de humor. Ao contrário do que se arvoravam, os periódicos não tinham caráter independente e, com uma perspectiva inquiridora, passei a indagar: como estruturavam suas narrativas? Quem eram os autores, qual era sua vinculação social e política? Quais eram as frações de grupo atingidas? Que propósitos encerravam, visível e ocultamente? Quais eram os pontos de convergência (e divergência) com o discurso oficial? A variedade das publicações revelou ser um indício da variedade de opiniões correntes na cidade, entre os grupos sociais que, nas tintas sobre o papel, discursavam para si mesmos e para os oponentes. Em suas páginas, pululavam tensões políticas, disputas, assertivas pelas quais tentavam calar o opositor e firmarem-se como verdadeiras; outras vezes, apelando a que se mobilizassem esforços e efetivassem os desejos que seus interlocutores partilhavam.

De modo relevante, os documentos cartográficos não cumpriram a função de apenas identificar o espaço, são representações que revelam um propósito definido, enunciam um discurso a respeito do mundo. Ao projetar os elementos da realidade e do espaço sobre uma superfície plana, estão se projetando modos como os grupos sociais viam a cidade e, também, como desejavam vê-la, visto que os mapas podem ser considerados uma possibilidade de planejamento futuro para suscitar novos projetos de intervenção no espaço, a fim de adequá-lo. Por exemplo, na representação cartográfica do espaço uberabinhense, pode-se indagar por que se privilegiou a área central construída e não se representaram os arrabaldes? Outro suporte documental importante, nessa pesquisa, foram as fotografias do espaço urbano das três cidades triangulinas, não somente pela riqueza visual que elas possuem, mas pela possibilidade de problematização de seus diversos elementos, para compreender por que determinados pontos, focos, objetos, pessoas foram privilegiados. Nelas se visualizam rastros do passado, enfatiza-se o presente, instante do registro, e uma expectativa de futuro. Explicando melhor, para aquele que observa a fotografia, o presente nela congelado refere-se a um passado que não existe mais e deixa em aberto como será o futuro. Dentre o volumoso acervo fotográfico existente em Uberabinha, privilegiei aqueles registros que têm as transformações urbanas como tema central, procurando decompor os

elementos fotográficos para compreender sua corroboração com os projetos políticos em curso na cidade e, simultaneamente, procurar pontos que indicassem falhas ou que os maculassem.

Em algumas ocasiões, o acesso e o manuseio ao *corpus* documental arrolado foram dificultados pelas condições de conservação de alguns documentos. Todavia, no afã de responder às questões norteadoras da tese, o conjunto de documentos foi continuamente analisado para que satisfatoriamente se desvendasse um pouco da trajetória de Uberabinha que, na percepção de uma parcela de seus moradores, estava fadado a ser brilhante e à semelhança deles mesmos, moderna, civilizada e progressista.

O processo de fabricação do urbano, em Uberabinha, foi discutido em quatro capítulos. Quando os primeiros geralistas tomaram posse das terras e demarcaram-se as primeiras sesmarias, entre os córregos São Pedro e Cajubá, pequenas construções foram modificando a paisagem, originando o povoado que se desenvolveu e se tornou Uberabinha. Em meio a outros povoamentos, no Sertão da Farinha Podre, que vinham sendo colonizados desde fins do século XVIII, Uberabinha foi se transformando, sua população se adensando, ao mesmo tempo em que as tensões também se avolumavam. Havia dois partidos políticos que disputavam o domínio administrativo e os destinos do povoado, os Cascudos e os Chimangos, posteriormente chamados de Cocão e Coió, que, ao seu modo, planejavam fazê-lo se destacar em meio ao demais. A luta para suplantarmos o aspecto rústico e, em certa medida, desleixado, adquiriu maior vulto com o projeto de emancipação e, junto a ele, foi elaborado outro para que a vila sertaneja fosse reconhecida como cidade moderna. Ocorreram a construção de equipamentos e a implementação de serviços urbanos, a atração de migrantes e de investimentos externos, as mudanças nas práticas dos moradores como parte de um plano de civilizar seu comportamento, seus hábitos e costumes e os inúmeros conflitos que caracterizaram a peculiar modernidade da pequena urbe que, pelo menos para os grupos dominantes, ia se adequando às idéias e aos modos civilizados. É bom salientar que em assim um contexto mais amplo, no país se desenvolvia, também, um processo de modernização e urbanização.

Uberabinha não estava solitária em seu anseio de modernidade e civilidade. Para compreender os discursos que grupos sociais elaboraram sobre Uberabinha, tratando-a como destaque, o segundo capítulo recupera aspectos das duas maiores cidades do Triângulo Mineiro, considerado uma “boca de sertão” ou zona de fronteira para expansão em direção ao interior. O Triângulo Mineiro estava distante das maiores cidades do país, sendo Uberaba a cidade primaz na região, marcada primeiramente pelo comércio e depois pela pecuária. Não

somente nos aspectos político e econômico, Uberaba, que se emancipou em 1856, tornou-se a cidade mais movimentada e urbanizada do extremo oeste mineiro, mas, aos poucos, foi perdendo importância para outras. Quando os trilhos da Companhia Mogyana chegaram a Araguari, a cidade ganhou novo impulso, inclusive em sua movimentação econômica, rivalizando com Uberaba. Fim da linha férrea no Triângulo Mineiro, de sua estação partiam produtos que adentravam o sertão goiano ou eram de lá transportados para outras cidades. Junto à movimentação econômica, outras dimensões da realidade araguarina foram adquirindo novas feições como as mudanças no espaço urbano. Embora superada por Uberaba e Araguari em movimentação econômica e em população, as três cidades possuíam a modernização dos equipamentos urbanos e das práticas de seus habitantes como fator comum, sendo que, em cada uma delas, os modos de implantação foram peculiares, acarretando consigo inúmeras disputas internas e, também, externas.

O terceiro capítulo aborda as formas pelas quais o urbano foi privilegiado em Uberabinha como condição indispensável para a materialização da modernidade e dos foros de civilidade. Segundo a argumentação discursiva, propalada pelos grupos dirigentes, o progresso da cidade poderia ser aferido na modernização dos equipamentos urbanos e do campo, na expansão do sítio territorial, na construção de meios de escoamento da produção e de comunicação e na elaboração de um corpo de leis que assegurasse a obediência aos princípios defendidos. Valendo-se das páginas da imprensa, vozes ligadas ao partido político dirigente defendiam o planejamento urbano, a construção de estradas de rodagem, a modernização da lavoura e a instalação de novos serviços; incentivaram a criação de escolas para educar as gerações de uberabinhenses que usufruiriam de uma moderna cidade, como cidadãos de índole pacífica, laboriosa e de modos refinados. Outro meio de civilizar o comportamento e o “espírito” dos moradores foram os regulamentos dos Códigos de Postura, dos estatutos e das leis complementares que normatizaram a ocupação do espaço, estabeleceram as regras de convívio e sociabilidade, direcionaram os modos de transações econômicas, enfim, buscaram uniformizar as práticas dos moradores.

E por último, quando o topônimo Uberabinha já não satisfazia as representações de parte dos moradores sobre a cidade, Uberlândia é escolhido como materialização dos acalentados sonhos de progresso e modernidade e, ao mesmo tempo, como projeção de uma cidade inacabada, que se (re)faz continuamente, como expressa o significado do novo nome, “terra fértil”. Em grande parte da documentação, a população uberabinhense é caracterizada como hospitaleira, educada, progressista, de modo a justificar o corrente discurso de posituação da cidade, que é construída por esses e pelos forasteiros que nela chegavam

também desejosos de ver a terra progredir. Ao lado do discurso escrito e verbalizado nas ruas e nos arredores, a respeito da condição desenvolvimentista que a cidade alcançava, há um discurso veiculado em linguagem visual, expresso nas fotografias produzidas nas primeiras décadas do século XX. Privilegiando o espaço urbano e construído, os logradouros e praças, as fotografias parecem querer convencer o espectador, como um atestado de verdade sobre o que se divulga em belas (e pomposas) palavras. Contudo, em meio aos discursos grandiloqüentes (escritos e visuais), divulgados pelos grupos dirigentes, para validar seus projetos, é possível identificar contradições que maculam a aparente homogeneidade existente no interior da urbe, indicando que o ideal de cidade moderna não abrangia todos os habitantes e não era compartilhado por eles; porém, se fez dominante à custa de outros.

Por fim, posso dizer que este trabalho não buscou recuperar a trajetória de Uberabinha; sua contribuição, se assim posso dizer, como disse o poeta, é “ressuscitar o tempo, escarpelar os mortos, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas”, isto é, problematizar aspectos dessa trajetória, especialmente o discurso de cidade progresso que aparentemente seria intrínseco. E, sendo o historiador “importuno”, creio ser meu papel desvelar os meandros desse processo, desnaturalizando aquilo que parecia ser irretorquível. Ao recuperar aspectos da história de Uberabinha, inclusive aquilo “que não faz jus a ser glorificado”, convido o leitor a escarpelar comigo alguns dos traços deixados pelos sujeitos uberabinhenses ao construírem suas experiências e (re)significarem seu mundo, sua cidade.

## 1. UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Chegou à gameleira, tomou as rédeas das mãos da empregada e ajeitou-se no cilhão. Um dos camaradas tomou as rédeas do cavalo... Outro voltou um pouco atrás. Emília e a empregada acompanharam-no, seguidas pelo burrico. Passada a porteira... Agora um voltar de cabeça... Um último olhar para trás... Um soluço estrangulado... Tramp, tramp, tramp e a fazenda Santa Bárbara foi ficando para trás.(...)

Quinto dia viagem.

Capoeirinha agora estava mais perto. A viagem seria mais fácil. A manhã é suave e perfumada novamente... Pitangas vermelhas convidam os viajantes a prová-las... Bandos de periquitos folgazões irrompem das árvores e mancham a manhã de verde... Capoeirinha já está tão perto. A tarde é serena. Os corpos estão moídos de cansaço, mas os corações já não são fardos tão pesados de carregar, porque a viagem está chegando ao fim.

A noite é enluarada e acolhe com bondade os viajantes... Não há lugar para o medo, porque Capoeirinha está a um pulo dali, à distância de outra manhã... O orvalho é acariciante... Tramp, tramp, tramp...

Meio dia. Suor. Cansaço. Esporas e chicotes fustigando a tropa. Capoeirinha.

Ceres de Alvim Carneiro. *Lágrima Comprida*.<sup>1</sup>

A idílica epígrafe narra a viagem da personagem Emília à cidade de Capoeirinha, uma pequena e rústica cidade no interior do Brasil. A paisagem parece agradável, muito verde, frutos e animais silvestres. O entorno da cidade de Capoeirinha parece não se diferir muito da fazenda Santa Bárbara que ficara para trás. A chegada a Capoeirinha é motivo de regozijo, parecia compensar todo o cansaço da fatigante jornada de vários dias. Mas como seria a vida na pequena cidade sertaneja? Como seus habitantes a

---

<sup>1</sup> Escrito em 1953, o livro é um romance no qual a autora descreve a vida de duas personagens, Emília e Cerita, numa pequena cidade do interior do país. O romance é uma espécie de biografia de uma das mais destacadas famílias na política de Uberabinha/Uberlândia no século XX e o fio norteador da autora é a morte acidental de umas das filhas, atingida por um tiro ao tentar evitar uma discussão entre seus pais. A autora é uma descendente dessa família e, em sua narrativa, à medida que descreve a vida de suas personagens, recompõe o cenário da cidade desde o final do século XIX, quando seu bisavô tornou-se um importante coronel e chefe político local. Com o nome de Capoeirinha, a cidade é descrita em suas transformações, para abandonar a aparência sertaneja e muitas das decisões políticas para alcançar esse fim. Como obra ficcional, não se preocupa em formular uma narrativa verdadeira do real, porém como fonte documental ao trabalho do historiador, é uma obra que permite observar aspectos verossimilhanes da realidade. CARNEIRO, Ceres de Alvim. *Lágrima Comprida*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960.

percebiam? Como eles marcariam suas representações sobre o lugar? O que faziam para ela ser conhecida em outras paragens?

Acompanhando Emília pelas ruas e casas de Capoeirinha, encontramos-a preparando-se para contrair núpcias e fixar residência definitiva na pequena cidade. Após o matrimônio com Josias, um nativo da terra, pertencente à abastada família Cordeiro, de renome político, sua vida se passa entre os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças. E, enquanto realiza suas tarefas cotidianas, vai conhecendo um pouco da história e da gente do lugar: o aumento da movimentação nas casas comerciais, quando homens desciam dos cavalos, entravam pelas portas e exibiam suas esporas como demonstração de seu poderio; a lida das mulheres nas cozinhas das casas e o trabalho das negras, cuidando das crianças ou fazendo serviços nas ruas; os casos de punição às traquinagens das crianças e desobediência dos empregados; o abandono dos pobres e doentes na região periférica; os festejos de inauguração da energia elétrica; as apresentações da banda de música nas praças; os conflitos políticos; a eleição controlada pelos coronéis sentados à porta da sessão eleitoral; os meandros políticos para assegurar os interesses de grupos específicos ou alterar o nome da cidade; os namoros dos jovens durante o *footing* na praça da Liberdade e avenida Afonso Pena. À medida que o tempo, inexorável, transcorria, Emília via sua vida transformar-se: o tranqüilo e prazeroso cultivo do jardim de margaridas; as reclamações pela lama durante a estação chuvosa e a poeira na estiagem; a preparação de quitandas aos sábados e servir às refeições no casarão dos Cordeiro; o acompanhamento do crescimento e da educação dos filhos; a colaboração nos trabalhos assistenciais com pobres e doentes; os poucos momentos de lazer nos passeios à chácara da família.

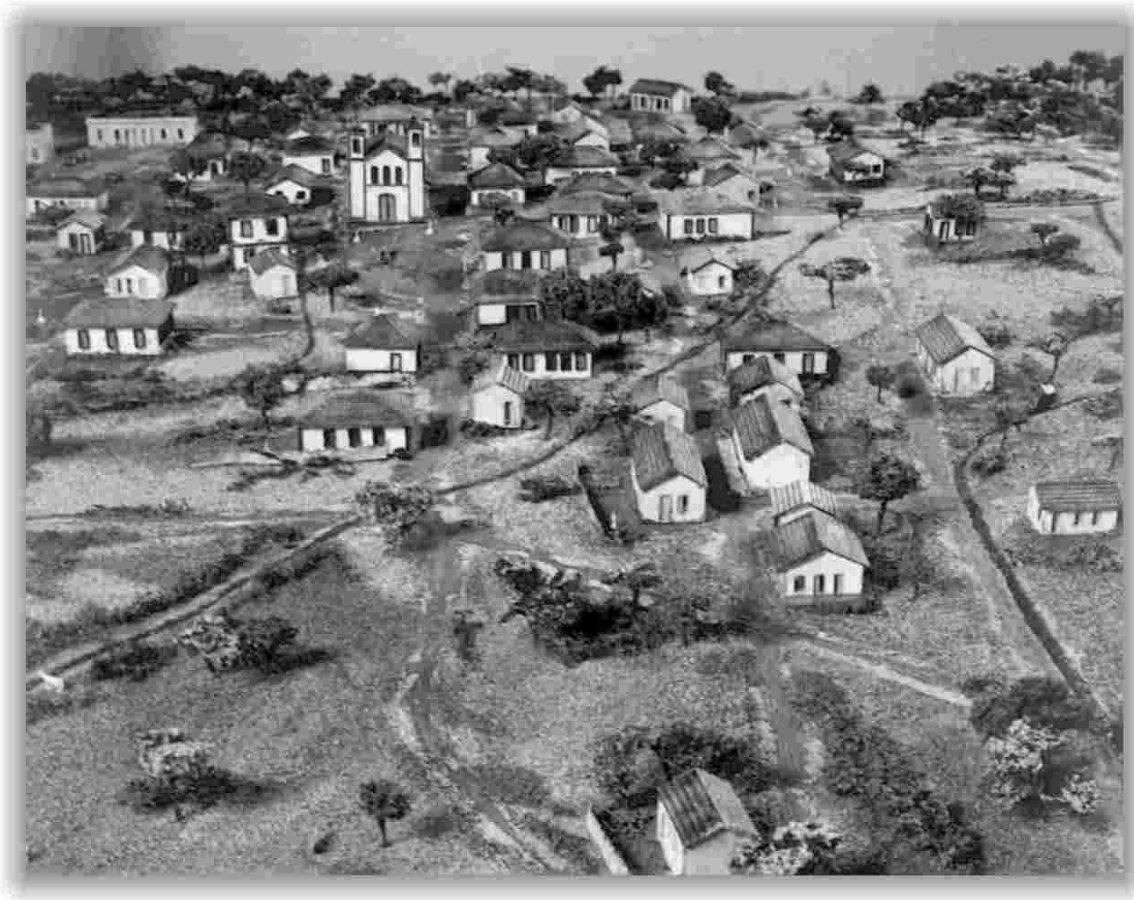
As transformações na vida da personagem Emília se confundem com as transformações de Capoeirinha que, em fins de 1920, já era uma cidade distinta daquela que encontrara quando viera de Santa Bárbara. Dotada de melhoramentos como iluminação elétrica, água potável, serviço telefônico, casas comerciais, estabelecimentos escolares, aumento populacional, Capoeirinha tornara-se, Ibiporang.

Capoeirinha é uma cidade fictícia, a cidade referência real é Uberabinha do início do século XX. A visão do estrangeiro de que temos notícia não diferia muito da de Emília ao avistar Capoeirinha: terrenos verdes, árvores de troncos retorcidos, características do cerrado mineiro, aves barulhentas cruzando os céus. A paisagem rústica em processo de exploração era um convite para aqueles animados em desbravar novos horizontes no interior do país.

Em uma viagem lenta e cansativa, o desbravador-viajante poderia sair da província de São Paulo ou de alguma região de Minas Gerais e, após alguns dias, avistaria um povoado

com poucas e esparsas construções ao redor de uma capela. Na encosta do córrego São Pedro, afluente da margem direita do rio Uberabinha, no território do antigo Sertão da Farinha Podre, as terras que formariam a cidade de Uberabinha começaram a ser exploradas em meados do século XIX, quando as primeiras famílias que, de modo semelhante à personagem da ficção, chegaram, provavelmente, em cavalos ou em carros de boi, trazendo sua comitiva.

Ao chegar à localidade, o viajante poderia ver algumas pessoas conversando às portas; outras caminhando para a missa; as crianças brincando às margens do rego da servidão pública que atravessa o povoado; observaria a tortuosidade dos caminhos, as desalinhadas construções, em sua maioria, bem simples e, como nos sugere a imagem abaixo, um cotidiano no qual a vida se desenrola vagarosamente. Possivelmente, as relações entre parentes e vizinhos constituiriam o modo de sociabilidade e de negócio; a maioria dos moradores se conhece entre si e as diferenças transparecem de modo diverso, como na dimensão da construção da residência ou no vestuário para freqüentar as missas dominicais.



**Fotografia 1** – Ilustração do Arraial de São Pedro de Uberabinha – Século XIX  
PMU/Museu Municipal de Uberlândia

Resguardadas as proporções imaginativas, acredito que a viagem, como a da personagem Emília, seja uma possibilidade de chegar a Uberabinha e perscrutar um pouco de sua história para responder a algumas das questões formuladas no princípio. No final do século XIX, o Brasil passava por transformações nos campos econômico e político, bem como no domínio cultural, em que os modos de perceber e atuar no mundo foram adquirindo feições específicas. Esse período coincide com o processo de constituição de uma rede de cidades no interior do país. É significativo o número de estudos a respeito das grandes cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, os estudos a respeito das pequenas cidades têm crescido nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. E, sabendo que as experiências históricas são múltiplas, o exame deste objeto específico de pesquisa recupera as multifacetadas tensões em uma região que se encontrava quase desabitada e longínqua dos grandes centros.

Em terreno suave, próximo a vertentes de águas, várias famílias se aglomeraram, dando vivacidade às terras outrora povoadas pelos indígenas caiapós. Aos poucos, o arraial ganhou forma e, com ele, o anseio de muitos de seus habitantes em vê-lo prosperar. Embora o cotidiano nos rincões sertanejos do extremo oeste de Minas Gerais não despertasse a atenção da capital da província, aos poucos, os anseios ultrapassaram limites geográficos e uma série de representações e práticas foram formuladas e a aparência do tímido arraial foi, aos poucos, alterando-se.

Retomando o romance de Ceres Carneiro, muitos em Capoeirinha, insatisfeitos com sua condição de cidade interiorana, vão procurar melhores condições, seja estudando em outras cidades para retornar e auxiliar no desenvolvimento local, seja nos acordos políticos para obter recursos e investimentos. E, à proporção que objetivos vão sendo alcançados, novos são delineados, divisando novas vitórias, de modo que Capoeirinha torna-se um nome irrisório; transforma-se em Ibiporang, assim como Uberabinha tornou-se Uberlândia pela lei estadual 1.126, de 19 de outubro de 1929. Visualizando a pequena urbe pelas lentes de uma diversificada documentação, constituída por memorialistas, periódicos, Códigos de Posturas e leis complementares, atas da Câmara e imagens, recupero Uberabinha para compreendê-la em sua trajetória e seus habitantes que, como as personagens Emília e Cerita, construíram uma história atravessada por alegrias e dissabores, dúvidas e questionamentos, divisando sempre superar suas limitações.

Muitos são os trabalhos acadêmicos – de várias áreas do conhecimento – sobre a cidade de Uberabinha/Uberlândia, estudando diferentes recortes e aspectos de sua trajetória. A contribuição deste estudo é compreender o processo de constituição do urbano e suas

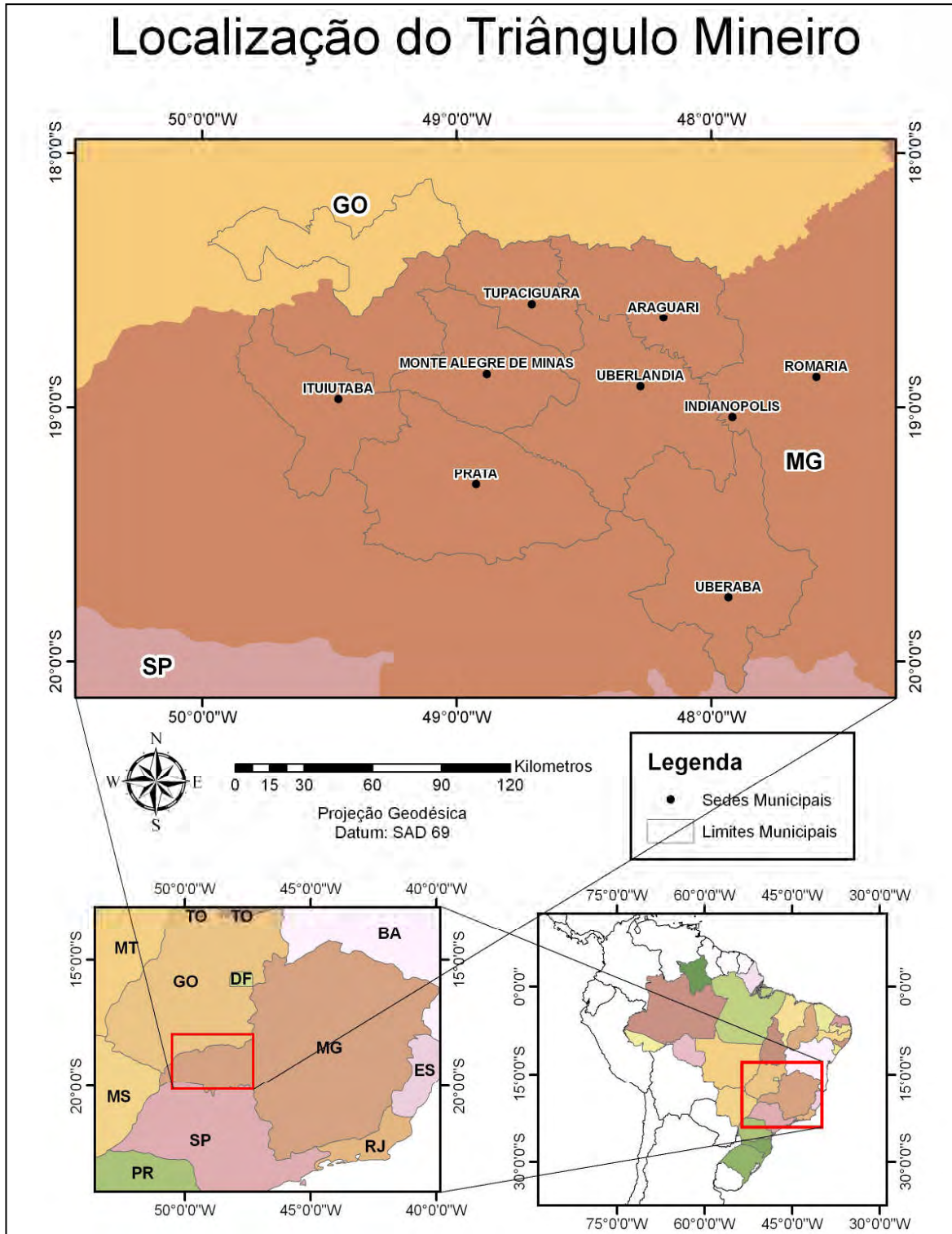
representações naquela que seria conhecida, ao final do século XX, como a principal cidade do Triângulo Mineiro. À primeira vista, a pequena cidade de Uberabinha apresenta-se como signo da modernidade, o que, em certa medida, colaborou para assegurar a imagem de líder regional que carrega depois que se tornou Uberlândia.

Na documentação que sustenta a tese, a trajetória de Uberabinha pode ser caracterizada pela incessante procura de progresso como expressão de sua modernidade. No entanto, a modernidade uberabinhense é excludente, pois não envolve toda a população, ela é um simulacro urdido pelas elites locais, que, imbuídas de um projeto – de aspectos liberais – constrói uma multifacetada rede de experiências, pela (re)invenção dos espaços e das refinamento das relações. Em meio às idéias de progresso e civilização, correntes no Brasil do período aqui privilegiado, a construção de uma sociedade educada e moderna traduziria a identidade nacional. O entrelaçamento entre a civilização, a urbanidade e o progresso aparecem como garantia de consecução da sociedade, no caso em apreço, da cidade ideal, “limpa, comoda e garrida” e que contribuiria para a conformação do cidadão como indivíduo “morigerado e ordeiro”.

### **1.1 Do “Feitio de Aldeia” aos “Ares de Cidade”**

Ao chegar a Uberabinha e contemplar a paisagem aludida anteriormente, algumas indagações vêm à baila: quem foram os pioneiros em sua desbravação? De onde vieram? O que os atraiu no território? O que encontraram?

Uberabinha situa-se na região que até, o final do século XIX, era conhecida como Sertão da Farinha Podre, que compreende uma mesorregião entre as coordenadas 18°00’ e 20°30’ S e 47°30’ e 51°19’ W, de cerca de 52.760 Km<sup>2</sup>, constituída por superfícies aplainadas entre os rios Paranaíba e Grande; com boa rede de drenagem, abastecida por sete sub-bacias que integram a bacia hidrográfica do Paraná. Seu relevo acidentado faz parte de um conjunto denominado Planalto Setentrional da Bacia Sedimentar do Paraná, no qual mais de 60% do território é coberto por rochas sedimentares, sendo que rochas vulcânicas se apresentam ao longo dos canais de drenagem, com o aparecimento de belas cachoeiras e corredeiras. A superfície oscila entre 600 e 900 metros, com cobertura de solos da categoria latossolo de textura média, tendo o cerrado como vegetação predominante e o clima que se alterna conforme as diferentes altitudes, isto é, quanto maior a altitude menor a temperatura ou relação inversa.



**Mapa 1** – Mesorregião do Triângulo Mineiro e suas principais cidades.  
Elaboração: Guilherme Dantas

Tradicionalmente é aceito que essa paisagem natural esteve desconhecida até fins do século XVII; ganhou a atenção dos homens brancos, no contexto do processo de ocupação e exploração do interior brasileiro, realizado pelos bandeirantes. Pelos idos de 1680 as incursões bandeirantes, saídas da capitania de São Vicente, rumo aos rincões brasileiros,

buscavam não só ampliar os limites territoriais, como também expulsar os indígenas e também criar áreas de povoamento. Foi por essa época que a bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera I, atravessou essas paragens rumo a Goiás. No entanto, a efetiva exploração só se deu em meados do século XVIII, quando uma expedição liderada pelo seu filho do bandeirante, com mais de cento e cinquenta homens, penetrou o território com vistas a atingir a região aurífera de Goiás. A picada aberta pela expedição deu origem à estrada real que ficou conhecida como Estrada do Anhanguera. E, se inicialmente a região foi passagem para outra, o movimento de povoamento e ocupação não pode ser desvinculado do projeto de expansão de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Diante da paisagem um tanto inexplorada da região, chegaram ao território os primeiros geralistas<sup>2</sup>, interessados na concessão de sesmarias. Foi assim que o sertanista João Pereira da Rocha chegou ao território, em busca de terras devolutas. Animado, o pioneiro, português residente no vale do Paraopeba, norte de Minas Gerais, tomou posse de vasta área, da margem direita do rio Uberabinha, à margem esquerda do rio das Velhas. Após a demarcação da área e início de atividades pastoris e agrícolas, ele voltou à sua região de origem, para buscar a família, escravos e agregados. E, conforme carta de sesmaria, datada de 1821, tornou-se oficialmente possuidor das terras, nas quais construiu o sítio São Francisco, sede dos futuros núcleos de habitação e onde nasceria a cidade de Uberabinha.

Manoel de Portugal e Castro, do consenso de S. Magestade, Real Alteza, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que atendendo a me representar sua petição o alferes João Pereira da Rocha que no Julgado de dezemboque no Sertão da Farinha Podre, na paragem denominada O'verava, que se acham terras devolutas as quais partem ao rumo de Léste com a Sesmaria de Bento José Godoy, pelo rumo de E'ste com posses de Ana Francisca, pelo Norte com o alferes Francisco Soares Ferreira e pelo Sul com o sertão inculto que o suplicante as queria possuir por legitimo titulo de sesmaria, me pedia e se consedesse na dita paragem, tres leguas de terra de comprido e uma de largo, por ser em campos, na forma desta ordem, ao que atendendo eu e a quantos o Dr. Procurador da Coroa e Fazenda desta Capitania a quem sem ele oferecer duvida alguma na concessão, por não encontrar inconvenientes que a proibisse á vista das deligencias que por Editaes concedeu procedeu o Juiz Ordinário do dito Julgado, e pela faculdade que S. Magestade me permite nas suas Ordens (...) seja por bem fazer mesmo como por este faço, de conceder em nome de S. Magestade ao dito alf. João Pereira da Rocha, por sesmaria, tres leguas de terras de comprido e uma de largo. (...) a 19 de Maio, ano do Nascimento de N.S.J.C de 1821.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> A essas levas de homens que desbravaram a região refiro-me, ao longo do texto, por diversos nomes: desbravadores, pioneiros, sertanistas, geralistas e entrantes. Essas alcunhas são encontradas no corpus documental da pesquisa.

<sup>3</sup> Carta de Sesmaria transcrita por ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Pavan, 1938. p. 9. O autor alterou a ortografia original para, segundo ele, maior clareza. Entre os memorialistas e

A carta de sesmaria, doada ao entrante João Pereira da Rocha, assegurou-lhe as terras e incentivou outros que chegavam à região e engrossavam os núcleos de povoação. Dentre os novos entrantes, destacaram-se as famílias Alves dos Santos, Rezende, Cabral, Dias, Martins Ribeiro, Alves de Amorim, Camargos, Cotta Pacheco, Carvalho, Peixoto e Carrejo que formaram os núcleos mais conhecidos: Sítio São Francisco, Maribondo, Tenda, Lage, Sobradinho e Salto<sup>4</sup>.

Estudar a aglomeração que deu origem ao arraial de São Pedro de Uberabinha e recuperar o cotidiano de seus primeiros habitantes não constitui uma tarefa simples, porque é impossível que o passado seja retomado em sua inteireza e dele só podemos nos aproximar pelos sinais daqueles dias como mostrou Ginzburg. O trabalho do historiador, afirma o autor, tem suas “raízes em um paradigma indiciário”, iniciado com os homens caçadores e coletores que aprenderam a registrar, interpretar e classificar as pistas mudas e garantir sua sobrevivência. Esse saber venatório busca perscrutar os sinais a fim de que a realidade pretérita vivenciada se torne inteligível para os homens do presente, pois “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas que permitem decifrá-la”<sup>5</sup>.

Para recuperar os primórdios da história de Uberabinha, há certa escassez de fontes primárias. No Arquivo Público de Uberlândia, a documentação oficial é posterior à emancipação da cidade. As principais fontes são dos memorialistas que descrevem os primeiros passos nas *veredas do progresso em tons altissonantes*<sup>6</sup>. E, em suas produções, é notório terem se valido do trabalho uns dos outros.

A primeira delas data de 1916 – *Município de Uberabinha* –, de Roberto Capri, autor especializado em produção de obras desse gênero, conforme encomendas de inúmeras cidades brasileiras. Em Minas Gerais, por exemplo, ele produziu mais de uma dezena de obras

---

historiadores locais, é consensual não ser possível precisar a data de assinatura das primeiras sesmarias que formaram a cidade de Uberlândia, mas, provavelmente, por volta de 1817, essas terras, a noroeste de Uberaba, receberam seus primeiros entrantes. PEZZUTTI (1922), ARANTES (1938), LOURENÇO (2005).

<sup>4</sup> Havia também outros núcleos de povoação como Estivinha, Balsamo, Letreiro, Olhos d’Água, Pindaíbas, Moreno.

<sup>5</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais, raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. (1986) São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 177.

<sup>6</sup> Em trabalho anterior, discuti, mais pormenorizadamente, o papel desempenhado pelos memorialistas de Uberabinha/Uberlândia no século XX. Suas produções procuram produzir “uma verdade” sobre a história local, transcrevendo documentos históricos, citando personagens ilustres, índices demonstrativos das informações fornecidas, descrevendo os aspectos físicos e humanos que auxiliem o entendimento da condição de desenvolvimento e prosperidade do município, procurando, um caráter didático-pedagógico que orienta o futuro. DANTAS, Sandra M. *Veredas do progresso em tons altissonantes*. Uberlândia: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

sobre pequenas cidades.<sup>7</sup> A segunda obra de caráter memorialista, redigida em 1922, por Pedro Pezzuti, sob recomendação da Comissão de Redação e Instrução da Câmara Municipal, que desejava “um estudo de suas riquezas agrícola, industrial, pastoril e mineral; bem como a historia do Município, desde a fundação do povoado até sua elevação á cidade”<sup>8</sup>. Em sua narrativa, Pezzuti confessa que os “pouquissimos documentos escriptos que poderiam elucidar a materia ou já não mais existem ou, se existem, estão em logares tão excentricos, que seria difficil tarefa desencantal-os e revistal-os”<sup>9</sup>. Sua produção – *Município de Uberabinha* – Historia, Administração, Finanças, Economia – é certamente uma das mais consultadas para as pesquisas, acadêmicas ou não, e é a de maior detalhamento sobre o povoamento e o desenvolvimento do arraial de Uberabinha.

A obra de Pezzuti, embora objetivasse uma “narração imparcial de todos os factos e episodios”, é uma representação dos grupos sociais que, naquele instante, governavam a localidade. Na obra, é explícita a visão desses grupos, especialmente do agente executivo que administrava a cidade havia doze anos e suas realizações são fartamente descritas e aplaudidas. Isto é, a história da cidade se confunde com a história desses grupos. Portanto, tomo a obra de Pezzuti não como “manancial de informações sobre o passado da cidade”<sup>10</sup>, mas como representação plausível desse passado, dentre outras possibilidades.

Pedro Pezzuti tinha formação secular e eclesiástica, era jornalista e foi pároco em Uberabinha, entre os anos 1911 e 1919, ocasião em que esteve diretamente envolvido nos certames políticos locais. Sua condição intelectual e suas relações com o grupo político no poder parecem tê-lo feito ideal para a tarefa de redigir a obra. Tarefa que foi dividida com dois outros autores, José Avelino e Ignácio Paes Leme; enquanto ele foi responsável pela recuperação da história da cidade do povoamento até 1922, aos demais coube a descrição das ações políticas dos agentes executivos e do desenvolvimento de serviços de infra-estrutura.

Muitos dos documentos consultados por Pezzuti não foram preservados e as produções memorialistas posteriores tomam-no como uma das mais importantes fontes. Além dele, Jerônimo Arantes, Tito Teixeira, Antônio Pereira da Silva são também referências na recuperação histórica do município. São fontes importantes na construção da argumentação deste trabalho visto terem constituído um discurso que auxiliou na consolidação das

<sup>7</sup> CAPRI, Roberto. *Minas Geraes e seus municípios*. São Paulo: Pavan, 1916. A obra memorialista do autor referente a Uberabinha é *Município de Uberabinha*. – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola. São Paulo: Andrade e Dia Ed., 1916.

<sup>8</sup> PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922.

<sup>9</sup> Idem. p.9.

<sup>10</sup> BOSI, Antônio de Pádua. “História e historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos 1912 a 1922”. In: *Tempo da Ciência* (12) 24:17-34, 2º semestre 2005. p.18.

representações dos grupos sociais e políticos dominantes em Uberabinha/Uberlândia, na tentativa de construir uma história positiva, que justificasse a trajetória seguida.

Jerônimo Arantes escreveu uma diversificada produção a respeito da história de Uberlândia, com ênfase nas origens da cidade. Durante sua vida exerceu diversas atividades – jornalista, professor, escritor, memorialista, funcionário público – e formou um conjunto variado de documentação: clichês, fotografias, quadros pintados a óleo, plantas e mapas, jornais e revistas locais e avulsos de outras localidades, folhetos e livros, correspondências que constituem a Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA) no Arquivo Público de Uberlândia.

Tito Teixeira escreveu a obra memorialista mais volumosa. Dividida em dois volumes, *Bandeirantes e Pioneiros no Brasil Central* – História da criação do município de Uberlândia trata, no primeiro volume, da criação do município e, no segundo, apresenta uma listagem de pessoas que considera importantes para o desenvolvimento do município. O autor, que fora vereador entre os anos 1912–1919 e pertencia a uma família de comerciantes e políticos locais, escreveu a obra a partir de crônicas produzidas para uma emissora de rádio em 1968.

Antonio Pereira da Silva é um memorialista ainda ativo, que produz sobre variados temas atinentes à história local, utilizando farta e diversificada documentação. Possui mais de uma dezena de livros publicados entre narrativas históricas e crônicas e assina, semanalmente, uma coluna no maior jornal de Uberlândia, na qual escreve crônicas de eventos pitorescos sobre a cidade.<sup>11</sup>

Para me aproximar dos homens que desbravaram as terras de Uberabinha, procuro, detetivescamente, nas obras dos memorialistas, os sinais que permitem visualizar seu representar e seu agir ao (re)criarem suas vidas. As primeiras famílias entrantes enfrentaram obstáculos vários como a resistência dos remanescentes caiapós, as longas distâncias de outros povoamentos para obter víveres e gêneros, haja vista que os núcleos de povoamento eram “raros, rudimentares, distanciados, quase perdidos por esses ermos”<sup>12</sup>. Cabe salientar que a jurisdição do território pertencia a Uberaba, principal povoamento da região, mas, por sua distância, as necessidades materiais e espirituais da população local eram saciadas na Aldeia de Santana, mais próxima. Lá adquiriam os gêneros necessários à sua subsistência, freqüentavam as festividades civis e religiosas e realizavam negócios diversos.

<sup>11</sup> Agradeço a gentil atenção do memorialista em fornecer informações e trocar idéias sobre a história de Uberabinha.

<sup>12</sup> PEZZUTI, P.. Introdução. *Parecer da Comissão de Redação e Instrução da Câmara Municipal de Uberabinha*. Op. Cit p.7

O desbravamento das terras que formariam Uberabinha exigiu muita disposição, porque, quando os geralistas aportaram, o Sertão da Farinha Podre não estava desabitado. Quando os primeiros deles atravessaram a região, em meados do século XVIII, perceberam a presença dos nativos caiapós pelas esparsas habitações, pelas áreas cultivadas e pelas queimadas, prática utilizada para preparar uma nova área de cultivo. Na estrada aberta pelos bandeirantes, houve a formação de aldeamentos para que servissem de defesa do território, pouso para os viajantes e rede de planejamento e expedição para incursões ao território para apresar os indígenas.

Os primeiros aldeamentos da região foram Santana do Rio das Velhas, Rio das Pedras<sup>13</sup> e Piçarrão<sup>14</sup>. Das margens do rio Paranaíba ao Rio Grande, existiram 18 aldeias, a maioria delas nascidas nas proximidades de rios e córregos e/ou à beira de caminhos, como a Estrada do Anhanguera. E, além dos nativos, havia os quilombos que também ofereciam tenaz resistência, sendo o Quilombo do Ambrósio<sup>15</sup>, com uma população estimada em mil habitantes, o mais conhecido e temido.

A terra do sertão não é prêmio ao trabalho, nem penhor de felicidade e riqueza. Ao contrário, é ônus ao seu possuidor, que se vê consumir, lentamente, na luta insana e incompensada de propagar o Brasil na sertania. Amansar sertão! Esse o ideal de quem se interna no deserto para edificação de algo grande e progressista, participante do inconsciente expansionismo da alma da coletividade.<sup>16</sup>

O “ônus de amansar o sertão”, entendido como a dizimação da população nativa e quilombola do Sertão da Farinha Podre, fez parte de um projeto amplo em que a metrópole portuguesa objetivava civilizar toda a colônia, segundo argumentação de Amantino:

Durante o século XVIII houve um projeto civilizador voltado para a Colônia. Embora tenha sido desenvolvido na Metrópole, tal projeto foi, em linhas gerais, absorvido pelas elites coloniais. Uma das principais idéias era a

---

<sup>13</sup> Atuais cidades de Indianópolis e Cascalho Rico, respectivamente. A evolução de alguns aldeamentos indígenas para a condição de cidade pode ser explicada pela existência de uma população sedentária e de serviços especializados; o que lhes conferiu um caráter proto-urbano.

<sup>14</sup> Aldeamento extinto.

<sup>15</sup> O sítio onde existiu o Quilombo do Ambrósio fica no território da atual cidade de Ibiá. Destruído em 1746, renasceu sob o nome de Quilombo Grande ou do Tingo-Tingo e causava receios nos habitantes da região devido à sua organização social, econômica, pois, ao mesmo tempo que mantinha a coesão, facilitava os ataques a seus inimigos.

<sup>16</sup> CHAVES, Camilo. *Caiapônia*. Romance da terra e do homem do Brasil Central. 2. ed. Belo Horizonte: Santa Maria, 1943. p.113. O título do romance é espécie de homenagem ao povo caiapó, que ocupava extensa área, equivalente aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Segundo esse autor, a dizimação dos caiapós figurava para o homem branco e desbravador como uma espécie de determinismo ao “desaparecimento da raça vermelha, haja vista as tribos litorâneas, devoradas pelo Moloc – a Civilização”. p.31

crença de que a sociedade branca vista como a ‘civilizada’, deveria incorporar outras áreas à fronteira colonial, preferencialmente ricas e com possibilidades de produzirem. (...) O Projeto Civilizador proposto para Minas Gerais só seria levado a efeito se houvesse um controle sobre a existência dos que viviam no Sertão, e se este controle fosse estendido também às terras.<sup>17</sup>

Durante o século XVIII, a então capitania de Minas Gerais era a região mais populosa e urbanizada da colônia e era necessário expandi-la como parte de um projeto mais amplo de tornar o Brasil um país civilizado, preocupação que se tornou mais evidente no século XIX. Nesse sentido, a ocupação e povoamento das várias regiões mineiras constituía um duplo movimento de busca de riquezas e legitimação dos valores da civilização, aqui compreendida como “padrão de conduta, um controle racional e emocional”<sup>18</sup> que, juntos, constituem o que se denomina civilidade.

Concordando com o argumento de que havia um processo civilizador em curso no Brasil, no sertão mineiro, considerado “área rebelde que precisava ser controlada e domesticada”, ele não se restringia ao aspecto racional, envolvia a conformação das várias dimensões da vida dos indivíduos, não somente o aspecto pragmático; as subjetividades também deveriam ser civilizadas. Como demonstrado por Elias, o processo civilizador não obedeceu a um planejamento racional de longo prazo e, embora não tenha sido realizado sob uma educação intencional, possuiu um tipo específico de ordem<sup>19</sup>.

As terras do Sertão da Farinha Podre<sup>20</sup> se inserem no sertão oeste mineiro e o memorialista Edelweiss Teixeira identifica oito fases no processo de ocupação, fixação e exploração do território. A primeira delas é aquela que antecede a fixação do homem branco, quando os habitantes eram os indígenas e os quilombolas, fase que se encerrou por volta de 1746. A destruição dos quilombos e a expulsão dos caiapós marcariam as segunda e terceira fases (1746-1759) com envio de homens para “domar” os oponentes e instituir um povoamento fixo.

<sup>17</sup> AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Tese de doutoramento). p.173 e 182.

<sup>18</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. v. 1. (1939) Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p.23, 25.

<sup>19</sup> Idem. Introdução à edição de 1968.

<sup>20</sup> A explicação para o esdrúxulo nome é no mínimo inusitada. Aliás, há duas explicações a que os memorialistas da região se apegam. A primeira delas é atribuída a uma lenda, segundo a qual alguns viajantes, ao passarem pelo território, em direção às minas goianas, deixaram algumas buacas com torrões de farinha de mandioca, porque era comum fazerem depósito de víveres próximo a ribeiros, ao retornarem, essas haviam apodrecido. A segunda explicação é menos fantasiosa e se apegam a fatores mais razoáveis, afirmando que o nome não é original, visto, em Portugal, existiu a freguesia de *São Paio da Farinha Podre* e, no centro oeste mineiro, há um córrego de mesma alçunha, afluente do rio das Mortes. TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*. Séculos XVIII e XIX. Uberaba: Intergraf, 2001.

Por esse tempo, há indicações de que, por volta de 1736, foi fundado um povoamento em um chapadão chamado Tabuleiro, que não suportou o ataque dos caiapós, sendo destruído. Algum tempo depois, a 18 km dessa antiga povoação, fundou-se uma nova no lado esquerdo do Rio das Velhas, era o Desemboque.<sup>21</sup>

Alguns sertanistas, vindos da região de Pitangui, colaboraram na criação do arraial Nossa Senhora do Desterro do Desemboque concomitante à descoberta de jazidas na cabeceira do rio das Velhas, por volta da década de 1730. Ele, entretanto, só alcançou vigor no final da década de 1750, com a expulsão dos caiapós e dos quilombolas adjacentes. Ergueu-se a igreja ao orago que deu nome ao povoado que cresceu significativamente alcançando quase 200 fogos; o que perfazia mais de 1.200 habitantes. Os áureos anos da quarta fase foram seguidos pelas disputas eclesiásticas e civis, para administrar o povoado que ora pertencia ao bispado de Goiás, ora ao bispado de Mariana. Essas disputas caracterizariam, segundo Teixeira, a quinta e a sexta fases de efetivação da ocupação do Sertão da Farinha Podre (1761-1764).

A criação do Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque pela Ouvidoria de Goiás caracterizou a sétima e penúltima fase, sendo que a última iniciou-se em 1775, quando a administração religiosa do arraial foi transferida definitivamente para o bispado de Goiás. As escaramuças incentivadas pelas disputas das jazidas provocaram choques de fronteira entre as capitanias envolvidas que só foram definidas anos mais tarde.

Vinculado à capitania de Goiás, o arraial de Desemboque teve seu apogeu entre os anos de 1764 e 1775 e, durante esse período, além do aumento de sua população e da movimentação em seu interior, atraiu inúmeros aventureiros, facilitando o contrabando do ouro. E o bloqueio da passagem para a capitania de São Paulo (1778) coincidiu com o início da decadência do arraial. A prosperidade do arraial não se deveu somente à exploração de suas jazidas auríferas. Lourenço cogita que “a rápida prosperidade do povoado tenha sido conseqüência de ele ter se transformado num centro de contrabando do ouro mineiro para fora dos limites da capitania, nas fugas do imposto do quinto e das derramas”<sup>22</sup>. A postura do autor é fortalecida por outros memorialistas da região como Borges Sampaio e Nabut<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> NABUT, Jorge Alberto.(org) *Desemboque: Documentário Histórico e Cultural*. Uberaba: Arquivo Público, 1986.

<sup>22</sup> LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2005. p.115.

<sup>23</sup> SAMPAIO, Antonio Borges. *Uberaba: história, fatos e homens*. v. 1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

NABUT, Jorge Alberto.(org) *Desemboque*. Op. Cit. p.50. “*Desemboque. O ouro desapareceu e com ele foi-se a cidade, a capital do Triângulo Mineiro daqueles tempos.*”

Embora a riqueza abundasse no povoado de Desemboque, sua população vivia às voltas com a violência e os desmandos dos homens ricos do lugar. Em carta ao governo da capitania, a índole da população local foi assim descrita:

Os habitantes do Rio das Velhas ou das Abelhas, sam e vivem desatados de todo os vínculos, as leis de obrigar entre eles nam tem fôrça nas consciências, nam tem recusos e por conseqüência nam tem fidelidade para com os Príncipes, nem votos para as promessas, nem lealdade para os juramentos, nem amor para com as famílias, **nem para o trato e civilidade**, nem respeito para com Deus nosso Senhor.<sup>24</sup>

A descrição permite intuir a preocupação com um padrão de comportamento e atitude que se esperava que os homens tivessem e que, no entanto, ainda não se tornara real. Os homens precisavam de aprender as práticas civilizadas para com as autoridades, os negócios e a vida social e familiar. Não bastava a riqueza material, a edificação de um agrupamento de homens brancos; eram necessários os princípios da civilidade, do bem estar e do bem comportar-se.

O declínio da economia no Desemboque estancou a migração. Do decadente arraial, partiam expedições para outras áreas, buscando novas oportunidades. Nos primeiros anos do século XIX, algumas incursões de sertanistas foram realizadas a oeste, para averiguar as possibilidades de expansão do território e aquisição de terras de cultura. Nessas incursões, originaram-se povoamentos que se desdobraram em arraiais, outros em vilas e outros em cidades.

Na formação dos povoados, a contribuição das relações consangüíneas e de afinidade foi assaz importante. Os pioneiros chegavam à região para tomar posse da terra e demarcar os limites. Retornavam a seus lugares de origem para buscar a parentela e efetivar a colonização da área posseada. Aos poucos, esses primeiros habitantes incentivavam que outros parentes e amigos se transferissem para a região, constituindo, assim, os arraiais. A essa altura, os aldeamentos primitivos da região como Capelinha, Estiva e Lanhoso também estavam em vias de desaparecimento. E, por ocasião da transferência do território da Farinha Podre de Goiás para a jurisdição de Minas Gerais (1816), a população estava estimada em aproximadamente 3.900 habitantes<sup>25</sup> e a notícia da fertilidade das terras atraiu famílias de outras regiões que foram adensando e se somando, não somente às terras, mas às esperanças dos que lá já se encontravam. E, à proporção que esses pioneiros iam se fixando, a identidade

<sup>24</sup> PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro; Vitória Artes Gráficas Ltda., 1970. p.59 (Os negritos são meus).

<sup>25</sup> TEIXEIRA, E. *O Triangulo Mineiro nos Oitocentos*. Op. Cit. LOURENÇO, L. B. *A oeste das minas*. Op. Cit.

territorial e os grupos de vizinhança também se definiam. Na tentativa de dimensionar a efervescência que vivia a região, convém indicar que, entre 1820 e 1850, foram fundados os povoados de Dores do Campo Formoso, São José do Tejuco, Monte Alegre, Abadia do Bom Sucesso, Campo Belo, Brejo Alegre, Dores de Santa Juliana, Santa Rita dos Impossíveis e São Pedro de Uberabinha<sup>26</sup>.

A vida no sertão da Farinha Podre era majoritariamente vivida nas grandes fazendas. Seu desenrolar era caracterizado por visitas entre vizinhos e compadres, os sonhos casadoiros das sinhazinhas e posterior casamento entre os jovens (preparados pelos interesses dos pais), os cuidados e mandos das mulheres sinhás para ordem, asseio e disciplina de suas casas, a dedicação dos homens aos negócios com a lavoura ou com o gado. O cotidiano dos vários trabalhadores (escravos e livres), distribuídos em ofícios masculinos como a preparação para apresamento de gado bravo, os carreiros, os vaqueiros, os peões, os carpinteiros, os arrieiros; e em ofícios femininos como os trabalhos na casa e na cozinha, preparo de comidas e quitandas, cuidado com os afazeres dos quintais e galinheiro, as lavadeiras, as fiandeiras. Sem esquecer-se de outros agregados sem ônus para o dono das terras ou empregados contratados, a preparação de festas e as celebrações diversas.

No arraial, a movimentação ocorria aos finais de semana e dias santos. Embora possuísse uma população sedentária, de pequeno número, a maioria dos homens e mulheres do lugar passava a maior parte do tempo fora, empregada em trabalhos nas fazendas; e muitos desses indivíduos, de posses modestas, eram alfaiates, fiandeiros, ferreiros. Já os ricos proprietários, além de suas fazendas, possuíam casas no arraial e constituíam a população temporária. Entretanto, nos finais de semana, a população se reunia seja para ir à missa, vender produtos e víveres na praça, visitar os parentes e amigos, participar de festejos, articular e estabelecer parcerias políticas.

Domingo. O sino repicava desde o alvorecer a anunciar que havia missa. O aspecto era festivo, no traje adomingado do povo. Os roceiros que chegavam para cumprimento do preceito, consoante as ligações de parentesco ou amizade, apeavam-se às portas dos ranchos de capim, amarrando os cavalos nas estacas ou árvores próximas. Antes do toque de entrada, os caminhos se povoavam de fiéis. Mulheres e crianças se agrupavam na nave, ajoelhadas ou sentadas no chão, à espera do ato devocional.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Atuais cidades de Campo Florido, Ituiutaba, Monte Alegre, Tupaciguara, Campina Verde, Araguari, Santa Juliana, Itumbiara e Uberlândia, respectivamente.

<sup>27</sup> CHAVES, C. *Caiapônia*. Op. Cit. p.213.

A bucólica descrição do memorialista Camilo Chaves a respeito da agitação do domingo em um arraial do Sertão da Farinha Podre aponta certa morosidade no cotidiano, a persistência de modos rurais daqueles que habitavam o embrião urbano.

O povoamento de São Pedro de Uberabinha, formado pelo aglomerado das famílias pioneiras, tinha uma aparência rudimentar, quase perdido no sertão. Quando o sertanista João Pereira da Rocha avistou a terra, vislumbrou nela uma possibilidade, não uma realidade. Desabitada, a terra ignóbil parecia desafiá-lo como se denota da descrição de Pezzuti:

O território da futura Uberabinha, a noroeste de Uberaba, era então sertão, isto é, plagas desertas, cheias de mysterios, de atrativos e de perigos, á mercê de quantos tivessem animo e forças de penetral-as e assenhoreal-as. (...) Aonde se distendiam dilatados terrenos baldios, completamente deshabitados, opulentos de florestas e de campos verdejantes, fertilíssimos, de aguadas esplendidas, privilegiados de clima, perfeitamente aptos para a facilidade da vida e prosperidade de quaesquer estabelecimentos.<sup>28</sup>

Tudo estava por fazer... A dadivosa paisagem natural parecia estar à espera de um explorador. A figura do explorador, surgido em nome das monarquias nacionais e apresentado por Bourguet<sup>29</sup>, é pertinente para pensarmos o caráter desbravador, desempenhado pelos sertanistas que, lançando-se ao desconhecido, enfrentaram inúmeras intempéries em nome de um ideal ou de interesses econômicos. O explorador não era um romântico aventureiro, mas, sim, um reconhecedor, com objetivos precisos, que acreditava na possibilidade de construir, nas novas terras, uma realidade específica. Por isso, ao chegarem, esses homens se preocuparam em demarcar suas posses nas proximidades de fontes de água ou das estradas, para facilitar o manuseio como as práticas comerciais e o transporte, iniciaram roçados e pastos, montaram arremedos de indústria como a fabricação de anil, ergueram construções para moradias e choupanas para as diversas atividades.

O homem desbravador das terras uberabinhenses veio acompanhado de comitiva, não era o único interessado nas terras devolutas naquele lado do Rio das Velhas. Conflitos entre os sertanistas não eram incomuns, como o caso de João Pereira da Rocha que, como

<sup>28</sup> PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Op. cit. p.7-8.

<sup>29</sup> BOURGUET, M-N. "O explorador". In: VOVELLE, Michel.(org) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1992. "O explorador é aquele que parte à descoberta de uma frente de conquista intelectual, cujo império se estende a pouco e pouco a todo o planeta." (p.212) O trabalho do explorador consistia em garantir não apenas o domínio político em nome do rei, mas também implantar o modelo de seu país de origem, considerado mais avançado. A autora enfatiza que a prática sistemática das "missões de civilização" só ganhou vulto no século XVIII, quando passaram a constituir missão organizada de reconhecimento. No geral, esperava-se dos exploradores relatórios de viagem que fossem contribuições científicas e não apenas relatos destituídos de análise.

conta Pezzuti, teve um trecho de sua propriedade invadida e, para resolver a querela, foi necessário pagar ao intruso para que não reclamasse posse. Continuamente era preciso zelar por demonstrar a quaisquer que por ali passassem que a terra já possuía dono. O som da madeira caindo na mata, a batida do monjolo e o ruído dos instrumentos do engenho, o carro de boi rangendo pelas trilhas, a criação de gado, o cultivo de gêneros nos roçados, a preparação da pastagem e a edificação de *arrancharções* eram anúncios de ocupação para fazer recuar os oponentes e demonstrar que a paisagem estava em transformação.

O memorialista uberabense Hildebrando Pontes observa que os primeiros sertanistas que chegaram ao Triângulo Mineiro eram homens de pequenas posses. Por outro lado, suspeito que a facilidade que o governo mineiro ofereceu, para a concessão de sesmarias, após a desagregação da região da província de Goiás (1816), com vistas a solidificar a administração, animou homens mais abastados a explorar essas paragens, como visto no contingente de famílias deslocadas para o povoamento. Desbravar a terra-sertão não consistia em uma tarefa fácil. Os desafios eram naturais e humanos, racionais e emocionais.

Acredito que os primeiros entrantes de Uberabinha não eram necessariamente homens pobres. Pelo menos aqueles que lideraram o processo de ocupação e exploração eram homens que, como se refere o memorialista uberlandense Arantes<sup>30</sup>, adquiriram grandes posses e suas sesmarias constituíram os primeiros povoados que, agregados, formaram o arraial do qual surgiria Uberabinha.

Examinando os inventários *post mortem* do Triângulo Mineiro no século XIX, Lourenço elaborou um perfil de riqueza e pobreza de seus moradores e os classificou do seguinte modo: proprietários, sitiantes (indivíduos que possuíam apenas o usufruto da terra), agregados em sítios, chacareiros e moradores dos arraiais. Os últimos formavam a parcela mais pobre da população, enquanto os demais possuíam riquezas como bens de raiz, escravos, equipamentos e outros.<sup>31</sup> Essa classificação pode ser utilizada para compreender a situação do arraial de Uberabinha. Distante dos centros comerciais e dos recursos materiais, seus primeiros moradores não eram indivíduos destituídos de posses porque a sobrevivência exigia o envolvimento em diferentes atividades e, concomitantemente, recursos. Não quero dizer que o processo de ocupação e de exploração foi realizado graças a homens detentores de posses. Como bem lembrou o poeta alemão Bertold Brecht, no conhecido poema *Perguntas de um trabalhador que lê*, todos os homens são sujeitos históricos, dignos de menção e atenção. A intenção é questionar a idéia difundida por memorialistas locais e regionais de que os

<sup>30</sup> ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Op. Cit. 1938.

<sup>31</sup> LOURENÇO, L. B. *A oeste das minas*. Op. Cit.

entrantes do Triângulo Mineiro eram homens pobres, como aparece no perfil traçado sobre o arraial de São Pedro de Uberabinha:

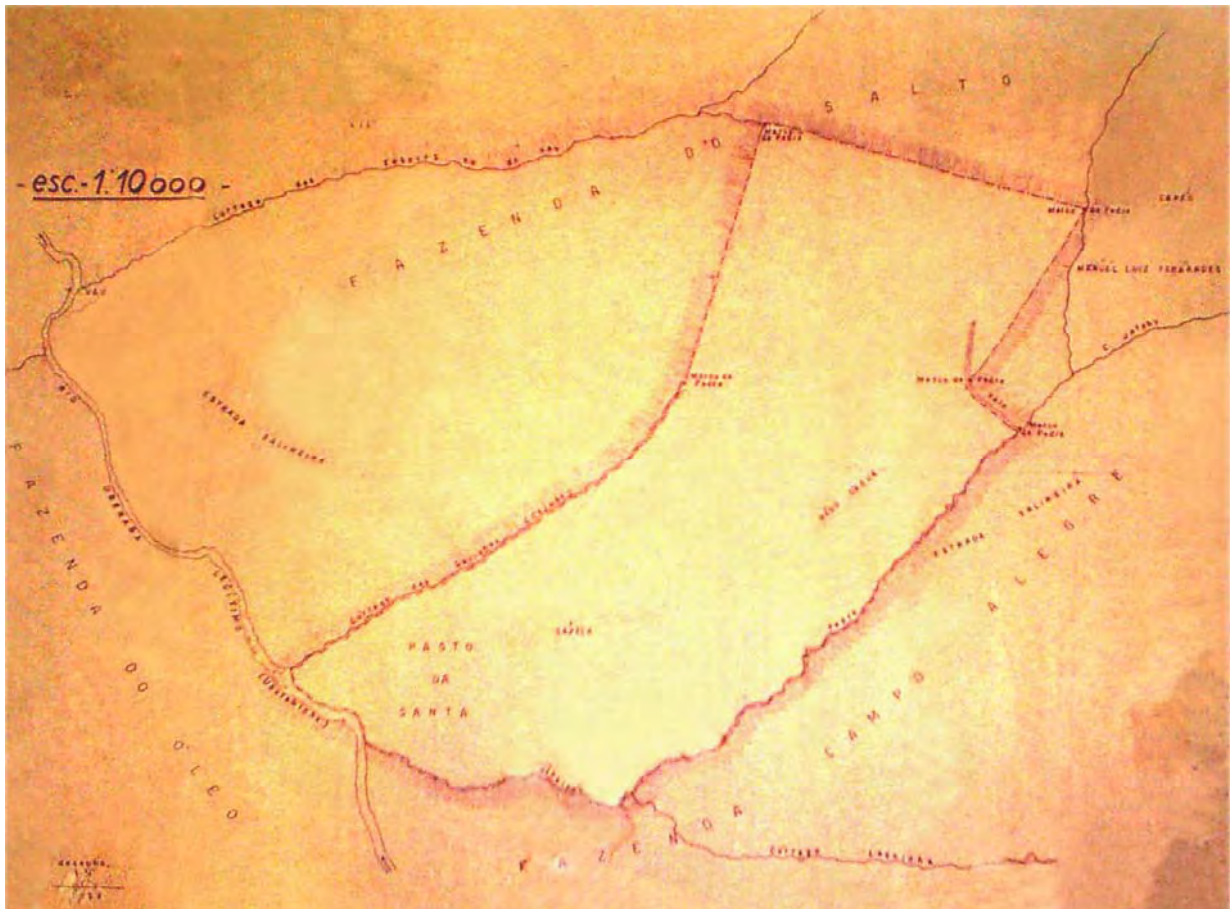
População em geral pobre, mas muito laboriosa e ambiciosa de melhorar, bastante coesa pelos tempos, que se vinha progressivamente alastrando pela zona, esboçando o núcleo de uma nova aggrregiação social e civil, que o tempo amalgamou e tornou prospera e forte.<sup>32</sup>

A ênfase ao aspecto econômico como não favorável aos pioneiros parece fazer creditar aos mesmos um denodo que, contrariando os obstáculos, justifique os esforços para a exploração do território, o estabelecimento de práticas e a trajetória histórica construída, geralmente narrada segundo uma cronologia linear em que o presente da narrativa figura como superior. Os primeiros entrantes foram formados por homens e mulheres, abastados e pobres, que acreditaram na possibilidade de construir uma nova realidade, alterar suas vidas, tornando-as melhores, mais prósperas e, quem sabe, mais civilizadas. À medida que esses homens e mulheres iam (re)elaborando respostas para seu cotidiano e garantindo sua subsistência, conflitos se estabeleceram. A trajetória história é marcada por tensões e não há porque duvidar de que tenha sido diferente no Sertão da Farinha Podre.

Outrossim, são os memorialistas que relatam que, nas possessões da família Carrejo, iniciou-se um arraialejo. Adensando a população, algumas famílias se uniram e adquiriram 100 alqueires das terras pertencentes à família de João Pereira da Rocha, a fazenda do Salto, para erigir uma capela. Obtida a licença para a construção, oficializava-se, assim, em 1846, o povoado de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha entre os córregos São Pedro e Cajubá.

---

<sup>32</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.12.



**Mapa 2** – Demarcação das glebas que formaram o arraial e a matriz de Uberabinha (ArPU – *Coleção Professor Jerônimo Arantes*).

A união de famílias para aquisição das glebas de terras objetivava a construção de uma capela para ser assistida por um pároco permanente, visto que, até aquele momento, os moradores se deslocavam até Aldeia de Santana para os sacramentos, não existindo uma ermida que os reunisse. A singela capela curada possuía sessenta metros quadrados e foi construída de adobe e barro. No entorno, foi reservado o adro que serviu como cemitério e local de reunião dos fiéis em suas celebrações festivas.

Aos poucos, ocorreu o aumento de pessoas e de negócios no pequeno arraiajejo que passou a manter contatos com os arraiais de Brejo Alegre, São Domingos de Araxá e Santo Antonio de Uberaba. Cinco anos depois, iniciou o processo de demarcação do patrimônio local com a criação do Distrito de Paz, possibilitando a ministração dos sacramentos como batismos e casamentos. Em um documento assinado por mais de duzentas pessoas, foi encaminhada à sede do bispado solicitação para construção da igreja matriz; o que elevaria o arraial à condição de freguesia. O documento apresenta a estatística populacional, a distância da sede eclesiástica mais próxima e as dificuldades enfrentadas para os habitantes deslocarem-se e prestarem seu culto religioso.

Os abaixo assignados, habitantes do Districto de S. Pedro de Uberabinha, da Freguesia e Termo da Cidade de Uberaba, vem perante esta Assembleia pedir a elevação de sua Capella á categoria de Freguesia, com a mesma denominação de Freguesia de S. Pedro de Uberabinha. É tanta a justiça que assiste aos abaixo assignados, que poucas considerações serão precisas para convencer a esta Assembleia, que a sua Capella não é inferior á aquellas que tem obtido uma igual graça. A capella de S. Pedro, ora filial da Freguesia de Uberaba, dista d'aquella Matriz de Igreja á Igreja, 20 léguas, e aos seus limites, mas de 30, tendo alem d'isto de passarem dois rios, quaes os rios d'Uberabinha e Tijuco, alem do Uberaba, que tem ponte, tendo de transitarem quase sempre por um chapadão desse povoado, havendo em todo este trajecto apenas 2 ou 3 fazendeiros. Demais, a Capella de S. Pedro, que tem hoje uma população maior de quatro mil almas e que tem um terreno fértil e abundante, soffrem immenso os seus habitantes com falta de recursos espirituaes, alem dos mais recursos da vida civil, pela distancia em que se achao da Igreja-mor. Em vista portanto do exposto, esperão os abaixo assignados que esta Illustre Assembleia, se dignará attendendo esta sua representação, elevar o seu curato á cathogoria de Freguesia com os mesmos limites do Districto.<sup>33</sup>

A lei provincial n.831, de 1857, atendeu à solicitação conforme transcrição abaixo:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e sete, neste arraial de Nossa Senhora e São Sebastião da Barra de Sam Pedro de Uberabinha (...) determinou o Juiz que demarcassem o dito Patrimonio, estabelecendo os mares e divisas que bem podessem marcar e dividir o dito Patrimonio de maneira que não confundisse para o futuro com partes de alguém.<sup>34</sup>

A análise dos documentos acima transcritos transcende as palavras do texto. O pequeno arraial contava com cerca de 20 fogos. As possessões de terras foram regularizadas, homologando-se mais de 50 datas patrimoniais, abertura de ruas e início de novas construções, notadamente em torno do adro da igreja, de modesto aspecto. E, se havia cerca de 20 fogos construídos, é difícil acreditar que todos os assinantes residissem no arraial. Possivelmente, além dos habitantes do arraial, uniram-se aos da zona rural ou mesmo de outros povoados, cuja distância de igreja matriz era considerável e a quem interessava a proximidade dos recursos eclesiásticos. Só havia dois ou três fazendeiros em um raio de aproximadamente 150 quilômetros; distância entre a sede da igreja-mor mais próxima e o arraial, o que constitui um aspecto relevante na consideração de que, para a elevação a freguesia, foi necessário o endosso de vários esforços, porque um dos critérios de autorização para construção de igreja era o adensamento populacional<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Coleção Roberto Carneiro. Vol II. Documentos diversos. Abaixo assinado para elevação à freguesia (1857). CDHIS/UFU.

<sup>34</sup> ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Municipio de Uberlandia*. Op. Cit. p.14.

<sup>35</sup> MARX, M. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

A nomenclatura do arraial, no documento de abaixo-assinado, é simplificada, porque a lei provincial que demarca o patrimônio se refere a extenso nome. O nome registrado nos documentos é Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha e a utilização de três santos de devoção na designação do lugar não parece ser fortuita.

A religiosidade católica marca o Brasil desde a chegada dos portugueses e, de acordo com Maria Vicentina Dick, essa se manifestou na toponímia de reconhecimento da costa e, ao longo dos séculos, na caracterização dos diversos espaços de povoamento, dos acidentes geográficos como o relevo e os rios, dos logradouros (ruas, pontes, largos, praças), vilas e cidades<sup>36</sup>. Como geralmente o hagiotopônimo dos povoados brasileiros refere-se somente a um orago, a tríplice homenagem aos santos católicos em Uberabinha é singular.

As terras formadoras do patrimônio foram adquiridas da primeira família sertanista no lugar, aquisição viabilizada pela união de outras famílias para pagamento do valor estipulado. Uma das qualidades dos pioneiros, continuamente ressaltada pelos memorialistas, é a religiosidade; o que, de certa forma, poderia explicar a extensa designação toponímica, porém posso inferir que a nomeação é, também, um desígnio. Ao nomear o lugar com os santos de sua devoção, as famílias doadoras confirmam seu poderio em interferir nos rumos tomados. A documentação não possibilita uma análise mais acurada das motivações e dos mecanismos para definir o nome do povoado, no entanto revela que os primeiros entrantes de Uberabinha não eram homens de poder econômico irrisório e possuíam planos de assegurar uma representação definida de si. Posso aventar que a doação das glebas de terra a Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião constituiu um modo de reconhecimento da importância de famílias específicas e, após a anexação às antigas possessões da família Pereira da Rocha (devota de São Pedro), validou um propósito que extrapola a religiosidade, tocando formas de conceber e atuar no mundo.

Uberabinha é o nome do rio que banha a cidade, inicialmente conhecido por Uberaba falso.<sup>37</sup> Aos oragos adicionou-se Uberabinha e do extenso nome, aos poucos, aqueles foram suprimidos, reduzindo-se à última nomenclatura. Na ciranda de nomes, há mais do que

---

<sup>36</sup> DICK, Maria Vicentina. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume, 1997. Os primeiros topônimos de várias cidades do país são hagiográficos (Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, Santo André da Borda do Campo, São Paulo do Campo, São Sebastião do Rio de Janeiro) e, no Sertão da Farinha Podre, essa tendência não se escusou, alguns arraiais receberam nomes conforme a devoção dos primeiros pioneiros (São José do Tejuco, Bom Jesus da Cana Verde, Santo Antônio de Uberaba).

<sup>37</sup> O nome Uberaba advém do topônimo indígena Y-BERAB (água – brilhante, clara). Quando os bandeirantes atravessaram essas paragens, simplificaram a pronúncia pela qual os nativos denominavam o rio de que se serviam. Ao outro rio, não muito distante, deu-se o mesmo nome com o adjetivo “falso” por acreditar que era afluente do primeiro, o rio Uberaba verdadeiro.

se possa imaginar, porque, nos topônimos de Uberabinha, subjazem muitos projetos. Se no domínio institucional, valia a extensa nomenclatura, os moradores a simplificavam como visto no documento para elevação a freguesia. E sendo tão recente a aquisição das glebas para constituição do patrimônio, suponho que o intento das famílias devotas, em marcar suas posições, não alcançou tamanho êxito. É perceptível, nos documentos oficiais, a redução toponímica. A lei 602/1852 se refere a essa simplificação. Em sua epígrafe lê-se: “Lei que crea um Districto de Paz, no logar denominado São Pedro de Uberabinha”.

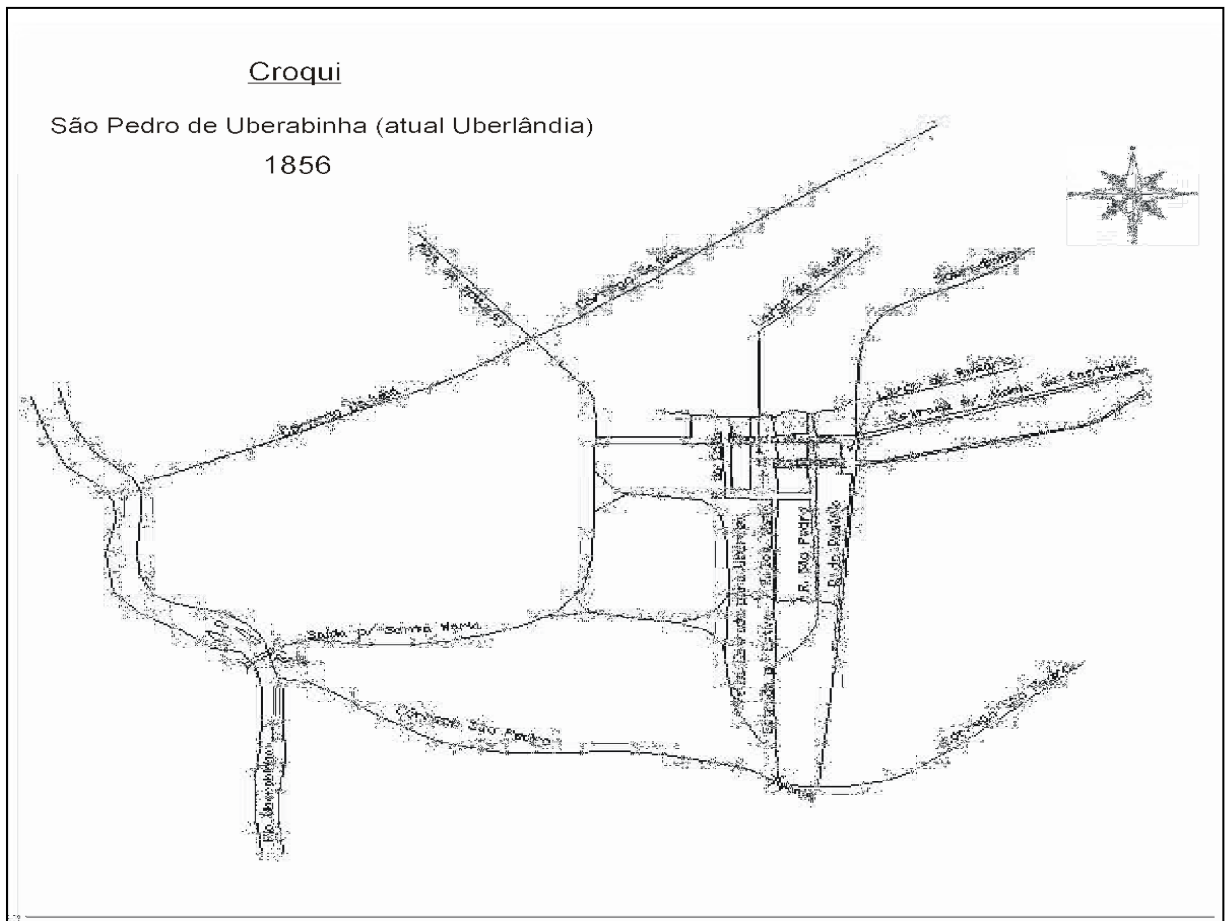
O afluxo de população e a demarcação do patrimônio foram comentados pelo memorialista Pezzuti, que se preocupou em enfatizar que as “commodidades do momento” foram responsáveis pela definição do aspecto que a freguesia ia constituindo.

Por essa época já se esboçavam na ourela do capão do matto, que havia sido roçado e plantado, algumas poucas ruas, ainda pobres, de modestíssimas casas, irregulares e maltratadas, irradiando do largo da Matriz ao do Rosario. (...) Contavam-se ao todo cinquenta e duas concessões, só em parte edificadas e algumas abrangendo mais de uma data, já edificadas; nove no largo da Matriz, duas no largo do Rosario, doze na rua S. Pedro, cinco na Rua do Cotta, quatro na Rua Direita, quatro na Rua da Bôa Vista, quatro na Rua do Pasto, tres na Rua do Rosário e uma na Rua do Commercio. As modestíssimas casas de morada se vinham construindo sem ordem de alinhamento, acompanhando as curvas do rego d’água da servidão publica. Não havia nenhuma preocupação de esthetica, e só se consultavam as commodidades do momento.<sup>38</sup>

As “comodidades” mencionadas parecem ser a proximidade das vertentes de águas e as adjacências da igreja. A maioria das edificações se aproximava do rego da servidão pública e dos córregos Cajubá e São Pedro, as melhores construções estavam no largo da paróquia e a vida no arraial não diferia dos demais da região. Lourenço afirma que, sem nenhuma exceção, todas as capelas que originaram arraiais, no Sertão da Farinha Podre, nasceram da doação de um patrimônio para a ereção de uma capela<sup>39</sup>, semelhante à maior parte dos primeiros agrupamentos urbanos no Brasil em que, defronte ao adro da igreja, ergueram-se as primeiras construções e o centro de comércio e de sociabilidade.

<sup>38</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.16. Essa informação também é corroborada por ARANTES, J. Op. Cit. 1938, p.18.

<sup>39</sup> LOURENÇO, L. B. *A oeste das minas*. Op. Cit.



**Croqui 1** – Área construída e adensamento populacional do arraial de São Pedro de Uberabinha  
Fonte: PMU – 2006. Adaptação por Guilherme Dantas.

No espaço que se esboçava como urbano, havia sete ruas, cuja nomenclatura identifica funções preexistentes. A Rua do Pasto, por exemplo, era o logradouro que levava à área conhecida como Pasto da Santa, gleba doada pelos pioneiros ao orago Nossa Senhora do Carmo e mantida em pousio. A Rua Direita recebeu esse nome, não por possuir um traçado retilíneo, mas por ligar pontos significativos do lugar. Quem aportava à localidade, vindo do sentido oeste, entrava pela rua que se dirigia para a igreja e seu entorno, ponto de maior movimentação. A religiosidade foi lembrada na identificação dos largos e duas ruas. E a menção a pessoas também existiu. Provavelmente, a família de José Cotta Pacheco, um dos primeiros sertanistas, residia na Rua do Cotta.

São Pedro de Uberabinha era um arraial de feição semelhante aos demais existentes no interior do Brasil do século XIX. A elevação a freguesia e distrito de Paz pouca alteração provocou, embora essa condição tenha significado o reconhecimento de sua importância eclesiástica e administrativa. Nas descrições, o aspecto do lugar pouco diferia de um povoamento rural. Pouco movimento, por aquela época havia “muito mato, muito bicho e

pouca gente”. E, considerando que as construções não eram realizadas segundo um alinhamento, as ruas eram tortuosas e se assemelhavam a caminhos abertos no sertão. Os moradores trocavam seus saberes da medicina popular como as receitas para curar “menino lombriguento”, quebranto ou constipação; gente pacata, após alguns tragos de bebida, arvoravam-se em valentões, sendo recolhidos pela polícia para dormir na cadeia “Miquelina”. A alteração desse quadro ocorria aos finais de semana, quando os moradores se deslocavam das fazendas e das casas para irem à missa, ou durante os feriados e festejos tradicionais, como Santo Antônio ou baile<sup>40</sup>. A modéstia do cotidiano dos primeiros tempos pode ser atribuída às dificuldades para suprimento das necessidades básicas, à distância de outras localidades, às limitações de acesso a bens e serviços; visto a maioria da população habitar no meio rural. Vagarosamente, a paisagem era transformada pela ação de homens e mulheres no roçado do capão do mato, na edificação das casas, no delineamento de novas ruas, nas trocas comerciais, na construção da igreja matriz; o que foi feito na década de 1860. Acompanhando os registros de batismos desde o reconhecimento da paróquia, em 1852<sup>41</sup>, é possível perceber um crescimento vegetativo da população e considerando, que novos homens e mulheres acorriam ao lugar, contabilizando os moradores da freguesia e de toda a zona rural que a circundava, posso sugerir que a população saltou de cerca de duzentos para aproximadamente cinco mil habitantes na década de 1880<sup>42</sup>. Esse aumento vertiginoso, ao mesmo tempo em que poderia embalar as esperanças de prosperidade, não significou transformações profundas no aspecto do povoamento. Em 1865, o lugar ainda possuía “feitio de aldeia” e convivia com os sérios conflitos entre grupos políticos, os liberais e os conservadores, respectivamente Chimangos e Cascudos, que se alternavam como autoridades distritais.

A discórdia lavrava funda no seio da família uberabinhense e acirrava-se em freqüentes e recíprocas pirraças, descentranhando-se em malquerencias e denigrações. (...) Cada parcialidade se emprenhava para ter as autoridades districtaes escolhidas entre os próprios sectários e dessas autoridades, muitas vezes, se valiam os paredros para exercerem arbitrariedade e picardias contra os adversários, picardias que eram retribuídas com usura tão logo o partido deixasse de ser poder público.<sup>43</sup>

<sup>40</sup> É o memorialista Jerônimo Arantes que permitiu pintar esse exótico quadro da freguesia de Uberabinha. ARANTES, Jeronimo. *Cidade dos sonhos meus*. Memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2003.

<sup>41</sup> CUNHA, Antonio & SALAZAR, Aparecida. “Número de batizados registrados nos livros da paróquia de Nossa Senhora do Carmo (1853 – 1941)”. In: *Nossos pais nos contaram: história da igreja em Uberlândia*. 1818 – 1989. Uberlândia: Edufu, 1989. p.78

<sup>42</sup> Fiado nos registros de batismo, Pezzuti contabiliza a população de São Pedro de Uberabinha do seguinte modo: década de 1860 – 3.000 habitantes; década de 1870 – 5.500 habitantes; década de 1880 – 6.000 habitantes. PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.17.

<sup>43</sup> Idem. p.18-19.

As pirraças, as arbitrariedades e as picardias afiguravam-se bastante comuns, na então freguesia São Pedro de Uberabinha, durante a segunda metade do século XIX. A documentação permite deduzir que não somente disputas políticas agitavam os ânimos uberabinhenses, internamente as relações fervilhavam. Descontentamento com o pároco; contendas entre desafetos, ameaças de morte e fugas pelas matas; ausência de serviços de infra-estrutura e de fornecimento de gêneros diversos; distância das cidades mais desenvolvidas; demora no transporte e comunicação porque os gêneros só chegavam em carro de boi e as notícias da capital da província e/ou do império chegavam demasiado tarde. A despeito disso, é provável que os primeiros melhoramentos tenham sido iniciados no período em foco, dotando-a de “ares de cidade”, na expressão do memorialista Pezzuti. Segundo ele, entre a década de 60 e 90, do século XIX, o afluxo de novos habitantes, com novas idéias, novos propósitos e a conseqüente necessidade de aumento do número de construções, expansão do sítio e das vias de circulação e providência dos meios de subsistência transformaram a vida da maioria dos habitantes e conferiram-lhes um aspecto diferenciado.

O lugar com “ares de cidade” que se erguia não se constituía de modo harmônico; em seu interior, fervilhavam interesses, visto que seus habitantes detinham aspirações e expectativas diversas, fato que, em certa medida, explica os inúmeros conflitos. Diante dos embates estabelecidos, a freguesia não estagnou. Aliás, eles eram parte da marcha; muitos interesses dos grupos contraditavam entre si, novos posseamentos desafiavam demarcações já existentes; às vezes, a busca por lucros exigia alterações nos paradigmas sociais. E, como queriam “fazer valer seus foros de colaborador effectivo no movimento regional”<sup>44</sup>, os melhoramentos realizados na freguesia contribuíram para que as facções políticas uberabinhenses se unissem por um nobre motivo, a emancipação política que traria visibilidade e, provavelmente, indicaria a formação de modos civilizados em terras sertanejas governadas pela força e onde a lei não era reconhecida. A melhoria do aspecto que ia se definindo como urbano e o atendimento de reivindicações somaram esforços para o propósito emancipacionista.

Os méritos pelo esforço de emancipação são atribuídos ao padre João Dantas Barbosa e ao deputado provincial, Augusto César. Processo deflagrado quando este último apresentou à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais o seguinte projeto de lei:

---

<sup>44</sup> Ibidem.

A Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais decreta:  
 Art. Unico: As freguesias de S. Pedro de Uberabinha e S. Sebastião (*sic*) ficção elevadas a categoria de Termo, desmembradas dos Termos de Uberaba e Monte Alegre sendo a séde na primeira e oneradas todos os officios de justiça, revogadas as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1888.

Augusto Cesar  
 Porfírio Machado  
 Coelho de Moura  
 Pedro Firminiano  
 Jurumenha  
 Soares Peixoto  
 Teixeira Duarte  
 Nelson

Corroborando o projeto de Augusto César, o padre João Dantas foi responsável por articular apoio junto às autoridades eclesiásticas de Uberaba e por elaborar um relatório, assinado pelos líderes locais, apresentando as condições de adiantamento da freguesia, que justificavam sua emancipação.

Ilmo. e Exmo. Sr. Augusto César Ferreira e Souza. Os abaixo assignados, tomando em consideração o pedido que V.Exa. fez em sua carta de 8 de janeiro do corrente anno, e também o desejo que se nutre entre os mesmos, da elevação desta freguesia à categoria de villa, vem prestar-lhe as informações seguintes:

A população consta de vinte mil almas mais ou menos. Contem 60 engenhos de serra, 9 olarias de telhas, 6 officinas de ferreiro, 14 officinas de sapateiro, 600 carros arriados em trabalho, 200 prédios, um cemitério obra de pedra aperfeiçoando uma matriz importante, contendo os paramentos; uma Igreja do Rosario em construção, 2 aulas de sexo masculino e feminino, 8 aulas particulares, 10 capitalistas, 9 negociantes de fazendas, 12 negociantes de generos do paiz, 1 fonte de aguas sulfurosas já acreditadas, 1 hotel bem montado, pedras de diversas qualidades e muitas madeiras de lei. Exportação de gados, porcos e mais gêneros; 400 contos; eleitores: 80. Natureza de selo a melhor possível; homens próprios para jurados: 200; industria pastoril; 20.000 rezes; extensão de freguesia, 20 léguas; distância de Uberaba: 20 léguas; da villa de Brejo Alegre: 7 léguas; da cidade da Bagagem: 12 léguas; da cidade de Monte Alegre: 12 léguas; da cidade do Prata: 16 léguas.

A nova Villa deverá ser creada, desmembrando-se esta freguesia do termo de Uberaba, reunindo o Rio Bom Jardim e suas águas vertentes e a freguesia de Santa Maria desmembrada do termo de Monte Alegre.

São Pedro de Uberabinha, 18 de abril de 1888.

Padre João da Cruz Dantas e Barboza  
 Antonio Alves dos Santos  
 João Luiz da Silva  
 Manoel Alves dos Santos  
 José Teóphilo Carneiro<sup>45</sup>

Desde a apresentação, no início do mês de junho, até a aprovação final, o projeto de lei foi levado a discussão, em plenário da Assembléia Provincial, por três vezes, sendo aprovado no início do mês de agosto e encaminhado para redação final e promulgação; o que

<sup>45</sup> ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus*. Op. Cit. p.46-47.

ocorreu em 31 de agosto daquele mesmo ano. Primeiramente São Pedro de Uberabinha tornou-se vila, desmembrada dos termos de Uberaba e Monte Alegre. Por fim, pela lei 3.643, foi reconhecido município autônomo, com os devidos paramentos e ofícios de justiça.

Conquanto tenha se desenrolado rapidamente nas diversas instâncias legais, o processo de emancipação de São Pedro de Uberabinha encerra alguns questionamentos. Tanto a documentação oficial disponível no Arquivo Público, como os memorialistas locais tratam-no brevemente, mencionando apenas o documento elaborado pelo Padre João Dantas Barbosa e o projeto de lei apresentado pelo filho da terra, Augusto César. Como o processo histórico não é construído sob a tônica da harmonia, possivelmente a emancipação de Uberabinha tenha sido sublinhada por embates e conflitos, porém isso não é explicitado na documentação consultada. Todavia algumas pistas são significativas: a idéia de emancipação não encontrava eco nas autoridades regionais, sendo necessário ao Padre João Dantas reunir-se com eclesiásticos, em Uberaba, para obter apoio, o que leva a pensar que os políticos uberabenses não desejavam perder esse termo, pois representaria o reconhecimento de uma nova força política autônoma.

Outrossim, para que os melhoramentos pudessem ser arrolados na representação apresentada junto ao projeto de lei para emancipação, alguns esforços locais foram mobilizados. Em sua produção, Pezzuti dá a entender que foram providenciados meios para a construção da cadeia pública e dos prédios para a Câmara, fórum e escola pública. Os dados apresentados à Assembléia Provincial, na representação, superam aqueles descritos pelos memorialistas ao referirem-se à trajetória cronológica do lugarejo. Ao mencionar a irregularidade das ruas e das construções, no final da década de 1850, Pezzuti estima 50 edificações, ao passo que o documento enviado à Assembléia registra um aumento quatro vezes maior nas duas décadas seguintes. Em seguida, utilizando como critério de quantificação os registros de batismos, o memorialista avalia a população, na década de 1880, em seis mil habitantes, bem inferior aos vinte mil anunciados. Sabendo que a paisagem não diferia de outros arraiais, percebe-se que, para alcançar o intento da emancipação política, os elaboradores do documento se valeram de todos os recursos como a superestimação de dados reais. Afigura-se a necessidade de convencer os deputados da viabilidade de que a localidade estava apta a tornar-se autônoma e não evidencia os parâmetros e os métodos utilizados para obter os dados apresentados. Qual a superfície territorial abrangida no levantamento? A população contada somava os habitantes da zona rural e urbana? Os serviços disponíveis não eram tímidos para uma expressiva população numérica? O número de eleitores não é irrisório? A população contada provavelmente foi somada aos habitantes de toda a zona de

atendimento da igreja matriz e os serviços disponíveis para esse numerário pode ser considerado deficitário, ensejando o deslocamento para outras localidades para suprir necessidades. É pertinente considerar que habitantes da zona rural, nas imediações de Uberaba ou Monte Alegre, abastecessem-se nessas cidades, não possuindo vinculação com Uberabinha.

Ao que tudo indica, a luta pela emancipação foi encabeçada pelo Partido Liberal, os Chimangos. Foi esse partido que elegeu o deputado Augusto César para a Assembléia Provincial e, dentre os assinantes do documento que descrevia as condições da freguesia, consta o nome do principal líder liberal, o Cel. Carneiro. Durante o processo de emancipação, acredito que as diferenças existentes entre liberais e conservadores foram nuançadas<sup>46</sup>, porque a vitória desse projeto representava, para ambos os partidos, maiores espaços políticos e maiores oportunidades para o desenvolvimento da freguesia. O memorialista Antônio Pereira comenta que, entre os líderes políticos liberais e conservadores, não havia significativas diferenças ideológicas, “o que lhes interessava era manter o poder [o que] dava-lhes uma absurda imunidade e o privilégio de manipular nomeações e demissões de chefes dos serviços públicos”<sup>47</sup>. Sem indícios da participação de conservadores no processo, conjecturo que houve uma ativa colaboração desses com vistas a obter dividendos, vista na liderança que, posteriormente, esse partido teve na Câmara Municipal por três décadas.

Um aspecto a ser discutido é a afirmação de que o *desideratum* da emancipação, segundo afirmação dos memorialistas, era um anelo popular. Jerônimo Arantes, ao relatar o papel de Augusto César no processo, comenta que ele era um “operoso deputado, incansável defensor dos *interesses do povo que o elegera*, lutando arduamente em defesa da causa”. Ciente de que as eleições, no Brasil Imperial, eram censitárias, o povo mencionado não dizia respeito a todos os moradores de Uberabinha, mas os indivíduos mais ricos do lugar, que detinham o poder econômico e político e interessados em auferir benefícios com o projeto. Não é plausível acreditar que toda a população estivesse alinhada ao projeto de emancipação política, as poucas percepções de outras frações de grupos sociais apontam que a discussão não tocava diretamente seus anelos mais urgentes.<sup>48</sup> A brevidade no enfoque do processo de

<sup>46</sup> Um dos nomes assinantes da representação à Assembléia Provincial, Manoel Alves dos Santos, era um importante nome do Partido Cascudo, conservador.

<sup>47</sup> SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia*. V. 3. Uberlândia: 2003. p.74.

<sup>48</sup> Em suas pesquisas, o memorialista Jerônimo Arantes levantou relatos de ex-escravos e outros trabalhadores que viveram no final do século XIX, em Uberabinha. Nesses relatos, os entrevistados se referem às práticas políticas da cidade como algo externo a eles, responsáveis por atividades restritas ao âmbito do privado e da subsistência, cabendo aos homens ricos (fazendeiros, coronéis e comerciantes) as decisões políticas, para a transformação do cenário local. Revista *Uberlândia Ilustrada* (números diversos), *Cidade dos sonhos meus* Op. Cit. Os grifos são meus.

emancipação, como a denotar que tenha sido natural, escamoteia uma representação de poder, que foi o de buscar fazê-la dominante, ao passo que outras são ocultadas. O processo foi vencedor e trouxe, para frações dos grupos sociais, esperanças de crescimento e melhoria, provavelmente à revelia de outros projetos e possibilidades.

Por fim, o afã de elevar a freguesia à condição de cidade não representou um projeto inédito e exclusivo de São Pedro de Uberabinha. No mesmo ano de emancipação da cidade – 1888 – na Assembléia Legislativa Provincial, tramitavam treze requerimentos de vilas mineiras pleiteando o reconhecimento como município autônomo.<sup>49</sup> Em um contexto mais amplo, as transformações vigentes no país, como a abolição da escravidão e o fortalecimento do movimento republicano, ressoaram em várias partes do território, contribuindo com as aspirações por autonomia local.

Murillo Marx afirma que, em fins do século XIX, a república trouxe consigo a laicização e o governo municipal representou a proximidade do Estado aos moradores, mais que o atendimento a seus interesses.<sup>50</sup> No Brasil, a elevação a vila ou a cidade não implicava a existência de uma aglomeração populacional significativa, mas a esperança de alçar a condição de maior desenvolvimento e civilização. O que é adequado para Uberabinha que, após a emancipação, não teve seu cotidiano alterado de modo drástico. As mudanças foram ocorrendo paulatinamente, pela ação dos habitantes e daqueles que aportavam à terra.

## 1.2 A Modernidade Sertaneja

Consolidada a emancipação da vila de São Pedro de Uberabinha, o governo provincial nomeou um Conselho de Intendência para organizar o município e tomar as primeiras medidas administrativas para a eleição e posse da Câmara Municipal. Durante seu período de funcionamento (1891–1892), a Intendência indicou e regularizou os prédios em que funcionariam os órgãos públicos como o Paço Municipal e envidou esforços para que a vila fosse elevada à categoria de cidade, amparada pela Constituição de 1891, que permitia que toda sede de unidade territorial autônoma, independente de seu tamanho e população, poderia ser reconhecida como tal. E, pela lei estadual nº 23, de maio de 1892, o governo provincial elevou todas as vilas, sedes de comarca, à condição de cidade.

Quando elevada a cidade, o sítio fora expandido em direção ao córrego, Cajubá com delimitação de logradouros e construções, no entanto as limitações eram consideráveis.

<sup>49</sup> Arquivo Público Mineiro. Fundo Assembléia Legislativa Provincial. Vigésima sétima legislatura (1888-1889). Documentação Interna – Requerimentos. AL 3/27. Cx 04.

<sup>50</sup> MARX, M. *Cidade no Brasil, terra de quem?* Op. Cit.

A emancipação política, por si mesma, não poderia trazer benefícios para a pequena São Pedro de Uberabinha. Era necessário atrair recursos para o município, fomentar investimentos, criar uma nova paisagem e uma nova realidade que atraísse pessoas e demonstrasse os potenciais da terra. E a inauguração da ferrovia foi uma dessas ações, ainda que, por mais de uma década, configurasse apenas um potencial de desenvolvimento, sem acelerar a movimentação da cidadezinha.

Criada na Inglaterra, para transportar o carvão das minas, a ferrovia transformou sonhos, hábitos, diminuiu as distâncias, tornou-se símbolo do mundo capitalista, deu concretude ao mercado mundial, tornou-se parâmetro para conferir o desenvolvimento de uma região, facilitou os processos de urbanização e modernização. No Brasil do final do século XIX, a ferrovia representou importante meio de interiorização e contribuiu para que muitas cidades surgissem nas pontas dos trilhos, acreditava-se que o país receberia maior impulso com a instalação de trilhos nos diversos pontos e regiões como “espectros de civilização e progresso”. Por onde o trem aportou, uma nova paisagem surgiu, novos hábitos sociais foram moldados, redefinindo o sentido de tempo; a chegada do trem marcava as horas, trazia as novidades, agregava um número de pessoas seja para a sociabilidade e lazer, seja para os negócios.<sup>51</sup>

Por esse tempo, a população de Uberabinha cresceu com a chegada de migrantes; pessoas de diferentes índoles e posses chegaram à vila e logo, de acordo com Pezzuti, “lavrou a discórdia na família uberabinhense”. Nem todos os migrantes eram bem-vindos, muitos eram qualificados como intrusos, acusados de terem subvertido os hábitos da localidade, disseminando divergências, desconsiderando o caráter dos cidadãos nativos. A desconfiança com os forasteiros é algo persistente na trajetória da cidade, tema que será abordado mais pormenorizadamente no quarto capítulo.

Em sua formação, aportaram, na terra, os geralistas provenientes, como já mencionado, do vale do Paraopeba, com sua parentela, agregados e amigos. Esses homens, esperançosos na consecução de riquezas, tomaram posse do território e nele iniciaram o processo de ocupação e desbravamento, constituindo um círculo de sociabilidade e, ao mesmo tempo, de modos específicos. Qualquer indivíduo que chegasse às paragens e destoasse dos modos existentes era visto com suspeição. Via de regra, na documentação compulsada,

---

<sup>51</sup> Hobsbawm afirma que a ferrovia foi um símbolo e uma conquista revolucionários para a expansão capitalista. HOBBSAWM, E. *A era do capital* (1848 – 1875). São Paulo: Paz e Terra, 2000. A respeito da ferrovia no Brasil, ver HARDMAN, Francisco. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. (1988) 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005. PAULA, Dilma Andrade. “O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras”. In: *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004. pp.41-67.

encontram-se palavras elogiosas a forasteiros que se uniram aos propósitos desenvolvimentistas e crítica a outros que “trouxeram pontos de vista personalíssimos, idéas preconcebidas (...) no interesse das suas particulares conveniências”<sup>52</sup>, prejudicando aquilo que se acreditava ser característico dos moradores. Havia uma exclusão não somente de pessoas, mas também de idéias. Pessoas afinadas com os mesmos ideais de progresso eram bem-vindas e somariam esforços; pessoas que não tivessem esses ideais não eram desejadas. Fato que faz crer que aquilo que pudesse entravar os planos de desenvolvimento tal como vislumbrados deveria ser excluído.

Não apenas pelas práticas que se desenrolavam entre os moradores em seu cotidiano; os conflitos políticos ultrapassavam o discurso e chegavam às vias de fato. É visível nas atas que, entre os anos 1894 e 1900, houve grande turbulência política entre as facções dos grupos sociais dominantes.<sup>53</sup> E, ainda que reportem os embates, os documentos não explicitam seus meandros. Vereadores esvaziavam as sessões; discussões exaltadas com o dedo em riste, acusações recíprocas, chegando ao ponto de haver renúncias. Em um desses confrontos, foi necessária a intervenção de forças militares, como na moção assinada pelos edis:

A Câmara Municipal profundamente contristada pelos infaustos acontecimentos que se desenrolaram no território deste município, tendo como intuits a deposição de distintas e honestas autoridades judiciárias e policiaes a violentação e deshonra de donzellas e família, o saque em estabelecimentos commerciaes, o banimento forçado de prestigiosos cidadãos. Em resumo, o massacre geral de uma população honesta e ordeira. (...) E igualmente contristada lamenta que esses tristes acontecimentos fossem agitados por quase todos officiaes da guarda nacional e commando superior desta comarca que bem compenstrassem dos seus deveres diviam ser os primeiros garantidores da ordem e da paz publica.<sup>54</sup>  
Ata da sessão extraordinária de 18/11/1895

Diante de uma situação de comoção pública, foi convocada uma sessão extraordinária para tratar do movimento, qualificado de “sedicioso e anarquista”. E, dos

<sup>52</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.52.

<sup>53</sup> A República alterou o processo eleitoral. Diferentemente do período monárquico, em que as eleições eram indiretas e o voto era censitário, até 1930, no período conhecido por República Velha, a eleição era direta e o voto facultado aos maiores de 21 anos, que se alistassem. Por não ser secreto, era realizado perante o presidente da mesa eleitoral. Desse modo, os grupos dominantes controlavam todo o processo eletivo, desde o registro de eleitores e candidatos à apuração de votos, o reconhecimento e a diplomação dos eleitos, inclusive podendo impedir a posse de opositores. Tais mecanismos combinavam os princípios liberais e os interesses específicos dos grupos, garantindo-lhes o domínio político (“voto de cabresto”, “currais eleitorais”, fraudes). Embora significasse um avanço na representação, a constituição liberal da República Velha não correspondeu a uma democratização de fato. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. (1994). 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002. CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. (2001). 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>54</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberlândia. Livro 002 (1895-1898).

dezenove<sup>55</sup> vereadores, apenas cinco compareceram e assinaram a moção. Os demais estavam receosos dos desdobramentos que o evento poderia ter? Ou não quiseram envolver-se em um conflito particular? Geralmente objetivas, as atas da Câmara não registraram detalhadamente as discussões entre os vereadores. No entanto, acredito que, pelas inferências deixadas, muitas delas foram bastante acaloradas. O embate explicitado na moção em apreço é um dos sinais das conflituosas relações entre os pares políticos e ilustrativa das relações entre os opositores.

O evento é relatado pelo memorialista Antônio Pereira que o trata com maior minúcia. Segundo ele, o ex-agente executivo e o juiz de direito, políticos liberais, haviam caído no desagrado de dois coronéis, também, liberais. Conclamando seus correligionários, exigiam que o juiz saísse da cidade.<sup>56</sup> Durante alguns dias, as ruas da pequena urbe se transformaram em praça de guerra. A situação se normalizou com a saída momentânea do juiz e a mobilização de forças policiais que fizeram recuar os jagunços contratados pelos coronéis. As diferenças entre os políticos de mesmo partido foram provocadas por ação judicial movida contra parentes de um dos coronéis e apoiada pelo juiz. Esse exótico acontecimento permite entrever como eram tratados os interesses particulares. Os envolvidos eram políticos liberais e a adesão aos mesmos princípios políticos não escusou o conflito, a relação familiar foi mais forte. Diferentes meios, dentre eles a violência, eram utilizados para garantir seus intentos, ainda que não dissessem respeito ao bem público que representavam. Com o monopólio da violência, as elites ocultavam a barbárie com discursos civilizatórios. Os valores defendidos não eram coletivos, o público se transmutava em privado e a concepção de cidade era bastante peculiar. Na acepção das frações dos grupos sociais dominantes, a cidade de Uberabinha seria melhor se governada aos seus moldes, idealizada segundo seus valores e modelos, que eles mesmos, nem sempre, respeitavam.

Os descontentamentos particulares motivaram ações de desdobramento político institucional. No ano seguinte – 1896 – houve eleição para o Conselho Distrital e, na data da eleição, o presidente da Seção Eleitoral, temendo que seus correligionários fossem derrotados, recusou-se a assumir os trabalhos para, assim, anular o pleito. Porém, a eleição foi realizada. Em sessão na Câmara, para o reconhecimento dos vereadores eleitos, o pleito foi anulado. Em represália, cinco vereadores renunciaram e, no decorrer dos dias, outros doze (entre vereadores e suplentes) fizeram o mesmo; o que gerou uma situação embaraçosa, visto que

---

<sup>55</sup> O quadro da Câmara Municipal estava assim constituído: 10 vereadores por Uberabinha, 3 vereadores pelos distritos e 6 suplentes.

<sup>56</sup> SILVA, Antonio. *As histórias de Uberlândia*. Vol 2. Uberlândia, 2002.

somente cinco vereadores continuaram atuando.<sup>57</sup> A situação só se normalizou no final do ano, com a eleição de vereadores substitutos para as cadeiras vacantes.

Se os políticos que deveriam cuidar de interesses públicos, privilegiavam seus interesses particulares, muitos indivíduos investiam seus esforços na melhoria pública. Isto é, nas atas das sessões da Câmara, há registros de particulares requerendo indenizações por terem despendido dinheiro na manutenção de um bem público como abertura de estradas, construção e conserto de pontes sobre córregos, reparos nas ruas esburacadas. Solicitações geralmente indeferidas<sup>58</sup>. No Brasil, aponta Sérgio Buarque de Holanda, a ordem privada antecede a ordem pública. A sociedade colonial se estruturou no meio rural, onde o proprietário de terras detinha poderes quase absolutos sobre suas posses, sua família e seus agregados. “O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.”<sup>59</sup> Mesmo após a independência e a instauração da república, o aumento do fluxo populacional para as cidades, essa herança estava bastante visível no cotidiano das relações sociais e políticas, como em Uberabinha. As chácaras e fazendas eram limítrofes à zona urbana e as maiores riquezas concentravam-se nas mãos dos fazendeiros e dos coronéis. Aos poucos, os fazendeiros foram perdendo poder econômico, deslocado para os comerciantes, que, animados pela movimentação da ferrovia e a construção de estradas de rodagem, tornaram a cidade conhecida em outras paragens, funcionando como entreposto. Não obstante, como uma “civilização de raízes rurais”, os habitantes de Uberabinha mantiveram suas relações com caráter particularista; os valores familiares figuravam como valores da sociedade. Algumas demandas eram satisfeitas com capital privado, que poderiam, em seguida, ter desdobramento coletivo, porém inicialmente atendiam a um propósito singular.

Os últimos anos do século XIX e primeiros do século XX remetem a um aspecto usual nos memorialistas e no conjunto da historiografia oficial da cidade, a tendência de ressaltar a figura de determinados personagens como propulsores do progresso. Um desses personagens é o Coronel da Guarda Nacional, José Teófilo Carneiro, a quem são atribuídos os louros pela consecução dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para atuação na cidade. Segundo a versão oficial, foi esse coronel que convenceu a Companhia a mudar o projeto, que não passaria pela localidade, demonstrando sua viabilidade de instalação.

<sup>57</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberlândia. Atas das sessões extraordinárias, de 03 a 20 de junho de 1896.

<sup>58</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberlândia. Sessões de 23/05/1898 e 27/06/1903.

<sup>59</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. (1936) 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p.82

Todavia a consulta às atas da Câmara Municipal aponta que, desde 1893, os vereadores discutiam o projeto de construção da estação e as vantagens desse investimento para a cidade. Inúmeros foram os preparativos para os festejos de inauguração, porém o evento não contou com a audiência esperada, porque alguns políticos, anteriormente animados, descontentaram-se, percebendo que os trilhos passariam por suas possessões e ameaçavam receber, “a tiros”, os vagões. Amedrontada, uma pequena platéia compareceu, frustrando parcialmente as comemorações daquela que, na expectativa de muitos, mudaria os rumos de Uberabinha, estimulando seu desenvolvimento.

O fato de a Companhia Mogiana construir, em Uberabinha, uma estação e manter transporte de cargas e de passageiros não pode ser atribuída à ação de apenas um homem. Além disso, há que se considerar o fato de que a Mogiana era uma aspiração de uma fração dos grupos sociais, como demonstram as discussões na Câmara Municipal, insistentes na afirmação de que a ferrovia traria à cidade maior movimentação de capitais, possibilidades de negócios e visitantes e, também, que a Companhia possuía concessão para expandir seus trilhos de São Paulo até Goiás, passando pelo Triângulo Mineiro.

Entre os personagens ressaltados, estão os pioneiros que chegaram à região em meados do século XIX: João Pereira da Rocha e Felisberto Alves Carrejo. O primeiro é saudado por Pezzuti, que o caracteriza patriarca da linhagem das primeiras famílias, homem de boa índole e honesto, que evitava se envolver em conflitos e pronto a contribuir com quantos desejassem fixar-se e expandir o movimento nas paragens então desabitadas. Na percepção do memorialista, a ocupação do território é uma dívida que os uberabinhenses possuíam com o pioneiro, que não poupou esforços para animar as perspectivas do território e vê-lo prosperar.

Felisberto Alves Carrejo também foi um dos primeiros geralistas a fixar-se na região, construindo uma escola e uma capela em sua propriedade. Tornou-se um dos procuradores para a demarcação do patrimônio e construção da igreja, garantindo o adensamento da população em seu entorno. Por esse feito, é considerado o “fundador” da cidade, graças ao trabalho do memorialista Jerônimo Arantes. Em sua produção, Arantes ocupou-se em construir a imagem do pioneiro como pessoa idônea, laboriosa, religiosa e instruída<sup>60</sup>. Conquanto os memorialistas de Uberabinha/Uberlândia ressaltem alguns vultos

---

<sup>60</sup> ARANTES, Jerônimo. *Como fizeram Uberabinha*. s/d. A Administração Municipal do final da década de 1990, publicou um livreto de 34 páginas, com uma seleção de vinte e seis nomes considerados desbravadores e que contribuíram na construção da cidade, reforçando o pressuposto panegírico. PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. *Saudade tem história*. 1818 – 1910. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos/Secretaria Municipal de Cultura/Secretaria Municipal de Educação. s/d

históricos, nenhum deles insiste na idéia de conferir um fundador para a cidade, somente Arantes. A historiadora Sandra Lima observa que a insistência de Arantes nesse propósito parece querer justificar o desenvolvimento local, uma vez que Carrejo, além de fundador, é caracterizado pelo empreendedorismo, pela ilustração e pela religiosidade, valores vistos como atributos legitimadores da história da cidade. Desse modo, demonstra-se que o progresso local tem lastro, é verídico e autêntico.<sup>61</sup>

A ênfase em determinados sujeitos como construtores privilegiados da história de Uberabinha remete à idéia de fundação e não de formação. Enquanto a formação considera o processo histórico em sua (des)continuidade, a fundação rompe com o tempo histórico, em uma emanção ou transcendência que irrompe e instaura um presente contínuo e ignora a diferença temporal entre passado e presente.<sup>62</sup> A escolha de um fundador, ou mesmo a ênfase em determinados personagens, alude à tentativa de evitar os riscos de as ações do antanho não serem lembradas como importantes na construção da cidade e, concomitantemente, reafirmar a trajetória perseguida como vencedora.

Na documentação que sustenta este trabalho, os pioneiros de Uberabinha e seus descendentes aparecem como homens de valor, possuidores de consciência de suas atitudes, como se executassem um projeto de civilização no interior de Minas Gerais.<sup>63</sup> Os homens privilegiados na documentação (e história oficial) local não foram excepcionais, foram homens de seu tempo, que lutaram por executar seus planos e não agiram isoladamente, junto a outros, em um processo coletivo, edificaram Uberabinha. E, de acordo com o discurso apreendido, a cidade que vai sendo construída obedece a fins teleológicos e não se desvincula da marcha que a humanidade persegue. A alusão à civilização e ao mundo

---

<sup>61</sup> LIMA, Sandra Cristina F. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Campinas: Unicamp, 2004. (Tese de Doutorado em História).

<sup>62</sup> CHAUI, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

<sup>63</sup> A documentação evidencia um discurso enfático na busca pelo desenvolvimento: “O velho mestre-escola Felisberto Carrejo, sabendo que já era tempo de cuidar da cultura espiritual daquela gente, resolveu abrir uma escola de alfabetização para ensinar as crianças de ambos os sexos. E o ‘apóstolo das Selvas’ iniciou o seu trabalho na sublime missão, lançando a semente que geraria uma civilização futura que ele sonhava formar.” ARANTES, J. *Cidade dos sonhos meus*. Op. Cit. p.33. “É de insensato afirmar que a iniciativa particular nada vale em Uberabinha. Tudo o que somos, a nós devemos. Cada melhoramento, por pequeno que seja, está cimentado com o suor de nosso rosto. Que este é um povo sequioso de melhorar, não há negar.” *Jornal Paranyhyba*. n. 9, 22 nov. 1914. “Todos os melhoramentos por que veio sucessivamente passando o arraial na trajetória assensional do seu progresso.” PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.20. No discurso dessas fontes, está implícito o pressuposto de que o crescimento e o desenvolvimento da cidade possuem um caráter sagrado, como missão religiosa que deve ser cumprida. A adjetivação do sertanista Felisberto Carrejo como “apóstolo da selva” reforça essa percepção. Desbravador de uma terra inóspita cuidou dos requisitos para cumprimento da missão de ‘civilizar’ o lugar. E o caráter dele fez discípulos, porque a iniciativa de melhoramento é uma tônica dos uberabinhenses, ratificando o progresso como sorte. Tal evocação seria questionável.

civilizado é recorrente e aparece como destino inexorável, e a realidade rudimentar necessitava de alteração para conformar-se aos novos anseios.

O mundo civilizado marcha vertiginosamente, a passos largos e é preciso, é indispensável que nós o acompanhemos, por que, se nos deixarmos ficar, fatigados da áspera jornada, seremos fatalmente esmagados pela força dos mais fortes, arrastados pela carreira dos mais poderosos. Não há, portanto, tempo a perder; é mister que entremos resolutamente, nesse movimento.<sup>64</sup>

A evocação do léxico civilização e seus derivados carece de maior precisão, porque, como observa Jean Satrobinski, possuem significados múltiplos. De origem européia, civilização remonta ao século XIII, mas o termo se torna preciso no século XVIII como conceito unificador:

A palavra *civilização* pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles *civilizados*, e depois o resultado cumulativo desse processo.<sup>65</sup>

É um processo que se opõe à barbárie, a um suposto estado natural e o sufixo *ação* se confunde com o ato de transformação da realidade, com vistas ao aperfeiçoamento e que demoniza seu antônimo, sacralizando-se. Civilização torna-se valor incontestável, objetivo a ser alcançado por todos e que legitima as exclusões e as disputas entre os grupos sociais, para validarem-se como seus autênticos representantes. É, nesse sentido, que compreendo a recorrência aos vocábulos civilização, civilidade e civilizado na documentação pesquisada. Tanto os memorialistas quanto os demais sujeitos que produziram no início do século XX estavam preocupados em justificar posições definidas, porque, à medida que construía sua trajetória, necessitavam de produzir representações, de forma a explicá-la. Como homens de seu tempo, os uberabinhenses não estavam desvinculados dos padrões correntes e preocupavam-se em observá-los.

Além da constante referência ao vocábulo civilização como mudança de atitude e refinamento nos modos, os mores civilizados se expressam preferencialmente na cidade. O

<sup>64</sup> *O Progresso*. Uberabinha. n. 242, 08 jun. 1912. Anno V.

<sup>65</sup> STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Ensaios. (1989) Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p.14.

campo é local compreendido como rústico, que contrasta com os princípios da civilidade e onde a sujeição do homem perante a natureza é flagrante, devendo ser superada.

As relações do homem com o mundo natural são problematizadas pelo historiador Keith Thomas ao afirmar que, até o século XVIII, acreditava-se que a natureza se sujeita ao homem, para quem todas as coisas – animais, vegetais, minerais – foram criadas. A fala, a razão, a capacidade de livre ação e a responsabilidade moral são características intrínsecas do homem e manifestas na “alfabetização, cálculo numérico, boas maneiras e apurado senso de tempo” e, segundo a convicção da época, a humanidade possuía uma forma de vida superior, portanto os homens deveriam ser capazes de controlar seus impulsos e moderar seus corpos porque a razão deveria dominar as paixões animais.<sup>66</sup>

É sob esse contexto que penso a positivação da cidade, natureza artificial sobre a natureza natural, realidade histórica que expressa diferentes experiências humanas e que adquiriu maior positividade no período iluminista. No Brasil, as primeiras cidades foram fundadas no século XVI, ao longo da costa oriental das Américas. Eram cidades de características mercantis, ligadas à produção e ao escoamento de produtos primários. Sérgio Buarque de Holanda afirma, no clássico *Raízes do Brasil*, que a colonização da América espanhola se caracterizou pela preocupação em assegurar o predomínio econômico, político e militar. E, para tanto, a metrópole criou uma série de núcleos de povoamento a fim de demonstrar a estabilidade e tornar as colônias uma espécie de extensão do reino metropolitano. Para o autor, o traçado e a escolha do sítio revelam a deliberada vontade dos conquistadores em fixar-se e, para alcançar seus objetivos, regulamentaram uma legislação minuciosa, para todas as etapas de ocupação, fixação, exploração e desenvolvimentos dos lugares que deveriam, antes de tudo, verificar se estavam assentados em locais saudáveis, “livres de coisas nocivas, o ar puro e suave”<sup>67</sup>. A legislação possuía normas claras para ocupação e construção em locais litorâneos e no interior. Ainda, segundo o historiador brasileiro, na América portuguesa, a colonização se assemelhou mais ao estabelecimento de feitorias do que de efetiva ocupação, a não ser em locais em que se vislumbrassem dividendos imediatos, nada que ocasionasse maiores despesas ou afigurasse algum prejuízo para a Coroa, pois os princípios mercantilistas sustentavam a lógica da colonização. A metrópole lusitana

<sup>66</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais. (1500 – 1800) Trad. João Roberto Martins Filho. Paulo: Cia das Letras, 1988. O historiador comenta que o predomínio humano não se restringiu ao mundo natural. No relacionamento entre os homens havia uma distinção entre homem civilizado e o ser humano inferior (loucos, vagabundos, pobres e escravos). Acreditava-se que esse último estava entregue aos impulsos animais como ferocidade, gula e sexualidade e não tinha direito à consideração moral. Por isso o ato de xingar alguém pelo nome de um animal tornou-se parte do discurso humano.

<sup>67</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O semeador e o ladrilhador”. In: *Raízes do Brasil*. Op. Cit. p.110.

não fomentou a edificação de cidades, preferiu se concentrar nas regiões litorâneas e, somente no terceiro século após sua chegada ao território, com o trabalho dos bandeirantes e a tolerância à entrada de exploradores estrangeiros, o estabelecimento de núcleos de povoamento se acentuou. E, não havendo legislação secular específica, as cidades adquiriram um perfil “semeador”, caracterizado pela irregularidade, sendo que as disposições eclesiais eram o principal referencial observado para o início dos povoamentos.

Ainda que a irregularidade tenha sido característica marcante, pelo advento de outras aspirações e necessidades, outras formas de traçado foram desenvolvidas. Não obstante, se inicialmente a região litorânea atraiu os portugueses pela facilidade de defesa, vê-se que a escolha dos sítios não foi casual. Na ocupação e povoamento, a preferência por acrópoles se fez notória. Os sítios situados em posição estratégica à defesa, à proximidade de locais para escoamento e/ou abastecimento, à construção e à disposição dos órgãos administrativos são alguns indicativos de uma vontade de elevação de povoamentos dotados de características duradouras e com mínima normatização para o ordenamento do espaço e, por conseguinte, dos indivíduos.

As linhas sinuosas, predominantes nas cidades brasileiras, remetem ao traçado urbano medieval, dado o serpenteado das vias acompanhando a topografia do terreno, a singeleza das construções e do alinhamento, a acomodação à paisagem; entretanto, para Marx, não configuram uma debilidade dos colonizadores portugueses:

Não se trata de nenhum veio poético especial; não se trata de simples questão de mentalidade; não se trata de absoluta incapacidade de ordenar a ocupação do solo. Trata-se de uma tradição e experiência européia transposta para a colônia americana.<sup>68</sup>

De fato, Portugal não adotou, no Brasil, um padrão urbanístico a ser rigorosamente seguido porque, mesmo na metrópole, não havia uma pormenorizada regulamentação e as representações que possuía não reclamavam práticas que materializassem um “novo mundo”, distinto do mundo português. E, se à proporção que as representações de mundo se transformam, as práticas também são alteradas, no caso das cidades brasileiras, isso é patente aos olhos. Se o incipiente mundo urbano se confundia com o rural, nos três primeiros séculos da colonização, ao longo do século XIX, as transformações foram marcantes.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, aproximou o país da civilização européia, representante do que havia de mais avançado. A

---

<sup>68</sup> MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* Op. Cit. p.90.

cidade do Rio de Janeiro recebeu uma série de melhoramentos; o cotidiano, a vida social e cultural, a economia também foram alterados e a acanhada colônia adquiriu certa importância política, pois se tornou centro do então Império luso-brasileiro. Some-se a isso a criação de órgãos administrativos, de escolas militares e de medicina, incentivo à exploração do território, preocupação com introdução de novos hábitos que indicassem o requinte tão ao gosto das cortes européias. Diante da nova realidade, mister se fazia o afastamento daquilo que pudesse apontar rusticidade ou marasmo; por isso, a cidade se tornou o emblema do Brasil que se queria construir.

A emancipação de inúmeras vilas brasileiras possibilitou não apenas visibilidade, significou o início de um processo de modernização do interior do país. Os capitais liberados, no último quartel do século XIX, especialmente na região sudeste, permitiram investimentos nas cidades e na estrutura que facilitam seu movimento: ferrovias, incentivo a atividades industriais, abertura de estradas, ampliação dos meios de transporte e aquecimento do mercado interno. Nas terras do Triângulo Mineiro, as vilas que se emanciparam também lutavam por se modernizar, processo que não se restringia aos aspectos objetivos, envolviam também as sensibilidades. E a emancipação de Uberabinha deve ser considerada nesse contexto de preocupação com a modernização, em que se busca abandonar o antigo para construir o moderno.

Desde o documento para justificar a emancipação, é visível a descrição de elementos considerados modernos e, como tais, plausíveis com os valores da civilidade. É notável que, na documentação, a referência ao moderno, ao progresso e à civilidade são indissociáveis. A mudança não consistiria apenas no aspecto institucional, indicaria uma mudança cultural, uma crença no progresso como verdade a ser perseguida sempre.

A emancipação foi o primeiro passo, estava em curso um projeto de fabricação de uma cidade moderna e, ao longo dos anos, é possível acompanhar, na imprensa local, um tom ufanista nesse processo:

Quando eu aqui cheguei, já lá se vae o tempo, eras ainda uma menina; vi-te muita vez; não tinhas, como hoje, assim uns ares de moçoila. Corrias no jardim onde não se desabrochavam ainda como hoje aquelas magnólias que, a proporção que foste ficando mulher, ellas foram crescendo. Esta bella cidade, illuminava-a o luar, unicamente o luar nostálgico e poético. Ainda a luz electrica, como hoje, não resplendia como um turbilhão d'estrellas pela cidade em fora. Tudo assim é.

A água que bebíamos, não era ainda encanada; trazia-a a velha preta Eugenia com o seu filho mudo, ás latadas que lhe pagávamos a 100 reis. Como tudo vae mudando!...

Lembra-te de todas essas coisas, querida encantadoura?

E, assim é tudo minha querida. Olha: hontem vi prateando á fronte de tua mãe um lindo fio de prata. Sabes o que aquillo representa? O tempo!

Ah! O tempo é o creador, e o reformador de todas essas coisas de que agora nos lembramos.

Não viste no jardim publico crescendo as magnólias comtigo que, já vaes ficando uma mulher? Veja só, o que foste hontem e o que és hoje. Veja só.<sup>69</sup>

A cidade progride. O povo é progressista e dispõe de recursos sufficientes para ir edificando uma cidade habitável, confortavelmente. Alguns edifícios já existem que se podem ver, sem magoar a vista e novas construções de aspecto agradável irão surgindo, mais altas, mais espaçosas, mais elegantes. A phase inicial, em que se satisfiziam os proprietários com o possuir uma casa de platibanda, já vae ficando para o passado.<sup>70</sup>

Dentre os municipios do Triangulo é o nosso, sem contestação alguma, um dos que mais tem progredido nestes últimos dez annos. O seu commercio cresce de dia para dia, conquistando novos mercados, o que é attestado pelo considerável numero de caminhões que entram e sahem diariamente, repletos de mercadorias. A cidade vae crescendo rapidamente, não se encontrando uma só casa vasia, apesar do extraordinário movimento de construções que se nota em todas as ruas, mesmo as mais afastadas. A nossa cidade é o exemplo vivo do quanto podem o povo e os seus governos, quando unidos trabalham para um só fim: o progresso da terra que lhes serviu de berço.<sup>71</sup>

Uberabinha cresce a olhos vistos e cada vez mais se affirma uma cidade merecedora da boa fama de que gosa alhures. As construções continuam surgindo por todos os cantos e um sopro de intensa vida imprime á nossa cidade agradável aspecto dos centros palpitantes de animação. As industrias vão tomando seguro incremento de molde a trazerem-nos a convicção animadora de que em breves dias Uberabinha attingirá proeminência tal entre a suas coirmãs que se destacará de todas pelo seu progresso.<sup>72</sup>

Os textos são enfáticos e, à primeira vista, parecem estampar a visão dos habitantes da cidade sobre si mesmos. No entanto, é mister observar atentamente. Como tratado anteriormente, havia dois partidos disputando o poder político, os Chimangos e os Cascudos que, no período republicano, passaram a ser denominados Partido Republicano Mineiro (liberal) e Partido Republicano Municipal (conservador), respectivamente.<sup>73</sup> O projeto de cidade não estava formalmente redigido, mas fora elaborado por elementos desses partidos, que sonharam com um lugar próspero e que estampasse seu poderio. Como as cidades são plurais, havia em seu interior outros projetos, todavia foram, em parte,

<sup>69</sup> A. "Hontem e Hoje". *O Progresso*. Uberabinha. n. 180, 25 mar. 1911. Anno IV.

<sup>70</sup> CAMPOS, Juca de. "A cidade". *A Tribuna*. Uberabinha. n. 48, 08 ago. 1920.

<sup>71</sup> PAIXAO, Felix da. "Uberabinha". *A Tribuna*. Uberabinha. n. 289, 03 maio 1925. Anno VII.

<sup>72</sup> "Uberabinha. Seu progresso, sua gente. Política." *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. n. 02, 20 jun. 1926. p.2

<sup>73</sup> Popularmente os liberais eram apelidados de *coiós* e os conservadores de *cocões*. As discussões entre os membros dos partidos e suas diferenças deram origem às alcunhas de sentido pejorativo.

suplantados, uma vez que a cidade moderna que se materializou nos primeiros tempos era bastante incipiente.

Não é raro encontrar, nos periódicos, elogios à iniciativa de particulares para dotar a cidade de melhoramentos. Outros faziam doações de glebas de terras, investiam em obras como limpeza de áreas ou construção de muros. Nas atas da Câmara, várias são as discussões para tratar da implementação de benefícios que pudessem auxiliar a “moçoila” Uberabinha a tornar-se a “mulher moderna” a que se refere o autor do primeiro fragmento.

Os grupos disputavam não somente o poder político, esforçavam-se por fazer suas representações válidas, pois como bem salienta Chartier, “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a legitimar um projecto reformador ou a justificar as suas escolhas e condutas”<sup>74</sup>. No cerne das lutas entre *coiós* e *cocões*, estava a hierarquização da estruturação social, não apenas o controle do aparato administrativo. Os grupos políticos que disputavam a condução dos destinos de Uberabinha criaram, no interior do espaço urbano, normas legais, mecanismos de convencimento e estratégias para encaminhar a maneira como a realidade deveria ser percebida e as práticas executadas; muitas vezes, sob a batuta da violência, para torná-la uma cidade moderna. Os anseios, descritos nos documentos, não eram singularidade dos habitantes de Uberabinha; a peculiaridade reside nos modos pelos quais os uberabinhenses lutaram por fazerem-se modernos.

A modernidade aqui referida não designa um período cronológico, “é o que há de poético no histórico, de eterno no transitório”, situa-se na dimensão da cultura<sup>75</sup> e adquire força no século XIX. É o sentimento de ruptura com o passado e instaura a oposição antigo/moderno, pela qual o primeiro reporta a um passado exemplar, mas já ultrapassado e o segundo se enreda na expectativa de crescimento contínuo. Diante de condições históricas aparentemente favoráveis, em que constantemente o homem se deparava com novidades, progresso, civilização, evolução e modernidade tornaram-se praticamente equivalentes.

Segundo Nestor Canclini, a modernidade implica quatro projetos: emancipação, que envolve a racionalização da vida social e o individualismo; a expansão do conhecimento e do domínio sobre a natureza; a renovação, pela busca de aperfeiçoamento e inovação; a democratização, pela educação que garante a evolução racional e moral. Todavia, ela é

<sup>74</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. (1982) Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. p.17.

<sup>75</sup> LE GOFF, Jacques. “Antigo/Moderno”. In: *História e memória*. (1977). Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p.194.

contraditória porque a execução de um projeto pressupõe a anulação de outro.<sup>76</sup> Daí seu hibridismo, em que o antigo e o novo convivem. A equivalência entre os conceitos pode ser visualizada na tentativa das elites brasileiras em construir uma nova sociedade, desvinculada do passado escravista e colonial, na passagem para o século XX. Em clara adesão ao moderno, em sua materialidade e seu simbolismo, novos equipamentos e princípios foram implantados; porém, sem ameaçar seu poderio. Ou seja, dentre os projetos da modernidade, a democratização não seria incorporada.

A herança iluminista do século XVIII, de superação da natureza e do mito, fez o homem crer-se capaz de avanços e esperanças de um futuro inaudito, dominado pela técnica, pela ciência e pela razão. Acreditando que o aperfeiçoamento humano é contínuo, a civilização é devir e encontra na cidade as condições ideais para que a modernidade, a civilidade e o progresso se efetivem. A Uberabinha que se materializa na pena dos articulistas da imprensa local, anteriormente mencionados, é uma vistosa cidade. O passado é rememorado para demonstrar sua superação, o ontem é tímido, o hoje, animador. De momentos históricos diferenciados, as argumentações expressam o presente com ânsia de futuro, com indicações que poderão efetivar o progresso. Ao tecer palavras lisonjeiras a respeito do desenvolvimento da cidade, reafirmam seus projetos em vê-la próspera; pela criação de novos hábitos, novas maneiras de ser, novas visões de mundo, o moderno suplanta o antigo e o contínuo crescimento do saber e o acúmulo de experiências podem trazer a “convicção animadora” de Uberabinha atingir “proeminência” dentre as demais da região.

A preocupação em demonstrar progresso e modernidade não esteve circunscrita ao material e visível, o refinamento dos hábitos e costumes dos moradores foi incentivado. As notícias vindas das principais cidades do país e do exterior até demoravam a chegar a Uberabinha devido à distância ou à precariedade das estradas, porém parte de seus moradores não estava alheia ao que acontecia nos centros urbanos do país e do exterior. No romance aludido no princípio do capítulo – *Lágrima Comprida* – ao descrever o cotidiano familiar da personagem Emília, a autora relata o envio de seus filhos para estudar em outras cidades e a aquisição de um piano como parte da educação das filhas, prática comum nas demais famílias ricas do lugar. Ao enviar seu filho para estudar nas cidades maiores, os pais expressavam que não queriam que “mais tarde ele viesse ter a mesma dificuldade que sentia, queria que seu filho estudasse, mesmo que para isso tivesse que comer pernas de baratas”<sup>77</sup>. As aulas de

<sup>76</sup> CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. (1989) Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

<sup>77</sup> CARNEIRO, Ceres. *Lágrima Comprida*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960. p. 111.

piano para mulheres eram encorajadas, bem como a aprendizagem de línguas estrangeiras, especialmente o francês, para demonstrar afinidade com os moldes ditos civilizados, vigentes nos grandes centros.

Certa vez, um periódico, caracterizado por tratar de amenidades e voltado para o público culto, publicou um artigo redigido em francês, com a apreciação de uma sessão no cinema local. O redator parece não dominar a língua francesa, palavras em português e palavras “inventadas” compõem o corpo do texto.

Il y avait beaucoup de temps que je n’y allava au cimena pour tomer mes notes, mais hier je m’em Jui. Saven qui je recontraí lá? Lá vai:

Jonhson, boxeur forcense, tout em blanche en paletot á chauffeur. Il exercitait son musculation a voir se pouvait ferrer une quéde française avec mr. Otton telegraphiste.

Il dizait quil alava manipuler le pauvre Otton. C’est vrai. Maintenant, Otton assi possue de la force. J’ai ou mister Kaiser, tout plein de si même em frack noir et pantaulous blancs. C’était um pen discouraut, cependant il avait la conquistation dans lê sourire e de la póse au parler de sés aventures a là mode electric et parlaut por e neuf systeme moderno, maritaque.

Monsieur Rezende, em coustume noir, pantalons apertes e boect de cachemire cinza. Tout chic. Il ny se admitte duvida.

Mr. Henrique commentant quil la jà etê operateur do cimena et recontaut le episode de une fite qui ha escorregue de la engrenage e sen fui parer pour debaixe do soalho en sortint tout pleine de quelque chose mal adoureuse. Vraiment touchante et melodramatique cet episode ao naturel.

Le marquez Olivier en calces curtas e paletot de la même couleur. Il caminhait avec passo de tico tico e etait tout plein de nòs par derriere et de nueve horas. Il etait tout risonho parce quil ha de dentadure nueve e il vouvait la mostrar la tout le monde.

Monsieur Xixico em plantalons blanches paletot couleut de buraco de cerque, tout souriant pour n’e de avoir arranê casement.

J’ai vu aussi dès madeumoiselles em robe rouje e pele noir qui avaint une odeur de jaratataque mesclé a morcego de église vieie. Il y avait une que vestia tout de blanche en robe de linho pur: sacco de farinha de padarie lês quels elle hauvit achelé au boulauger par dois mil huitcento la douze de saes. J’ai vu un desconaiçut qui parecia de chien qui ha *parlé* dans l’église e tocado par le sachristão. Plusieurs vestiam habites de grande saison, avec botines modernes de vivade continue. Je me suis très diverti au cinema e j’eu retournerai pour faire mes reportages.

Dimanche le “Binoculo” avrã une session chic, charmante pleine de tout a que alará au cinema, principalement la gent charmeuse. J’ai a advertir que seulement riers sortirá si les pulgues du cinema me attacheront parceque desta vez fe m’em pi allaudo por la porte de la rue avec une porcion de reproducteurs de cet utile insect que je desuse faire une sele etion et depuis offrir a touts mons chers auis qui ae peuvent lér le.

Observateur<sup>78</sup>

<sup>78</sup> “Session Chic”. *O Binoculo*. Uberabinha. n.18, 18 jun. 1916. Tradução: Fazia muito tempo que eu não ia ao cinema para fazer minhas anotações, mas ontem eu fui. Sabem o que encontrei lá? Aí vai: Jonhson, boxeador robusto, todo de branco, com paletó de motorista. Ele exercita seus músculos com intenção de disputar uma queda de braço com o Sr. Otton, o telegrafista. Ele dizia que ia manipular o pobre Otton. É verdade. Agora,

Ir ao cinema, equipamento moderno, inaugurado em Uberabinha em 1909, era um evento elegante, como se deduz do título do artigo e, nesse espaço de sociabilidade, encontravam-se pessoas de distinta estirpe. Os freqüentadores se vestiam com esmero (ou pelo menos consideravam que assim o faziam) e exibiam-se. A sessão cinematográfica era uma oportunidade de ver e ser visto; o que exigia cuidado no trajar-se e ao comportar-se. Para o Observateur, a ocasião foi divertida não só pela observação da movimentação do público, também por perceber que pessoas de diferentes camadas sociais estavam presentes e ambas ansiavam por se mostrar “chiques”. A afirmação do redator de que a assistência às sessões possibilitará novas reportagens, implica acreditar em ter leitores para compartilhar suas impressões. Se o público leitor dos periódicos era pequeno, penso que o público capaz de ler francês era ainda mais diminuto. No entanto, a consideração de estar alinhado à civilidade não esmorece o redator, que, em seu “francês sertanejo”, quer continuar a tecer críticas ao comportamento dos moradores e, embora não haja muitos exemplares desse jornal, seus números disponíveis evidenciam preocupação em instruir a “gente charmosa” da cidade,

Aparentemente universalista, o projeto civilizador em Uberabinha era excludente e não abarcou todos os grupos sociais. A educação dos sentidos é parte importante para formar o *ethos* do moderno. A entrada na modernidade, em meio às idéias de progresso e de civilidade como sinônimas, exige a transformação dos hábitos, dos comportamentos e dos costumes. Como o espaço urbano estava segregado, havia duas regiões em que se concentrava a população pobre; nos arrabaldes, abaixo da Rua da Chapada, acima do córrego Cajubá, área em que também estavam reclusos os doentes e leprosos; e no Patrimônio, habitado principalmente pela população negra. Nesses locais, a falta de infra-estrutura era flagrante e as vantagens da modernidade não chegavam. Os trabalhadores que residiam nessas regiões se

---

Oton também é forte. Eu vi o Sr. Kaiser, todo cheio de si, de fraque preto e calças brancas. Destoava um pouco, anda que tivesse um sorriso conquistador e muita pose ao falar de suas aventuras de forma elétrica e diferente. Como uma maritaca. Senhor Rezende, de terno preto, calças abertas e um adorno de caxemira cinza. Muito chique. Sem dúvida. Sr. Henrique comentando que já tinha sido operador do cinema, contou novamente o episódio de uma fita que escorregou da engrenagem e foi parar debaixo do assoalho, saindo cheia de sujeira. Naturalmente, um episódio verdadeiramente comovente e melodramático. O marquês Olivier, de calças curtas e paletó da mesma cor, caminhava com o passo de tico-tico e estava cheio de mesuras. Ele estava sempre sorrindo porque estava de dentadura nova e queria mostrá-la a todos. Senhor Xixico, de calças brancas, paletó cor de buraco de cerca, todo sorridente por não ter arrumado casamento. Eu também vi duas senhoritas de vestido vermelho e pele negra que tinham cheiro de jararaca misturado com morcego de igreja velha. Tinha uma que se vestia toda de branco, um vestido de puro linho: saco de farinha da padaria que ela tinha comprado do padeiro por dois mil e oitocentos a dúzia. Eu vi um desconhecido que parecia cachorro que latiu na igreja e foi tocado pelo sacristão. Muitos vestiam roupas de festa, com botinas modernas com costuras chamativas. Eu me diverti muito no cinema e retornarei para minhas reportagens. Domingo O Binoculo terá uma sessão chique, charmosa e com todo que forem ao cinema, principalmente as pessoas charmosas. Eu devo advertir que somente risos sairão se as pulgas do cinema me atacarem desta vez eu saí pela porta da rua com uma porção de reprodutores deste útil inseto com os quais eu desejo fazer uma seleção e depois oferecer a todos os meus queridos amigos que possam tê-las. Observador.

dedicavam a diversos ofícios como a venda de latas de água, trabalhos domésticos, criação de animais e outros. Do outro lado, na zona urbana ou central, o urbano na concepção de espaço planejado, asseado e confortável ia sendo construído e inúmeros procedimentos utilizados para efetivar a construção. Não obstante, a modernidade tinha um aspecto sertanejo, em que o arcaico sobrevivia, principalmente pelas práticas herdadas do mundo rural.

A oposição campo e cidade são um modo dual de interpretação da sociedade e no caso brasileiro relaciona-se com a dualidade litoral e sertão. O vocábulo sertão é bastante antigo, suas origens remontam ao período medieval português, quando era utilizado para indicar locais distantes de Lisboa. Os portugueses grafavam-no como “sertão” ou “certão” também para se referir a espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguas.<sup>79</sup> Etimologicamente o vocábulo é oriundo do latim clássico, “desertanu”, como idéia de área desértica, vazia e distante da costa. No Brasil, foi intensamente utilizado durante o período colonial, com sentido negativo, e de certa forma, naturalizou-se durante o século XIX, para identificar as áreas despovoadas, afastadas do litoral e que necessitavam de ser civilizadas. Como espaço a se conquistar, o sertão é simbólico, não designa exatamente uma fronteira física, mas uma zona intermediária entre campo e cidade que deveria ser ocupada e civilizada, como argumenta Naxara:

Sertão, sertões que aparece das mais diferenciadas e diversificadas formas, algo quase que indefinível ou mesmo indefinível e, talvez por isso, atraente. (...) Não é nem natureza virgem propriamente, mas também ainda não está sob o domínio completo dos homens e da civilização.<sup>80</sup>

Impregnada de negatividade, a categoria sertão passou a representar a premência de expandir as fronteiras e os preceitos da civilização, retirando dos brasileiros do interior o caráter provinciano e educando-os em suas práticas e em suas sensibilidades. Localizado no extremo oeste mineiro, Uberabinha estava à “boca do sertão” como fronteira, a partir da qual tudo é desconhecido ou perigoso. E como sertão é, também, uma categoria relacional, a superação dessa situação explica o afã de fabricação do urbano e, por conseguinte, da modernidade e do progresso. Destacando-se na “boca do sertão”, a cidade se diferenciaria das demais e garantiria certa posição de liderança, distante da imagem dos primeiros núcleos

---

<sup>79</sup> AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, 1995, p. 145-151. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

<sup>80</sup> NAXARA, M. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004. p.32.

quase perdidos do princípio do povoamento; o sertão, o sertanejo seriam os outros que não alcançassem o ritmo da cidade.

Ao tomar conhecimento das novidades que vinham de fora, os uberabinhenses apropriaram-se delas e, a seu modo, materializaram-nas. Ao apropriar-se das imagens – externas – do que seria o moderno, rejeitou-se o que estava próximo e aparentasse atraso. Nos rincões mineiros, a defesa da modernidade é justificada, nos órgãos da imprensa, como espécie de necessidade natural:

Não somos antípodas da civilização precisamos da luz que espanca as trevas, essa luz que caminha e progride que dá vida às nações e que desprendendo harmonias santificadas (...) vem em feixes de luz abrilhantar a alma das multidões.<sup>81</sup>

O tom ufanista na afirmação refuta quaisquer argumentações de limitação das condições da cidade. Como o ânimo dos iluministas, o redator acredita que a civilização garantirá progresso e “iluminará” os destinos da cidade. A idéia de progresso relaciona-se a outra, à de evolução. Argumento que expressa linearidade, indicando que, aos poucos, as limitações poderiam ser vencidas; Uberabinha iria do pequeno povoado a cidade pela incorporação das “luzes” modernas. Se estar à “boca do sertão” não possuía significado positivo, os uberabinhenses não eram “antípodas da civilização” e o sentido dessa localização é mudado. Estar à “boca do sertão” é ser exemplaridade para que aqueles vindos dos recantos sertanejos encontrassem “feixes de luz”, almejassem os valores civilizados e daí se transportasse (material e intelectualmente) para além.

Nos vinte primeiros anos do século XX, Uberabinha ocupava a terceira posição entre as cidades do Triângulo Mineiro, lugar que não satisfazia suas elites. Para a alteração dessa condição, inúmeras foram as estratégias (políticas e discursivas) e uma delas foi a comparação com as duas primeiras, seja reconhecendo seus “dotes modernos” para ultrapassá-los, seja criticando-as. No próximo capítulo, retomo aspectos da história das cidades de Araguari e Uberaba para compreender a preocupação de Uberabinha em a elas equiparar-se.

---

<sup>81</sup> *O Progresso*. Uberabinha. n. 2. 30 set. 1907.

## 2. O MODERNO COMO PROJETO VENCEDOR NA “BOCA DO SERTÃO”

Sentado em sua cadeira-de-balanço, o Coronel Cordeiro conversava com uma visita e matava mosquitos com sua vassourinha.

— Coronel, o senhor sabe que o Presidente deu a Escola Normal para Capoeira?

— Sei.

— E o senhor não acha isto um desafô? Pois nós batalhamos tanto para a vinda dela pra cá. Nós estamos querendo fazer uma representação contra o govêrno e queremos saber se podemos incluir o seu nome.

— Absolutamente! Não é com representações que trata o govêrno. Êle precisa ser prestigiado. Se o Presidente não nos deu a Escola Normal foi porque não pôde dar. Mas vai nos dar o ginásio, que é muito melhor!

Ceres Alvim Carneiro. *Lágrima Comprida*.

Em artigo clássico na Geografia Humana, Pierre Defontaines formulou uma tipologia de cidades no Brasil, que é indicativa das atividades propulsoras de seu adensamento e das características que encerraram: 1. cidades nascidas das reduções religiosas, de impecável desenho urbano; 2. cidades nascidas das fortificações militares como sítios defensivos, importantes para a ocupação de zonas litorâneas; 3. cidades nascidas da mineração em decorrência da exploração dos metais preciosos que, atraindo grande número de indivíduos, possibilitou o surgimento de uma civilização e cultura urbana faustosa; 4. cidades nascidas dos pousos e das estradas, visto que o transporte por via terrestre (muare, cavalos e carros de boi) foi um dos principais elementos integradores das relações econômicas no Brasil colonial; 5. cidades nascidas da navegação; 6. cidades nascidas das estradas de ferro que facilitaram o povoamento como sinônimo de progresso; 7. cidades nascidas nas bocas de sertão que auxiliaram na expansão das fronteiras no interior do país.<sup>1</sup> As últimas cidades da tipologia são úteis para compreender algumas das nuances das cidades do extremo oeste de Minas Gerais.

Como apontado no primeiro capítulo, a efetiva exploração da região oeste de Minas Gerais ocorreu no século XIX. Alguns aldeamentos e arraiais surgiram ao longo da

<sup>1</sup> DEFONTAINES, Pierre. “Como se constituiu no Brasil a rede das cidades”. In: *Cidades*. Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos. v. 1. n. 1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. pp.119-146. O texto foi publicado originalmente em 1938 no *Bulletin de la Société de Géographie de Lille* 82(9). A publicação em português é datada de 1944, no *Boletim Geográfico* n. 14. Nessa tipologia, as primeiras cidades referem-se aos dois primeiros séculos da colonização, a terceira e quarta são do século XVIII e as últimas datam do século XIX.

estrada de passagem para Goiás, outros vicejaram no final do século, quando a ferrovia se estendeu até a região. No Triângulo Mineiro, as nascentes cidades viram suas condições de desenvolvimento vinculadas aos referidos elementos.

Nesse tempo, o Triângulo Mineiro era “boca de sertão”, isto é, zona de fronteira, que passava por período de inserção nos mores civilizados com a dizimação dos nativos e dos animais bravios, a derrubada de matas e escolha de áreas férteis para plantio, o provimento de víveres e abastecimento de água, as edificações para moradia e trabalho, a ereção de ermida para as práticas religiosas, a constituição do arremedo daquilo que viria a ser o mundo urbano. Estar à “boca do sertão” constituía uma ponta pioneira para avanço sobre regiões vazias, onde as possibilidades de riquezas pareciam se avolumar. Deffontaines comenta que as cidades brasileiras classificadas na tipologia, representaram uma zona de rápido crescimento populacional e considerável prosperidade, que poderia ser apenas momentâneo; visto que outra “boca de sertão” logo poderia se abrir, seja pela exploração do terreno, seja pela extensão da ferrovia.

Como importantes pontos de expansão no processo de interiorização do país, as “bocas de sertão” foram os principais entrepostos comerciais de regiões desconhecidas da população litorânea. A expressão pode ser compreendida em dois sentidos. O léxico sertão, que, no Brasil do século XIX, não indicava um espaço geográfico específico, designava todo espaço vazio e desconhecido, carregava negativamente a expressão, que apontava uma região erma no interior do país, desprovida das melhorias técnico-científicas, desconhedora dos hábitos modernos. Diferentemente do sentido negativo, a consideração de levar não só as novidades da modernidade como também o pioneirismo de ocupar um território estranho e nele assentar os marcos da civilização valorizavam os nucleamentos. E não era raro que o crescimento da importância como entreposto comercial, a afluência de novos moradores, as transformações no espaço construído atenuassem o sentido negativo e ratificassem o sentido positivo, contribuindo para que essas localidades se tornassem referência em suas regiões.

O ímpeto de “desbravar os sertões”, entendido como os esforços de interiorização do país, foi intenso no século XIX. O oeste de Minas Gerais, o sudoeste e noroeste de São Paulo, o oeste e norte do Paraná, o centro oeste (especialmente Goiás e Mato Grosso) tiveram sua paisagem transformada<sup>2</sup>, seja pela chegada da ferrovia, seja pela expansão de uma “boca de sertão”. Os marcos da civilização, que se concentravam na zona litorânea, foram expandidos e, em alguns desses territórios, foi se construindo um “novo mundo”.

---

<sup>2</sup> A esse respeito ver os comentários de ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

No oeste de Minas Gerais, especialmente no Triângulo Mineiro, a chegada da ferrovia carreu para três cidades onde se instalou – Uberaba, Uberabinha e Araguari – esperanças de progresso e inserção em mundo mais moderno. Interrompendo o isolamento e a distância da capital da província e do país, a inauguração da ferrovia representou a oportunidade de visibilidade perante outras localidades, também acrescentou população, movimentação comercial e, principalmente, rompeu com o significado negativo de sertão ermo. E, à medida que as transformações se acentuavam, o passado sertanejo perdia valor.

A ferrovia chegou ao Triângulo Mineiro pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, nascida em 1872, por iniciativa de um grupo de fazendeiros paulistas, para escoar a produção cafeeira. Inicialmente na província de São Paulo, a Companhia recebeu concessão para expandir seus trilhos por Minas Gerais e Goiás. Em 1889, os trilhos ferroviários foram inaugurados em Uberaba, seis anos depois em Uberabinha e, no ano seguinte, em Araguari<sup>3</sup>. A concessão permitia chegar a Catalão, no sudoeste goiano; o que não se concretizou. Araguari, então, tornou-se o ponto final da ferrovia.



**Mapa 1** – Mapa Ferroviário.

Apud. SILVA, Heladir Josefina S. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro*.

<sup>3</sup> <http://www.cmef.com.br/index.htm>. Acessado em 07/01/2008. O trecho da região contava 176 quilômetros. Entre Uberaba e Uberabinha – 131 km e daí até Araguari 45 km. Nesse percurso a ferrovia tinha 9 estações: Uberaba, Mangabeira, Palestina, Buriti, Irara, Sucupira, Uberabinha, Sobradinho e Araguari.

A ferrovia foi deveras importante para a transformação dessas cidades. Porém não é possível atribuir exclusividade a esse fator. Primeiramente voltadas para a economia agropastoril, outros fatores também interferiram no processo de constituição do mundo urbano delas. Na trajetória de construção das experiências e das vivências, os moradores foram elaborando respostas para suas indagações e demandas; utilizando as ferramentas (materiais e simbólicas) para dar forma a seus anseios; compondo uma nova paisagem pela transformação do território; apropriando-se dos meios disponíveis, edificaram moradias, domaram animais, cultivaram o solo. E, nesse exercício de dar forma a seu mundo social, evidenciaram-se novas representações, novas práticas, escrevendo uma história de sentido peculiar para cada um deles.

Não é intenção deste trabalho uma abordagem exaustiva das transformações nas três cidades do Triângulo Mineiro, aqui citadas. O objeto central é Uberabinha, contudo ela se fez na interação com outras, sendo Araguari e Uberaba aquelas que mais despontaram na região e com as quais disputou atenção. Na aurora do século XX, Uberaba era a principal cidade, exercendo liderança comercial e sendo referência político-cultural na zona triangulina. Ao ser inaugurada a ferrovia, Araguari destacou-se no aspecto comercial e, por conseguinte, no aspecto socioeconômico. A atenção a essas duas cidades objetiva estabelecer alguns parâmetros comparativos com a cidade de Uberabinha, que, por sua vez, sustenta, no mesmo período, um discurso assaz redundante em sua condição de civilidade e progresso; às vezes, figurando como exclusiva. Para compreender o que, na percepção de seus habitantes, fazia Uberabinha, diferente das demais cidades da região, acredito ser necessário não dissociá-la de outras em seu entorno, notadamente daquelas que mais se destacaram.

A ocupação e a exploração do sertão oeste de Minas Gerais foram alvos de disputas. Oficialmente os limites territoriais não estavam bem definidos. As capitânicas de Minas Gerais, São Paulo e Goiás reclamavam a posse da região. A solução foi resolvida no final do século XVIII, graças à intervenção da Coroa Portuguesa, que estabeleceu que o sertão oeste pertencia à capitania de Minas Gerais. A região do Triângulo Mineiro se insere no sertão oeste mineiro e seu processo de desbravamento, como afirmado anteriormente, foi iniciado com a abertura de uma picada.

Os primeiros habitantes dessas terras foram os índios caiapós, do tronco lingüístico Macro-Jê. Os caiapós se estendiam por ampla zona, correspondendo aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso<sup>4</sup>. Eles eram agricultores,

---

<sup>4</sup> Pela extensão da área ocupada pelos caiapós foi cunhado o nome Caiapônia ao território que habitavam como forma de homenagem a esse povo indígena, também chamado de ubirajara e inimigo do povo tupi. TEIXEIRA,

praticando também a caça e a coleta. Seu principal cultivo era o milho que, após o plantio, era deixado para que pudessem se dedicar à caça e à coleta de raízes e frutos; só no momento da colheita se agrupavam novamente.

Quando os primeiros sertanistas atravessaram a região, perceberam a presença dos nativos pelas esparsas habitações, pelas áreas cultivadas e pelas queimadas, prática utilizada para preparar uma nova área de cultivo. Duas práticas foram utilizadas no tratamento com a população nativa da região: o apresamento e escravização, e a *caboclição*. Para os generalistas, a primeira prática se justificava pelo interesse na força de trabalho e a segunda pela imposição de seus hábitos e traços culturais considerados melhores, numa forma de aculturação.

As primeiras expedições ao extremo oeste do Sertão da Farinha Podre ocorreram no período 1807–1809, com a fundação de aldeamentos, a edificação de pequenas capelas e choupanas, a demarcação de patrimônios como princípios de arraialetes, visto que, nesse período, o governo goiano, preocupado com a disputa com as autoridades mineiras, incentivou as iniciativas sertanistas, concedendo sesmarias.

Os vários arraiais surgidos na região possuíam pequena população e, diante dos desafios, era fundamental demonstrar aos homens e mulheres que se arriscavam nessa parte do território mineiro, as vantagens econômicas ou de prosperidade social, tocando suas sensibilidades, movendo suas entranhas para que se sentissem partícipes no exercício de construção de um novo tempo, como demonstra o sermão dominical do padre do arraial de São José do Tejuco (séc.XIX), do qual desenvolveria a atual cidade de Ituiutaba:

\_\_ Meus amados filhos. Aqui estamos reunidos na nossa igreja, para mais um ato de culto a Deus nosso Senhor. Bem modesto é o nosso templo, modesto como este lugarejo, que surge no sertão a atestar o expandir desta grande pátria, no ato de posse do seu imenso território. Maiores desertos já percorri, (...) Hoje, aqui estou, mercê de Deus, a participar do ingente esforço que fazeis para levantar bem alto, como expressão e progresso, esta terra privilegiada na formação deste país, primeiro sinal de posse e cultura, em todo centro povoado, é a igreja. (...) Um povoado tem a sua capelinha, uma vila terá a sua igreja coberta de telhas, a cidade já ostentará a sua matriz armada de torres, enquanto a capital eleva o céu as agulhas altaneiras das catedrais. É que a fé cresce com o povo, com o seu progresso. Bem humilde é, na verdade, o nosso arraial de São-José, onde se planta este minúsculo templo, mas um dia virá em que aqui se alinharão ruas edificadas de uma populosa cidade. Então, no lugar desta, levantar-se-á, altaneira, a matriz, à feição daqueles tempos gloriosos do futuro. Mas aquela realização, meus filhos, tem de ser empreendida por nós mesmos, no esforço conjunto e

incessante de trabalharmos pelo progresso material da terra que habitamos. (...) A empresa é grande, na verdade, pois o nosso povoado nem sequer adquiriu forma. Vamos começar pelo alinhamento das ruas, para que se construam as novas habitações. (...) Esforçai-vos, pois, em colaborar comigo e melhorais as vossas habitações...<sup>5</sup>

Animar os homens, estimulando-os a não recuarem diante das dificuldades do cotidiano como o enfrentamento de remanescentes indígenas, a construção de habitações, a garantir o abastecimento de água, a aquisição de produtos manufaturados eram desafios que urgiam um planejamento e uma ação efetiva. E, nesse aspecto, alguns nomes se destacaram no exercício de avanço da civilização e das práticas civilizadas pelas novas terras.

E, como os laços de consangüinidade foram um fator importante no desbravamento das novas terras, os primeiros arraiais a oeste de Desemboque<sup>6</sup> foram fundados por irmãos e primos de uma mesma parentela, os Oliveira e Silva, que também ocuparam as principais funções administrativas e eclesiásticas dos novos povoados e arraiais. Em 1809, o irmão do juiz do Julgado de Desemboque, o sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, foi designado protetor dos índios e Comandante Regente do Sertão da Farinha Podre. Exitoso na fundação de povoamentos e eliminação dos obstáculos às suas iniciativas animou-se a convidar alguns parentes de Vila Rica a se transferirem para a região, ocupando sesmarias e estruturando chácaras e fazendas.

O próprio sargento-mor Antônio Eustáquio construiu sua chácara, a chácara Boa Vista, que viria a ser o embrião de Uberaba porque, em suas proximidades, foi doada uma área para edificação de uma capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião; o que foi feito com a bênção do padre Hermógenes Araújo, seu primo.

O avançado estágio de decadência do arraial do Desemboque contribuiu para a mudança da sede administrativa que ele representava para a margem da estrada geral, isto é, para o povoado que se ia constituindo em torno das posses do sargento-mor Antônio Eustáquio e da pequena capela. Aliou-se a isso a proximidade das fontes de água, a facilidade de comercialização ao lado da estrada geral que também representava uma forma mútua de proteção contra remanescentes caiapós. Os arraiais ainda eram sertanejos no sentido de que hábitos rurais se mesclavam aos novos padrões de comportamento, de ser e de estar

<sup>5</sup> CHAVES, Camilo. *Caiapônia*. Romance da terra e do homem do Brasil Central. 2. ed. Belo Horizonte: Santa Maria, 1943. p. 213-214.

<sup>6</sup> Santíssimo Sacramento, São João Batista, Dois Morrinhos e Farinha Podre. Correspondem às atuais cidades de Sacramento, Prata e Uberaba. A exceção é São João Batista, ainda um arraial na Serra da Canastra. LOURENÇO, L. *A oeste das minas*. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Edefu, 2005.

considerados urbanos, por isso mais civilizados. E só lentamente os novos hábitos foram se formando.

Ao longo do século XIX, o Sertão da Farinha Podre era uma “boca do sertão”, isto é, entrada para o interior do território; e, durante o Segundo Império, a região alcançou certa notoriedade. Várias de suas povoações se tornaram entreposto de comercialização de gado para os atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A movimentação do lugar contribuiu para que, em 1874, a região tivesse seu nome alterado para Triângulo Mineiro, devido à sua forma geográfica se assemelhar a essa figura geométrica; e, por estar entre os rios Grande e Paranaíba. Além de excêntrico, o nome Sertão da Farinha Podre possui uma conotação negativa que destoava dos anseios de fazer dessas terras um pólo civilizado. Um periódico de Uberaba – *Ecos do Sertão* – sugeriu o nome Triângulo Mineiro e a alcunha Mesopotâmia foi utilizada para compará-la com a região do Oriente Próximo, onde se desenvolveram as primeiras comunidades humanas.

O Triângulo Mineiro poderia estar à “boca do sertão”, mas os habitantes dessa zona não se consideravam característicos do sertão. Acreditavam se assemelhar à maioria do povo mineiro: indivíduos honestos, trabalhadores, hospitaleiros, inclinados às ciências e às artes.<sup>7</sup> Objetivando validar suas percepções, os grupos sociais triangulinos lutavam para que em nada tivessem que invejar de outros. Os vários povoamentos e arraiais surgidos se empenharam na execução de um projeto de civilização em curso no Brasil, no século XIX. Alguns deles se sobressaíram, tornando-se cidades e ampliando sua influência.

## 2.1 Uberaba e sua Primazia no Triângulo Mineiro

Como disse Guimarães Rosa: “Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais.” Faces observadas em seus habitantes como a usual distinção entre o mineiro das Minas e o mineiro das Gerais. O mineiro das Minas é aquele nascido na região das minas históricas, e o das Gerais é o habitante dos sertões, das regiões exploradas após o período da mineração. No mosaico mineiro, o Triângulo Mineiro está situado no sertão oeste; o que engendrou uma peculiaridade, pois os habitantes da terra não se sentem genuinamente mineiros, consideram-se *triangulinos*. Para compreender essa formulação identitária, é preciso remontar ao século XVIII, quando o então Sertão da Farinha

---

<sup>7</sup> CUNHA MATOS, Raimundo J. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. v. 2. (1837). Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Na obra é perceptível a preocupação em realçar os aspectos positivos dos diversos aspectos da província e justificar aquilo que possa aparecer como negativo. As negativas são tratadas como transitórias, podendo ser transformadas segundo os parâmetros em vigor.

Podre pertenceu às capitanias de São Paulo e Goiás. A anexação a Minas Gerais não o afastou da província de São Paulo, com quem continuou a manter estreitas relações econômicas e culturais.

Afirmando seu não pertencimento à Minas histórica, ou seja, a não integração com eventos históricos que remetam a uma história pregressa, a diferenciação no processo de ocupação e povoamento e a distância da capital da província, os habitantes da região, os *triangulinos*, negaram a “mineiridade” para construir uma “triangulinidade”.<sup>8</sup> Identidade marcada pelo espírito aventureiro, resultante das relações que estabeleceu com as outras regiões.

A sustentação dessas premissas justificou campanhas separatistas. As primeiras ocorreram ainda no século XIX, lideradas pelos municípios de Prata (1857) e Uberaba (1875), que defendiam a separação de Minas Gerais e anexação à província de São Paulo. Já no período republicano, sucederam novas campanhas, dessa feita, requerendo a criação de um estado autônomo.<sup>9</sup> A histórica aproximação com São Paulo foi fortalecida com a ferrovia Mogiana. No período compreendido por esse estudo, Heladir Silva afirma que o Triângulo Mineiro se comportava como se pertencesse a São Paulo, sendo a recíproca verdadeira e, para além dos vínculos econômicos, as relações se desdobravam:

O fato de serem freqüentes casamentos interfamiliares de paulistanos e triangulinos e o fato de não ser na capital mineira, mas em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde as famílias abastadas, do Triângulo, enviavam seus filhos para prosseguirem os estudos. Dessa forma, a elite triangulina, já atrelada à economia paulista, tornava-se cada vez mais tributária, também, dos padrões sociais e culturais de São Paulo.<sup>10</sup>

As relações amistosas não se prendiam ao econômico ou ao cultural; no âmbito da política, os homens e as instituições comungavam laços. Na ocasião da inauguração da energia elétrica em Uberaba, várias autoridades de cidades mineiras e paulistas foram

<sup>8</sup> LONGHI, Rogata Soares Del Gáudio. *Unidade e fragmentação – o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. São Paulo: PUC, 1997 (Dissertação de Mestrado).

<sup>9</sup> Longhi identifica várias campanhas emancipacionistas no Triângulo Mineiro: 1857, 1875, 1906, 1918–1920, 1930, 1946-1948, 1951-1952, 1967-1968, 1988. Segundo a autora, as argumentações emancipacionistas justificam que historicamente a região não pertenceu a Minas Gerais e é esquecida pelo governo provincial/estadual. “Diversos episódios envolvendo a posse do Triângulo no período colonial, servem como justificativas em diversas campanhas emancipacionistas pois, não tendo uma identidade paulista, nem goiana nem mineira, a população – na realidade as elites locais – acabou por forjar uma outra identidade regional que, segundo os emancipacionistas, agrega elementos das três áreas às quais pertenceu inicialmente o Triângulo.” LONGHI, R. Op. Cit. p.32.

<sup>10</sup> SILVA, Heladir Josefina S. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890 – 1920)*. Franca: UNESP/FHDSS, 1998 (Dissertação de Mestrado). p.46.

convidadas. Os vereadores da Câmara Municipal de Franca compareceram e curioso é que, dentre os vários presentes, a comitiva francana foi a única aludida nas atas da Câmara Municipal de Uberaba. Agradecido, o presidente leu e registrou, integralmente, o ofício recebido, fazendo menção da hospitalidade ofertada à comissão de vereadores daquela localidade.<sup>11</sup> Também há registros de o agente executivo de Uberaba ir às cidades paulistas solicitar recursos, algo que deveria ser feito ao governo mineiro. Além disso, a distância da capital da província contribuiu para que a população dos arraiais e vilas triangulinos formasse uma rede de sociabilidade e um mercado próprios.

Como ocorria em outras regiões do país, a idéia de urbano e de mores civilizados chegou ao Triângulo Mineiro e para suas elites figurava como condição *sine qua non* para a inserção na nova ordem que ia se definindo ao longo do século XIX e princípio do século XX. E desse movimento nasceu Uberaba, que se tornou o principal povoamento da região, emancipando-se em 1856. Investindo na atividade pastoril e na expansão do sistema de transportes, logo o comércio despertou a atenção dos moradores uberabenses. A estrada do Anhanguera, que passava pelo Sertão da Farinha Podre, ligava a província de São Paulo a Goiás e outra rota era a estrada salineira que, saindo do litoral carioca, penetrava o sul de Minas (São João Del Rei) para alcançar o centro-oeste. Em ambas, a região triangulina se inseria de modo secundário. Todavia um novo itinerário, uma rota fluvial, alterou esse panorama. Saindo de São Paulo, navegando pelo rio Mogi-Guaçu e depois pelo rio Grande “todo o comércio anteriormente feito em grande escala, [convergiu] para Uberaba, que se beneficiou com a nova condição de entreposto comercial”<sup>12</sup>. Os produtos desembarcavam no porto de Ponte Alta, a alguns quilômetros de Uberaba, e daí seguiam em carros de boi. Essa análise realizada pela historiadora Heladir Silva é compartilhada por Lourenço que, também, cogita que talvez tenha sido essa a obra que transformou Uberaba em um dos mais importantes núcleos urbanos durante o Império.<sup>13</sup>

A encruzilhada de caminhos que atravessava Uberaba colaborou no desenvolvimento de novos arraiais e, ao mesmo tempo, fez dela aquela que mais se beneficiou da intersecção dos sistemas de transporte e de deslocamento. Por volta de 1840, pode-se afirmar que já existia o urbano, porque a vida ia se tornando mais movimentada e os contatos com outras regiões mais freqüentes. Lourenço qualifica a cidade como um dos principais centros urbanos do oeste brasileiro, comparável a Cuiabá, devido à sua movimentação e à sua

<sup>11</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. n. 5. (1905 – 1909). Sessão Especial em 15 de janeiro de 1906.

<sup>12</sup> SILVA, Heladir. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro*. Op. Cit., p.49

<sup>13</sup> LOURENÇO, Luís Augusto. *A oeste das minas*. Op. Cit.

população, que ultrapassava numericamente outras capitais de província como Goiás, Curitiba, Vitória e outras<sup>14</sup>. Outros estudiosos também mencionam a importância que a comercialização de gado e o sistema de transporte de mercadorias tiveram para a realização de uma série de melhoramentos dos arraiais sertanejos – dentre eles, Uberaba – que foram adquirindo contornos urbanos mais definidos, auxiliando na penetração do interior do país e na circulação de gêneros diversos<sup>15</sup>. Como entreposto comercial, as atividades econômicas se diversificaram, verificando-se a existência de vários comerciantes, mascates, vendeiros e outros; a intensificação do fluxo populacional; a demanda por novos serviços. Outrossim, a eclosão da Guerra do Paraguai bloqueou o rio da Prata, de modo que o acesso à província de Mato Grosso passou a ser feito por Uberaba, transformada em ponto de abastecimento, ampliando a movimentação e as expectativas de seus habitantes.

A inauguração da estrada de ferro fortaleceu a liderança de Uberaba na região e, como aponta a historiadora uberabense Eliane Rezende, “acelerou o processo de urbanização, promovendo o apogeu comercial e provocou a estagnação de outros centros.”<sup>16</sup>. Como matizado pela autora, a ferrovia não iniciou a urbanização em Uberaba, porque anteriormente existiam, na cidade, símbolos desse processo: várias casas comissárias; fábricas de vinho, cerveja e tecidos de algodão; agência bancária; publicação e circulação de jornais e periódicos; teatro com apresentações de espetáculos; folguedos de carnaval. Tais símbolos conferiam notoriedade ao lugar como centro polarizador de comércio e de civilização, e a seus habitantes, um sentimento ufanista de distinção diante de arraiais e vilas circunvizinhos.

No núcleo urbano de Uberaba, uma série de novas construções e serviços passou a integrar a paisagem: arquitetura de estilo europeu, abertura de novas ruas, arborização de praças, hotéis, lojas de armarinhos, livraria, colégios<sup>17</sup>, criação de um instituto politécnico, confeitaria e restaurantes com “menus à francesa”, casas de jogos, associações artísticas e musicais, a realização de saraus e concertos. O ufanismo atingiu dimensões consideráveis, a ponto de forjar a expressão “Paris – Rio de Janeiro – Uberaba”, como exemplaridade da condição que alcançara, na concepção de muitos de seus moradores, como centro de negócios e centro sócio-cultural. Entre os anos 1870-1910, a cidade alcançou seu apogeu e, para uma parcela de seus habitantes, enfatiza Eliane Rezende:

<sup>14</sup> Uberaba possuía população estimada em 7.600 hab.; Goiás, 4.500 hab.; Curitiba, 3.000 hab.; Vitória, 5.000 hab. Idem. p. 322.

<sup>15</sup> MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Op. Cit.

<sup>16</sup> REZENDE, Eliane M. M. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Goiânia: ICHL/UFG, 1983 (Dissertação de Mestrado). p.21.

<sup>17</sup> Foram criados dois colégios de confissão religiosa – marista e dominicano – que desempenharam importante papel na educação da elite local.

Frequentar Uberaba [significava] tomar um ‘banho de civilização’, os avanços no desenvolvimento urbano comercial evidenciavam uma aparência de progresso e modernização, demonstravam falsamente que a cultura e os recursos importados eram fontes de autonomia cultural, econômica e política.<sup>18</sup>

A aparência de modernidade pode ser, em parte, creditada à entrada de imigrantes europeus que, provavelmente, atraídos pelas perspectivas visualizadas em Uberaba como centro econômico, influíram diretamente na alteração dos hábitos locais; facultada por aquilo que Ginzburg<sup>19</sup> denominou circularidade cultural. Estudando a política de subvenção e a imigração espontânea no Triângulo Mineiro, Heladir Silva assevera que nesse período a região recebeu intenso fluxo imigratório e ainda que a imigração oficial adquirisse caráter periférico, a imigração espontânea antecedeu-a, com ela coincidiu e ultrapassou-a.<sup>20</sup> A historiadora identifica que a maior parte dos imigrantes espontâneos era oriunda de São Paulo. Parte deles se dirigiu para as áreas rurais e outra parte para o meio urbano.



**Fotografia 1** - Praça Rui Barbosa – Uberaba 1910 (APU)

<sup>18</sup> REZENDE, Eliane. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica*. Op. Cit. p.96-97.

<sup>19</sup> GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. (1976) Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

<sup>20</sup> SILVA, Heladir J. S. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro*. Op. Cit.



**Fotografia 2** - Praça Manoel Terra. Uberaba. Década de 1920  
 Fonte: Eliane Marquez Rezende. Arquivo Pessoal

Ainda de acordo com Silva, entre as nacionalidades, os italianos constituem a maior leva de imigrantes que se fixou em Uberaba, onde exerceram atividades diversificadas. A presença desses imigrantes na vida econômica e social da cidade foi considerável. Na imprensa, havia anúncios e textos escritos em italiano, sociedades de ajuda mútua<sup>21</sup>, eventos culturais característicos, com participação da sociedade uberabense. No aspecto econômico, pequenas indústrias de produtos típicos, transações comerciais foram marcas dessa influente presença. Muitos desses imigrantes ascenderam socialmente, ao passo que a maioria permaneceu como força de trabalho.

Contraditoriamente, após a chegada da ferrovia, que ressaltou a importância econômica e política de Uberaba, a mesma ferrovia contribuiu para sua estagnação, quando foram inaugurados os trilhos da Mogiana em Uberabinha e em Araguari. Uberaba, que figurara como área de convergência e passagem para Goiás e Mato Grosso, viu deslocar para Araguari o fim da linha férrea; e, pela maior proximidade dessa cidade com a fronteira goiana, logo parte do fluxo que antes se destinava àquela, foi para esta desviado.

A inflexão da economia uberabense foi enfrentada com o investimento na agricultura e na atividade pastoril, representado pelo gado zebu, importado da Índia. A

<sup>21</sup> As associações de apoio e sociabilidades existentes eram *Fratelanza Italiana*, *Unitá Italiana Francesco Carrara*, *Associação da Beneficência Portuguesa*, *Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos*.

introdução da pecuária zebuína reanimou as esperanças de soerguimento da economia. O aumento do número de importações, o aprimoramento do plantel que se adaptou às condições climáticas da região, as exposições agro-pecuárias acumularam riquezas para muitos e reacenderam o surto de urbanização. O historiador Augusto Rischitelli sugere que a indústria zebuína acentuou o processo de urbanização em desenvolvimento desde a chegada da ferrovia:

Representando a fomentação provocada pela riqueza adquirida, os proprietários e os comerciantes de zebu, recorreram a arquitetos, engenheiros e construtores alemães, espanhóis, portugueses e, principalmente, italianos para a construção de seus palacetes. Os estilos assemelhavam-se ao que havia de mais importante na época e, muitas vezes, deixavam o próprio espírito criativo se manifestar nas edificações sendo notável o ecletismo arquitetônico.<sup>22</sup>

A constatação do autor é compartilhada por Heliana Salgueiro. Ao caracterizar a evolução da arquitetura, observa que, com o fomento econômico da indústria zebuína, as construções se requintaram, chegando ao apogeu nos anos 1920, quando a peste bovina encerrou as importações de gado, interrompendo o comércio e iniciando uma nova fase de crise econômica.<sup>23</sup> Tanto na zona rural quanto na zona urbana, palacetes e “bungalows” foram construídos para não só demonstrar o poderio econômico de seu proprietário, quanto para sinalizar o apuro civilizacional que se ia constituindo na cidade.<sup>24</sup> Na área central, os palacetes se concentraram em torno da Praça Ruy Barbosa, onde também estavam os principais espaços de sociabilidade como o cinema e o cine-teatro.

Após o apogeu da exploração do gabo zebu, a economia local voltou a enfrentar obstáculos como o decréscimo da urbanização, o aumento da concentração de riquezas e o retraimento da imagem da cidade na região. De modo descontínuo e parcial, o processo de modernização, urbanização e civilização, iniciados no último quartel do século XIX, não fincou raízes na sociedade uberabense. As transformações afetaram a vida e os costumes das pessoas, não obstante de modo superficial, porque, tão logo os elementos da modernidade sofriam reveses, essas pessoas não receavam em retomar as antigas práticas. Em outras palavras, a distância entre a cidade e o campo não era significativa, haja vista que as

---

<sup>22</sup> RISCHITELLI, Augusto B. S. P. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antonio Borges Sampaio*. (1880 – 1908). Franca: FHDSS/Unesp, 2005. (Dissertação de Mestrado). p. 81.

<sup>23</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. “Apontamentos para um estudo de arquitetura regional: ecletismo do zebu em Uberaba.” In: *Estudos*. v.11, n. 3/4. Goiânia: UCG, 1984. pp. 207-224.

<sup>24</sup> A arquitetura é uma das formas notórias de visibilidade do status, do poder econômico e político de seus proprietários. A lenta superação dos hábitos coloniais, no Brasil, seguiu uma profusão de formas e estilos arquitetônicos, dos quais o ecletismo foi o principal. Em Uberaba, as construções de estilo colonial foram sendo substituídas por *art nouveau* e, em seguida, em estilo eclético.

concepções atinentes ao mundo urbano e aos mores civilizados não estavam disponíveis a todos os habitantes da cidade. O desenvolvimento concentrou-se no núcleo urbano; fora dele, a dinâmica do mundo rural predominava e, não raramente, vigorava também entre os cidadãos.

A construção dos palacetes e “bungalows” na região central da cidade, por parte dos economicamente privilegiados, ao mesmo tempo em que lhes conferia maior elegância e aparência de civilidade, distanciava-os daqueles pertencentes à esfera dos grupos sociais de menor poder aquisitivo. Um projeto discutido na Câmara Municipal é revelador. Um dos vereadores apresentou projeto para que os proprietários, fora da área central, pudessem construir e reformar suas residências de acordo com suas posses. O projeto foi rejeitado pelos demais edis, sob a alegação de garantir as normas de higiene e obediência aos padrões normativos, regulamentado no Código Municipal<sup>25</sup>. Excedendo o mero discurso, é perceptível a segregação sócio-espacial. Residir na região central exigia do morador maior poder aquisitivo para conservar sua casa, conforme os padrões de edificação e assegurar a imagem ideal. Assim, aos pobres cabia a região periférica ou suburbana.

Entre os núcleos urbanos de toda a zona triangulina, Uberaba era a cidade mais destacada. Para ela, afluíam imigrantes, aventureiros, comerciantes e negociantes, estudantes, curiosos, toda sorte de gente. A riqueza auferida com o comércio e o gado zebu, no entanto, não conseguia obstruir os conflitos e tensões acumulados. Preocupado em entender as práticas da Justiça local e o modo como essas se configuravam como forma de alteração das condutas sociais, o historiador Marcelo Silva observa que, para a resolução dos conflitos em Uberaba “buscava-se normalizar vários tipos de comportamentos considerados nocivos aos valores pregados como prementes para a consecução de novas formas de sociabilidade”<sup>26</sup>. O crescimento da cidade acentuou a discrepância com os valores rurais, predominantes e vigorantes sob o “código do sertão”, parecia que a criminalidade crescia na mesma proporção do desenvolvimento urbano. Desempenhando papel dúbio, a Justiça uberabense não conseguia imprimir um sistema de comportamento adequado e valores contrários aos

---

<sup>25</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba. (1925 – 1930). n. 9. Sessão Ordinária de 10 de novembro de 1927. O Código Municipal, aprovado nesse exercício, provocou grande grita na cidade porque regulamentava as construções nas zonas central e urbana; o que exigiu inúmeras intervenções nas construções existentes. Em sua discussão, os vereadores contrários à normatização eram chamados de *tapeiristas* e os favoráveis, *fachadistas*. Na verdade, uma lei anterior (Lei 227 de 1909) estabelecia as normas de construção, mas não era obedecida porque os moradores, resistentes, faziam suas edificações segundo seu gosto arquitetônico e suas condições econômicas. E muitos, para atender à lei, somente fizeram reparos que não alteravam significativamente a paisagem.

<sup>26</sup> SILVA, Marcelo de Souza. *A lei e a (des)ordem: criminalidade e práticas da Justiça na Comarca de Uberaba/MG: 1890 – 1920*. Franca: FHDSS/UNESP, 2004 (Dissertação de Mestrado). p.95

comumente utilizados na solução dos conflitos interpessoais e políticos. No campo político, por exemplo, o memorialista José Mendonça afirma que as lutas eram “ásperas, muitas vezes cruentas, odiosidades, morticínios”<sup>27</sup>. O que permite concluir que, mesmo tendo aumentado seu sítio territorial, mesmo que seu espaço ganhasse contornos urbanos e existisse uma movimentação comercial e cultural, a cidade ainda guardava semelhanças com os arraiais sertanejos, dos quais desejava afastar-se.

A existência de um “código do sertão”, referente ao mandonismo dos chefes e homens ricos locais, embota a positiva imagem construída a respeito da cidade. A resolução de conflitos (institucionais ou não) não se furtava a utilização da violência. Eleições fraudulentas, disseminação de boatos e maledicências, contratação de capangas, ameaças de morte, espancamentos são algumas das práticas comumente aí utilizadas. Descontente com os rumos tomados pela cidade no início do século XX, um contemporâneo escreveu uma obra denunciando os desmandos e as contradições existentes em Uberaba. Orlando Ferreira, autor de *Terra Madrasta. Um povo infeliz*<sup>28</sup> tinge de cores acinzentadas a decantada imagem daquela que era a terceira cidade do estado. Em tom iracundo, ressentido e desafiador, o autor apresenta, em palavras e imagens, os problemas vivenciados pela população uberabense: lixo nas ruas e córregos, buracos e muito mato, animais soltos, chiqueiros mal cheirosos, precários serviços de energia elétrica, ausência de um sistema de tratamento de água potável, bêbados nas tavernas, casas de prostituição e de jogos, edificações sem cuidado arquitetônico, leprosos (morféticos) convivendo com os sãos. As reclamações do autor não objetivavam transformar Uberaba em uma cidade onde os diversos grupos sociais tivessem suas demandas e necessidades atendidas. É visível, em seu discurso, um ressentimento pelos destinos que a cidade tomava, diferentemente do que esperava. Seus escritos apontam reclames por uma cidade ideal.

Ressente-se das administrações (“chefes políticos luctam entre si, diffamam-se uns aos outros, e empregam os mais violentos e indignos processos de politiquice réles e idiota”), que, a seu ver, não trabalhavam para dotar a cidade de melhoramentos básicos (“horível situação de Uberaba que pessimamente administrada, sem água, sem exgotto, sem theatro, sem hygiegne, esburacada, suja, analphabeta”), da violência que permeia as relações (“matar é a preocupação, é a obsessão de quase todo povo”), das práticas dos moradores (“cocheiros e chauffeurs trava[m] lutas entre si, atira[m] chufas ás negras e ás meretrizes”). Alguns melhoramentos realizados são citados, mas desqualificados (“estamos como sempre, na antiga

<sup>27</sup> MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

<sup>28</sup> FERREIRA, Orlando. *Terra Madrasta. Um povo infeliz*. Uberaba: Typ. do Brasil Central, 1926.

pasmaceira de capinar ruas, matar cachorros, fazer remendos, *pinguélas*, nomeações e demissões”) e se queixa que, em alguns aspectos, a cidade perde posição para outras, menores, como Uberabinha que já possuía serviço público de abastecimento de água potável, ao passo que Uberaba dependia do fornecimento de particulares.

Os políticos, o clero, as famílias ricas, as empresas são responsabilizados pelas condições de atraso e ignomínia em que se encontrava Uberaba. Não há uma preocupação em inserir grupos sociais, alguns deles são qualificados de “lixo social”, a cidade que Doca (como era conhecido) queria era a cidade idealizada pelas elites:

É com infinita tristeza que vemos as procissões deslisarem compostas daquillo que Uberaba tem de peor: uma negra da beijuda, mulatos á granel, beatas repugnantes, velhos barbudos, roceiros mal vestidos e analphabetos, jeca-tatús. Não se vê um intellectual, um homem de valor, mettido na farandula grotesca.<sup>29</sup>

Como homem de seu tempo, Doca pertencia a um grupo social que, naquele momento, não ocupava o poder político local. Sua crítica e apelo por melhorias na cidade podem ser compreendidos como anseio por ocupar o poder, conclusão tomada ao observar que o autor dedica inúmeras páginas a um item intitulado “o que eu faria se fosse presidente”. Nesse título, ele enumera dez ações que tomaria para retirar Uberaba do marasmo em que se encontrava e, apoiado em dados estatísticos que ele próprio levantou, apresenta as fontes e os recursos necessários para tal fim.

Sem aprofundar na análise da obra de Doca, o valor de seu texto para o escopo deste trabalho está em desvelar algumas das contradições latentes no seio da cidade de Uberaba, no início do século XX, quando era conhecida como “Princesa do Sertão” e se apresentava como a cidade mais bem aparelhada da região. Como bem afirma Rischiteli, “Uberaba assumiu para si a responsabilidade de ser o centro dispersor de civilidade em uma região quase deserta”<sup>30</sup> e, estudando a obra de Borges Sampaio, um importante nome político e memorialista da cidade, percebe que, ao abordar o Triângulo Mineiro, Sampaio o apresenta como a própria história de Uberaba, esta desprovida de divergências e conflitos, lugar de atividades culturais e econômicas próprias de centros urbanos. Colaborador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>31</sup> e do Arquivo Público Mineiro, Sampaio redigiu inúmeros

<sup>29</sup> Idem. p.185.

<sup>30</sup> RISCHITELI, A. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antonio Borges Sampaio*. Op. Cit. p. 85.

<sup>31</sup> A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada por Louis Cruis, responsável por pesquisar o interior do país para demarcar as terras onde se construía a nova capital federal, segundo constava a Constituição de 1891, passou pelo território uberabense, avaliando as suas possíveis condições.

artigos, descrevendo a região e, especialmente, Uberaba, resultantes do caráter mineiro, conhecido como laborioso e hospitaleiro, patriota e beneficente. No centro da argumentação de Sampaio há o reforço da mineiridade e das características de civilidade aos moradores de Uberaba, razões de seu adiantado desenvolvimento.<sup>32</sup> Adotando posicionamentos divergentes Sampaio e Doca idealizam Uberaba, esquecendo-se de que esta era vulnerável às oscilações tanto internas como externas, algo recorrente nos demais memorialistas da cidade<sup>33</sup>.

No final da década de 1920, Uberaba era a cidade triangulina mais conhecida em Minas Gerais, e, entretanto, tenha perdido importância econômica, resguardava a imagem de centro de referência em educação e cultura, inclusive com projeto da Câmara para divulgá-la nos jornais cariocas.<sup>34</sup> As rotas de deslocamento, a ferrovia, as levas de imigrantes, o aumento do fluxo comercial, o reconhecimento político, as práticas civilizadas não significaram a plena inserção de Uberaba no rol das cidades modernas e civilizadas. Aquela conhecida como “Princesa do Sertão” não estava isenta dos problemas que atingiam as regiões longínquas do país, como os mandos e desmandos dos coronéis, a falta de serviços de infra-estrutura, a distância dos grandes centros, a coexistência de hábitos rurais e urbanos, as intempestuosas relações sociais.

---

<sup>32</sup> A identidade atribuída à região é um ponto que permite a comparação entre a produção de Sampaio e Doca. O primeiro enfatiza a mineiridade, o caráter dos geralistas que ocuparam o Triângulo Mineiro, assegura a boa condição que alcançou ao longo de sua história. As características da mineiridade, seja na política, seja nos hábitos e costumes são a razão da danação que impedia o progresso, argumenta Doca, que preconiza a desvinculação do Triângulo Mineiro e sua anexação a São Paulo, tido como lugar superior nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A diferença de percepção identitária entre os autores ilustra as fissuras nos grupos sociais dominantes quanto aos rumos da cidade e nas lutas por construí-la como ideal.

<sup>33</sup> Predominantemente positivo, o discurso dos memorialistas deve ser analisado em suas entrelinhas, para que se possam perceber as diversas nuances reveladores das contradições. Os mais conhecidos memorialistas de Uberaba são: Antônio Borges Sampaio, Hildebrando Pontes, José Mendonça, Orlando Rodrigues da Cunha. Antônio Borges Sampaio (1824-1908) foi correspondente de vários jornais, inclusive do Rio de Janeiro; membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, para quem colaborava continuamente, e influente político do Partido Liberal. Participou ativamente de várias fases da trajetória de Uberaba e é considerado seu maior memorialista. Hildebrando Pontes (1879-1940) foi professor, jornalista, político (vereador e agente executivo por duas vezes) e publicou diversos livros sobre Uberaba e outras cidades da região. Contemporâneo de Borges Sampaio é reconhecido como um dos organizadores da memória local por reunir um importante acervo abrangendo diversos temas. José Mendonça (1904-1968) além das pesquisas sobre a história local, desempenhou as atividades de advogado, professor e jornalista. Seus escritos sobre temas diversos foram publicados em jornais locais, sendo continuamente convidado para palestras e conferências. Orlando Ferreira (1887-1957) foi seminarista, recenseador e escritor. Pessoa controversa, ao contrário dos demais memorialistas, não descreve os avanços da cidade, mas enfatiza os problemas existentes que, segundo ele, são resultado dos maus políticos, da igreja católica e de algumas famílias tradicionais. Por suas posições críticas, tornou-se *persona non grata* entre os grupos sociais uberabenses.

<sup>34</sup> Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberaba em 15 de janeiro de 1929. Projeto de Lei n. 5. Art. 1º - Fica o Agente Executivo autorizado a promover a propaganda do município num dos diários cariocas de grande circulação.

## 2.2 O progresso sobre Trilhos: Araguari no Contexto do Triângulo Mineiro

De forma semelhante às terras que deram origem a outras cidades do extremo oeste de Minas Gerais, as sesmarias que formaram a cidade de Araguari começaram a ser exploradas no início do século XIX, quando a região deixou de ser jurisdição de Goiás, passando a pertencer a Minas Gerais, que, para garantir seu domínio administrativo, incentivou a ocupação do território. Algumas construções delineavam a paisagem, mas, após a ereção de uma capela, várias famílias foram se transferindo para a área próxima, definindo o povoado que foi elevado a freguesia por lei provincial de 1840.

Aos poucos, a freguesia de Brejo Alegre foi adquirindo notoriedade porque atraía numerosa concentração por ocasião das celebrações na igreja. Muitas caravanas saíam das fazendas, outras se deslocavam de outros povoados, como da Aldeia de Santana, onde, anteriormente, estava assentada a paróquia. Vinculada ao então município de Bagagem<sup>35</sup>, na década de 1860, foram escolhidos doze homens para representar os interesses da freguesia na Câmara daquele município, o que incentivou o processo de emancipação, ocorrido duas décadas depois (lei provincial 2.996).

A instalação da Câmara Municipal não garantiu rápido desenvolvimento. Um dos memorialistas de Araguari, Abdala Mameri, relata que, em 1885, alguns boatos cogitavam que a lei de emancipação seria revogada, transferindo a administração política para a vizinha freguesia de São Pedro de Uberabinha. Os boatos revelaram-se inverídicos, contudo contribuíram para apressar a busca pelo reconhecimento como cidade. Para obter a elevação a essa categoria, a Câmara Municipal solicitou à Assembléia Provincial tal reconhecimento, apresentando documento que demonstrava as condições do lugar:

1º que a superfície compreendida dentro da demarcação urbana desta vila é de um quilômetro quadrado. 2º que existem dentro desta povoação 130 casas de habitação e dois edifícios públicos a saber: a casa da Câmara e Cadeia; e a casa de instrução pública, além de duas Igrejas (...) 5º que a superfície da Paróquia desta Vila representa a de 70 quilômetros quadrados, além da demarcação urbana. Paço da Câmara Municipal do Brejo Alegre, 16 de julho de 1887.<sup>36</sup>

Somente após um ano, a solicitação foi apreciada em plenário da Assembléia Provincial e pela lei nº 3591 de 28 de agosto, a vila foi reconhecida como cidade, com o nome de Araguay. A pequena descrição do documento da Câmara Municipal permite algumas

<sup>35</sup> Atual município de Estrela do Sul. Foi importante centro de garimpo, na segunda metade do século XIX, explorando-se diamantes.

<sup>36</sup> MAMERI, Abdala. *Pelos caminhos da História*. Pessoas, coisas e fatos de Araguari. Araguari: Artgraf, 1988. p. 29.

inferências: a vida na cidade fronteira com a província de Goiás era semelhante às demais da região, a população no espaço demarcado como urbano aproximava-se de mil habitantes, embora fosse considerável a extensão territorial de influência da paróquia; o que explica a movimentação de pessoas e carros de bois durante as festas religiosas, conforme descrição na documentação. As duas igrejas também são denotativas da dinâmica local, o córrego Brejo Alegre corta a cidade e, de um lado, fica a igreja matriz do Bom Jesus da Cana Verde, região onde estavam as principais construções e a população de maior poder econômico. Provavelmente, o largo da matriz compreendia o quilômetro quadrado demarcado como urbano, pois, em seu entorno, estavam os prédios públicos e davam-se as trocas comerciais e as relações de sociabilidade. Na outra margem do córrego, ficavam a igreja do Rosário e a população pobre. Por essa época, a economia local se sustentava na agricultura e na pecuária, sendo escassos os meios de comunicação e o comércio.

Trazer a lume um pouco das diferentes experiências, vivências e representações engendradas pelos habitantes da cidade de Araguari, no final do século XIX e anos iniciais do século XX, é uma tarefa que pode ser mais explorada. Há pouca produção acadêmica sobre o referido período e a maior parte dos trabalhos produzidos refere-se ao século XX, notadamente a partir da década de 1930<sup>37</sup>. No Arquivo Público Municipal de Araguari, Dr. Calil Porto, e, na Câmara Municipal, há variada documentação (livro de contas de Obras Públicas, ofícios expedidos e recebidos, periódicos e outros); o que permite diferentes análises e abordagens. Para a elaboração da análise aqui proposta, foram privilegiados os memorialistas, os periódicos e as atas da Câmara.

A cidade tem três principais memorialistas, que produziram na segunda metade do século XX: Calil Porto, Antônio Brasil e Abdala Mameri.<sup>38</sup> Seus escritos são coincidentes em

---

<sup>37</sup> RIOS, Gilma Maria. *Mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”*: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG (1940-1960). Brasília: UnB, 2005. (Tese de doutorado). NAVES, Maria Consuelo & RIOS, Gilma Maria. *Araguari: cem anos de dados e fatos*. Araguari: Fundação Educacional e Cultural de Araguari/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari/Prefeitura Municipal de Araguari, 1988. GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Agricultura e política agrícola na década de 70: a cafeicultura em Araguari, MG*. Unicamp, 1983. (Dissertação de Mestrado). BORGES, Jhony Oliveira. *As ruralidades do Fundão: origens, valores socioculturais e representações comunitárias no município de Araguari – MG*. Uberlândia: UFU, 2006 (Mestrado em Geografia). FERNANDES, Vanusa Alves V. *Cultura e relações de trabalho na fazenda Santa Cruz - município de Araguari - MG (1985 - 2005)* Uberlândia: UFU, 2005 (Mestrado em História).

<sup>38</sup> Calil Porto era médico-cardiologista que se radicou em Araguari e dedicou-se ao estudo da história da cidade, preparando uma monografia que não chegou a ser publicada. Seus escritos foram publicados esparsamente nos jornais locais. Antônio Brasil trabalhou na Estrada de Ferro Goiás, em Araguari, até sua desativação na década de 1970, quando foi para o estado de Goiás e trabalhou no Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Então passou a pesquisar as origens de Estrela do Sul (cidade natal) e de Araguari, pesquisando fontes primárias e produzindo uma série de artigos que, planejava editar na forma de um livro, permanecendo inédito. Abdala Mameri, jornalista araguarino, tornou-se intelectual e político, além de funcionário público e professor. Pesquisador da história local com a justificativa de vê-la cada vez mais engrandecida e por ter participado de suas

ressaltarem a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana como responsável pelo “despertar” da cidade que, até então, possuía aspecto mais próximo do rural, dominada pelos coronéis.

Os cargos públicos eram arduamente disputados entre os indivíduos de maior prestígio político; à proporção que crescia, cresciam as disputas por lugares de prestígio e “trocavam-se as autoridades ao sabor dos mandantes e dos ventos”<sup>39</sup>.

Nos últimos dias de 1895, foram inaugurados os trilhos da ferrovia em Uberabinha, e como a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação possuía concessão para estender seus trilhos além, Araguari era a próxima a conhecer a inovação técnica que trazia consigo a modernização e urbanização, como se acreditava a respeito da ferrovia. Os trabalhos de extensão dos trilhos de Uberabinha a Araguari foram intensificados durante o ano de 1896, com viagens de teste entre as duas cidades. Na inauguração da ferrovia em Araguari, um significativo número de habitantes esperava à estação, para ver a máquina que traria progressos. Nessa ocasião, estava na cidade uma rica família vinda do Rio de Janeiro com destino a Vila Boa de Goiás. Em seus escritos de viagem, a senhora Augusta Fleury, registrou sua percepção do evento:

Inaugurou-se a Estrada de Ferro durante a nossa estada em Araguay. Imaginem que barulhada. Veio da roça não sei quanta gente para ver o ‘bicho que lança fogo e tem parte com o diabo’... Houve mesa com doces, brindes, muita cerveja. As senhoras em grande toailete, na Estação, esperando a máquina que vinha toda enfeitada com bandeirolas. Quando, porém, ela apitou, foi uma corrida por ali a fora. Mulheres tiveram ataques, homens velhos juraram que nunca se serviriam de semelhante cousa, que urra feito bicho e tem fogo no corpo. Os moleques corriam de pavor, derrubando os tabuleiros de biscoitos. E, enquanto isto, a máquina entrava triunfal na pequena estação de Araguay. Durante muitos dias só se falou na tal invenção do capeta.<sup>40</sup>

A cidade estava enfeitada, a banda de música em forma, os políticos e homens ricos em posição galante, as mulheres vestidas com indumentária de festa, os sujeitos de diferentes grupos sociais se reuniram na gare, para esperar o trem; evento também registrado pelo jornal contemporâneo, *Araguary*, pertencente ao grupo político no poder:

O povo de Araguay recebeu dignamente o acontecimento, presença de mais de 1.000 pessoas que correram às margens do rio para ver o acontecimento.

---

transformações. Além de publicações referentes à história de Araguari, escreveu outras obras dedicadas à juventude e à literatura.

<sup>39</sup> MAMERI, A. *Pelos caminhos da História*. Op. Cit. p. 48

<sup>40</sup> *Gazeta do Triângulo*. Araguari, 1980. Ano XLIII. Durante vários dias, o Jornal publicou uma sessão comemorativa da inauguração da estação Mogiana em Araguari, inclusive com transcrições literais do livro *Do Rio de Janeiro a Goiás*, de Augusta de Faro Fleury Curado, no qual narra a viagem da família. O trecho aqui transcrito é utilizado pelos memorialistas locais para identificar a importância do evento de inauguração da ferrovia.

A ponte estava florida e às 10h30min do dia a locomotiva chega vitoriosamente do lado de cá. Arrastava diversos vagões, com mais de 5.000 arrobos de trilhos, autoridades de Uberabinha, e de Araguari, e grande massa de povo que tomou parte na travessia. (...) Houve números de música, discursos.<sup>41</sup>

Os relatos são reveladores. Se para o órgão de imprensa ligado ao partido político dominante, o evento foi um sucesso, aclamado com euforia, para a senhora visitante foi contraditório, porque, ao mesmo tempo em que aglomerou parte da população, esta se assustou com a novidade. Um evento que reuniu autoridades diversas (políticos, engenheiros, empresários, comerciantes), pessoas dos diferentes grupos sociais, não foi recebido de forma unânime. A descrição do periódico indica que não só na gare havia pessoas à espera do trem, desde às margens do rio, a viagem inaugural era acompanhada por vários curiosos. O que faz crer que os preparativos foram feitos com esmero e a movimentação era grande e, mesmo sabendo do significado da ferrovia, nem todos os presentes concebiam-no como real. Estava distante da realidade e não povoava os sonhos de maneira uniforme. O progresso sobre os trilhos não possuía a mesma positividade para aqueles que o vislumbravam.

A possibilidade de que a senhora Fleury tenha lançado um olhar preconceituoso sobre a reação dos araguarinos diante da visão do trem de ferro não deve ser descartada. Vivendo na capital da República, a senhora possuía outras percepções, já conhecendo todo o aparato ferroviário, e, possivelmente, incorporara os valores da civilidade correntes naquela cidade, muitos deles ainda novidade em Araguari, cidade recentemente emancipada e com pequeno número de habitantes, uma “boca de sertão” em direção ao centro oeste.

O trem de ferro como representação da civilização e do progresso foi recebido como “invenção do capeta”; o que indica que tal representação tinha sentidos diferentes entre os habitantes. Adquirir civilidade ou ter os modos de comportamento e de percepção mais refinados, de acordo com os ditames dos grupos sociais dominantes, exigiria um exercício de aprendizado. A resistência de alguns de que nunca utilizariam “cousa que urra feito bicho e tem fogo no corpo” parece que se relacionava à predominância de um imaginário vinculado ao mundo rural e à religiosidade, creditando que o desconhecido poderia ser mau. E a chegada da ferrovia ilustra o que Hardman denomina de “espetáculo privilegiado da civilização” no cerrado mineiro, que, como fantasmagoria, quis dar leveza às imagens da modernidade que chegava a várias partes do território brasileiro.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> MAMERI, Abdala. “A epopéia da Cia Mogiana”. In: *O Diário*. Araguari. 13 nov. 1996. p.5.

<sup>42</sup> HARDMAN, F. Prólogo. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. (1988) 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Se, até então, o progresso na pequenina Araguari caminhava conforme as rodas do carro de boi, esse tempo findara, iniciando a era dos trilhos. Ao fazer a síntese do progresso da cidade, o memorialista Abdala Mameri avalia a importância que os carros de boi desempenharam até o advento da ferrovia:

Em Araguari ele atravessava a zona rural, puxado por até quatro parselhas de bois, carregando mercadorias de vários tipos, necessário ao consumo da população. Destinava-se ainda ao transporte de pessoas, inclusive de famílias inteiras, que o utilizavam para dormitórios, à porta da igreja. O carro de bois foi valioso incentivador da civilização. Transava pela zona rural e servia como elo de comunicação entre as cidades. Nosso comércio cresceu de maneira extraordinária, com o aparecimento de poderosas firmas, que construíram prédios próprios e que se abasteciam diretamente de São Paulo.<sup>43</sup>

A assertiva de que o carro de bois foi valioso incentivador da civilização merece atenção. Em uma zona quase deserta, cumpriu o papel de intermediário, transportando pessoas e cargas. No ritmo dos passos dos bois e emitindo um som estridente semelhante a um lamento, ele auxiliou no processo de explorar as terras triangulinas, porém teve sua importância diminuída pelo assentamento da ferrovia, marcada pela velocidade da máquina e da técnica. Iniciando em Campinas, o ponto final da linha férrea da Cia. Mogiana era Araguari; o que melhorou o sistema de transporte, incentivou a entrada de migrantes e estimulou o comércio. E, na aurora do século XX, a cidade já despontava na região do Triângulo Mineiro.

A ferrovia alterou não somente o aspecto econômico de Araguari, novos hábitos e intervenções ganharam corpo. As construções, nos tempos do arraial, eram realizadas de acordo com as vontades dos proprietários, sem importar com limites e confundindo espaços públicos e privados; após a emancipação, detectou-se a necessidade de contratar um alinhador para evitar o aspecto desordenado e garantir uma aparência mais homogênea do espaço urbano. No entanto essa providência enfrentou a resistência dos moradores e proprietários que viam seus interesses e suas posses ameaçadas quando se indicava abertura de ruas, ordenavam-se demolições e a reforma de fachadas porque se regulamentou que as construções deveriam ser afastadas da frente do terreno. Desempenhando importante função de fixar os limites e definir os contornos do espaço construído, o saber do alinhador, aos poucos, foi suplantado pelo saber do engenheiro que pelas “modernas” e “neutras” técnicas da engenharia, garantiam um melhor traçado. Aproveitando as obras da ferrovia, o engenheiro da Cia. Mogiana, Achilles Vidulich, esboçou o primeiro traçado técnico de Araguari. Ele

---

<sup>43</sup> MAMERI, Abdala. *Pelos caminhos da História*. Op. Cit. p.124.

aproveitou aquele existente e seus traços asseguraram as características fundamentais que configuram o espaço urbano da cidade ainda hoje.

As ferrovias facilitaram o desenvolvimento das cidades do interior do país, diminuindo as distâncias e promovendo maior intercâmbio comercial. Um decreto do governo federal (Decreto 5394/1904) determinou que a cidade de Araguari fosse ponto final da Cia Mogiana e inicial de uma nova ferrovia, a Estrada de Ferro Goiás, que fazia parte dos intentos para exploração da região centro-oeste. A construção dos trilhos, iniciada em 1906, foi realizada em meio a intensos debates e conflitos entre interesses mineiros e goianos, cada um deles buscando tirar maior proveito do projeto de extensão ferroviária. O primeiro trecho, ligando Araguari a Catalão, foi inaugurado em 1913<sup>44</sup>.

A Estrada de Ferro Goiás contribuiu com várias alterações na vida da cidade, um complexo foi construído em torno da empresa: imponente prédio da estação, armazém de cargas, vila operária para os funcionários. Somado a isso, atraiu-se um contingente de imigrantes e migrantes, forçando a expansão do sítio urbano e a construção de novos equipamentos de infra-estrutura e serviços básicos, bem como a inauguração de casas comerciais, companhia telefônica, clubes, cinema, teatro, escolas e hospitais.

A consulta aos periódicos locais das duas primeiras décadas do século XX aponta que havia uma considerável circulação de idéias e pessoas, principalmente entre os grupos sociais de maior poder aquisitivo. Realizavam-se eventos esportivos nos clubes, festas nas praças, geralmente acompanhadas por discursos de políticos e ao som da banda de música, passeios nos jardins e parques (ocasião para vestir as melhores roupas), festas religiosas no largo da matriz, sessões de cinema e de teatro.

---

<sup>44</sup> BRASIL, Antonio. Do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. "Estrada de Ferro Goiás". In: *Botija Parda*. Araguari. 25 nov.1981.



**Fotografia 3** - Inauguração da Estação de embarque de passageiros da Estrada de Ferro de Goiás. (1928)  
[www.araguari.mg.gov.br](http://www.araguari.mg.gov.br) Acesso em 03/08/2008



**Fotografia 4** - Passeio domingueiro ao parque da cidade. Araguari - 1908  
 Fonte: MAMERI, Abdala. *Pelos caminhos da História*.

E, se por um lado a imprensa revela as modificações no interior da cidade, também indica que esse processo encerrava sérias contradições como salientado no documento abaixo:

Aproxima-se a inauguração da luz e nada se tem feito ainda pra o embelezamento da cidade. Já uma vez por estas mesmas collumnas nos occupamos d'este assumpto, mostrando a necessidade d'eses mmelhoramentos não só para os forasteiros não se possam rir de nosso atrazo, mas também pra nosso próprio interesse, porque nos é incommodo termos de viver constantemente martyrisados pelo pó e pela lama e respirarmos os olores que trescalam de gatos, cães, galinhas e urubus mortos, que abundam nas nossas ruas e o que é mais triste ainda, nas ruas principais de Araguay. Outrossim, lembramos também aos proprietários a conveniência de mandarem cair os seus prédios, muitos dos quaes estão completamente sujus. Aos nossos fiscaes cumpre zelar pelas ruas; por que não o fazem? Por que não proibem o lançamento de animaes mortos em estado de putrefacção nos centros mais concorridos da nossa cidade? Para que tanto relaxamento? Para que fecham os olhos quando devem estar bem alerta? Por ai stratos que demos á imaginação não podemos comprehender tamanho desleixo.<sup>45</sup>

Protesto publicado às vésperas da inauguração da energia elétrica na cidade sintetiza os vários problemas presentes no cotidiano dos cidadãos e sinaliza a preocupação em demonstrar os foros de civilidade aos visitantes. A cidade de que se dispunha não coincidia com aquela idealizada por determinadas frações de grupos. Os melhoramentos urbanos, a movimentação comercial facilitada pela ferrovia não eram suficientes para assegurar os senões e o “atrato” que, segundo o redator, “martirizava” os araguarinos. Como na maioria das cidades do país, durante a Primeira República, em Araguari, a política era exercida pelos coronéis que tratavam dos negócios públicos como privados e não se furtavam, pela força das armas, a assegurar seus interesses. Por duas vezes, a escolha do juiz de paz mobilizou esforços diversos, inclusive com ameaças e tentativas de assassinatos.<sup>46</sup> Em outra ocasião, a iminência de um duelo entre políticos litigantes não ocorreu porque um deles rejeitou-o sob o argumento de que “não se usavam mais duelos com armas, sim com palavras, conforme entendiam pessoas civilizadas.”<sup>47</sup>

A cidade que emerge nos discursos dos sujeitos araguarinos não é a cidade moderna, pensada pelos urbanistas do início do século XX. Verdadeiramente era um centro

<sup>45</sup> *O Sport*. Folha humorística, litteraria, sportiva e noticiosa. Araguari. n. 18, 02 out. 1910.

<sup>46</sup> “Em 1916, Araguari estava engolfada em grave luta política, pondo em risco a paz social e a ordem pública, onde vidas preciosas poderiam ser ceifadas. Era iminente o rompimento de elementos que integravam os partidos políticos que se digladiavam, em clima tenso, em disputa do cargo eletivo de 3º juiz de paz.” *Botija Parda*. Araguari. nº 581.23 ago.1981. É um panfleto político direcionado aos eleitores locais, criticando a ação de alguns militantes e conclamando à união pelo bem do município. Discurso de sr. João Lourenço Filho: “Araguary já tem passado por diversas crises políticas. Nesta cidade já tem havido diversas luctas nos prelllos eleitoraes. E quem procurar indagar quaes os motivos dessas crises, concluirá que tantos prejuisos tem causado à nossa collectividade. Prejuiso de ordem material pelo dispersas de forças que deviam se congregar pelo engrandecimento deste município; prejuiso de ordem social porque têm concorrido pela separação de nossas famílias; e, finalmente, prejuiso de ordem cívica porque têm levado a desillusão ao patriotismo de todos os espíritos que encaram a política pelo seu verdadeiro prisma.” *Boletim Político* – Araguay, 25 de setembro de 1922.

<sup>47</sup> MAMERI, Abdala. *Pelos caminhos da história*. Op. Cit. p. 93.

abastecedor, especialmente para as cidades do sudoeste goiano, mas pouca relação tinha com os princípios urbanísticos em plena ascensão, divulgação e implementação em várias cidades do país.

### **2.3 A modernidade como Desejo Comum**

Um elemento coincidente entre as três cidades do Triângulo Mineiro, aqui tratadas, é o fato de a ferrovia ter facilitado o processo de fabricação do urbano, sendo mais positivo em Araguari e Uberabinha, pois, em Uberaba, a chegada da ferrovia coincidiu com o início de seu declínio econômico. Cada uma delas construiu uma trajetória específica, buscando, dentre outras coisas, obter posição, respeitabilidade e visibilidade no contexto regional.

É certo que a emancipação animou as cidades triangulinas no ensejo de crescer e modernizar-se. A autonomia soltara as amarras e a vinculação com interesses que não eram, necessariamente, locais facilitara novos rumos. A consulta aos livros de atas das Câmaras Municipais revelou inúmeras facetas no processo de consolidação da cidade autônoma. Discutindo medidas para regulamentar a movimentação de transeuntes e de víveres; circulação e construção no interior do espaço urbano; funcionamento de comércio, indústria, pecuária e agricultura; verbas para obras e outros; os edis quiseram definir os destinos da pequena urbe e o ritmo de seu crescimento. Alguns itens podem ser tomados como ilustrativos dessa empreitada. O crescimento da receita é um índice que permite inferir a movimentação, as potencialidades de implementação de melhoramentos urbanos e, de certa maneira, o crescimento econômico auxiliando no investimento local.

A Câmara de Uberabinha iniciou suas atividades como Intendência Municipal em março de 1891, para organizar o corpo de funcionários, as primeiras legislações e serviços, nomeação de logradouros, levantamentos de recursos para que então a vila pudesse subsistir. Em suas primeiras reuniões, foi discutido e aprovado um orçamento, definindo a receita e as despesas da localidade. Observando as principais formas de arrecadação ao longo dos anos, pude traçar alguns paralelos com as duas cidades do Triângulo Mineiro que tiveram maior destaque no período aqui estudado.

É oportuno mencionar que, nos registros das atas, encontra-se a apresentação do projeto de orçamento anual, bem como suas alterações, redação final e aprovação. O que não significa que ele tenha efetivamente sido realizado no ano de exercício; a arrecadação real nem sempre é mencionada. Em Uberabinha, esses dados constam nos relatórios apresentados pelo Agente Executivo. Em Uberaba, além dos orçamentos anuais registrados nas atas, a obra

do memorialista Orlando Ferreira, *Terra Madrasta*, amplia a visualização desses porque nela o autor registra a real receita arrecadada entre os anos de emancipação até a data de publicação do livro. Os documentos da Câmara de Araguari, por sua vez, são escassos, estando em precárias condições de conservação e de manuseio. Só foi possível o levantamento de um pequeno período.

Acompanhando os orçamentos anuais, pude constatar as formas recorrentes de receita e as principais despesas; o que é um indicativo das limitações de investimento para melhoramento das cidades, bem como para traçar suas potencialidades econômicas. As principais fontes de receita concerniam aos impostos sobre abastecimento de água potável, iluminação pública, aferição de pesos e medidas, profissões, trânsito de veículos, abatimento de gado no matadouro, infrações e multas, transmissão de propriedades e outros emolumentos. Os valores arrecadados se direcionavam ao pagamento de funcionários e fiscais da Câmara, à execução de obras públicas, à instrução escolar e à liquidação de empréstimos e despesas diversas.

Tabela 1 – Orçamentos anuais de Uberabinha (1891 – 1929)

<b>Ano de exercício</b>	<b>Receita estimada</b>	<b>Receita Arrecadada</b>
1891	7:200\$000	-
1892	7:200\$000	-
1893	47:100\$000	-
1894	46:800\$000	-
1895	46:800\$000	-
1896	54:400\$000	-
1897	54:400\$000	-
1898	79:450\$000	-
1899	67:650\$000	-
1900	68:585\$000	-
1901	82:550\$000	-
1902	65:000\$000	-
1903	44:200\$000	-
1904	46:000\$000	-
1905	47:740\$000	-
1906	50:000\$000	-
1907	55:020\$000	-
1908	65:300\$000	-
1909	74:500\$000	56:466\$966
1910	83:900\$000	44:788\$659
1911	73:400\$000	52:005\$816
1912	76:200\$000	73:124\$296
1913	76:200\$000	86:237\$198
1914	108:400\$000	110:368\$451
1915	107:100\$000	142:889\$913
1916	108:000\$000	161:544\$127

1917	120:000\$000	151:625\$767
1918	150:000\$000	162:627\$251
1919	174:700\$000	178:134\$006
1920	224:330\$000	241:968\$176
1921	250:015\$000	326:721\$059
1922	250:200\$000	234:481\$262
1923	274:287\$000	280:969\$474
1924	332:630\$000	348:951\$465
1925	436:470\$000	412:890\$899
1926	-	473:211\$822
1927	447:000\$000	455:858\$087
1928	524:656\$500	568:734\$713
1929	-	594:612\$150

Fonte: Livros de Atas da Câmara Municipal de Uberabinha (1891 – 1929)  
Relatórios apresentados pelos Agentes Executivos à Câmara Municipal de Uberabinha (1914 – 1929)

Tabela 2 – Arrecadações anuais de Uberaba (1891 – 1929)

<b>Ano de exercício</b>	<b>Receita Arrecadada</b>
1891	38:525\$266
1892	37:944\$554
1893	125:335\$554
1894	150:234\$044
1895	129:497\$622
1896	133:203\$872
1897	189:674\$422
1898	188:837\$750
1899	173:055\$867
1900	156:686\$280
1901	160:443\$901
1902	141:167\$936
1903	123:760\$222
1904	142:371\$050
1905	122:623\$931
1906	132:911\$337
1907	136:739\$788
1908	189:542\$981
1909	240:982\$518
1910	376:451\$335
1911	257:914\$436
1912	587:987\$173
1913	329:144\$011
1914	347:799\$117
1915	224:059\$725
1916	394:091\$002
1917	607:865\$190
1918	541:647\$866
1919	455:404\$094
1920	513:509\$792
1921	1.573:323\$523
1922	752:074\$605

1923	660:187\$540
1924	581:610\$824
1925	600:159\$021
1926	616:900\$000
1927	643:800\$000
1928	679:400\$000
1929	803:250\$000

Fonte: CUNHA, Orlando R. *Terra Madrasta*  
Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba (1920-1930)

Tabela 3 – Arrecadações anuais de Araguari (1914 – 1929)

<b>Ano de exercício</b>	<b>Receita estimada</b>
1914	87:722\$150
1915	73:110\$000
1916	80:000\$000
1917	100:000\$000
1918	100:000\$000
1921	146:600\$000
1922	143:069\$184
1923	183:200\$000
1924	224:150\$000
1925	280:000\$000
1926	340:000\$000
1927	350:700\$000
1928	350:700\$000
1929	390:000\$000

Fonte: Livros de Atas da Câmara Municipal de Araguari

O primeiro orçamento de Uberabinha foi bastante modesto, aumentando paulatinamente ao longo dos anos. Observado sob parâmetro local, o aumento da receita parece indicar crescimento populacional e ascensão econômica com várias possibilidades de ação dos órgãos institucionais da localidade. Porém há limitações; em alguns anos, a receita arrecadada é inferior à estimada; o que, possivelmente, travou alguns projetos de melhoria na cidade. A solução encontrada foi a tomada de empréstimos do governo estadual, como é possível observar pelas discussões e autorizações encontradas nos registros da Câmara. Após a canalização do serviço de fornecimento de água potável, realizada em 1909, o número de reclamações para ampliação e melhoria do serviço de abastecimento aumentou na mesma proporção dos empréstimos (alguns vultosos) para solucionar a questão. Nos relatórios do agente executivo, a não execução de obras ou projetos é atribuída ao orçamento insuficiente, seja decorrente da crise econômica que assolava a cidade (e o país), seja pela obrigatoriedade de quitação das dívidas contraídas para suprir gastos não previstos ou obras emergenciais.

As maiores fontes de arrecadação do município eram os impostos sobre indústria e profissão, abastecimento de água e recebimento dos exercícios findos. As inúmeras

atividades, no interior da cidade e também em seu entorno, eram taxadas, e pelo volume de requerimentos recebidos na Câmara, solicitando escusas em impostos, os moradores resistiam ao pagamento; fato que explica, em parte, a previsão de receita advinda da dívida ativa do ano anterior.

A maior despesa recaía sobre as obras públicas. Por outro lado, essas não eram executadas a contento dos habitantes da cidade, sendo comuns as queixas sobre diversos serviços. As autorizações dos edis para que o agente executivo tomasse empréstimos para suprir os valores com despesas e investimentos eram constantes. O crescimento econômico, de certo modo, comprometido por verbas insuficientes, reflete diretamente na configuração do espaço urbano. As referências à modernização estavam presentes nas discussões da Câmara, no entanto sua viabilização não ocorreu com a desenvoltura esperada.

A Câmara Municipal de Araguari teve (e tem) dificuldades em guardar e conservar muitos dos documentos produzidos na casa, principalmente aqueles das primeiras décadas da emancipação; o que inviabilizou o levantamento dos orçamentos anuais. Dos dados levantados, vê-se que as receitas de Araguari eram as menores dentre as três cidades; o que é deveras interessante para aquela – Araguari – que possuía a segunda maior população do Triângulo Mineiro. As possibilidades de execução de obras públicas e investimento eram mais reduzidas e, diante da importância que a cidade auferiu na região, estimo que o papel dos particulares fosse deveras significativo. Como ponto inicial da Estrada de Ferro Goiás, provavelmente a circulação de mercadorias e pessoas auxiliaram na manutenção de sua posição de relevância.

No início do século XX, Araguari, Uberaba e Uberabinha eram as cidades de maior movimentação na região do Triângulo Mineiro. Servidas pelos trilhos da Companhia Mogyana, elas tiveram seu comércio aquecido, funcionando como entreposto para produtos diversos, principalmente para o interior de São Paulo e sul de Goiás. A circulação de capitais incentivou a implementação de uma série de melhoramentos e serviços, configurando seu espaço como urbano.

A principal cidade da região era Uberaba, concentrando os serviços e as características da civilidade como escolas, teatro, cinema, construções arquitetônicas segundo os padrões urbanísticos vigentes na Europa. E, como cidade primaz, os maiores valores monetários se concentravam em seus orçamentos municipais; o que lhe possibilitou maiores investimentos econômicos na configuração do espaço e nos modos civilizados de viver. Sua receita era, em média, três vezes maior que a de Uberabinha e Araguari.

A adoção do título “Princesa do Sertão”, carregado de significados, como a ressaltar o poder e a riqueza da cidade entre seus pares na região, parecia ideal<sup>48</sup> e o anseio por materializar o ideal de civilização contribuiu para que a “princesa do sertão” do Triângulo Mineiro envidasse esforços vários para salvaguardar sua posição. E, ainda que, ao longo dos anos, atravessasse momentos de crise, a receita arrecadada demonstra que era a cidade que dispunha dos maiores recursos econômicos.

Entre Uberaba e Uberabinha, houve certa rivalidade. A primeira foi sede de comarca e de diocese da segunda que, após a emancipação, desligou-se. Os políticos de Uberaba tinham maior influência no governo estadual e dele recebiam maiores recursos; fato de que Uberabinha se ressentia. Os foros de civilização eram mais visíveis lá, enquanto estavam em vagaroso processo de construção na antiga vila de São Pedro.

A redução do fluxo econômico para Uberaba representou oportunidade para Uberabinha destacar-se como a nova “princesa do sertão”, porque, na visão de suas elites, o ritmo do processo de urbanização que conferia nova estética ao espaço urbano, o início das atividades industriais, a construção de estradas de rodagem e a posição de entreposto comercial tornaram-se justificativas para elevar-se acima das demais.

Aquela aparência de fazenda, com inúmeras casas de colonos, que se nota em Araguary, não existe em Uberabinha. Aqui, a ordem, o bom gosto, o asseio, a fiscalização municipal, os esforços tendentes a deslocar de Uberaba o título de ‘princeza’, que já perdendo a razão de ser ainda pertence á velha cidade do Triangulo.<sup>49</sup>

Uberaba é adjetivada de “velha” como se não houvesse mais papéis a desempenhar e vai perdendo sua condição de liderança para aquela “filha”, que herdara seu nome em diminutivo. Outro redator reconhece sua importância, denominando-a “Rainha do Triangulo”:

A *Rainha do Triangulo*, ao contrario do que espiritos poucos observadores propalam, não permanece estacionaria na senda do seu progresso, vivendo da recordação dos dias faustosos do passado. Uberaba caminha a passos firmes para a frente e seus illustres dirigentes não dormem sobre os louros de antanho. O entusiano que estua de todos os corações gera a convicção de que a nossa culta visinha está disposta a manter o sceptro que lhe compete, inquestionalmente, de *Rainha do Triangulo*. Cogita a patriótica Camara de Uberaba de dotar a cidade do mais perfeito serviço de agua e exgotos, medida que virá proporcionar ao seu culto povo beneficios inestimaveis. Um grupo de cientistas de valor resolveu a criação da Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba que será, tambem, poderoso imam a atrahir

<sup>48</sup> Título que não é inédito, a paulista São José do Rio Preto também adotou essa alcunha para representar sua condição de modernidade, sendo imitada por outros municípios do interior do estado de São Paulo. CAMPOS, Raquel. *A “princesa do sertão” na modernidade republicana*. Urbanidade e educação no Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

<sup>49</sup> COELHO, J.R. Bastos. “Revendo o Triangulo”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 106, 25 set. 1921. Ano III.

futuramente elementos de fora que aumentarão, de certo, o fulgor da vida uberabense. E nós, que nos interessamos pela vida deste querido rincão, regosijamo-nos sinceramente com os progressos de Uberaba e fazemos votos para que a sua evolução nenhum óbice encontre que lhe venha empecer a sua marcha progressiva.<sup>50</sup>

Embora a economia uberabense estivesse em crise, segundo o autor, tudo leva a crer que retomaria seu crescimento com os serviços de água e esgoto e a criação de uma escola de nível superior. Se Uberabinha era “princesa”, Uberaba era “rainha” e, como tal, não perdera sua majestade, vide sua reputação de “cultura” ou pólo de civilização na região. O tom crítico aos detratores que não reconhecem a história de desenvolvimento da cidade levanta a suspeita de que o autor tivesse relações mais estreitas com o lugar. O artigo foi publicado em Uberabinha, em órgão de imprensa, aliado da política *cocão*, cujos líderes possuíam parentes influentes na cidade vizinha.

Depois de ultrapassar Uberaba, seria necessário também vencer Araguari. O articulista J.R. Coelho afirma que Araguari tinha um aspecto rural, ao passo que a estética de Uberabinha estaria mais afeita à modernidade. A “aparencia de fazenda” remete ao estilo colonial de muitas construções, de aspecto simples, o que também existia em Uberabinha, notadamente fora da região central; o estilo neoclássico preferido como de “bom gosto”, marcada pela monumentalidade e traços racionalistas, estava concentrado nessa área.

Uma semana após a publicação que inferiorizava Araguari, Elpacio Nora tece elogios, inclusive comparando-a ao Rio de Janeiro.

Uma das cidades do Triangulo que não obstante a crise, sustenta ainda a sua vida comercial ativa e prospera, é Araguay, esse ponto terminal da Mogyana e inicio da Goyaz, que vae ter, com a ligação da Oeste por Catalão, ainda dias mais prósperos do que aquelles que vaticinamos em tempos idos e que ahí estão para prazer nosso e dos que commungavam com o nosso modesto descortinio. Agora, a cidade amena, com os seus palacetes custosos a demonstrar o estado sólido das suas economias, com o seu circulo de homens cultos augmentado, com a sua política vigilante, bi-partida (...) Araguay é uma cidade comparavel ao cosmopolitismo do Rio. Aliás, como muito bem observa um de seus filhos illustres, a cidade tem cousas de um centro grande. Depois de Uberaba, Araguay é a primeira cidade mais populosa do Triangulo.

Elpacio Nora<sup>51</sup>

A impossibilidade de conhecer quem é o autor do artigo não permite responder se era um araguarino ressentido com o artigo anterior. Todavia, alguns elementos apontam o diálogo com a publicação anterior. Os palacetes demonstravam não somente o poderio

<sup>50</sup> “Uberaba progride”. *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. n. 9, 08 ago. 1926.

<sup>51</sup> NORA, Elpacio. “Araguary”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 107, 02 out. 1921. Anno III.

econômico, como também a adesão aos modernos padrões arquitetônicos, bem como a existência de um círculo político e intelectual e a expressiva população são utilizados para qualificar o grau de cosmopolitismo. Sendo a segunda maior cidade da região, sua comparação com a capital federal, Rio de Janeiro, é de extrema ufania. As “coisas de um centro grande” (cinema, teatro, imprensa, comércio) eram comuns a outras cidades em seu entorno, que nem sequer foram mencionadas. A comparação com a maior cidade do país indica que as projeções são divisadas no superlativo.

Aquela que era a cidade primaz da zona triangulina não possuía serviço público de água e esgoto, esse em processo de instalação. Nesse ponto, Uberabinha saiu à frente. Os serviços de encanamento e fornecimento de água foram realizados no final da primeira década – 1910 –, durante a segunda iniciaram a instalação dos esgotos e, em 1924, todas as edificações foram obrigadas a disporem dessas instalações. Somente em 1928, a Câmara de Uberaba assumiu e inaugurou esses serviços que, até então, eram controlados por três empresas particulares. A carência gerou muita insatisfação, os valores cobrados eram considerados exorbitantes e o atendimento precário, somente as casas da zona urbana eram atendidas, ainda assim com irregularidade. Na imprensa, protestos eram comuns, descrevendo os péssimos serviços e os riscos para a saúde e higiene públicas.<sup>52</sup>

A rivalidade se acentuou com os investimentos da Companhia Fôrça e Luz de Uberabinha para aumentar sua capacidade de geração de eletricidade; o que redundou na instalação dos teares da fábrica de tecidos que Uberaba tanto almejava (1924). Quando as negociações com os proprietários da empresa e os empresários uberabenses estavam quase acertadas, a companhia uberabinhense provou ser capaz de produzir o coeficiente solicitado pela fábrica. O capital da indústria têxtil era estimado em 1.000:000\$000 (mil contos de réis); o que representava uma perda significativa para a economia uberabense. Questões como essa animavam as elites uberabinhenses que estavam convencidas de serem progressistas, podendo avançar além e fazer da cidade a principal em toda a zona.

Em todas as três cidades aqui elencadas, os princípios da urbanidade e civilidade não estavam descartados dos grupos sociais dominantes, embora não coadunassem com todos os moradores da cidade. A modernização e a civilidade são discursos recorrentes que, aparentemente, destinavam-se a todos, independente da condição econômica ou *status* social;

---

<sup>52</sup> O memorialista Orlando Ferreira critica os serviços e o modo de exploração que, segundo ele, era um “genero de negocio, producto commercial” que causava sérios perigos à população, pois sendo o lucro a principal preocupação das empresas fornecedoras, o tratamento não obedecia a normas de higiene. O principal jornal da época também alertava para o risco de uma epidemia pelo uso das águas e do esgoto sem tratamento. *Lavoura e Commercio*. Uberaba. n. 2.743, 18 ago. 1924.

porém, a recepção era distinta nos vários grupos sociais e, nesses, apropriados diferentemente. Durante a inauguração do fornecimento de energia elétrica em Araguari, um periódico reclama que o povo demonstrou indiferença no recebimento desse importante melhoramento e que ansiava ver a vida monótona substituída “por uma vida agitada que é o prenuncio da civilização moderna”<sup>53</sup>. Acredito que o não entusiasmo de parte da população possa ser explicado porque a iluminação elétrica estava restrita à área central, às residências daqueles moradores de maior poder aquisitivo. A comemoração pela inauguração de um ou outro serviço não garantia a transformação da vida da maioria da população. Seria necessária, também, uma alteração nos modos de representação dos moradores para que a “vida agitada” exemplificasse a “civilização moderna”. Esta que não impedia que se descortinassem as várias formas de tensões no interior da cidade, vislumbradas nas denúncias de espancamentos, nas ameaças de morte, nas tocaias.

Situação análoga ocorria nas demais cidades, onde as condições reais, nem sempre, favoreceram os projetos de modernização, sejam as receitas disponíveis, sejam as práticas sociais da população. Em qualquer uma delas, não é raro encontrar, nos periódicos, afirmações entusiásticas, tecendo loas ao desenvolvimento local:

Muito mais remotamente, seria um encanto para os dias de hoje surpreender as primeiras incursões dos exploradores desta região, (...), todos os que vieram de anno em anno edificando este centro de trabalho, até agora, decorrido um século. (...) O observador surpreenderá, porém, que este centro forma um admirável conjunto extremamente vivo e vertiginoso, cheio de contrastes e offerecendo belezas que arrebatam.<sup>54</sup>

Araguary se enveredará por uma phase de invejável prosperidade, attrahindo para si, como para um grande centro de actividades, as vistas de todos quantos desejem empregar os seus capitães, seja no commercio, na industria ou na lavoura, com a certeza de resultados seguros e immediatos.<sup>55</sup>

Quem lançar um olhar retrospectivo sobre o passado de Uberabinha, não terá necessidade de afastar muito a vista para espantar diante do grande salto que demos. Auxiliada por forças possantes e favoraveis á sua rápida evolução, a nossa cidade ganhou animação cresceu, expandiu, tomou vida.<sup>56</sup>

Os territórios que formaram Araguari, Uberaba e Uberabinha foram ocupados e explorados em períodos coincidentes, no entanto a realidade que se ergueu nos respectivos espaços diferenciou-se segundo as experiências dos homens que os ocuparam. Partilhando dos

<sup>53</sup> *O Sport*. Folha humorística, litteraria, sportiva e noticiosa. n. 21, 23 out. 1910 e n. 23, 06 nov. 1910. Arquivo Dr. Calil Porto. Araguari.

<sup>54</sup> “Centenário de Uberaba” In: *Almanach Uberabense*. Uberaba: Livraria Século XX, 1911. pp.191-196.

<sup>55</sup> *Diário de Araguary* – Folha Matutina. Araguary. n. 21, 24 abr. 1919. Anno I.

<sup>56</sup> *A Noticia*. Uberabinha. n. 26, 19 jan. 1919. Anno I.

princípios da civilidade e urbanidade, muitos deles viviam nessas cidades como se estivessem em uma grande cidade. E, em parte, isso ajuda explicar Uberaba tornar-se cidade primaz, Uberabinha e Araguari, entrepostos comerciais em uma zona quase deserta do Brasil Central.

Ainda que o discurso da urbanidade e da civilidade seja latente em Uberabinha, ele não era exclusivo. As cidades da região também buscavam construir, em suas múltiplas práticas, um mundo urbano e estarem coadunadas com tudo que representasse modernidade. Na imprensa uberabinhense, encontrei referências às outras cidades com a divulgação de eventos ou de viagens, mas raras são aquelas relacionando suas condições de crescimento. O mesmo ocorreu em Uberaba e Araguari. Dessas, a primeira tem um número maior de referências, porque muitos profissionais eram convidados a prestar serviços em Uberabinha, carente de alguns ofícios. Nas esparsas referências às cidades vizinhas vê-se que a imprensa local menciona a própria cidade como exemplaridade, exalta os avanços (às vezes reivindica melhorias). O fato de não se referir às outras cidades seria um modo de evitar que fosse reconhecido que algumas delas estivessem em melhores condições? O mais evidente é a preocupação em ressaltar aquilo que demonstrasse positividade.

E, mesmo acreditando que “nenhuma outra cidade do Triângulo tem tão vantajosamente se desenvolvido em tão curto lapso de tempo”<sup>57</sup>, uma parcela dos uberabinhenses ora reclamava do governo do Estado por não atender a algumas de suas reivindicações<sup>58</sup>, ora, matreiramente, aguardava o momento que melhor poderia render benefícios, como faz o fictício Coronel Cordeiro da epígrafe.

O projeto de edificação de uma cidade superior não poderia ser frustrado e a criação de estratégias para sua realização é o tema do próximo capítulo.

---

<sup>57</sup> “Construções”. *A Notícia*. Uberabinha. n. 4, 23 jun. 1918.

<sup>58</sup> Por longo tempo, os políticos uberabinhenses reivindicaram ao governo do Estado a construção de um prédio para o fórum. Diante da demora no atendimento, a crítica se notabilizava pela retomada do sentimento separatista com a argumentação de que “si pertencessemos a S. Paulo, outras seriam as nossas circunstancias”. “Dizendo verdades”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 8, 02 nov. 1919.

### 3. A CELEBRAÇÃO DO URBANO

O sino da igreja foi o primeiro a falar, rezando alto a oração do Ângelus. Depois o Cordeiro, lutando com as lágrimas.

— Está inaugurada a primeira turbina de quinhentos cavalos. No ano que vem já teremos outra de mil cavalos em funcionamento. Quando a companhia Fôrça e Luz estiver dando lucro, talvez seja possível trazer bondes para Capoeirinha... Eles cortarão a cidade de ponta a ponta... Eu os mandarei pintar de verde... Bem verdinhos, para lembrar o verde da planície... Mas, e se o verde ficar muito gritante, hem Donana? Bom, isso eu resolvo depois. O importante é trazer os bondes. Ou quem sabe, a cidade necessita mais de um matadouro frigorífico? Ou de um Batalhão do Exército? Muitas, muitas cartas terão que ser trocadas ainda com os altos dignitários do país, até que Capoeirinha venha a ser a Capital Federal. Depois então... e êle apertou as mãos de Donana – eu poderei descansar, minha velha.

Ceres Alvim Carneiro *Lágrima Comprida*.

A energia elétrica, um dos símbolos do progresso, materializa-se em Capoeirinha, causando euforia no coronel, um dos dirigentes da fictícia cidade do sertão mineiro. E, por entre as lágrimas de satisfação, ele sonha com o funcionamento de bondes elétricos e, quase em devaneio, que a pequena urbe seja a capital federal. Nos últimos dias do mês de dezembro de 1909, em meio às constantes chuvas de verão, a população de Uberabinha se reuniu na praça da Independência, para comemorar a inauguração do serviço de energia elétrica, substituindo a iluminação a gás acetileno. Sob salvas de palmas, discursos inflamados, fogos de artifício, retreta da banda União Operária, uberabinhenses e convidados se emocionaram quando as luzes foram acesas. Possivelmente, como o coronel do romance, alguns derramaram lágrimas, emocionados pelo novo tempo que se abria. A iluminação elétrica era um dentre os muitos melhoramentos que poderiam fazer de Uberabinha uma cidade moderna.

Realizada por lampiões, a iluminação pública em Uberabinha foi um tema recorrente nas sessões da Câmara. Ora um, ora outro vereador mencionava a necessidade de ampliação do serviço e a viabilidade de aproveitamento dos recursos hídricos do município, construindo uma usina de geração de energia. As discussões se tornam mais comuns a partir de 1906 e, com a alegação do agente executivo de que a Câmara não possuía verbas suficientes para atender à reivindicação, particulares encamparam o projeto. Um dos coronéis proeminentes, vereador José Teófilo Carneiro, formou uma companhia, Fôrça e Luz, para

custear o melhoramento para a cidade. Após a visita de um engenheiro que traçou o projeto, o coronel Carneiro apresentou um projeto para a instalação da energia elétrica e criação de uma linha de bondes na cidade. A última proposta foi rejeitada pelos demais edis sob a argumentação de que a canalização do serviço de água seria mais útil. Em protesto, o vereador renunciou e, alguns meses depois, ele retoma suas funções de vereança, apresentando o mesmo projeto, porém responsabilizando-se inteiramente por todo o ônus.<sup>1</sup> Durante os preparativos para a inauguração desse serviço a imprensa congratula os préstimos da empresa Fôrça e Luz, ligada ao partido *coió*, contribuindo com o progresso da cidade<sup>2</sup>. Todavia é pertinente ressaltar que a concretização do serviço de energia elétrica em Uberabinha foi realizada pela associação de esforços múltiplos. A Câmara, de maioria *cocão*, custeou a empreitada com empréstimos, visto que o serviço representava ganhos para todas as frações políticas e mais uma vez, como na luta pela emancipação, os interesses foram somados para consecução de um objetivo que representaria um marco no progresso local. Os partidos, ainda que adversários, sentiram-se contemplados no mesmo projeto em que todos lucrariam; o que leva a crer que os proponentes acreditavam que sua concretização facultaria o progresso, minimizando, assim, as disputas entre si.

A freqüência com que o progresso é referido na documentação alinha-se com o que Paolo Rossi denomina de crença que considera a tradição um peso a ser superado e apela ao futuro.<sup>3</sup> O último quartel do século XIX foi marcado pelas noções de aperfeiçoamento da natureza humana, da existência de história universal, da ênfase na superação da barbárie em prol da civilização, decorrendo daí a convicção de que o progresso e a civilização são intrínsecos. Convicção essa que coincidiu com o crescimento do fenômeno urbano e sua valorização como expressão do moderno e de um novo tempo. O progresso, identificado como necessidade natural, não concebe obstáculos ao homem, visto que, acredita que pela ciência e pela técnica, a realidade é controlável, viabilizando a educação dos modos e dos sentidos. O homem se civiliza para potencializar sua capacidade de intervenção no mundo, e o espaço urbano é, preferencialmente, o local onde isso ocorre porque nele pode demonstrar

<sup>1</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessões de 04 de julho; 11 e 15 de setembro de 1906; 15 de maio, 21 de setembro de 1907; 11 de janeiro e 10 de fevereiro de 1908.

<sup>2</sup> *O Progresso*. Uberabinha. n. 94, 11 jul. 1909; n. 115, 12 dez. 1909; n. 116, 19 dez. 1909; n. 117, 02 jan. 1910.

<sup>3</sup> ROSSI, Paolo. *Naufrações sem espectador: a idéia de progresso*. (1995). Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2000. (Ariadne). Jean Starobinski também constata que o termo civilização se consagra no mesmo tempo que a acepção moderna de progresso. Ambas designam processo cumulativo e necessitam opostos para qualificarem-se e firmarem-se. É preciso ser habitante da cidade para se gabar dos valores da civilização e mostrar-se superior. STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização*. Ensaios. (1989) Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

civilidade, desenvolver seu espírito, aprender e expressar polidez nas maneiras e na linguagem.

Ser reconhecida cidade representava mais que autonomia política, significava a inserção no mundo moderno e a possibilidade de galgar o progresso como condição de ser reconhecida, entre seus pares, na região do Triângulo Mineiro. É assim que o desenvolvimento do urbano é priorizado em Uberabinha, acreditando que a vida na cidade é superior às demais, traduz-se em civilidade em oposição ao campo, entendido como espaço rústico e de modos simples. E, como sugere Williams, campo e cidade são realidades em transformação, adquirem ampla gama de significados e se movem continuamente em novas experiências e sentimentos.<sup>4</sup> Sendo representação, a cidade também gera representações pelas quais os homens materializam suas abstrações e seu universo cultural. O mundo urbano que se constrói em Uberabinha é consoante às percepções e experiências que seus moradores elaboram diante da realidade com que se defrontam, isto é, à proporção que suas práticas se transformam, suas sensibilidades também se alteram.

A modernidade uberabinhense se consolidaria com a modernização dos equipamentos urbanos e das relações. Ao lado da introjeção das maneiras de comportar-se e demonstrar refinamento, educação e elegância; a modernização das relações, do espaço e da produção e da comercialização engendraria uma nova paisagem, garantindo o aspecto moderno aos moldes do projeto liberal das elites locais, que consistia em manter as estruturas tradicionais que lhes garantiam o poder e o *status*, excluindo outros grupos sociais.

A cidade de Uberabinha se emancipa no período em que o crescimento de vilarejos e a concentração de população e serviços ocorrem no Brasil, e quando a expectativa de progresso como processo evolutivo se acentua no mundo ocidental. Embora pequenina, semelhante a inúmeras outras, onde campo e cidade se interpenetravam, o projeto de construção da cidade, encabeçado pelos grupos sociais dominantes, não considerou as limitações sertanejas, vislumbrou nela a potencialidade de ser moderna e possuir o que suas congêneres possuíam. O apelo ao futuro obnubilava as precárias condições materiais e, de certo modo, a concretização dos mores civilizados selaria as representações que os grupos possuíam de si mesmos. A preocupação em construir e continuamente ratificar um discurso eloqüente das vitórias obtidas para conferir à cidade uma silhueta “distanciada d’aquele feitio entristecedor de burgo anachronico, que fora até bem poucos annos atraz”<sup>5</sup>, não estava alheia

---

<sup>4</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. (1973) Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

<sup>5</sup> PEZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922. p.29.

aos ideais da época e, à sua maneira, estimulou a fim de se lutasse para que o urbano fosse aclamado.

É assim que posso compreender a aprovação do projeto para criação de linhas de bondes em Uberabinha, quando essa não tinha quinze mil habitantes. Cerca de uma década após a concessão à Companhia Fôrça e Luz para fornecimento de energia elétrica, as discussões sobre os serviços dos bondes retornaram à discussão na Câmara Municipal. A empresa se comprometeu a realizar os serviços necessários para funcionamento dos bondes dentro da cidade, até o final do ano 1914, sob pena de pagamento de multa de 200\$000 (duzentos mil réis) anuais até a conclusão das obras.<sup>6</sup> A obra não se efetivou e alguns anos depois a Companhia ocupou o plenário para justificar que, devido aos conflitos na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, não pôde importar os equipamentos e para solicitar prorrogação da concessão por mais dois anos para inaugurar a linha conforme planta entregue aos edis.<sup>7</sup> A população uberabinhense nunca desfrutou de um dos meios de transporte mais modernos do período. Sendo a modernização condição para o reconhecimento dos “foros de civilização”, necessário se fez a apropriação dos valores e mecanismos ditos modernos: os serviços de infra-estrutura, como os de energia elétrica, a canalização da água potável, a instalação de rede telefônica; a elaboração de um corpo de leis e regulamentos; a valorização da instrução escolar; a expansão do sítio territorial e ordenação do espaço; o investimento nos meios de transporte e viabilização das atividades econômicas.

O empenho das elites locais em tornar Uberabinha moderna e civilizada não significou altruísmo. As discussões travadas na Câmara Municipal e nos órgãos de imprensa não revelam intenção de aglutinar os diferentes grupos sociais. Ao projetar a cidade, as elites uberabinhenses projetam a si mesmas, convencidas de sua condição de adiantamento, de atualização aos moldes ditos civilizados. Como projeto excludente, seria preciso convencer os diferentes grupos a colaborarem para atingir as metas projetadas. A paisagem urbana se assemelhava ao espaço rural, faltavam infra-estrutura e serviços básicos, os hábitos e costumes dos moradores não possuíam grau de refinamento; todavia crendo no progresso evolutivo, acreditava-se que as condições para alteração desse quadro eram reais, devendo incentivar e instruir os demais uberabinhenses.

---

<sup>6</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessão Extraordinária de 30 de abril de 1914 para aprovação do contrato com a Companhia Força e Luz.

<sup>7</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessões de 11 de novembro e 20 de dezembro de 1919.

### 3.1 Sob as cores da tinta e as marcas da pena

Dentre os elementos que tiveram importante papel de incentivo e de instrução do progresso de Uberabinha, a imprensa foi um dos mais significativos.

Em um período de aproximadamente duas décadas, mais de quarenta títulos de jornais circularam na cidade, alguns de publicação regular, outros esporádicos.<sup>8</sup> Número considerável de publicações para uma média populacional de 10.000 habitantes, de maioria analfabeta; pelas dificuldades de comunicação e distância das principais cidades do país. O início das atividades da imprensa uberabinhense data de 1897, mas, só em 1907, tornou-se contínua. As publicações eram semanais, em pequeno formato e sua estrutura caracterizada pelo editorial, notícias e divulgação de eventos, opiniões, anúncios comerciais e sociais, humor e (poucas) imagens. Arvorando-se independente, defensora dos interesses locais, a imprensa uberabinhense colaborou ativamente, como instância “civilizadora”, para educar as maneiras e as sensibilidades de seus leitores.

Nas páginas do elenco dos jornais disponíveis no Arquivo Público de Uberlândia, o pesquisador comumente encontra a defesa das condições que podem positivar a cidade e cumprir a “missão civilizadora” no coração de seus leitores. Apresentando seus propósitos, os jornais tomam para si as seguintes tarefas: “orientadora da opinião publica”<sup>9</sup>, “iluminar o espírito do povo, instruí-lo, para que elle possa compenetrar-se de seus direitos e deveres”<sup>10</sup>, “zelar desveladamente no sentido de se evitarem atrictos funestos entre pessôas antagônicas, pregando uma política de principios, combatendo a politicagem das intrigas pessoas”<sup>11</sup>. Reclamando distinta importância nos destinos da cidade, os redatores usam suas penas com autoridade e buscam despertar atenção para questões que consideram salutaras, julgando

---

<sup>8</sup> Esse número foi levantado da hemeroteca do memorialista Jerônimo Arantes que, durante sua vida, acumulou farta (e diversificada) coleção de documentos a respeito da história da cidade. Restaurados, a maioria dos jornais é constituída de números esparsos, alguns incompletos pela ação deletéria do tempo, mas rica por auxiliar a desvendar traços da cidade que não existem mais e recuperar seu processo de constituição. Os títulos publicados e preservados entre os anos 1897 – 1929 são: *A Reforma*, *Gazeta de Uberabinha*, *A Nova Era*, *O Progresso*, *A Livraria Kosmos*, *Paranahyba*, *O Brasil*, *O Commercio*, *O Binóculo*, *O Diario de Uberabinha*, *A Noticia*, *A Escola*, *A Tribuna*, *A Chispa*, *O Aerolitho*, *O Lampeão*, *O Corisco*, *O Garotinho*, *O Lápis*, *O Rabixo*, *O Relâmpago*, *O Sabre*, *A Letra 7*, *A Esperança*, *Sertão Judiciário*, *A Espora*, *Reflexo*, *O Alarme*, *A Reação*, *A Mariposa*, *A Farpa*, *Triangulo Mineiro*, *A Garra*, *O Ideal*, *O Município*, *A Folha Municipal*. Essa hemeroteca está disponível no Arquivo Público de Uberlândia. O número de publicações da imprensa local, no referido período, é maior, outros títulos circularam: *Cidade de Uberabinha*, *A Semana*, *A Voz de Uberabinha*, *Ferrão*, *Gavião*, *Martelo*, *Chaleira*, *Violino*, *A Escola e Almanak de Uberabinha*. PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. ARANTES, Jerônimo. “A Imprensa de Uberlândia”. In: *Uberlândia Ilustrada*. Uberlândia. n. 14. Dezembro/1947. De muitos deles só resta a menção de sua existência.

<sup>9</sup> “Convenções”. *A Nova Era*. Uberabinha. n. 9, 02 mar. 1907.

<sup>10</sup> “Profissão de fé”. *A Nova Era*. Uberabinha. n. 1, 01 jan. 1907.

<sup>11</sup> “Dignidade na luta. O papel da imprensa”. *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. n. 4, 04 jul. 1926.

poder intervir nas dimensões da realidade. Um dos jornais locais, em seu primeiro número de circulação, descreve o que considera ser “a missão da imprensa”:

Tão grandiosa e tão complexa é a missão social da imprensa. As sciencias, as artes, a literatura, a política vivem em absoluta dependência da imprensa – vehiculo admirável que se apodera de todas as idéias, de todo o sentir de uma época e os conduz pelas mais longiquas paragens do mundo, doutrinando a todos, como outrora faziam os apóstolos. (...) O jornal registra dia a dia os acontecimentos mundiaes, commenta as novas idéias, discute sua propriedade de adaptação ao meio, vergasta os erros, corrige e abbranda os costumes, aparelhando os homens para comprehensão dos seus grandes deveres sociaes e para a defesa dos sagrados direitos inherentes á sua individualidade. O jornal espalha por toda a parte as grandezas de um Paiz, seu florescimento, suas riquezas, sua civilização, mostrando como o governaram para attingir o grau de progresso e de cultura, que maravilha a todos os outros; e no dia seguinte nos aponta as vicissitudes, as miserias que assolam um outro que vê diminuída a sua população, desbaratadas as suas riquezas, pela má direcção do seu governo. (...) O jornal para nós se assemelha a uma grande figura phantastica, occupada em construir o grandioso monumento da Civilização, do Progresso e da Perfectibilidade humana.<sup>12</sup>

O poderio de suggestionar e nortear se assemelha a uma força quase sobrenatural sobre os destinos dos homens; o que permite que sua intenção de independência seja frustrada. Com tão avultada “missão”, a imprensa não deixaria de atrair a atenção dos grupos que disputavam a legitimidade das representações e da hierarquização social. Os proprietários das oficinas de imprensa uberabinhense estavam ligados aos grupos políticos *coió* e *cocão* e não se eximiam em defendê-los. Algumas vezes, o redator anuncia que é órgão de determinado partido político; outras vezes, a Câmara Municipal utiliza as páginas de alguns deles para apresentar seus relatórios de prestação de contas, divulgar atas de reuniões, publicar leis. Nem todos os semanários foram de propriedade particular, a Câmara também possuiu oficina tipográfica e financiou a criação de títulos.

O cumprimento da “missão da imprensa” deparou-se com obstáculos: a manutenção do maquinário, o escasso número de leitores, a oposição de grupos políticos, o que explica a efemeridade de alguns. Não raro, a extinção de um periódico não significava a cessação da pena de seu editor; ela continuava ativa nas páginas de um novo título. O jornal *O Progresso* encerrou suas atividades, mas renasceu com o nome *A Notícia*; o redator de *O Progresso*, Moizes Santana, deixou-o e criou nova publicação, *Paranahyba*; *A Escola* de propriedade de Honório Guimarães deu lugar ao *Diário de Uberabinha*. Apresentando-se órgão independente e noticioso, a maioria deles não exhibia diferença em seus posicionamentos

---

<sup>12</sup> JAYME, Gonzaga. “A missão da imprensa”. *Paranahyba*. Uberabinha. n. 1, 20 set. 1914.

políticos e ideológicos, o desenvolvimento local era pauta comum e frequentemente mencionada: “Sejamos, que (importa?) divididos na arena política, mas sempre unidos na luta pelo progresso de Uberabinha”<sup>13</sup>. Como tribuna de divulgação de suas idéias e de seus interesses, os periódicos tornavam público o projeto das frações da elite, buscando convencer sua plausibilidade e criticando seus opositores. As diferenças partidárias são explícitas, e com o argumento de ter o desenvolvimento da cidade como ponto convergente, buscam manter um discurso independente. Ao encerrar as atividades de seu jornal, o redator de *A Nova Era*, Nicolau Soares, afirma que, por não se dobrar a interesses politikeiros, faltou-lhe elementos intelectuais que pudessem atuar como colaboradores<sup>14</sup>, pois, em edições anteriores, incentivava a união, o abandono da política para evitar ódios e lutar por interesses comuns. Os articulistas se prestavam a enunciações de grupos específicos e não conseguiam abandoná-los

Ainda que pretensamente neutro, o discurso tecido nas páginas da imprensa é eminentemente político. A administração da Câmara Municipal é engrandecida pelos situacionistas, criticada pelos opositoristas e, nos jornais de tiragem reduzida, os chamados órgãos literários e humorísticos, a ironia é freqüente. A aprovação de uma lei municipal permitindo o porte de armas é comentada como incitamento à violência porque autorizaria o uberabinhense a fazer uso contínuo de tiros para se comunicar com outrem.<sup>15</sup> Em outras ocasiões, os jornais debatem seus posicionamentos. *A Reação*, órgão oficial do partido *coió*, ataca a administração *cocão*, criticando a criação de um imposto de caridade que, segundo argumentação, sufoca a população com a cobrança e não soluciona problemas prementes como o calçamento das ruas.<sup>16</sup> Indignado, o redator da folha *Triangulo Mineiro* condena a campanha oposicionista, afirmando que as acusações são inverídicas e motivadas por interesses pessoais. No fundo, a crítica, as queixas, as reivindicações presentes nas folhas dos periódicos são superficiais e não objetivam atingir as estruturas políticas, são uma espécie de estímulo ao melhoramento.

Há logares nesta cidade que se resentem de iluminação e onde a mesma é tão escassa que dá aos mesmos um aspecto triste. Uberabinha já foi a cidade mais bem iluminada da Mogyana. Hoje não podemos dizer o mesmo. A nossa estação, por exemplo é uma coisa desoladora. A praça da Matriz caminha para uma tristeza sempre crescente quanto mais se desenvolve a sua arborização. (...) Recebemos diariamente, visitantes que se impressionam connosco. Vamos tratando com eficiencia das nossas praças e das nossas

<sup>13</sup> “Dignidade na luta. O papel da imprensa”. *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. n. 4, 04 jul. 1926.

<sup>14</sup> “Duas palavras”. *A Nova Era*. Uberabinha. n. 26, 29 jun. 1907.

<sup>15</sup> *O Corisco*. Uberabinha. n. 72, 12 set.1920. Ano II.

<sup>16</sup> *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. *A Reação*. Uberabinha. 1926. Números diversos.

ruas. É necessário não esquecermos também da iluminação da cidade. Uma cidade bem iluminada impressiona.<sup>17</sup>

Ao descrever a condição já gozada pela cidade, o articulista incentiva o melhoramento para que a cidade continue “impressionando”. É um discurso ambivalente, descreve os melhoramentos e, concomitantemente, os problemas; é um modo de lançar luzes sobre questões a serem resolvidas: regulamentação do trânsito de caminhões nas ruas centrais; controle dos bêbados nas tavernas, da mendicância e das casas de prostituição; extinção dos formigueiros; aumento da vigilância policial para coibir a violência e as tentativas de arrombamento; higiene pública; ampliação do abastecimento de água e construção de rede esgotos; necessidade de quitação de impostos, pois “numa cidade beneficiada como a nossa o habitante deve estar satisfeito com o pagamento anual”.<sup>18</sup> Implicamente, há um caráter projetivo nas enunciações; ao despertarem a atenção dos leitores, contribuiriam para sua mobilização, prenunciando um futuro diferente.

Geralmente, os anúncios comerciais ocupam um terço dos periódicos e são diversificados: remédios e preparados farmacêuticos, loja de fazendas, artigos finos e agropecuários, maquinários e veículos. Comerciantes locais e de outras cidades anunciavam para um público consumidor restrito, principalmente em caso de produtos de luxo. A loja *Au Louvre* de Uberaba anunciava os serviços de uma modista francesa para as senhoras e senhoritas uberabinhenses. Anos depois, um ateliê com modistas portuguesas se instalou na cidade.<sup>19</sup> Para uma época áurea – *Belle Époque* – apresentar-se elegantemente era um dos símbolos do nível civilizacional auferido e outros anúncios (instruções para conduta à mesa e redação de cartas, aulas do idioma francês e de piano, criação de um clube literário, realização de espetáculos teatrais e bailes) são indicativos da preocupação em atualizar-se com o que acontecia e era consumido em outros locais.

A modernização agrícola e o ordenamento do espaço urbano são temas constantemente apresentados, na imprensa, como prioritários para o progresso local.

A agricultura praticada nos primórdios da cidade, aos poucos, foi cedendo espaço para a pecuária, que se tornou o sustentáculo da economia uberabinhense. Nas fazendas, predominava a pecuária extensiva e de corte para exportação, pelos trilhos da Mogyana, para o sul de Minas, principalmente. Na segunda década do século XX, o rebanho bovino foi estimado em 60.000 reses.

<sup>17</sup> *A Tribuna*. Uberabinha. n. 263. 05 out. 1924. Anno VI.

<sup>18</sup> “Uberabinha”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 139, 21 maio 1922.

<sup>19</sup> *O Progresso*. Uberabinha. 1910 e 1914. Números diversos.

A instalação da ferrovia Mogyana fomentou a movimentação e facilitou a comercialização com as cidades do Triângulo Mineiro e sudoeste goiano. Os principais ramos comerciais em funcionamento eram as casas comerciais (Casa Teixeira, Chaves e C.; Carneiro & Irmãos; Joaquim Jorge & Cia.), as farmácias (Pharmacia Espirito Santo, Pharmacia S. José), os estabelecimentos de gêneros alimentícios e de roupas (Casa Gambardella, Henrique Petri) e as casas comissárias e de consignações (Carmo Giffoni & Comp.). Havia, também, pequenos negócios para abastecimento do mercado interno: açougues, padarias, joalheria, botequim, sapataria, selaria, confeitaria, depósito de lenha.<sup>20</sup> O volume de transações comerciais, porém, não era grande e, com a extensão dos trilhos ferroviários até Araguari, os negócios diminuíram. Das estações da Mogyana na região, Uberabinha era a terceira mais movimentada e, na transação de alguns gêneros (cereais e açúcar) era superada por Conquista, distante 170 quilômetros.<sup>21</sup> O comércio adquire maior importância na cidade quando inicia o processo de modernização rodoviária, em meados da segunda década do século XX. Até esse momento, havia uma retração comercial e, para enfrentá-la, o redator de *O Progresso* conclama os políticos locais e interessados na prosperidade do município para a criação de indústrias, a fim de aproveitar os recursos disponíveis e enfrentar a crise do comércio que “vai diminuindo aos poucos, com tendências a desaparecer de todo. (...) Só as indústrias nos poderão salvar e conservar-nos este grau de prosperidade a que chamamos e a que temos incontestável direito”<sup>22</sup>. Entendo que o clamor pela indústria não é mera constatação do declínio comercial. Há níveis hierárquicos no processo de modernização; vencida a etapa do comércio que provavelmente acumulou capital suficiente para investir em outra atividade, essa em patamar superior à antecedente, acarretará maior progresso.

A transformação da matéria-prima em bens diversos caracteriza a atividade industrial e, nesse sentido, desenvolveu-se em Uberabinha, um leque de atividades: produção de banha e sabão; beneficiamento de arroz e algodão; charqueadas e curtume; serrarias, carpintarias, olarias, madeireiras. Frequentemente as condições geográficas eram mencionadas como pródigas para a instalação de indústrias (fartos recursos hídricos, relevo relativamente plano) e, com a organização da Companhia Fôrça e Luz para gerar energia

---

<sup>20</sup> Profissionais liberais também estavam presentes na cidade: engenheiros ou construtores, médicos, dentistas, advogados, alfaiates, carpinteiros, guarda-livros, pedreiro, cocheiro, agente de loteria, fotógrafo, agrimensor, cambista de loteria. Alguns desses ofereciam seus serviços nos periódicos e nesses, por sua vez, é possível perceber que alguns profissionais eram filhos de famílias ricas que, depois de formados, retornavam à cidade, para exercer suas profissões.

<sup>21</sup> JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº século*. Rio de Janeiro: Ed. Gomes, Irmão e Co., 1911.

<sup>22</sup> “Prevendo o futuro”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 193. 24 jun. 1911. Anno IV. A fábrica de anil instalada nas terras do pioneiro João Pereira da Rocha, quando esse chegou ao lugar, parece ser a primeira indústria criada nas plagas uberabinhenses. PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit.

elétrica, acentuaram os argumentos de que a cidade tomaria “o aspecto característico dos centros manufactureiros”<sup>23</sup>. Várias oficinas e fábricas foram implantadas: fábrica de cerveja, sapataria, fábrica de cigarros, ferreiro, marcenaria, corte de suíno, pedreira, funilaria/caldeira, engenho de serra, tipografia, todavia a indústria fabril era a mais almejada na esperança de a cidade tornar-se um “centro fabril de primeira grandeza”<sup>24</sup>. A produção advinda dessas atividades destinava-se ao mercado interno e possuía pouca expressividade na economia local.

A industrialização e os bens dela advindos trouxeram esperanças de facilitação das atividades cotidianas pela incorporação dos produtos industriais e dos saberes técnico-científicos. Em um país onde a abolição da escravidão era um evento recente, as atividades manuais e rurais eram alvo de preconceito; a idéia de modernização obteve a atenção dos grupos dominantes que, por sua vez, passaram a defendê-la como condição de inserir o país no mundo civilizado. E, como bem pontua Le Goff, “a pedra de toque da modernidade é a mecanização, ou melhor, a industrialização”<sup>25</sup>, denotativa do grau de progresso e civilização de um povo, em Uberabinha, a modernidade não se restringiu à cidade e chegou ao campo.

Em um lugar em que campo e cidade eram ambivalentes, o primeiro não estava distante e constituía importante fonte das riquezas materiais. A modernidade transvertida em modernização deveria se materializar no campo, pela melhoria das técnicas de manejo e cultivo do solo, pela mecanização da lavoura, pela disciplinarização do trabalhador.

Desde a emancipação, o mundo rural é importante referência em Uberabinha, como parte na gestão e desenvolvimento da cidade. O documento apresentado na Assembléia Provincial afirmava que o lugarejo, além de dispor de ferreiro, sapateiro, comerciantes, escola, contava, também, com sessenta engenhos de cana e sete engenhos de serra, nove olarias de telhas.<sup>26</sup> Ressalto a quantidade por considerar que os pleiteantes quisessem demonstrar as potencialidades disponíveis e a viabilidade para administrar a nova urbe que se tornaria autônoma. O engenho toma o fruto *in natura* e o transforma em produto para consumo; da cana produz-se açúcar e aguardente; da madeira, móveis e materiais para construção, do barro fabricam-se os tijolos para as edificações. Retiradas do espaço rural, essas matérias-primas são beneficiadas por mecanismos industriais disponíveis no antigo canto ermo de Minas Gerais.

<sup>23</sup> “Surto industrial”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 25, 29 fev. 1920.

<sup>24</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op Cit. p.52.

<sup>25</sup> LE GOFF, J. “Antigo/moderno”. In: *História e memória*. (1977) Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p.197.

<sup>26</sup> ARANTES, J. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Pavan, 1938.

Diferentemente do que pensava, a análise da documentação revelou que não houve um antagonismo entre o rural e o urbano. Houve, sim, uma celebração do urbano como espaço preferencial para expressar os mores civilizados; ser cidadão é ser moderno. A dependência do campo é reconhecida como contribuição para o progresso, ele é elemento fomentador das atividades comerciais e industriais. É modernizado e não esquecido; dele vem a principal fonte de riqueza da cidade.

As limitações não permitiam a Uberabinha abandonar o rural, parte significativa da população residia nas fazendas e chácaras que, muitas vezes, estavam tão próximas como o arrabalde em que viviam os trabalhadores pobres. A afirmação de cidade moderna e civilizada pode ser conferida desde os primeiros anos do século XX, no entanto a visibilidade política e econômica na região data da segunda década, quando o processo de modernização se acentua.

O campo é apresentado de modo ambíguo, é negativo porque pouco exige do homem, “a vida do roceiro, apesar de laboriosa, é pacata, porque seu cérebro cochila”<sup>27</sup>, mas, se bem explorado, “a lavoura é a principal fonte de riqueza quando praticada cientificamente”<sup>28</sup>. A substituição das técnicas rudimentares por métodos modernos e mais racionais apareceu como solução e, para difundir essa idéia, a imprensa constituiu importante instrumento que, mobilizando as opiniões, procurou convencer os uberabinhenses de sua viabilidade.

As terras que circundam a cidade são consideradas de “fertilidade espantosa”<sup>29</sup>, as condições mesológicas são favoráveis e explicam a produção de grãos (milho, arroz, feijão), exportadas para outras regiões; logo, a “lavoura mechanica” com a introdução de novos instrumentos e a rotação de culturas garantiriam a elevação da produção. As recomendações não se encerram aí, a modernização do campo foi tomada como empresa e, como tal, necessitava de organização racional para garantir lucros. Nos anos 20, quando o processo de modernização adquiriu um ritmo maior, um dos órgãos de imprensa publicou uma série de “aconselhamentos” para o homem do campo. Sob o título “Notas agrícolas”, o articulista se propõe a instruir os agricultores, explicando-lhes as publicações especializadas para melhorar o desempenho da produção. No conjunto das matérias publicadas, defende-se a “ruralização do ensino primário, na roça”, para educar o filho do roceiro acerca das “vantagens da lavoura racional” e das “conveniencias de uma vida sadia”; da utilização de maquinário que, além de exigir menos trabalho, “faz baixar o custo da produção” e aumenta a produtividade; a fim de

---

<sup>27</sup> “Notas agrícolas – Industrias ruraes”. *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. n. 13, 05 set. 1926.

<sup>28</sup> *O Progresso*. Uberabinha. n. 372, 06 dez. 1914.

<sup>29</sup> PEZZUTI, P. *Municipio de Uberabinha*. Op. Cit.

diversificar as atividades, aproveitando o tempo livre, porque “uma fazenda, para dar resultados, tem que ser um tanto ou quanto industrial”. À ênfase na mecanização sucede uma preocupação em disciplinar o homem do campo para, além das noções de agricultura, conhecer princípios morais e de higiene, “desenraizá-lo das práticas antiquadas”, infundir novos hábitos e evitar a ociosidade. O convencimento é buscado na história, na antiguidade, o trabalho no campo era uma espécie de lenitivo para o cérebro fatigado de temas filosóficos.<sup>30</sup> Ou seja, o mundo rural complementa o urbano.

Cabe indagar a viabilidade desse processo de modernização rural. Os debates, na Câmara Municipal, apontam que os orçamentos eram mínguaos, sendo comuns os empréstimos para saldar dívidas ou executar obras. A mecanização da lavoura e os novos métodos de manejo e cultivo do solo não poderiam ser rapidamente implementados. A propriedade agrícola estava “extraordinariamente subdividida”, exigia alto investimento e, provavelmente, poucos eram aqueles com capital suficiente para adquirir maquinário. A dubiedade no tratamento dessa temática na imprensa, ora denunciando as péssimas condições de vida dos trabalhadores, ora apologizando a modernização, leva a crer que o processo ocorreu paulatinamente e não foi abraçado por todos com o mesmo entusiasmo. Os grupos sociais de maior poder aquisitivo modernizaram não somente a lavoura, como também as sedes de fazenda eram palacetes, construídos nos moldes da arquitetura neoclássica.

No entrelaçamento campo e cidade, a modernização de um estaria diretamente relacionada à modernização do outro, pois, conforme um articulista, “entramos francamente em uma fase de progresso e desenvolvimento; cumpre aproveitar o tempo e promover o engrandecimento da lavoura, a criação de indústrias novas”<sup>31</sup>. A produção agropecuária estava articulada à indústria, alimentando as charqueadas, os curtumes, a produção de banha e o beneficiamento de arroz.

Ao lado da modernização do campo, a modernização do espaço da cidade constituiu importante pauta na luta pelo progresso. Retomo aqui a lembrança de que o sítio em que se desenvolveu a cidade, marcado por suaves aclives, inicialmente seguia o serpenteado do rego da servidão pública e, aos poucos, à medida que novos moradores chegavam e erguiam construções, uma nova paisagem foi se delineando.

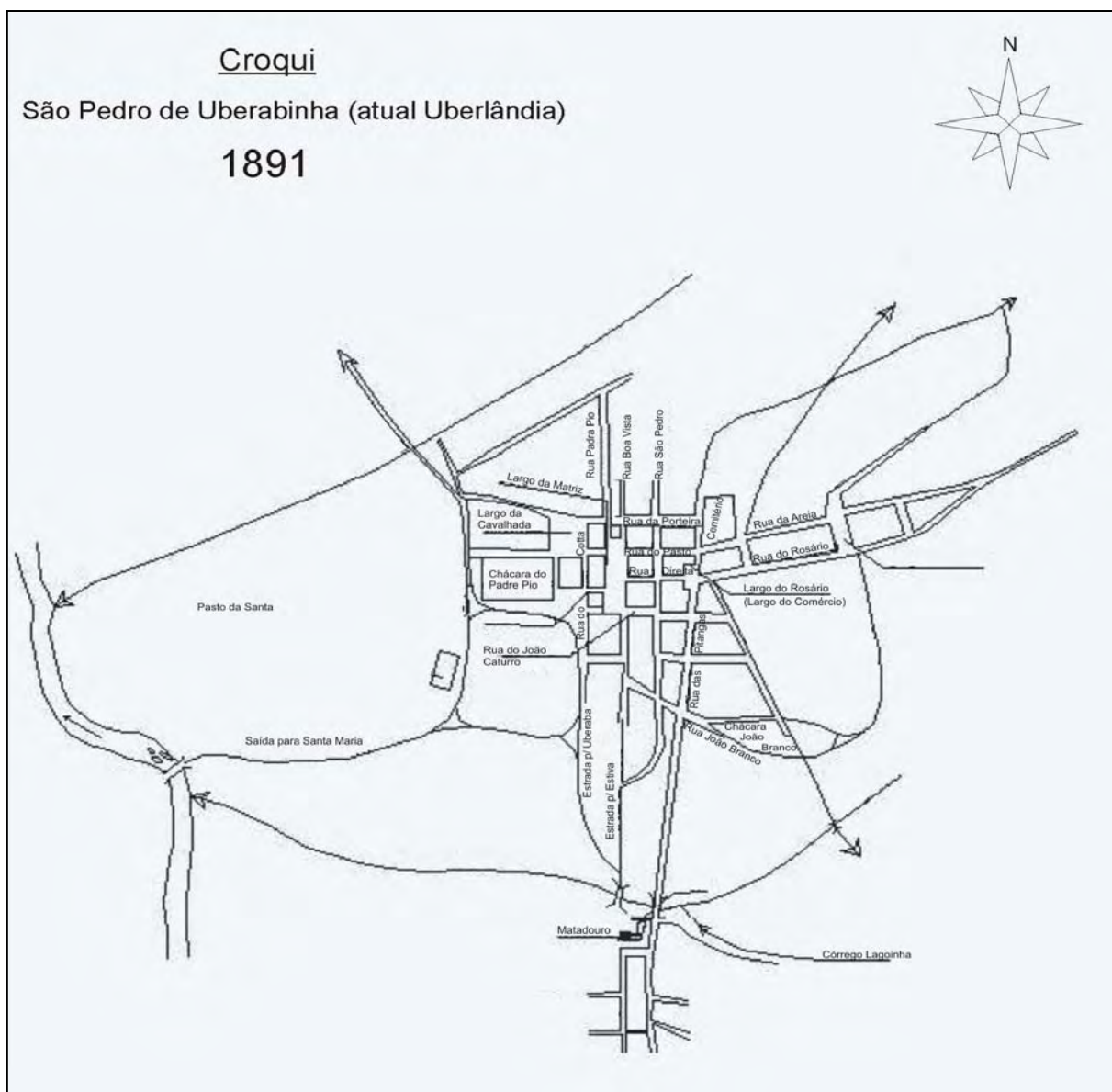
No traçado do final do século XIX, a cidade, circundada por chácaras, assemelhava-se ao patrimônio primitivo com pouco mais de uma dezena de logradouros. A cidade que nascera dos caminhantes e do trajeto dos geralistas lembra o caráter “semeador” de

---

<sup>30</sup> “Notas agrícolas” *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. ns 1 a 13. 13 jun. a 05 set. 1926.

<sup>31</sup> “Confirmando”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 79, 28 mar. 1909.

que fala Buarque de Holanda, pelo qual as cidades brasileiras, como as demais de colonização portuguesa, não chegaram a contradizer o quadro da natureza, enlaçando na linha da paisagem<sup>32</sup>. O mundo rural interpenetrava o espaço urbano em formação; a irregularidade marcava o traçado de ruas estreitas, dos becos e do acanhado núcleo e um aumento populacional exigiria a expansão do sítio territorial, incorporando áreas rurais.



**Croqui 1** - Sítio urbano de Uberabinha. (1891)  
Fonte: PMU/2006. Adaptação Guilherme Dantas.

Quando os trilhos da Cia. Mogyana chegaram à cidade, o prédio da estação foi construído na porção norte, em terreno deserto e desabitado, sendo preciso abrir uma picada, no cerrado, para lá chegar. À época, enquanto se construía o prédio e assentavam os trilhos, o

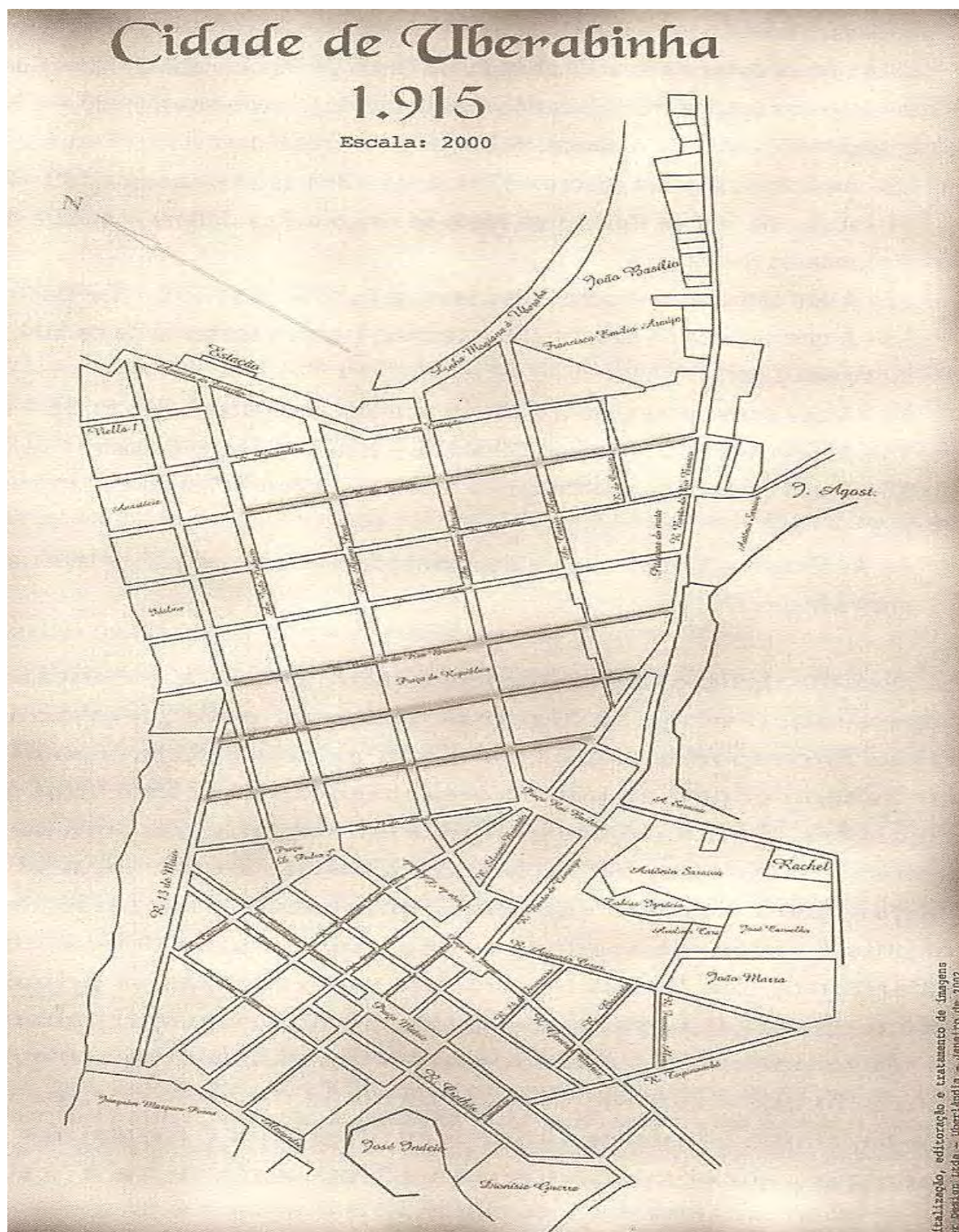
<sup>32</sup> HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. (1936) 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

engenheiro da companhia também elaborou o primeiro projeto de planejamento urbano. Na oportunidade, o vereador Arlindo Teixeira pagou, às suas expensas, cerca de 400\$000 (quatrocentos mil réis), ao engenheiro James John Mellor para elaborar o traçado, que não foi imediatamente executado.<sup>33</sup> O referido projeto não chegou à posteridade e a documentação compulsada não permite afirmar que as modificações implementadas na cidade, no início do século XX, foram aquelas originalmente projetadas. É certo que inúmeras alterações marcaram o espaço, no sentido norte e, conforme a planta de data posterior, a cidade adquiriu nova configuração e novos contornos. O núcleo original, doravante denominado “cidade velha”, ficou tímido diante da “cidade nova”, com seus traços rígidos e linhas simétricas.

A morfologia da planta abaixo remete à racionalidade, ruas amplas, linhas retas, regularidade. Na imagem, o reordenamento do setor primitivo da cidade, também em traçado retilíneo, chama a atenção; o que parece ser um recurso gráfico, pois os documentos revelam que não houve mudanças substanciais na “cidade velha”. A expansão territorial incorporou a área de cerrado ao norte, no entanto não há indícios de os eixos sul e leste se inserirem no espaço considerado urbano. A explicação pode estar no fato de que, nessas regiões, estavam as chácaras de membros da elite local e, também, um acidente natural, o córrego São Pedro, dificuldade inexistente no trecho norte do território. A abertura daquelas que seriam as principais artérias não garantiu, de imediato, significativa mudança no conjunto da morfologia urbana, as principais alterações começaram a ocorrer na década de 1920, quando foram aprovadas, na Câmara Municipal, a criação da Vila Operária, acima dos trilhos da Mogiana, e a Vila Martins, na porção oeste, provocando a extensão dos arrabaldes. Ambas eram chácaras, incorporadas à cidade e destinadas à população trabalhadora.

---

<sup>33</sup> TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia*. v. 1. Uberlândia: Ubergral, 1970. O planejamento urbano de Uberlândia é uma questão controversa entre os estudiosos da cidade: há aqueles que afirmam que o primeiro planejamento urbano data de 1907/1908, outros, dentre os quais me incluo, que nuançam a questão por entender que não há indícios que possam fazer tal afirmação. A esse respeito ver: TEMER, Sérgio Batista. *Idéias Urbanísticas – Uberlândia: de Uberlândia a “Curitiba” do Cerrado*. Campinas: PUC, 2001. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950 – 1980)*. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado). SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado - Imagens e Representações no Triângulo Mineiro*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de doutoramento).



**Croqui 2** – Planta de Uberabinha (1915)  
 Fonte: CAVALCANTE, Valéria. *Caminhos e Trilhas*.

Nesse período, houve um afluxo populacional, fato continuamente comemorado nas páginas da imprensa, para quem “as construções que multiplicado num crescendo espantoso, obedecem a um plano rigoroso de alinhamento e gosto architectonico, vão dando à

cidade um aspecto mais agradável, impressionando bem os visitantes”<sup>34</sup>. Alinham-se, nesse tempo, o aumento das construções e a predileção pelo estilo arquitetônico neoclássico, predominante nas edificações da elite uberabinhense que ao construir seus palacetes, imprimia seu poderio econômico e social nas dimensões, na fachada, na decoração. E, com a expansão da “cidade nova”, as construções mais luxuosas estavam localizadas, preferencialmente, nessa região, para onde paulatinamente se deslocou o centro comercial. O crescimento trazia alguns problemas como aumento do custo de vida e do preço dos aluguéis, este tomado como possível entrave, causando fuga de moradores. De acordo com a imprensa, os reajustes dos aluguéis e o valor de aquisição dos imóveis eram um “flagrante desprezo pela lei e pela moral”, tornando nulos os esforços de “meia dúzia de apaixonados”<sup>35</sup> pelo desenvolvimento da cidade. Pela veemência da argumentação, “a meia dúzia de apaixonados” a que se refere o redator é a própria imprensa, preocupada em divulgar uma imagem positiva e, sentindo-se prejudicada na tarefa, objetiva alcançar a atenção dos “pro-homens”, os vereadores e os homens ricos.

A “cidade velha”, de aspecto arcaico, incomodava e, em seu lugar, propunha-se valorizar a “cidade nova”:

Cada dia que passa as ruas da nossa cidade tomam novo e melhor aspecto. Nos trechos onde a Câmara já fez o abahulamento, sargetas e meo fio, estão sendo feitos os concertos necessários para que possam offerecer melhor transito. Outras ruas recebem agora os primeiros serviços de aparelhamento. E, num crescendo continuo, a cidade toma melhor aspecto. Tudo iria bem e em muito boa harmonia esthética, se não fosse o desleixo de certos proprietários de casas. É commum ver-se, expalhadas aqui, acolá, restos de materiaes de construcção, detrictos varios abandonados á rua; montes de terra sobre passeios, enfim, uma porção de cousas que dão um aspecto desagradavel ás vias publicas. E não é só isso. Muitos passeios estragados, esburacados vêm de há muito, enfeitando as ruas; outros, que nem ainda podem ter aquelle nome, só constam do meio fio desde que Uberabinha viu pela primeira vez abahulamento de ruas. Os vestígios da antiga cidade ainda abundam por ahi. Os muros feios, tortuosos; taipas antiquadas, portões velhos e indecentes, tudo isso vem attestando uma certa falta de gosto do nosso povo e manchando o estado progressista da cidade com seu aspectto archaico.<sup>36</sup>

Os melhoramentos e instalações, o planejamento e traçado mudaram a feição da cidade, mas sua alma permaneceu a mesma. Uma cidade sertaneja, habitada por indivíduos de hábitos arraigados, que, acredito, ainda resistia ao projeto civilizador das elites preocupadas em ocupar espaços políticos de destaque na região, à revelia de uma transformação social

<sup>34</sup> “Força e Luz”. O Progresso. Uberabinha. 12 dez. 1909.

<sup>35</sup> “A edificação da cidade”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 285, 31 mar.1925.

<sup>36</sup> *A Tribuna*. Uberabinha. n. 9, 09 nov.1919.

profunda. À denúncia subjaz que o desleixo não é atitude dos pobres, geralmente criticados em seus hábitos; é dos moradores de maior poder econômico porque eram eles que habitavam o setor central, porção onde o abaulamento e o sargeamento de ruas ocorreram. A reclamação não se restringia aos órgãos de imprensa, em um discurso na Câmara, o vereador Antonio Bernardes Silva menciona que havia uma “espécie de rancor da cidade nova contra a cidade velha, allegando aquella que esta absorve os melhoramentos que consome a verba que normalisa os serviços.”<sup>37</sup> Em um período em que o moderno possui significação social positiva, a denominação “cidade velha” é rompimento com o passado, limitado e sem perspectivas. A “cidade nova” é a modernidade, o progresso, a civilização. Porém, diferente do que, aparentemente, os grupos sociais dominantes gostariam, a modernidade nunca se desprende do arcaico, nela há uma intersecção de temporalidades distintas; comportamentos, gestos e sentidos antiquados convivem com aqueles considerados modernos. A “cidade velha” e a “cidade nova” se entrelaçavam com a mesma intensidade que o campo.

O ritmo das transformações se intensificou no início da terceira década. Nos documentos expedidos pelo agente executivo, foram atendidas 1.580 petições, dentre requerimentos para abertura de ruas, direito à pena d’água, funcionamento de comércio, instalação sanitária, construções, comercialização de gêneros, licença e registro de automóveis e outros. Número que se multiplicou entre os anos 1928–1930, momento de consolidação da importância regional da cidade, quando 3.696 requerimentos e alvarás foram registrados.<sup>38</sup>

O precoce envelhecimento de uma porção da cidade diante da euforia com a “cidade nova” pode ser vinculado à diminuição da importância da ferrovia. Quando a ferrovia chegou a Uberabinha era só um potencial e não engendrou movimento desenvolvimentista significativo, embora seu papel para a construção das bases econômicas e elemento estruturador da configuração urbana não possa ser ignorado. O deslocamento para a estação ferroviária facultou a mudança do eixo de circulação, consolidado com o novo traçado e a diversificação das atividades. As mercadorias transportadas pela Mogyana eram armazenadas e, em seguida, distribuídas, em carros de bois, para as cidades vizinhas. Mas, como afirma o redator de *O Progresso*, “o commercio sertanejo é transitório, avança com as estradas de ferro”, a movimentação na cidade não se solidificou, pois os trilhos ferroviários estenderam para além, deixando a cidade com aparência monótona e exigindo investimento em outros setores a fim de “crearem uma vida própria independente do concurso de outros logares”<sup>39</sup>. E,

<sup>37</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessão extraordinária de 7 de fevereiro de 1921.

<sup>38</sup> Documentos do Poder Executivo. Requerimentos gerais. 1920 – 1930. Livros 001 a 003.

<sup>39</sup> “Água! Água!” *O Progresso*. Uberabinha. n. 83, 25 abr. 1909.

“para garantir os capitaes que pouco a pouco se vão empregando na cidade”, no final da primeira década, as elites locais buscaram outras alternativas para dinamizar as transações.

Relegada a papel secundário, a ferrovia, primeira metáfora do progresso, cedeu espaço à segunda, as estradas de rodagem que transportariam as mercadorias da lavoura e da indústria para robustecer a “phase de intenso progresso da cidade de brilhantes destinos como centro de actividade e de trabalho”.<sup>40</sup> A fugacidade da modernidade pode ser avaliada no discurso que, antes de as possibilidades de exploração da ferrovia serem esgotadas, adotou um novo lema que pudesse acelerar o desenvolvimento. A situação se agravou com a ocupação das zonas acima da estação. O prédio e o pátio de manobra dos trens constituíam uma espécie de estorvo ao fluxo de pessoas e mercadorias, gerando um longo processo de debates na imprensa, nos órgãos administrativos, no comércio e entre a população que se arrastou pelas décadas seguintes.<sup>41</sup>

Antes de a Mogyana adentrar o sertão mineiro, espalhando fumaça, o acesso ao território do Triângulo Mineiro se fazia por estradas, trilhas e cursos d’água. Convém lembrar que a ocupação teve início com a abertura da estrada geral, conhecida por Estrada Anhanguera e, ao longo dela, alguns núcleos populacionais se desenvolveram. Outrossim, a rota salineira do litoral, em direção ao centro-oeste, colaborou na exploração da região. Eram caminhos para o carro de boi que carregava as mercadorias para, em meados do século XIX, abastecer o mercado interno. Ao reconstituir a rede mercantil da região, Lourenço observa que, recebendo gêneros diversos no porto de Delta, às margens do rio Grande, os carros de boi abarrotados cruzavam picadas e caminhos rumo ao centro-oeste mineiro, Goiás e Mato Grosso.<sup>42</sup> O desenvolvimento proporcionado por esse fluxo colaborou na estruturação do urbano e estimulou muitos fazendeiros a se tornarem comerciantes. Quando, então, o som dos trens da Mogyana soou, havia uma rede viária para sustentar o movimento de cargas e passageiros transportados e levá-los sertão adentro.

No documento de identificação do patrimônio de Uberabinha, verifica-se a existência de alguns caminhos cruzando o território, esses que, segundo Mesquita, posteriormente, compuseram o sistema de transporte definidores das primeiras vias de

---

<sup>40</sup> “Surto industrial”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 25, 29 fev. 1920.

<sup>41</sup> O processo de decadência e a desativação da Cia. Mogyana em Uberabinha/Uberlândia foi analisado por: LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e trilhas*. Op. Cit. RAMOS, Geovana Lourdes. *Entre trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade – Uberlândia/ MG – 1970-2006*. Uberlândia: UFU, 2007. (Dissertação de Mestrado)

<sup>42</sup> LOURENÇO, L. *A oeste das minas*. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Edufu, 2005.

articulação do tecido urbano.<sup>43</sup> A estação Mogyana localizava-se no espigão alto da cidade e, após a chegada dos trens, os carros de boi desciam as trilhas de acesso e, ao longe, os moradores ouviam seu rangido triste, anunciando novidades. E, aos poucos, o ranger das rodas do carro de boi foi se tornando incômodo; a abertura de vias na “cidade nova”, a chegada de trollys e, depois, o automóvel fizeram-no obsoleto. Economicamente, a instalação da estrada de ferro representou a vinculação da cidade aos mercados vizinhos desempenhando o papel de entreposto; o que foi um dos sustentáculos em seu desenvolvimento. Contudo, as fontes permitem asseverar que, após um decênio, só o “espírito bandeirante” para “jogar trilhos e composições num chapadão deserto e de pouca produção”<sup>44</sup>, porque a implantação dos trilhos não trouxera o progresso desejado pelas elites locais que, anteriormente, lutaram para convencer a Companhia Mogyana a investir nas terras uberabinhenses.

A chegada de migrantes, as práticas sociais e políticas, o aumento da movimentação, as novas idéias e projetos, somados, a partir do início da segunda década, mudaram o aspecto físico da cidade e de seus habitantes, que passaram a reclamar novas iniciativas. Especialmente no seio dos grupos sociais dominantes, o anseio do progresso estava em primeiro plano. No discurso de posse do agente executivo, João Severiano Rodrigues da Cunha, a construção de estradas de rodagem é aventado como propulsor do progresso, “por ellas correm os vehiculos entulhados de productos para a exportação, tornam-se verdadeiras artérias do progresso e vida”<sup>45</sup> e prossegue com a argumentação de que os municípios dotados de boas estradas estão em franco desenvolvimento. A recorrência ao sistema viário de transporte e comunicação deve ser compreendida em um contexto mais amplo, que extrapola os meros caprichos da elite uberabinhense.

Sintetizando o que considera os fatores do progresso de Uberabinha, Pezzuti declara que o “surto citadino” deve ser atribuído à conjugação de três elementos: a ferrovia, as estradas e a construção da Ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba. Segundo ele, a ferrovia foi o ato inaugural do progresso, porém, até 1909, quando foi inaugurada a ponte, “Uberabinha continuava a ser o mesmo burgo morno e desalentado das antigas éras, sem animação, sem ideaes, sem melhoramentos apreciáveis.”<sup>46</sup> A ponte em questão era uma construção em estrutura de ferro, tipo pencil, no pontal do Triângulo Mineiro, ligando Minas Gerais a Goiás. A construção foi realizada pela União num jogo político com vistas a

<sup>43</sup> MESQUITA, Adailson P. *As linhas do tecido urbano: o sistema de transportes e a evolução urbana de Uberlândia-MG*. Uberlândia: Roma, 2006. p.27.

<sup>44</sup> *ACIUB em Revista: 50 anos trabalhando com amor*. Edição Comemorativa de 50 anos. Uberlândia: Ed. Sabe, 1983. p.17.

<sup>45</sup> “A posse da Câmara” *O Progresso*. Uberabinha. n. 242. 08 jun. 1912. Anno V.

<sup>46</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.29.

desmobilizar a campanha separativista em curso no Triângulo Mineiro, liderada por frações políticas que discutiam a criação de uma nova unidade da federação.<sup>47</sup>

A construção da ponte Afonso Pena representou a melhoria no sistema de transporte para a produção vinda do centro-oeste que, atravessando a fronteira goiano-mineira, seguia nos trens de ferro para São Paulo e Rio de Janeiro, principais centros econômicos e, desses, para os rincões goianos e matogrossenses. Esse movimento animou Uberabinha e sua elite econômica logo passou a reivindicar a expansão rodoviária como alavanca de seu progresso.

Em primeiro momento, as estradas alimentavam as ferrovias em uma relação de complementaridade, porém, aos poucos, a morosidade e a precariedade destas contribuíram, segundo Paula, com a campanha pela valorização das estradas e rodovias no Brasil, especialmente na década de 1920.<sup>48</sup> A “febre rodoviarista”, como chamada nas terras triangulinas, chegou a Uberabinha sob a alegação de ser o “alicerce do grande edifício do progresso”<sup>49</sup> e, com o pequeno movimento de passageiros e cargas na ferrovia Mogyana, a construção de uma malha rodoviária tornou-se uma viabilidade para a economia local, que tentava se firmar no mercado regional.

Em iniciativa particular, foi construída a primeira estrada de rodagem regular, com trecho de 72 quilômetros, ligando Uberabinha a Monte Alegre. Em seguida, expandiu até Vila Platina (Ituiutaba) e, também, à ponte Afonso Pena. A estrada totalizava 333 quilômetros, com bifurcações para Avantiçuara, Abbadia do Bom Sucesso (Tupaciguara) e Bom Jardim do Prata. A estrada era um empreendimento de um consórcio de homens proeminentes na região que fundaram a Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal e obtiveram privilégio para o controle do tráfego.<sup>50</sup>

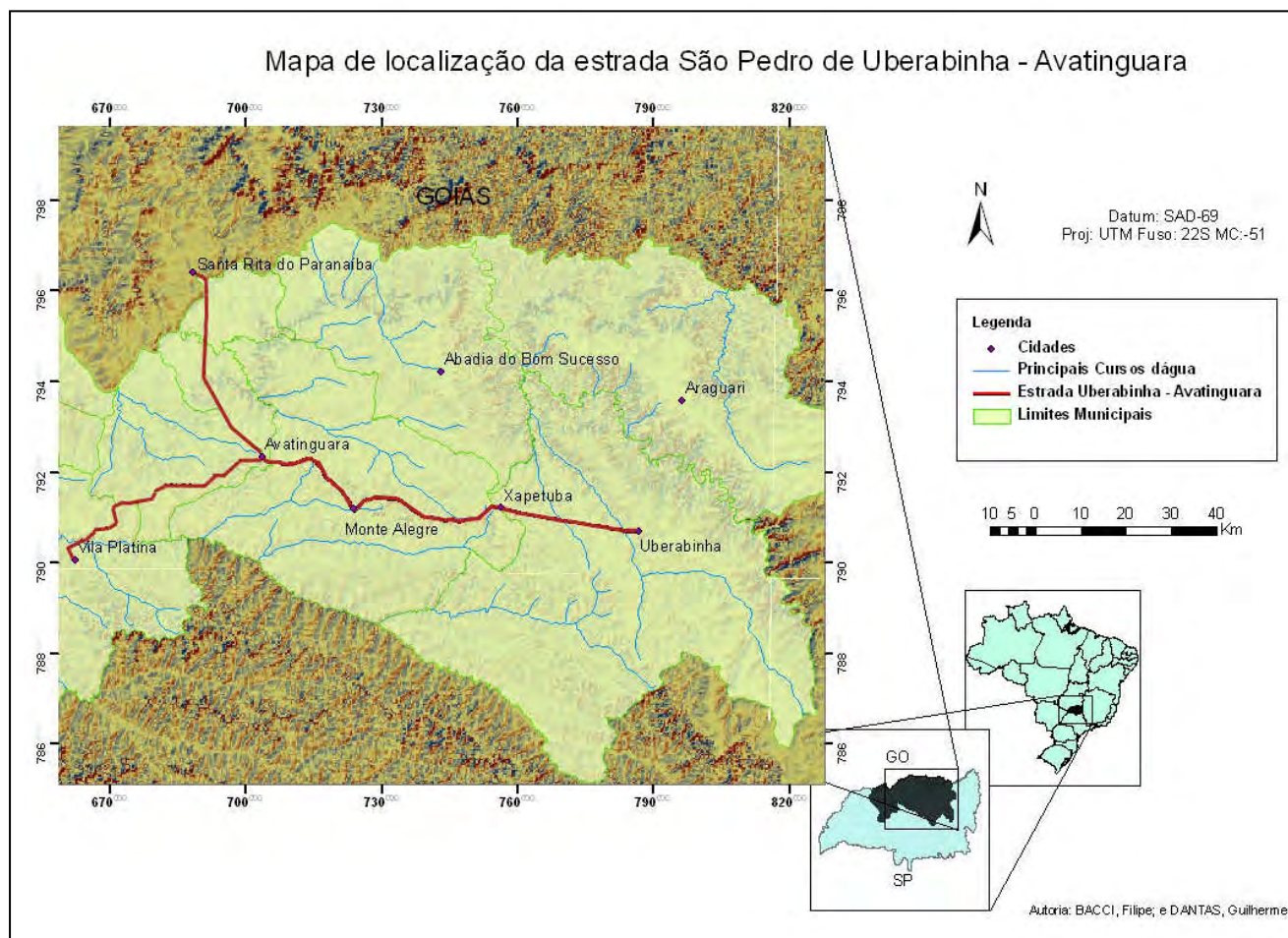
---

<sup>47</sup> LONGHI, Rogata Soares Del Gáudio. *Unidade e fragmentação – o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. São Paulo: PUC, 1997 (Dissertação de Mestrado). O jornal *Paranahyba* de Uberabinha, por exemplo, criado para, entre outras coisas, divulgar as idéias emancipacionistas do estado que receberia esse nome. O órgão de imprensa circulou em todo o Triângulo Mineiro e defendia a criação de um estado que abrangeeria o Triângulo e parte de Goiás, com capital em Uberaba, onde a campanha emancipacionista era mais forte.

<sup>48</sup> PAULA, Dilma. “O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras.” *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004. pp.41-67.

<sup>49</sup> “Viação no Triângulo”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 50, 15 ago. 1920.

<sup>50</sup> Essa estrada de rodagem construída pela empresa do sr. Fernando Vilela e Ignácio Paes Leme é apontada como a primeira rodovia para automóveis no Brasil Central e parte de seu traçado foi aproveitado, na década de 1950, para a construção da rodovia federal BR-365.



**Mapa 1** – Mapa de localização da estrada São Pedro de Uberabinha - Avatinguara

O investimento se revelou dispendioso, dadas as condições humanas e logísticas. Ao isolamento da região soma-se a precariedade das vias, que, na estação chuvosa, eram quase intransitáveis, o alto custo de manutenção dos veículos e os conflitos com fazendeiros descontentes com traçado e percurso em suas propriedades. Em seus primeiros anos, a empresa possuía sete automóveis de passageiros e três caminhões e, como o investimento era deficitário, passou a receber subvenção governamental e autorização da Câmara Municipal para cobrar pedágios; estes, sua principal fonte de receita.

As estradas eram majoritariamente investimentos privados, no entanto é considerável o número de registro de requerimentos e projetos na Câmara, para a conservação de vias com vistas à facilitação do tráfego. Nas sessões legislativas, eram usuais as solicitações para fiscalização do transporte e das condições dos veículos; para reparos em pontes, porteiras e no leito viário; deliberação dos valores de tabela para transporte de passageiros e cargas. A iniciativa particular parecia contar com o amparo público, com a cessão de capitais ou a viabilização das condições de continuidade do funcionamento. De

maneira peculiar, a aplicação do projeto liberal não se desarticulou do apoio do Estado na realização das obras; muitas dessas projetadas para atender aos interesses específicos de comerciantes ou fazendeiros, no entanto com argumentos plausíveis e racionais, demonstrava-se ao corpo legislativo sua necessidade para o conjunto da população.

O transporte de mercadorias das fazendas para a sede do município, o fluxo de caminhões de outras zonas e das jardineiras pelas estradas ocasionaram maior movimentação na cidade. A criação da Sociedade União dos Chauffeurs de Uberabinha (1924) para defender os interesses da categoria é uma demonstração. Antes mesmo da organização institucionalizada, os *chauffeurs* (motoristas) se faziam visíveis no cenário político-econômico, com reivindicações para regularização dos pagamentos pela prestação de seus serviços.<sup>51</sup> Os *chauffeurs* eram profissionais autônomos e tidos como homens de respeito e confiança, “amantes do progresso”. Na boléia de seus caminhões, transportavam grande variedade de encomendas: aviamento de receitas médicas, manufaturas e mercadorias, dinheiro em espécie e outros. Devido à precariedade das estradas, andavam em comboio para socorro mútuo; o que lhes rendeu o apelido de “bichos de camada” e “irmãos da estrada”. No lugar do rangido do carro de boi, caminhões pesados deixavam um rastro de poeira atrás de si e, ao fim dos anos 1920, a rede viária excedia a 4.000 quilômetros de estradas, atendendo a cerca de 150.000 habitantes em 18 sedes de municípios e povoações (mineiras e goianas), sendo Uberabinha o centro dessa rede.<sup>52</sup>

A relevância da rede rodoviária em Uberabinha também pode ser aferida no aumento de mascates ou cometas que negociavam produtos diversos e conferiam maior animação comercial. Há que se ressaltar que a maior circulação de capitais transformou desejos, formulou novos projetos. A conjugação dos elementos ferrovia – ponte – estradas – como tripé para o progresso da cidade não deve, nesse caso, ser tomada como único fator explicativo. Como apontou Guimarães, as condições topográficas merecem destaque, visto que, desde o carro de boi, a rota para Goiás passara por essas terras e a construção da ponte retirou a principal barreira, o leito fluvial, facilitando o escoamento até a estação Mogyana.<sup>53</sup>

A diversificação do mercado regional – o declínio econômico de Uberaba é enfrentado com a dedicação à pecuária zebuína, Araguari estreita seus laços comerciais com o estado de Goiás, sendo ponto de partida da Estrada de Ferro Goiás – oportunizou a

<sup>51</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessão Ordinária em 10 de janeiro de 1921. Abaixo assignado dos Chauffeurs desta cidade requerendo modificação para cobrança de transporte.

<sup>52</sup> ACIUB em Revista. Op. Cit. PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. SILVA, A. *As histórias de Uberlândia*. v.2. Uberlândia, 2002.

<sup>53</sup> GUIMARÃES, Eduardo. “A transformação econômica do sertão da Farinha Podre”. In: *História e Perspectivas*. n. 4. Uberlândia: UFU, 1991. pp.7-35.

Uberabinha constituir-se como um dos mais importantes municípios da zona triangulina, atuando como entreposto comercial.

O ideal de progresso perceptível na documentação é uma enunciação de anseios de grupos sociais específicos e a materialização de qualquer elemento que, sob sua perspectiva, se efetivasse, é supervalorizado. O tripé não atuou isoladamente, um conjunto de fatores corroborou para que as práticas discursivas de afirmação do progresso se concretizassem. O próprio memorialista Pezzuti descreve outros fatores: os serviços de infra-estrutura básica (energia elétrica e canalização da água), a entrada de imigrantes e comerciantes, a arquitetura monumental, a urbanização com a expansão de ruas e jardins públicos.<sup>54</sup> Juntos, formam o caudal que, em certa medida, sustenta a imagem de cidade moderna e civilizada que os grupos sociais dominantes quiseram divulgar nas três primeiras décadas do século XX, em grande parte silenciando outros projetos e vozes. E, no comando desse projeto de civilização e modernização locais, a permanência da família Rodrigues da Cunha e correligionários, na administração política, é ponto a ser considerado.

Na gestão de 1898, Severiano Rodrigues da Cunha assumiu a Câmara Municipal como presidente e agente executivo. Era o início do predomínio *cocão*, que durou até 1930. Durante 33 anos, a família Rodrigues da Cunha se fez representar no poder por Severiano Rodrigues da Cunha, José Teixeira de Sant'Anna, João Severiano Rodrigues da Cunha, Alexandre Marquez, Eduardo Marquez e Octávio Rodrigues da Cunha. Família de coronéis, rica e detentora de posses diversas (fazenda e comércio) disputava o poder com os coronéis do partido *coiô*, aparentados e outrora aliados.

João Severiano Rodrigues da Cunha, o Joânico, governou por três mandatos, coincidindo com o período em que o discurso do progresso adquiriu contornos mais enfáticos. Um dos modos de difusão foi a produção de obras memorialistas com Roberto Capri (1916) e Pedro Pezzuti (1922) que, também, colaborou na construção de uma memória positiva sobre os gestores *cocões*. Eles são qualificados de homens íntegros, preocupados com o bem-estar da população e trabalhadores incansáveis pelo desenvolvimento local. Atribui-lhes caráter empreendedor que iniciou “a série de melhoramentos de que a cidade se ufana”<sup>55</sup>. A publicação de Pezzuti marca o encerramento da gestão de Joânico e é uma espécie de celebração às condições alcançadas desde a ocupação do território. Aos administradores Rodrigues da Cunha palavras elogiosas descrevem suas gestões: “senhor de coração

---

<sup>54</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p. 29-30.

<sup>55</sup> CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha*. – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola. São Paulo: Andrade e Dia Ed., 1916. p.10.

boníssimo, odiava a violência na hora de praticá-la”, “venerado ancião o iniciador dos grandes e numerosos melhoramentos”, “entrou sem temor pelo caminho das reformas do que não estava bom e dos melhoramentos inadiáveis”<sup>56</sup>. A forma como se apresenta a descrição torna a gestão pública capacidade intelectual particular, mérito pessoal e retira o teor político da administração; na figura de homens, estaria a justificativa para as ações descritas ao longo da obra. Outros atores não aparecem como sujeitos e os visgos de oposição, as “hostes que o combatem”, são desqualificados.

Os mecanismos utilizados pelos Rodrigues da Cunha, para legitimarem-se, consistem em um modo de invenção da tradição, como apresentado por Hobsbawm, que, ao retomar o passado, estabelece continuidades para justificar o presente e introjetar valores e comportamentos que assegurem sua invariabilidade.<sup>57</sup> Todavia, seu domínio político foi combatido por outras frações de grupos, também interessados no comando do município. Ironizando as medidas administrativas, o jornal *coiô*, *O Alarme*, aponta que a reação às críticas oposicionistas muitas vezes, eram violentas com intimidações, espancamentos, tiroteio, “o espetáculo é delirante...” e “trágicas machinações, deixando prever um futuro escarlatino”.<sup>58</sup> Não se restringindo ao silenciamento dos desafetos, a legitimação política se fez na exaustiva descrição das obras realizadas anualmente, apresentadas e registradas na Câmara e em publicações específicas para esse fim; na publicação das obras memorialistas e atração de imigrantes.

À política oligárquica dos Rodrigues da Cunha acrescento outros fatores colaboradores na formulação do discurso de progresso de Uberabinha: a imprensa, a escola, as leis e regulamentos. A projeção política e econômica na região do Triângulo Mineiro, durante o período aqui estudado, não significa a adesão ao progresso como condição efetiva da cidade. Essa se fez não necessariamente pela materialidade, foram as práticas discursivas que engendraram, competentemente, representações em que muitos acreditavam e tomadas por verdade. Quando o discurso não era suficiente apelou-se para a lei.

### 3.2 Medidas Civilizatórias: os Códigos de Posturas

Ao lado das enunciações para incentivar a adoção dos mores civilizados no espaço urbano, várias medidas que os viabilizassem e legitimassem foram adotadas, a fim de

<sup>56</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p. 34.

<sup>57</sup> HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (orgs) *A invenção das tradições*. (1997). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>58</sup> “Política sanguinolenta”. *O Alarme*. Uberabinha. n. 10, 03 fev. 1924.

convencer, mais rapidamente, a população e evitar práticas não civilizadas ou mesmo o risco de o projeto de civilização não se efetivar a contento.

O reconhecimento como cidade não tornou Uberabinha um lugar imediatamente civilizado. Norbert Elias lembra que não é possível afirmar que um indivíduo *é* civilizado, mas que *se torna* civilizado<sup>59</sup>; o que implica a necessidade de aprendizagem de modos civilizados, daí a viabilidade de ensinar aos uberabinhenses como portarem-se em uma cidade. E, à medida que muda o indivíduo, alteram-se suas relações, visto que as estruturas da sociedade e de personalidade evoluem em uma relação indissolúvel. O constante reclame, nas atas da Câmara, à elaboração de um Código de Posturas, sinaliza a preocupação em adotar normas que fossem educando os munícipes, convencendo-os de que habitavam uma cidade, na força que esse vocábulo detém. A regulamentação figura como um dos mecanismos de controle do espaço urbano em fase de delimitação e das relações dos moradores que possuíam práticas bastante ambivalentes, visto que campo e cidade se interagem e, na maioria das vezes, confundiam-se. Os hábitos de parte dos moradores de Uberabinha não diferiam do universo rural: animais soltos pelas ruas, chiqueiros e entulhos nos quintais, construções fora dos padrões arquitetônicos estabelecidos, abastecimento de água no rego da servidão pública. O ritmo cotidiano era mensurado segundo o ciclo das estações; durante o período das chuvas, lama nas ruas, aumento do volume dos córregos e rios que arrastavam as pontes, interrompendo o acesso de moradores, visitantes e negócios. Na estação seca, muita poeira e buracos, incomodando os transeuntes, sujando as casas que as senhoras e os empregados lutavam por manter asseadas.

No afã de alterar essa realidade, a preocupação com a adoção de um Código de Posturas para regulamentar as práticas dos moradores logo se fez premente. Já durante os dias do Conselho de Intendência, foi cogitada essa necessidade. E, dada a urgência de normatização, o código da cidade de Sacramento foi adotado até que se definisse um específico; o que se delongou por vários anos.

A primeira constituição brasileira, outorgada em 1824, determinou que as Câmaras Municipais fossem eletivas, sendo sua organização e atribuições definidas em lei regulamentar (art.168 e 169<sup>60</sup>). Papel cumprido pela lei de 1º de outubro de 1828, que aboliu todas as ordenações, leis, alvarás, decretos e resoluções que, até então, conferiam às Câmaras

---

<sup>59</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. v. 1. (1939) Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

<sup>60</sup>Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>. Acesso em 20/04/08.

poderes judiciários. Por essa lei às atribuições das Câmaras estariam contidas nas posturas, conforme artigo 71:

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranqüilidade, segurança, saúde, e comodidade dos habitantes, o aceio, segurança, elegância, e regularidade externa dos edifícios, e ruas das povoações, e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicas por editais, antes, e depois de confirmadas.<sup>61</sup>

As Câmaras Municipais, encarregadas de regulamentar a vida dos moradores e contribuir para a formação de novos hábitos, fizeram dos Códigos de Posturas importante instrumento para permitir regulamentação da vida cidadina. Weber os define como “conjunto de normas que estabelecem regras de comportamento e convívio para uma comunidade”<sup>62</sup>, que, por medidas preventivas, assegura a ordem e a segurança.

Os Códigos de Postura podem ser tomados como um mecanismo no processo civilizador, em vigor no Brasil do século XIX, um modo de disciplinar a ocupação do espaço urbano. Por eles, as entradas e saídas de pessoas, víveres, objetos diversos poderiam ser fiscalizadas, os hábitos conformados, as práticas dos grupos sociais controlados. É, também, notório considerar a análise de Bresciani ao observar que, para viver na cidade, tornou-se necessário desenvolver novas sensibilidades: “educar o olhar, a audição, o olfato, esses sentidos que nos orientam em meio à ‘selva urbana’ e sua ‘fauna’<sup>63</sup>. A historiadora reconhece que o viver na cidade contribuiu para a formulação de uma identidade e o desenvolvimento de uma nova sensibilidade. Na cidade estão presentes possibilidades de ação que, diuturnamente, vão (re)construindo-a e, nas diferentes experiências de seus moradores, materializam-na, às vezes, de forma positiva, outras vezes, negativamente. Mesmo existindo um corpo de saberes e especialistas para pensá-la, a cidade não alcança o patamar do ideal porque os habitantes dela se apropriam diferentemente, de acordo com seus projetos, seus interesses e seus anseios; o que acarreta não apenas uma série de conflitos, mas também uma nova paisagem e modos específicos de vivência.

Ao longo da história, é possível observar as diversas nuances do urbano, espaço de tensões, no qual se tornou imprescindível a elaboração de um cabedal de conhecimentos para problematizar as diferentes dimensões da cidade; o que implica dizer que a vida na cidade

<sup>61</sup> Lei de 1º de outubro de 1828 - Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz. Título III – Posturas Policiaes. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/const1824.htm>. Acesso em 20/04/2008.

<sup>62</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. “A organização da urbe: os códigos de postura”. In: *O Mercosul em movimento II*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. pp. 130.

<sup>63</sup> BRESCIANI, Maria Stella. “Cidade e história”. In: OLIVEIRA, Lúcia. L. (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.28.

envolve problematização para assegurar a consecução dos modos civilizados. É sob essa perspectiva que tomo os Códigos de Posturas que, em seus artigos, têm um caráter preventivo, evitando a desordem e a desestabilização da vida urbana que ocorreriam caso a população agisse por livre arbítrio. Difundindo costumes e hábitos, a legislação possui um caráter modernizador.

A sessão de instalação da Câmara Municipal de Uberabinha em março de 1891, tratou da necessidade de adoção de um Código de Posturas, sendo sugerida a adaptação do código da cidade de Uberaba. A discussão pela elaboração do Código de Posturas se arrastou por vários anos. Nesse ínterim, medidas civilizatórias foram tomadas, como nomeação de praças e ruas, proibição de soltura de animais e a indicação de um funcionário da Câmara, responsabilizado por garantir uma aparência ordenada ao espaço urbano: o alinhador/arruador.

Somente no início do ano 1892, o código da cidade de Sacramento foi adaptado e, aplicada a tabela de impostos de Uberaba. Três anos depois, a temática da criação do código voltou à baila entre os vereadores. Em sessão, o vereador Augusto César lembrou que, na instalação da Câmara e organização do município, quando era agente executivo, nomeou uma comissão para a elaboração de um Código de Posturas, a qual, no entanto, alegou que esse trabalho demandava algum tempo e ele não poderia ser responsabilizado por essa lacuna administrativa. Prosseguindo, o vereador se comprometeu a apresentar um projeto em um prazo de três meses, por entender que o bom andamento da administração requer clareza na legislação municipal<sup>64</sup>.

O projeto foi apresentado e posto em discussão. Acompanhando as atas da Câmara durante o ano 1895, consta-se que, a cada reunião, um período era reservado para a apresentação e discussão dos artigos do projeto do Código; entretanto, o secretário registrou apenas o ato de leitura, sem pormenorizar o teor dos artigos e das discussões. Processo que, aparentemente, não transcorreu sem conflitos, pois, nas sessões de leitura e discussão dos artigos, há menção de sugestões, acréscimos e rejeições a partes propostas. Terminada a leitura dos artigos do projeto, esse foi ao plenário em três discussões e “posto a votos foi adotado por unanimidade”, sendo encaminhado para redação final, porém sem o registro integral em ata do projeto aprovado.

Nos primeiros dias do ano 1896, os vereadores se reuniram em sessão extraordinária, para leitura da redação final do Código de Posturas, também chamado Estatutos Municipais e sua devida sanção. Por falta de quorum, somente no mês de fevereiro,

---

<sup>64</sup> Atas da Câmara Municipal. 1ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha em 4 de janeiro de 1895.

ocorreu a reunião de regulamentação e oficialização do primeiro corpo de leis de Uberabinha, logo encaminhado para publicação.<sup>65</sup>

A adoção de estatutos específicos para a realidade local, respeitando suas particularidades, representou um passo no projeto das elites em educar os moradores. As leis pensadas segundo princípios racionais demonstrariam o grau de civilização alcançado e corroborariam o processo de refinamento das diferentes práticas no interior da cidade. Porém, nem tudo ocorreu como planejado. Em maio do ano seguinte, um ofício assinado por três pessoas, vereador e cidadãos, foi enviado à mesa do presidente, constatando que, “tendo a mais de um ano esta Câmara em uma de suas sessões creado as Posturas Municipaes e tendo estas passadas em lei para mandar impresso (sic) e não se constando tenham sido entregues os impressos a secretaria”, requerendo urgência na explicação de a publicação não ter sido realizada. A queixa se devia ao fato de que as práticas da população não haviam se alterado. Para os reclamantes, o desconhecimento (ou a ignorância deliberada) dos estatutos poderia ser enfrentado (e punido) se houvesse acesso da população aos mesmos. A petição não foi atendida e, mais uma vez, um ano depois, o vereador Carneiro de Rezende sugeriu que o secretário fosse autorizado a publicar as leis do estatuto no jornal *A Reforma*, órgão da própria Câmara ou em outro periódico.<sup>66</sup>

Não foi possível conhecer o código, não se sabe se foi publicado, porém as evidências de sua existência são inegáveis. Em várias reuniões da vereança, há referências a ele quando se busca respaldo para aprovação ou rejeição de requerimentos e na lei n. 14 de 1899, cujo título é “Addita o artigo 211 dos Estatutos Municipaes”.

Conquanto não conste nas atas do Legislativo ou outra documentação do Arquivo Público de Uberlândia, acredito que esse Código de Posturas seja praticamente o mesmo que, em 1903, foi agregado a um conjunto de leis regulamentadas esparsamente e publicado com o título *Estatuto e Leis da Câmara Municipal de S. Pedro de Uberabinha*, com 304 artigos, distribuídos em seis títulos. A novidade está em tornar públicos os mecanismos que regulamentavam a vida da população, tendo sofrido modificações consoante as alterações no cotidiano dos moradores e nas práticas desempenhadas. A publicação do código pode ser comparada a uma espécie de manual de civilidade, para adequar os comportamentos e difundir formas de sociabilidade e sensibilidade da pequena *urbs*, que adentrava o novo

---

<sup>65</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessões de 14 de outubro, 2 de dezembro, 30 e 31 de dezembro de 1895; 14 de janeiro e 10 de fevereiro de 1896.

<sup>66</sup> Atas da Câmara Municipal de Uberabinha. Sessões de 14 de maio de 1897; 16 de março e 21 de maio de 1898.

século com esperanças de criar o que Araújo denomina “padrão básico de ordem urbana” a ser obedecido.<sup>67</sup>

Uma década depois, foi promulgado o terceiro Estatuto, doravante denominado *Código Municipal – Posturas e Regimen Tributario*. Nesse intervalo, à proporção que as representações e práticas iam se alterando, várias leis foram elaboradas para normatizá-las.<sup>68</sup>

Os Códigos de Posturas tratam da organização da cidade tanto no tocante às práticas no espaço público como no espaço privado. Seu conteúdo dispõe a respeito dos diversos aspectos da vida na cidade: a dimensão de ruas, praças e demais logradouros; horários de funcionamento das casas comerciais; definição das obras e higiene públicas; segurança; edificação e manutenção dos prédios; comportamentos permitidos e interditados; sanções e proibições; autorizações para práticas de trabalho e de lazer; circulação de mercadorias e de pessoas; compra e venda de gêneros diversos. Enfim, os códigos apontam o modo preferencial do crescimento e desenvolvimento para a cidade. São mecanismos de prevenção e controle da ordem social e instrumentos legais de apoio na regulamentação dos hábitos cotidianos.

Pelo conjunto de prescrições, infração é toda e qualquer ação ou omissão voluntária, contrária aos códigos, aos regulamentos avulsos, aos editais e avisos da Câmara Municipal; cabendo ao infrator as penas de advertência, obrigação de fazer ou desfazer, multa e prisão. Seu cumprimento e observação eram assegurados por um fiscal, designado para fiscalização e investido do poder de aplicar as sanções.

As primeiras leis da Câmara Municipal de Uberabinha têm caráter geral: organizam o funcionamento da Câmara e das escolas, tratam de sistemas de pesos e medidas, fixam receitas e despesas, regulam serviços como o abastecimento de água potável e transporte, interditam determinadas práticas. Elas revelam a preocupação com a organização urbana e constituição de uma rede de controle das práticas da população. A segurança dos moradores pode ser assegurada nas medidas civilizatórias tomadas, obrigando os proprietários de animais a manterem em guarda seus animais (lei nº 4 de 17 de maio de 1898) e para aqueles que comercializavam carnes frescas (lei nº 13 de 13 de janeiro de 1899) a obrigatoriedade de licença para comercialização em domicílio, garantiria a qualidade do

<sup>67</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas L. *Vila de Campanha da Princesa*. Urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798 – 1840). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. (Tese de doutorado).

<sup>68</sup> Esse conjunto de leis foi reunido e assim publicado:

*CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Leis (de ns 32 a 220). Uberabinha: Typ. Popular, 1919.

*CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Leis (de ns 221 a 267) (1919 a 1922). Uberabinha: Livraria Kosmos, 1923.

*CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Leis (de ns 268 a 363) (1923 a 1926). Uberabinha: Livraria Kosmos, 1926.

produto para os consumidores. Por outro lado, é digno considerar que a regulamentação tinha um aparente caráter de universalidade, entretanto possuía a intenção de ensinar modos específicos de viver na cidade e, excluindo os setores pobres da população, foi elaborada a partir de propostas elitistas, como parte do projeto liberal dos grupos dominantes, que se arvoravam superiores e ilustrados.

Definidas as infrações e multas suscetíveis aos infratores, os códigos de Uberabinha definem a organização do município, distrito e povoações; normas para construções em geral; definições para obras públicas, instrução escolar, lavoura, comércio e indústria, trânsito e outros. A atenção dispensada às construções e edificações é digna de nota. Possuindo uma série de normas a serem observadas, os moradores deveriam ter licença da Câmara para construir e fazê-lo segundo regras específicas, após visita do alinhador, que desempenhou importante papel. O trabalho desse profissional foi a primeira forma de ordenamento do espaço, demarcando os limites e fronteiras, definindo os padrões de construção e habitação.

A responsabilidade do alinhador/arruador, funcionário da Câmara, afigura-se considerável. O alinhador deveria ser “pessoa idônea”, sendo necessário fazer um juramento por ocasião de sua posse. Nas atas, não há maiores detalhes sobre sua formação e suas atribuições; no entanto, como na maioria das cidades brasileiras, provavelmente era pedreiro e marcava a posição das construções em relação à rua, indicava a abertura e direção de logradouros. Nos códigos, a função desse funcionário aparece com certo destaque. Seu trabalho era orientado segundo disposições da Câmara e, após a confecção de um mapa, dispondo a forma de expansão do sítio urbano, deveria fazer valer o plano de orientação. No Código Municipal de 1913, o artigo 233, em seu primeiro parágrafo, determina que “na cidade servirá de alinhador o engenheiro municipal, quando o houver, ou, na sua falta, o funcionario municipal que tiver para isso competencia e que for designado pelo Agente Executivo.”<sup>69</sup> Depreende-se que a tarefa de alinhamento, demarcação e nivelamento das edificações e dos logradouros possuía significativa importância para a consecução de uma imagem ordenada do espaço urbano, exigindo do profissional saberes arquitetônicos e urbanísticos e, concomitantemente, exercendo função fiscalizadora para observância dos regulamentos.

As interdições ocupam espaço relevante nos Códigos de Posturas, como tentativa de instituição da ordem e dos mores civilizados, controle dos variados espaços e daqueles que

---

<sup>69</sup> *CODIGO MUNICIPAL*. Posturas e Regimen Tributário da Câmara de Uberabinha. Uberabinha: Typ. Progresso, 1913.

neles estão, como modo de submissão de todos aos ditames da legalidade. A recorrência a elas pode indicar que as práticas são usuais ou que se busca evitá-las. A intenção da lei é ser impessoal, sujeitando todos aos mesmos princípios, constringendo à obediência. Sua intenção é positiva, antes que seja infringida, estabelece as sanções possíveis e evita que a ordem seja subvertida.

As leis dizem respeito às regras de comportamento das pessoas e das instituições, com a finalidade de controle e disciplinamento das coisas, das idéias e dos cidadãos. As leis definem o campo de sua atuação: nomeiam as práticas e os comportamentos a serem controlados, normalizados, negados, ou atuam sobre os corpos para punir, mas também introjetam valores morais nas consciências.<sup>70</sup>

No caso dos Códigos de Postura de Uberabinha, eles legislam as práticas dos habitantes para assegurar a constituição de uma cidade moderna, aos moldes dos interesses dos grupos sociais dominantes. Ao recorrer às atas da Câmara e aos periódicos, são perceptíveis as inúmeras queixas por práticas consideradas indesejadas, insalubres ou indecorosas. A criação de porcos em chiqueiros foi temática discutida por longo tempo. Não havia matadouro municipal, justificativa utilizada pelos moradores para mantê-los na cidade, porém as contínuas reclamações de vizinhos, devido ao mau-cheiro, levaram à sua proibição, como definido em sessão da Câmara em maio de 1899. Diz a resolução: “ninguém poderá construir chiqueiros ou mangueiros ou se crie porcos nas nascentes ou por (sic) passa as correntes de águas”<sup>71</sup>.

O discurso dos Códigos visa à constituição de uma comunidade estável; é, também, revelador do estágio do processo civilizador na pequena cidade. Uma série de proibições é elencada; o que permite entrever que os moradores executariam várias práticas contrárias àquelas regulamentadas e, ao normalizar ou negar práticas e comportamentos, paulatinamente, valores são introjetados, disciplinando “corpos e mentes”.

Os Códigos de Posturas de Uberabinha carregam consigo latente ambivalência. Seu conteúdo revela preocupação em construir uma cidade onde seus habitantes se movam

---

<sup>70</sup> ALVES, Paulo. “Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes”. In: *Fontes Históricas*. Abordagens e Métodos. Assis: Unesp, 1996.

<sup>71</sup> Ata da 4ª sessão ordinária em 10 de maio de 1899. Livro 004. Como a construção do matadouro municipal demorava, anos depois, a Comissão de Saúde Pública da Câmara Municipal deu parecer de proibir ou multar aqueles que tivessem chiqueiros em seus quintais e neles abatessem animais. Somente uma ressalva, de que não existissem chiqueiros nas proximidades dos córregos São Pedro e Cajubá que abasteciam a cidade. Ata da sessão ordinária de 13 de fevereiro de 1905. Por esse parecer, constata-se que os moradores ignoravam a definição tomada anteriormente e agregada ao Código de Posturas. Diante dos ideais que a legislação estabelecia para as práticas cotidianas, a cidade ainda não oferecia condições de realização e a satisfação das necessidades de subsistência era prioritária. E, como demorava a construção do matadouro, o artigo 228 do Código de 1903 permitiu o abatimento de animais nos quintais.

pelos princípios da civilidade; organiza a ocupação do espaço; estabelece regras de convívio; busca equalizar todos os moradores, sujeitando-os aos mesmos ditames; institui medidas preventivas a fim de diminuir os conflitos e acidentes; limita a execução de ações e vontades individuais. Se há uma positividade nos artigos da legislação, há, também, uma negatividade. Ao instituir as normatizações, direciona as práticas aparentemente, para uma uniformidade, evitando distúrbios. Embora exaustiva, a exposição de algumas normatizações ilustra a argumentação aqui desenvolvida:

Art. 46 – Todos os proprietários ou inquilinos, nas povoações, são obrigados a caiar e pintar as suas casas de 2 em 2 annos, bem como a caiar os seus muros.

Art. 101 – São prohibidas as loterias que não forem concedidas por lei, ou por autoridade competente; bem como as chamadas “ACCÕES ENTRE AMIGOS”, a venda de animaes, generos ou qualquer objecto por meio de extração de numero de víspora, com ou sem cartão; multa de 20\$ ao dono dos bilhetes da loteria, ou ao que fizer rifa, ficando nulo o feito.

Art. 112 – São absolutamente prohibidas, dentro das povoações, as cantorias em casa onde se ache depositado algum cadáver, ou mesmo nas egrejas: multa de 10\$.

Art. 121 – Ninguém poderá:

I. Imputar a outrem em publico, faltas ou defeitos que o exponham ao ridículo, ao vexame, à suspeita ou à má reputação.

II. Ninguém poderá praticar actos, ou pronunciar palavras que, na opinião geral e costumes do povo, são offensivas e injuriosas.

Art. 137 – Ninguém poderá pegar animaes alheios, sem consentimento de seus donos: multa de 10\$, além da responsabilidade para com o dono do animal.

Estatuto e Leis de S. Pedro de Uberabinha (1903)

Art. 267 - § 8º - As portas e janellas abrirão sempre para dentro dos edificios, de modo que não incommodem o transito publico.

Art. 565 – São igualmente prohibidas na cidade fabricas ou officinas que pelo gênero de trabalho façam ruído que incomode o socego dos visinhos ou do publico.

Art. 582 – Nas casas de hospedarias e hoteis, haverá um livro de registro onde se escreverão os nomes de todos os hospedes que ali pernoitarem e o logar de suas residencias, devendo esse livro ser apresentado às autoridades, na forma determinada por estas disposições ou sempre que for exigido.

Art. 590 – Nas reuniões publicas ninguém poderá apresentar-se de esporas, chicote, cacete ou outro qualquer instrumento semelhante.

Codigo Municipal (1913)

A civilidade busca uniformizar os comportamentos, os discursos, as inúmeras práticas. De um indivíduo civilizado se esperam modos refinados ao apresentar-se e no convívio com o outro. É preciso conter seus impulsos em um exercício de autocontrole, visto que a existência de regras para o funcionamento de uma sociedade é inevitável e o conjunto de normas, preceitos e idéias pode se inscrever nas posturas, nos movimentos, nos usos e

costumes de seus sujeitos sociais.<sup>72</sup> Ao legislar, os artigos dos Códigos de Postura de Uberabinha traziam implícito o anseio por um tipo de cidadão (e de cidade) ideal que soubesse portar-se, diante das situações cotidianas, com máximo esmero. E, viabilizando a vida em sociedade, minimizando atritos e distúrbios, os códigos funcionam como mecanismo de disciplinarização, inibindo os anseios individualizantes e controlando comportamentos, hábitos, percepções. Ao possibilitar a convivência entre os moradores, indicando-lhes as formas preferíveis, também cerceia suas ações. A observância dos estatutos exigia o governo das próprias vontades em prol de um bem comum e/ou segurança pública.

A característica geral dos artigos dos códigos acima transcritos é a contenção. Os modos e maneiras devem ser controlados para não ofender a outrem. Ao conterem-se, as pessoas garantiriam maior tranquilidade, desviando-se de possíveis embates, estruturando os laços sociais e modelando os temperamentos; o que permite afirmar que a observância dos estatutos consistia também em um instrumento de educação das relações sociais e dos sentidos dos uberabinhenses.

A vida em sociedade pressupõe normas que a tornem viável e, em certa medida, os códigos satisfazem esse papel. No entanto, extrapolam porque seu integral cumprimento restringe as práticas não somente ao espaço público. No espaço privado, a liberdade não é irrestrita, as ações dos moradores são limitadas; o que pode ser exemplificado pela proibição de emissão de ruídos que poderiam perturbar o sossego de vizinhos. Os jogos, as aglomerações e festas deveriam ocorrer sob condições reconhecidamente aceitas e toleráveis pelos usos e costumes vigentes e a circulação, no interior da cidade, não estava livre de restrições:

Art. 111 – Só aos pobres, reconhecidamente taes, e aos sabbados, é permittido implorar à caridade publica.

Estatuto e Leis de S. Pedro de Uberabinha (1903)

Art. 588 – É prohibido tirar esmolos dentro do município, com subscrições ou sem ellas, sem attestado de pobreza com visto da autoridade policial.

§ 1º. Os mendigos serão matriculados na repartição policial e deverão trazer comsigo, visivel ao lado esquerdo do peito, a chapa correspondente ao numero da matricula, a qual lhes será fornecida pela Camara.

Codigo Municipal (1913)

O movimento e a circulação no interior da cidade são alvos de normalização como visto na obrigatoriedade de licença para a mendicância. A condição de pobreza deveria ser reconhecida pela autoridade policial, que autorizaria a esmolar, em dias específicos e não

---

<sup>72</sup> HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas: Papyrus, 1998.

conforme a necessidade do mendigo. Outra situação é o registro de hóspedes que hotéis e hospedarias deveriam manter. Tal cuidado parece se coadunar com a desconfiança de que os grupos sociais uberabinhenses estampavam com o estrangeiro. Até que este provasse sua idoneidade pelo investimento no progresso do município, ele era suspeito.

Uberabinha estava definida em dois perímetros: o central e o suburbano, conforme planta e discriminação da Câmara Municipal e, nesses espaços, buscou-se definir as atividades, a circulação e as condições de conservação. Na parte central, compreendida pelo centro comercial, os prédios deveriam estar sempre caiados ou pintados, as portas e janelas voltadas para dentro, para não obstruir a passagem dos pedestres, as casas separadas por muros, proibição de conservação de cisternas; na área suburbana designada pelos bairros, as cisternas deveriam permanecer cobertas com armações de madeiras; os terrenos incultos nunca poderiam servir como depósito ou queima de lixo, as ruas sempre asseadas, os inúmeros serviços ou funcionamento de oficinas não poderiam perturbar o sossego público ou causar perigo de explosões, quedas ou ferimentos. No âmago dessa segregação, parece estar implícita a preocupação com a salubridade, requisito fundamental para a estética urbana e o convívio social.

A higiene pública é alvo de severa atenção, ocupando um terço dos artigos dos Códigos de Posturas que trata de: limpeza de ruas, praças e habitações; fornecimento de gêneros alimentícios; funcionamento de farmácias, casas comerciais, açougues e hospedarias; serviço de fornecimento de água potável; visitas domiciliares dos fiscais sanitários; regulamentação dos cemitérios; precaução e tratamento de moléstias. Ao legislar sobre a circulação e o funcionamento dos diversos espaços, vão se delimitando os usos preferíveis e demarcando as posições sociais. A proibição de construção de cortiços nas zonas central e suburbana (art. 280 do Código Municipal de 1913) revela a preocupação com a estética e a concepção do urbano como espaço não reservado ao pobre.

Certas práticas poderiam ocasionar problemas, porém, em seu caráter preventivo, os Códigos tentavam solucioná-las, interpondo cláusulas restritivas:

Art. 553 – São proibidos os tumultos, algazaras ou vozerias que offendam a moral ou perturbem o socego publico de dia ou de noite, nas ruas, casas de negocio ou particulares.

Art. 554 – É permitido anunciar pelas ruas, em altas vozes, commercio nellas exercido.

§ Único. Neste caso, porém, o annuncio deverá ser feito moderadamente, sem repetições immediatas ou gritos exaggerados e prolongados, que incommodem o publico.

Art. 555. – São proibidas as cantorias de rezas em alas vozes por ocasião da morte de qualquer pessoa.

Código Municipal (1913)

Na situação acima descrita, a permissão para anúncios contrariaria o artigo subsequente e os demais que normatizam o sossego público; daí a restrição ao tom de voz utilizado nos anúncios. Várias situações são objeto de tentativas de evitar conflitos ou apelos por contradição ou sugestão dúbia, como o caso da Lei 289/1923, que ordena que todos os proprietários de terrenos dentro do perímetro urbano deveriam cercá-los e, caso não houvesse acordo entre as partes limítrofes quanto à natureza do tapume, expressamente se ordena a construção do muro em tijolos.

Nenhuma profissão, ofício ou atividade comercial poderia ser exercido sem licença da Câmara Municipal; inclusive os mascates, ao aportarem à cidade, deveriam pagar o imposto respectivo para que pudessem circular pelas ruas e mascatear seus produtos. As licenças eram usuais para considerável gama de atividades: edificações, comércio, profissões, tráfego. Constituíam-se, assim, uma rede tecida para tocar as variadas dimensões da cidade, colaborando na configuração do espaço urbano e no delineamento do homem ideal para habitá-lo.

A recorrência de algumas problemáticas na legislação leva a pensar a respeito de sua difícil solução e/ou importância para a população. A iluminação e o melhoramento das ruas são comuns, no entanto o fornecimento de água potável é o tema mais freqüente. Na organização da Câmara, esta se comprometeu a canalizar e distribuir a água, bem como a construir chafarizes e bicas para facilitar o cotidiano dos moradores. Nos Códigos, há uma seção específica, tratando dessa questão, mas, à medida que a população cresceu, foi necessário ampliar o abastecimento e, dada a tensão nessa distribuição, várias leis foram promulgadas. Contabilizei treze leis<sup>73</sup>, que versam sobre a provisão de meios como empréstimo para canalização e construção de penas d'água, ampliação do serviço, normas para contratação do serviço e formas de pagamento. E, a partir do final da segunda década, a rede de águas passou a ser vinculada à construção de uma rede de esgotos, sendo que todo contratante estava obrigado a construir uma rede de esgotos em sua propriedade e, para aqueles reconhecidamente pobres, a Câmara custearia esse serviço, dividindo-o em prestações mensais. Os serviços de esgoto eram fundamentais para eliminar a necessidade de fossas e

---

<sup>73</sup> Conforme publicações da Câmara de Uberabinha, as leis que tratam dessa temática são: 23/1901, 39/1905, 59 e 94/1908, 118/1910, 125/1911, 139/1912, 151/1913, 176/1915, 255/1921, 259/1922, 298/1924, 349/1925, 402/1928. Em seu trabalho, o memorialista Pezzuti afirma que a cidade conheceu três reformas no serviço de abastecimento de água. PEZZUTI, P. "Os novos serviços de água e esgotos." In: *Município de Uberabinha*. Op. Cit. pp. 64-66.

garantir maior higiene. A quantidade de leis aprovadas sugere a tensão na qual essa questão esteve imersa. Antes da regulamentação, a população se servia de fontes, córregos e cisternas; quando a Câmara passou a administrar o abastecimento, construiu-se o rego da servidão pública, proibindo-se o uso de cisternas no perímetro central. O rego da servidão pública funcionou até 1910, quando o serviço de água foi canalizado. O precário serviço de abastecimento tornou-se questão política. As várias tentativas de normalização não buscavam somente atender às necessidades decorrentes do crescimento da cidade, como também atender aos reclames dos grupos sociais, minimizando as tensões entre eles, porque, segundo os jornais da época, o serviço era irregular e geral, o clamor na cidade.

É considerável o número de leis, autorizando o agente executivo a proceder a melhoramentos nas ruas e praças, bem como na iluminação; especialmente, a partir da segunda década do século XX, quando o sítio urbano se expande e os antigos caminhos e trilhas são transformados em vias transitáveis, para erguer edificações.<sup>74</sup> Os maiores investimentos se concentraram na área central do perímetro urbano, onde as construções possuíam regulamentação mais rigorosa. As ruas e praças dessa região são investidas de atenção: aterro e desaterro; calçamento e ajardinamento, construção de meios-fios, passeios e jardins; expansão dos fios de energia elétrica; implantação do sistema de esgotos e, diante das limitações da receita municipal, empréstimos foram tomados para executar os serviços. O cuidado dispensado à área central expressa a segregação no espaço da cidade, como na lei 337/1925, que permitiu a concessão de alvarás para construção de casas para operários nos arrabaldes. Nessa área, os serviços de água, esgoto, iluminação e melhoria de ruas eram precários.

Em suas pesquisas a respeito de Uberabinha, Bosi e Castro comentam que os usos da água foram marcados por conflitos desde a criação da Câmara, que buscou municipalizar o serviço de abastecimento e padronizar as formas de utilização.<sup>75</sup> Os conflitos se agudizaram com a canalização, em 1910, porque a escassez de água era corriqueira e a população pobre continuou a se utilizar de outras formas de captação, fraudando o imposto de fornecimento. Acredito verdadeiras as tensões decorrentes dos usos da água, também sinalizadas pelo número de leis aprovadas para regularizar esses serviços. A aprovação dessas leis assinala as

---

<sup>74</sup> São as leis: 51, 52 e 63/1908; 120/1910; 130/1911; 160/1914; 191 e 192/1917; 205 e 207/1918; 217, 223 e 231/1919; 233, 234, 237, 241, 244 e 245/1920; 247/1921; 260 e 261/1922; 268, 269, 283 e 292/1923; 297, 299 e 306/1924; 335 e 337/1925; 353 e 355/1926; 377, 387/1927, 403, 406, 408, 429, 432 e 433/1928; 459 e 469/1929.

<sup>75</sup> BOSI, A. *Constituição do espaço urbano e conflito social*: Uberabinha/MG (1888 – 1929). Uberabinha/MG (1888 a 1922). Niterói: UFF, 2002. (Tese de doutorado em História). CASTRO, Ana Paula. *Organização e disputas pelo espaço urbano*. Uberabinha/MG (1890 – 1930). Uberlândia: UFU, 2003. (Dissertação de Mestrado).

transformações nas representações que os grupos sociais construía na cidade. Mudando os homens, muda-se a cidade, criam-se necessidades; o que exige que novos comportamentos, hábitos e reivindicações sejam adotados. Aos poucos, novos moradores chegavam, o antigo “burgo morno” do século XIX desaparecia da memória e as esperanças de uma cidade moderna se firmavam. Características denominadas urbanas e civilizadas deveriam ser priorizadas e, à proporção que essas eram incorporadas, sua materialização ocorria nas formas de uso dos serviços básicos, na implantação dos recursos e conhecimentos tecnológicos da época, na valorização da educação como alicerce para o progresso.

### **3.3 Educar para a Civilização e o Progresso**

Afinada aos princípios liberais, a inauguração da República brasileira representou, para as elites nacionais, o início de um novo tempo, marcado pela modernização. Romper com o passado escravista, modernizar a economia, acabar com o atraso cultural e político na esperança de inserir o país no dito mundo civilizado urgia a ilustração de sua população. É nesse contexto que o investimento em educação e a ampliação do sistema escolar foram preocupações dos governos da Primeira República.

Em um país em que cerca de 80% da população era analfabeta, as instituições educacionais pertenciam à iniciativa particular e o ritmo de ampliação da rede escolar pública era lento. Por outro lado, o número de matrículas aumentou, pois logo se percebeu que era na escola que se formaria o cidadão almejado pelos grupos intelectualizados do país. A escola é tomada como responsável por trazer as “luzes”, despertar para o progresso, ensinar os princípios da civilização, espaço privilegiado dos anseios de formação moral e social, solução para curar os males do país.

Imbuída de uma “tarefa civilizadora”, a educação tornou-se estandarte de defesa nos discursos políticos em todo o país, sob a argumentação de que a difusão do conhecimento arrancaria a população brasileira da ignorância e da irracionalidade e asseguraria o progresso. Para tanto, estruturou-se um campo de ação política, de feições liberais, com dezenas de regulamentações legais e práticas referentes ao cotidiano escolar. O “entusiasmo pela educação” fomentou campanhas públicas pelo tema, estimulou novas idéias pedagógicas que pudessem estabelecer as bases da nação republicana e a nova mentalidade acordada com o

progresso. Em suma, parcelas da elite viram a educação como modo de superação da condição de atraso.<sup>76</sup>

As elites uberabinhenses defendiam a instrução escolar como uma das estratégias para efetivar o projeto de cidade moderna. Uma das primeiras medidas da instalação da Câmara Municipal foi regulamentar o funcionamento das aulas e instrução pública no município (leis n. 1, 2, 3 e 4 de 1892), com a definição do local, a nomeação de professor, a disposição dos horários e a organização escolar. A situação educacional de Uberabinha diferia de outras regiões do estado, Carvalho comenta que a cidade “possuía um percentual menor de analfabetos em relação aos números do Estado de Minas Gerais e do país”<sup>77</sup>, girando em torno de 60% de uma população de cerca de 20.000 habitantes no final da terceira década do século XX.

A pequena arrecadação do imposto escolar e os vários requerimentos solicitando isenção do mesmo forçaram a adoção de alternativas. Nos estatutos municipais, o título – Instrução Pública – dispunha que a Câmara deveria manter quantas escolas de ensino primário e elementar fossem necessárias, nomearia e susteria profissionais idôneos e competentes para o trabalho, estabelecer normas de funcionamento e distribuição das verbas municipais. Não tendo condições de ampliar as vagas nas escolas públicas, as subvenções e isenção de impostos às escolas particulares permitiam que o agente executivo patrocinasse os estudos de alguns alunos carentes, desde que esses demonstrassem “exemplar comportamento, reconhecido pelo próprio professor”.<sup>78</sup> O predomínio da iniciativa particular deixava número considerável de crianças pobres fora dos bancos escolares. A educação exigia alto investimento de capital do qual a Câmara não dispunha. As primeiras escolas eram isoladas por se constituírem salas de aula com poucos alunos. Geralmente funcionavam na casa do professor, em espaços adaptados, que assistia alunos de faixa etária e nível de aprendizagem diversificados.

Apresentada como “luzes para a educação da juventude”, a instrução dependia de conveniências políticas. O primeiro grupo escolar de ensino primário e secundário que unificou as escolas isoladas foi inaugurado em 1915 e, conquanto as reivindicações e

---

<sup>76</sup> CAMPOS, Raquel. *A “princesa do sertão” na modernidade republicana*. Urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004. GATTI Jr. Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs) *História da Educação em Perspectiva*. Ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados/Uberlândia: Edufu, 2005.

<sup>77</sup> CARVALHO, Carlos Henrique. *República e Imprensa*. As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2004. p.67.

<sup>78</sup> Regulamento escolar de 1899. *Código Municipal da Câmara Municipal de Uberabinha*. Posturas e Regimen Tributário, 1913.

discussões fossem freqüentes, a argumentação “aguardem tempo oportuno” serviu como apanágio para justificar a demora nas negociações com o governo estadual.<sup>79</sup>

A contínua exaltação da educação não significava a defesa da universalidade da escola. Concebida como instrumento capaz de instaurar a ordem e as bases da modernidade, a educação era direcionada a públicos específicos. As aulas ministradas na zona rural diferiam daquelas direcionadas aos alunos da zona urbana. Sandra Lima descreve que, no programa estudado, inseriam-se as disciplinas Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos Manuais, Exercícios Físicos e, em alguns casos, Francês. No campo, a alfabetização era seguida pelas disciplinas de Leitura, Escrita, Aritmética e o acréscimo de Agricultura, em que os aprendizes recebiam princípios e técnicas de manejo de cultivo que visavam a melhorar as possibilidades de trabalho e a fixação na zona rural.<sup>80</sup>

Acreditava-se que o trinômio civilidade, modernidade e progresso seria alcançado pela educação, que adequaria os indivíduos, promovendo a aceleração do projeto de modernização da cidade e dos hábitos de seus moradores. Além dos meios institucionais para a divulgação da educação escolar, a imprensa constituiu importante veículo para convencer o uberabinhense a se civilizar.

Num período de quatro décadas, existiram vinte e uma escolas<sup>81</sup>, voltadas para, como acreditava o editor do jornal *O Progresso*, “preparar pelo ensino, os homens do futuro, tornando-os aptos a contribuir pelo seu saber e valor cívico, para a felicidade da grande colectividade brasileira.”<sup>82</sup> Na imprensa, como fonte aqui privilegiada, esse ideário é corrente, seja descrevendo os valores educacionais; seja apelando à construção de prédios escolares; seja incentivando pais, alunos e mestres; seja aplaudindo as conquistas.

---

<sup>79</sup> O grupo escolar Júlio Bueno Brandão foi resultado de pressão política ao então presidente do estado de Minas Gerais, homenageado no nome da escola. Em 1911, o presidente esteve na cidade para inauguração de uma feira, quando a Câmara Municipal lhe ofereceu um banquete e solicitou a criação do grupo escolar. O presidente prometeu a execução da obra que, depois de inaugurada, era a única escola pública estadual do município. Dirigida por educador de renome na região, Honório Guimarães, chegou a ter quase oitocentos alunos matriculados na educação básica (primário e secundário)

<sup>80</sup> LIMA, Sandra. *Memória de si, história de outros*. Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Campinas: Unicamp, 2004. (Tese de Doutorado em História).

<sup>81</sup> O memorialista Jerônimo Arantes levantou os nomes das escolas existentes em Uberabinha até o advento do Estado Novo, trabalho que foi reproduzido por outros memorialistas. A primeira escola funcionou nas terras do pioneiro Felisberto Carrejo; em 1860, foi criada a escola pública provincial e, em 1877, a primeira escola particular. Após a emancipação, a Câmara Municipal criou algumas salas de aula de educação primária e concedeu subvenção a estabelecimentos privados com o fim de esses receberem alunos pobres. Novas escolas – rurais e urbanas – foram inauguradas ao longo dos anos, sendo as maiores o Colégio Estadual Ginásio de Uberabinha e o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. A iniciativa particular era predominante. SILVA, Antônio Pereira. “Velhas escolas de Uberabinha”. *As histórias de Uberlândia*. v.2. Op. Cit. pp.148-152.

<sup>82</sup> “Grupo escolar”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 57, 19 out. 1908. Anno II.

Segundo Araújo, a categoria progresso é um norteamento para o projeto civilizatório e, para alcançar o esperado progresso, a escolarização é tomada como ilustradora. A defesa da escolarização circulou, nos jornais locais, como perspectiva natural para aperfeiçoar os homens e direcionar os rumos da sociedade.<sup>83</sup> Alguns dos editores e proprietários de jornais em Uberabinha também possuíam estabelecimentos de ensino ou exerceram a atividade docente. E ao redigirem suas argumentações, nas páginas dos jornais, parecem se revestir de uma inequívoca autoridade intelectual que lhes autorizava direcionar ações a serem observadas. Juntos, constituíam a elite ilustrada, os intérpretes dos grupos que lutavam por uma cidade-progresso e, por isso, capazes de indicar os meios para tal.

Os redatores dos periódicos locais tinham formação diversa, jornalista, advogado, poeta, farmacêutico e professores; o que concedia autorização para manusearem suas penas e circularem no meio intelectual como “luzeiro do jornalismo provinciano”<sup>84</sup>, tratando de assuntos diversos, de temas locais à política nacional.

No diadema com que a invencível princesa sertaneja se há de impor, cada vez mais, as sympathias publicas, há de sempre fulgir, entre tantas outras que já o ornamentam, a valiosa e inimitável jóia da instrução. Por seu intermedio é que vantajosmente se illustrarão os espíritos e os caracteres da nova geração que estamos cuidadosamente preparando para o dia de amanhã. No momento presente já nos podemos envaidecer do logar que occupamos no convívio da civilisação nacional. (...) Dentro do nosso programma, que já se acha tão expressivamente delineado, havemos de trabalhar, muito principalmente, pelo desenvolvimento salutar e efficaz da instrução em toda esta ubérrima região e muito principalmente nos limites do nosso querido município. Queremol-a sempre á altura do nosso já tão adeantado progresso commercial e agrícola, em todas as modalidades que as condições sociaes já estão exigindo. E mais ainda, será ella que nos há de guiar, victoriosamente, a nós e as gerações vindouras, para as conquistas immorredouras que as paginas da historia regional hão de registrar com orgulho mais do que justificado. No amanho das terras, na cultura dos campos, na criação dos seus vigorosos rebanhos, a população de Uberabinha já tem a sua individualidade econômica própria e inconfundível. Resta agora que, do mesmo modo, mantenha o seu logar de destaque pela cultura do seu espírito emprehendedor. Empenhando-se nos domínios, pelo menos os mais accessíveis, das sciencias modernas, tomando gosto pelas mais attrahentes manifestações das letras e das artes, teremos facilmente uma população capaz de ser confrontada, sem nenhum pezar, com outros centros muito mais populosos do paiz inteiro. Não tentaremos o impossivel. Nem nos deixamos enlevar por irrealizáveis sonhos de visionários. Tudo isso poderá ser perfeitamente praticado. Dentro das nossas possibilidades materiais e intellectuaes, poderemos facilmente objectivar todo esse grandioso ideal. A

<sup>83</sup> ARAÚJO, José Carlos S. “O progresso como norteador da educação e suas especificidades na imprensa uberlandense entre 1907 e 1910”. In: *Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008.

<sup>84</sup> “A imprensa de Uberabinha”. In: *Revista Ilustrada*. n.14, jul/1947.

instrução, bem orientada e segura, rapidamente nos mostrará o caminho por onde se deverão encaminhar as nossas mais caras aspirações.<sup>85</sup>

O editorial tributa à instrução o feito de inserção da “princesa sertaneja” no “convívio da civilização nacional” e assim, como manifesto à condição de adiantamento material, ela é garantia de “conquistas imorredouras” e norteamento das “mais caras aspirações”. Ao longo de três edições, o redator prossegue demonstrando os benefícios resultantes da instrução. Para que possa produzir frutos, ela deve iniciar-se em casa e os pais têm o dever de bem instruir seus filhos, antes de encaminhá-los à escola, que cultivará a inteligência e dará forma final ao caráter. Outrossim, ao lado da aprendizagem das letras e das artes, estimula a educação profissional, alargando as possibilidades de progresso. Encerrando as argumentações, conclama a administração municipal, os pais e a população para que “ninguém esmoreça nessa cruzada civilizadora”, pois somente “o esforço conjugado de todos poderá assegurar um êxito brilhante e compensador”.

Revestida de positividade, a educação que “apura a intelectualidade” e alavanca o progresso não é universalista. Segundo o redator, “nem todos poderão ser homens letrados, as contingências da vida material não permitirão”. Todos deveriam ter acesso à educação primária, porém aqueles que não pudessem dar continuidade aos estudos saberiam as primeiras letras e poderiam exercer uma profissão. A referência à educação profissional e a sugestão de que, na zona rural, os alunos também aprendessem agricultura são denotativos do caráter excludente da instrução. O indivíduo não poderia se furtar à alfabetização, condição mínima para saber conviver em um ambiente civilizado, porém somente aqueles desobrigados da lida diária ou em condições para sustentarem-se, poderiam prosseguir os estudos. Àqueles que trabalhavam e não podiam freqüentar as aulas, a iniciativa de criação de uma escola noturna representou a alternativa para educar e formar mão-de-obra para o trabalho, justificando que “é necessário que a classe caixeral, os operários, os carroceiros, os empregados municipais ou de fábrica, todos, enfim, se capacitem.”<sup>86</sup>

Ao discutirem os caminhos para a educação, os redatores acreditavam traçar o futuro do município, elevando suas possibilidades de progresso e de refinamento de sua gente. Ao lado das escolas, o Grêmio Recreativo, o Clube Literário, os clubes, os jogos de salão e as bibliotecas aparecem como espaços complementares de educação.

Embora seja considerável o número de estabelecimentos escolares existentes, a maioria deles funcionou em prédios adaptados e vários artigos publicados aconselhavam a

<sup>85</sup> “Pela instrução I”. *Triangulo Mineiro*. n. 2, 3 e 6, 20, 27 jun. e 18 jul. 1926.

<sup>86</sup> “A Escola Municipal”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 202, 29 jul. 1923. Anno IV.

ampliação dos prédios ou sugeriam construções com fim específico de escola. Em uma associação de *coiós* e *cocões*, foi formada a Sociedade Progresso de Uberabinha para levantar recursos e construir uma escola ginásial, o Gimnasyo de Uberabinha, porque só havia o ensino primário em uma escola estadual, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Inaugurados na segunda década, os dois edifícios escolares possuíam arquitetura moderna, qualificada de “magestoso templo do ensino moderno”. A expressão não me parece mera retórica. Como templo, a escola tem a sagrada função de civilizar seus alunos, ensinando-lhes os modos de ver, estar e sentir no mundo. O cuidado com a estética arquitetônica queria expressar que as idéias e práticas pedagógicas também eram modernas e adequadas ao novo tempo.



**Fotografia 1- Gimnasyo de Uberabinha**



**Fotografia 2** - Grupo Escolar Bueno Brandão (1915)

Fonte: [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br) PMU

Ser professor nos “templos” do ensino representava quase um sacerdócio. As prerrogativas para exercer o magistério eram austeras (honestidade, hombridade, comportamento irrepreensível, notório saber). À nomeação de professor exigia-se do candidato provar “completa moralidade e capacidade profissional”. Para a formação desse profissional, que atendesse aos anseios dos grupos uberabinhenses, após longos anos de reivindicação ao governo estadual, foi criada a Escola Normal para “dirigir, sob o ponto de vista intelectual e moral, a nova geração”. E, com alto poder simbólico entre os moradores, influência política, era comum esses profissionais escreverem na imprensa e produzirem o material didático utilizado. Os resultados do trabalho do professor eram vistos na aprovação dos exames finais e na frequência dos alunos às aulas. Nessa ocasião, as aprovações eram comemoradas com entusiasmo, porque para os grupos intelectuais:

Conforta-nos o espirito esse desejo vehemente de se elevar o nivel da nossa intellectualidade, porquanto demonstra nitida comprehensão de que um povo quanto mais instruido, mais preparado para as vicissitudes da vida. E o paiz que não acompanhar *pari passu* o evoluir dos outros povos, será fatalmente condemnado a viver lutando desesperadamente a suportar uma inferioridade que anulla quasi sempre os esforços dos seus filhos. A instrucção é a base primordial da evolução de um povo, sem ella, torna-se impossivel a comprehensão dos deveres de cada cidadão, assim como a necessidade de trabalho, da hygiene e até da fortuna. Ao vermos, pois, que a

mocidade de Uberabinha estuda com real proveito, nasce em nosso espirito a consoladora convicção de que progrediremos de verdade.<sup>87</sup>

Ao afirmar que o “evoluir dos povos” depende da instrução, o articulista vincula o progresso e a civilidade à educação. A instrução supera o atraso, assegura não somente a elevação do nível intelectual, também conscientiza a respeito dos princípios da civilização. Além do ânimo pelo sucesso nos exames finais, o aumento das matrículas era noticiado como vitória e indicativo de aumento no nível civilizacional da população.

Os avanços na educação do município, freqüentemente divulgados na imprensa, são atribuídos aos pais que reconheciam seu valor, aos esforços dos mestres e aos investimentos da Câmara Municipal, que veiculava não ter “poupado sacrifícios para ver decrescer a pavorosa cifra de analfabetismo”<sup>88</sup> entre os uberabinhenses. Nas reuniões da vereança, diversificados são os requerimentos relacionados à instrução: autorização para abertura de escolas, solicitação de verbas para construção, isenção na cobrança de impostos, concessão de auxílio para alunos pobres, pagamento de salários de professores, aumento de vagas nas escolas públicas. E, se, nos primeiros tempos da cidade, os investimentos eram exíguos, após 1915, os discursos de valorização se intensificam. Muito mais uma preocupação discursiva que uma prática efetiva, a instrução escolar, em Uberabinha, ganhou contornos significativos na afirmação de seu “índice insophismavel de progresso e aperfeiçoamento”, como escreveu Pezzuti.

---

<sup>87</sup> “Pela instrução”. *Triangulo Mineiro*. n 24, 21 nov. 1926.

<sup>88</sup> “A velha canção”. *A Tribuna*. n.134, 09 ab. 1922. Anno III.

#### 4. A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DE SER UBERABINHENSE

Era fevereiro de mil novecentos e vinte e nove. Capoeirinha, a leda flor do sertão, desabrochava ao sol... O Coronel Cordeiro chegou à janela do sobrado e deixou-se ficar a contemplá-la. Que outra terra apresentaria vegetação mais exuberante, mais verde, mais luxuriosa? E os pássaros? Noutras terras seriam assim tão negros? Maravilha devia ser o nome da cidade. Nem um outro lhe assentaria melhor. Maravilha... Maravilha... Sim e soava bem! Como nem um outro. Capoeirinha deixaria de ser a filha de Capoeira e se equivaleria a ela e a ultrapassaria mesmo. Sim, o nome lhe daria uma feição nova, ela seria conhecida por si mesma e deixaria de ser o reflexo da outra. Não era estranho aquêles anos todos terem se passado sem que êle se lembrasse de reparar a injustiça que faziam à terra, menosprezando-a com aquele diminutivo de Capoeira? (...)

Capoeirinha contorceu-se de riso, quando soube que ia mudar de nome. (...)

— É. É interessante. O projeto entrará em terceira votação por êstes dias. Eu queria perguntar-lhe, Cordeiro. Você não tem um outro nome a sugerir, além de Maravilha? Maravilha é um belo nome, eu estou de acôrdo, mas é comum, tanto assim que tem sido dado com freqüência a vacas de boa qualidade. Os fazendeiros de Capoeira...

— Como? Vacas? Meu Deus, padre Pio! Como é que eu ainda não tinha pensado nisto! Não! Não pode ser. Capoeirinha continuaria sendo filha de Capoeira, pois lá é zona de criação de gado!

— Você não tem nem um outro, Cordeiro?

— Tenho! Tenho um outro que foi sugerido por um guarda-livros de lá. Ibiporang.

— Ibiporang! Mas é excelente, Cordeiro!

E o padre frisou as sílabas. — Você sabe o que quer dizer? Terra da ventura.

Ceres Alvim Carneiro. *Lágrima Comprida*.

A decadência de Desemboque impulsionou a ocupação das terras no extremo oeste do Sertão da Farinha Podre, dando origem a vários povoados e arraiais; dentre eles, o de maior destaque foi Santo Antonio de Uberaba. Após sua emancipação, Uberaba se tornou o principal núcleo urbano, político e comercial, que, durante vários anos polarizou vários povoamentos da região. Sob sua influência, estava o povoado de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, distante cerca de 100 km. Crescendo o

povoado, a extensa toponímia foi simplificada e Uberabinha também passou a buscar proeminência na zona.

Uberabinha, diminutivo de Uberaba, assim como Capoeirinha remete a Capoeira. Por certo tempo, o nome figurou como um qualificativo carinhoso para a terra, porém, aos poucos, foi se tornando incômodo, apêndice da “princesa do sertão”. Uma cidade que se queria moderna não poderia ter um topônimo que reportasse a outro local, que possuísse significado diminuto. Como queria o fictício Coronel Cordeiro, era preciso reparar essa condição de inferioridade ou de dependência. Assim como eram grandes os sonhos, o nome deveria estampar esses anseios. Parte de seus moradores acreditava que a cidade estava mesmo uma “maravilha”.

O visitante ou qualquer outro que pronunciasse o nome da cidade poderia confundi-la com sua vizinha ou compreender que era uma cidadela qualquer no interior mineiro. É possível perseguir, nos jornais locais, as várias discussões sobre a necessidade de alteração do nome. Desde 1907, discutiram-se alternativas, ressaltando que os nomes deveriam referir-se às belezas e riquezas da terra, além de aludirem ao futuro. Nomes de personagens históricos, nomes indígenas ou de santos, nomes de flores e plantas foram propostos e, somente duas décadas depois, a alteração ocorreu. A toponímia a que se chegou não é casual, “a força dos nomes e suas designações ajudam a compreender o sentido da cidade, ajudam a perceber o desenrolar das práticas sociais, o linguajar de determinada época, sinaliza a modernização da cidade.”<sup>1</sup> Além de nomear, a atribuição do nome é reveladora do imaginário social e das práticas, quer indicar uma nova época e um novo tempo. Na dinâmica dos nomes, revela-se a evolução da cidade: do extenso nome homenageando três oragos ao solitário Uberabinha, podem se vislumbrar as várias modificações ocorridas. Inicialmente, uma paisagem típica do cerrado brasileiro que abrigou geralistas dispostos a enriquecerem e fazerem da natureza natural, natureza transformada: as primeiras casas e edifícios, a delimitação do patrimônio, os caminhos feitos ruas, a escola, a botica, o armazém, a igreja, os novos moradores caracterizaram São Pedro de Uberabinha. Num *continuum*, o trem chegou e, com ele, a “leda flor do sertão” saudou a modernização e a urbanização; o calçamento de vias; as praças e os jardins artisticamente cuidados; a entrada de capitais nas rodas dos caminhões e jardineiras; nos eventos sociais e culturais no cinema ou nos salões de festa; as acaloradas discussões nos pontos de encontro dos homens políticos e simpatizantes; o movimento de trabalhadores na periferia. Quando esse conjunto toma forma, o arraial já é a cidade de

---

<sup>1</sup> SOUZA, Celia Ferraz. “O sentido das palavras nas ruas da cidade”. In: *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p.141.

Uberabinha e, para acelerar sua marcha pela incorporação de novos hábitos, no refinamento de modos de seus habitantes, no crescimento populacional, na tentativa de acompanhar um novo tempo e novas expectativas, torna-se Uberlândia.

A alteração do nome de Uberabinha não constituiu uma mera discussão de designação, pode ser entendida como questão política, porque implicou projeto específico, marcou posturas e ideais. Nomes com sentido projetivo foram sugestões comuns – Heliópolis, Aratama – bem como nomes exóticos – Gardênia, Maravilha. Sobressaiu-se o nome Uberlândia, de um concurso de jornal, realizado na década de 1910 pelo sentido extremamente positivo.<sup>2</sup> Os radicais formadores de Uberlândia são *uber* e *land*, que significam terra fértil ou terra acima de todas. O sentido é revelador, o projeto de modernidade está impregnado também no nome da cidade.

O processo de mudança do nome de Uberabinha foi comandado pelos grupos políticos dominantes, não houve participação de outros grupos. *Cocões* dominavam a Câmara Municipal, mas aos *coiós* também interessava o pleito, sendo que um de seus líderes, o Coronel Carneiro, muito se empenhou no projeto. Como grupos dominantes e preocupados em efetivarem os projetos de modernização, estavam unidos, para fazerem valer o significado do novo nome, elevando a cidade acima das demais da região do Triângulo Mineiro.

Nos periódicos disponíveis nos acervos de Uberlândia, poucos são os registros das discussões a respeito da mudança do nome da cidade. A lei de alteração foi aprovada no mês de outubro<sup>3</sup> e, durante o mês de novembro, não há indícios de comemoração ou desagrado, o silêncio nos periódicos parece sinalizar certa indiferença. O topônimo Uberabinha continuou a ser grafado nas atas da Câmara Municipal, nos periódicos e nos anúncios até que, em princípio de dezembro, Uberlândia entrou em vigor, como comenta o editorial do maior jornal local da época:

Vimos em grande satisfação entrar em vigor, no dia 2 do corrente mez, - Uberlândia, novo e lindo nome com que o Congresso do Estado, este anno, classificou a nossa estimada e querida cidade mineira que hontem se chamou Uberabinha. Si por um lado o povo mineiro contribuiu *maravilhosamente*

<sup>2</sup> Na dissertação de mestrado *Veredas do Progresso em tons altissonantes*, ao tratar da mobilização dos sentimentos e subjetividades nas lutas de representação em Uberlândia, mencionei a questão da alteração do nome da cidade e sua repercussão entre os moradores. Segundo uma das fontes orais utilizadas na pesquisa, a mudança do nome foi uma questão restrita aos círculos políticos, porque a população não foi consultada e não se ressentiu da referida mudança. Como a idéia circulava por um seletivo grupo, não prosperou nos primeiros anos do século e só voltou à baila na década de 1920. Após tramitar na Assembléia Legislativa, a lei estadual 1126 de 19/10/1929 oficializou o topônimo Uberlândia. DANTAS, S. M. *Veredas do progresso em tons altissonantes*. Uberlândia: UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

<sup>3</sup> Lei n. 1.128 de 19 de outubro de 1929 – Art. 4º: “Uberlândia, será a denominação da cidade, município e comarca de Uberabinha.” *Diário Oficial de Minas Gerais* – Órgão Oficial dos Poderes do Estado – 23/10/1929, nº 249, Anno XXXVIII.

para que o nome de nossa edilidade fosse, como foi, mudado, por outro lado não menor foi o entusiasmo desta gente ciosa do progresso que viu neste facto um impulso de real transformação no domínio de nossa evolução. (...) Neste expressar de vivo entusiasmo, mais que nunca, genuflexos, beijamos o solo uberlandenses e cultivamos religiosamente este doce nome, que é a expressão característica do município – terra fértil.<sup>4</sup>

Pode-se perceber um misto de adesão e ressentimento no comentário do editor. O novo nome é próprio para expressar os anseios de progresso, impregnados no imaginário social, a ponto de a saudação ser recebida em tons de euforia e reverência. Por outro lado, uma fina ponta de ironia pode ser sentida na grafia em itálico do advérbio “maravilhosamente”. O exótico nome Maravilha fora sugerido como opção para substituir Uberabinha<sup>5</sup> e, embora não tenha sido adotado, o novo nome é um reconhecimento das condições de progresso, fruto do trabalho dos próprios uberabinhenses/uberlandenses e não uma indicação de outrem, o Congresso do Estado, tanto que, por isso, a gente da cidade faria jus a seu significado. Se, no início do século, a resistência à alteração do nome da cidade foi explicada pela vinculação afetiva de seus moradores, para muitos, ao reconhecer Uberlândia, Uberabinha não estaria morta. Os anseios de progresso que caracterizaram os pioneiros que lutaram por fazê-la autônoma seriam mantidos, doravante mais enfáticos. Posição compartilhada pelo agente executivo por ocasião de seu relatório anual: “A catita e pujante Uberabinha heroicamente abraçou a nova designação, para maior e mais rapidamente escalar as etapas de sua evolução progressista.”<sup>6</sup>

A adoção do nome Uberlândia integra o projeto de civilização e modernização em curso naquele espaço do Triângulo Mineiro, desde o final do século XIX e parece fechar uma era e abrir outra. O nome é uma metáfora do futuro, acompanha a dinâmica histórica que enreda os moradores e permite que se sintam incluídos no mundo moderno. É como um desígnio a anunciar que o habitante de Uberabinha/Uberlândia é um sujeito coadunado com os princípios de modernidade e civilidade vigentes no mundo de então.

As palavras são signos que nomeiam, identificam, qualificam o mundo, dando sentido ao real e às práticas sociais; por isso, a escolha do léxico Uberlândia não pode ser compreendida apenas pelo jogo de letras e de radicais. Ela diz muito *sobre* a cidade que se

<sup>4</sup> *A Tribuna*. “Uberlandia.” n. 474, 08 dez. 1929. Anno XI.

<sup>5</sup> O excêntrico nome Maravilha teve ardorosos defensores. Em fins de setembro de 1929, em um hotel de Belo Horizonte, enquanto se aguardava a votação do projeto para alteração do nome de Uberabinha, foi redigido um documento assinado por 18 pessoas, dentre elas o agente executivo, o juiz de direito, o vigário, alguns coronéis proeminentes na política local (inclusive presidentes dos partidos *Cocão* e *Coió*) e mais 8 simpatizantes concordando com a substituição do nome Uberabinha por Maravilha. *CDHIS*, Coleção Roberto Carneiro.

<sup>6</sup> *Câmara Municipal de Uberlândia*. Relatório apresentado pelo presidente e agente executivo Octavio Rodrigues da Cunha. Exercício de 1929. Typ. Livraria Kosmos. Uberlândia. MG, Abril/1930.

quis construir e *sobre a forma* de construí-la. Os nomes das cidades querem produzir uma identificação da cidade consigo mesma, é espaço de identificação de seus moradores. Fazer parte da cidade não é somente nela nascer, é identificar-se com seu processo histórico, colaborar para que seja transformada. Os sentidos dos nomes expressam o poder das palavras, que se remetem a um misto de intenções (racionais e emocionais) de afirmação e/ou de esperança.

#### **4.1 Identidades em Órbita – Nativos, Forasteiros e Pertença**

Os nascidos em Uberabinha e aqueles que nela aportaram constituíram um modo de ser específico. Ao acreditarem nas possibilidades de construir um lugar aprazível e moderno, uma identidade uberabinhense foi se delineando. E, para compreender a especificidade do ser uberabinhense, retomo a discussão a respeito da identidade brasileira. No Brasil do século XIX, “operou-se uma separação entre o Brasil civilizado/urbano, e o Brasil arcaico/rural. Um que poderia ser projetado para o futuro, e outro fadado ao desaparecimento.”<sup>7</sup> Para a autora esse é um período privilegiado em que se constitui um duplo confronto em que, diante de um mundo civilizado, o país busca estabelecer uma identidade própria. As imagens que foram se constituindo nesse processo eram dicotômicas, enquanto uma apontava para o progresso, possível graças ao urbano, as demais deveriam ser evitadas e o imaginário que emergiu, influenciado por idéias evolucionistas, foi fortemente marcado pela negatização do brasileiro como homem indolente e não civilizado. A análise de Naxara indica que a construção da identidade brasileira foi marcada pela ambigüidade e é pertinente pensar, com mais acuidade, as implicações semânticas e conceituais que envolvem esse processo.

Claudine Haroche abre-nos uma perspectiva ao indagar: o que é um povo? Para responder, a autora constrói sua argumentação em diálogo com autores que também se preocuparam em explicar os comportamentos coletivos dos franceses como Fouillé, Fustel de Colanges e Ernest Renan. Nesses, é consensual a definição de que povo designa uma “maneira coletiva de sentir”, no entanto isso não encerra a complexidade de uma resposta para a difícil indagação porque “a vontade de viver junto, as maneiras de sentir, bem mais do que a pertença racial ou étnica, constituem o fundamento da identidade de um povo”<sup>8</sup>. A

<sup>7</sup> NAXARA, Márcia Regina C. “A construção da identidade: um momento privilegiado”. In: *Revista Brasileira de História*. v.11, n. 23/24. São Paulo: ANPUH, 1991/1992. p.185.

<sup>8</sup> HAROCHE, Claudine. “O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX” In: SEIXAS, J., BRESCIANI, M.S., BREPOHL, M. (Orgs) *Razão e paixão na política*. Brasília, UnB, 2002. pp.81-94.

comunidade de sentimento que se constitui, alimenta-se do passado e impõe deveres ao presente para assegurar continuidade e uma sensibilidade específica.

A identidade nacional de um povo é uma construção social e histórica que sofre alterações ao longo do tempo e está presente em suas lutas e nos discursos políticos. E aparentemente sinônimos, os vocábulos identidade e nacional não podem ser assim entendidos porque são polissêmicos, podendo congregam sentidos divergentes e/ou ambíguos. Preocupado com as figurações da identidade nacional na França, Ives Déloye<sup>9</sup> examina, separadamente, os sentidos semânticos dessas palavras e constata que ambos podem apontar direções distintas na compreensão da problemática.

Em uma concepção mais aberta, o substantivo identidade diz respeito a uma construção social que ressalta o semelhante, podendo ser aprendida e introjetada. De modo inverso, como “comunidade de caráter historicamente estável”, isto é, de caráter mais fechado, a identidade designa aquilo que perdura, a “reprodução ao idêntico ao longo do tempo”. O adjetivo nacional também possui sentidos amplos. O primeiro vincula-se à delimitação de fronteira e identificação política, possuindo caráter excludente. Já no segundo sentido, nacional nomeia aquilo que possa ser gerido. Dessa forma, a junção do substantivo identidade ao adjetivo nacional implica dois modelos semânticos para a abordagem da identidade nacional; por um lado, a identidade nacional privilegia a permanência e a intenção de destaque em relação ao estrangeiro; por outro, a questão pode ser abordada como “resultado de um trabalho histórica e culturalmente dotado de homogeneização cultural, que visa tornar idênticos os indivíduos”<sup>10</sup>.

A segunda proposta de abordagem da identidade nacional, de Déloye, é pertinente para pensarmos o caso brasileiro e, embora seu ponto de partida tenha sido o exame dos vocábulos na língua francesa, na língua portuguesa, de origem latina como o francês, é oportuno para a análise do objeto que estudo.<sup>11</sup> Após a independência (1822), o Brasil do século XIX não poderia continuar sendo pensado somente como “natureza natural”, isto é, lugar de predomínio da natureza e das paixões a ela inerentes. Era primordial fazê-lo notório dentre as nações civilizadas da Europa, por isso a construção da identidade constituiu um “momento privilegiado”, na acepção da Naxara. Para as elites ditas esclarecidas, era preciso construir uma imagem positiva do país e sepultar a imagem comum do brasileiro, arraigado na

---

<sup>9</sup> DÉLOYE, Ives. “A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional” In: SEIXAS, J., *Razão e paixão na política*. Op.Cit. pp. 95-112.

<sup>10</sup> Idem. p.99.

<sup>11</sup> Os dicionários de língua portuguesa Houaiss (2001), Aurélio (2003) também apontam a dualidade dos sentidos.

sociedade escravista e nas representações dela advindas. E, nesse processo de construção da identidade nacional, um ressentimento imiscuiu-se, visto no lamento pelo que não fomos, mas que poderíamos ter sido.

Observando a incompletude da identidade brasileira, a historiadora Bresciani afirma que as construções identitárias, no Brasil, possuem lugares-comuns, seja ao tentar negar os fundamentos, seja no entrelaçamento de argumentos racionais e imagens emocionais.<sup>12</sup> Segundo a autora, são três os lugares comuns em nossa construção identitária: o primeiro deles é o pecado de origem. Os colonizadores portugueses legaram uma herança administrativa que travou o pleno desenvolvimento do país. O segundo fundo comum é a correlação homem-natureza. A exuberante paisagem pareceu constituir um obstáculo, ambiente hostil que não permitiu a exploração. O sol dos trópicos é propício aos amores e não à virtude. A importação de idéias, costumes e hábitos, seja pela incapacidade ou preguiça, constituiria o terceiro fundo comum da identidade brasileira, que não teria produzido algo genuíno.

O Brasil é caracterizado pela carência, sendo necessário transplantar de outros os modelos aqui adotados. Os lugares-comuns acima arrolados são freqüentes nos escritos dos intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, Oliveira Vianna e Caio Prado Júnior que, afirma Bresciani, “compõe no conjunto uma avaliação carregada de sentimento negativo em relação ao colonizador que deixara-nos como herança o pecado de origem que carregamos, eternamente ressentidos<sup>13</sup>”.

O ressentimento do qual se reveste a identidade nacional parece caracterizar o brasileiro como indivíduo híbrido que, embora possa estar “deitado eternamente em berço esplêndido”, como proclama o romântico hino nacional composto no final do século XIX, não é um homem pleno no sentido corrente do período aqui enfocado. Ao olhar o Brasil, constata-se que o homem brasileiro estaria imerso em um dilema que significa:

Viver e sentir-se isolado aqui, no Brasil, exilado, estrangeiro, ainda que na própria terra natal. A vida como paradoxo insolúvel pela impossibilidade em conciliar desejo e realidade. O desejo de ter, aqui, o mundo civilizado. (...) Identidade(s) definida(s) na confluência de desejos e ambições contrapostos a realidades existentes e/ou percebidas e sentidas. Oscilação entre razão, sentimento e emoção, assim como condescendência e rigor. (...)

<sup>12</sup> BRESCIANI, Stella. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum”. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (orgs) *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. pp.401-429.

<sup>13</sup> Idem. p.424.

Ambivalências que nasceram da distância com relação ao desejo ambicionado.<sup>14</sup>

Se é verdade a afirmação de Déloye de que “a identidade nacional permanece no âmago das lutas históricas”<sup>15</sup>, mister se faz observar o projeto subjacente à preocupação em definir o homem brasileiro ideal. Como indicado anteriormente, nossas elites se auto-proclamavam ilustradas, portanto, aptas para conduzir os destinos do país. O ambivalente retorno às origens, a negação do trabalhador nacional e das heranças escravistas, a recusa do mundo e dos hábitos rurais e a preferência pela cidade e os modos citadinos afiguraram-se como estratégia de legitimação de um projeto amplo de tornar o país semelhante às demais nações civilizadas.

Foi nesse contexto que “a cidade brasileira foi deixando de ser simples apêndice da vida rural para ganhar contornos próprios, independentes e antagônicos ao campo (interior, sertão), o que aumentou o seu poder com relação ao campo de forma significativa.”<sup>16</sup> Aos poucos, a modernização tornou-se a tônica para fazê-la alinhada aos ideais do progresso. As reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, são ilustrativas desse processo:

O barulho e a poeira das demolições anuncia o progresso e a busca de novas representações para cidade significava a condenação das tradições. A modernidade abria seu caminho numa voracidade sem limites, vencendo a topografia acidentada, ela tragava morros, pântanos e lagoas, definindo mudanças sensíveis no ser, no ter, no fazer e no sentir.<sup>17</sup>

Além da capital do país, poderia apresentar aqui um elenco de cidades que também se modernizaram na passagem do século XIX para o XX; o que não constitui o foco do trabalho. Cabe, no entanto, a menção à capital mineira, inaugurada em 1897, como marco de entrada do estado na modernidade e expressão de uma nova ordem. Planejada e de caráter utópico, Belo Horizonte “nascida do avanço científico e tecnológico, da ruptura política com a velha ordem colonial-imperial, sintonizada com os novos termos da urbanização modernista”<sup>18</sup>, caracterizou-se pelo estilo arquitetônico eclético de obras monumentais,

<sup>14</sup> NAXARA, M. “Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX.” In: *Memória e (re)sentimento*. Op Cit. p.432-33.

<sup>15</sup> DÉLOYE, Ives. *Razão e paixão na política*. Op. Cit. p. 111.

<sup>16</sup> NAXARA, M. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004. p.103

<sup>17</sup> MENEZES, Lená Medeiros. “Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (1902/1906)”. In: SOLLER, Maria Angélica & MATOS, Maria Izilda S. (orgs). *A Cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 2000. p.103. A referida obra é uma coletânea de artigos tratando das transformações no espaço urbano de nove cidades brasileiras, tomando-as como cativantes objeto/problema de investigação ao historiador. Em suas investigações, os historiadores se preocupam em rastrear a cidade em seu processo de mudanças, transformações, destruições e as ações de seus moradores para conferir-lhes sentidos.

<sup>18</sup> PAULA, João A. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 56.

traçado ortogonal com amplas avenidas, organização do espaço em zonas concêntricas do mesmo modo como se organizara a sociedade e o poder, ou seja, a segregação espacial e econômica imperavam, também a tentativa de criação de um espaço uniforme, higienizado, homogêneo e previsível.

As cidades do cerrado mineiro também lutaram por fazerem-se conhecidas e elevarem seu grau de civilização com a adoção de inúmeras estratégias. Em Uberabinha, conforme discutido no capítulo anterior, as medidas de modernização se acentuaram a partir da segunda década e, à medida que eram implementadas, esboçava-se o ideal do cidadão uberabinhense.

Na documentação produzida pelos memorialistas, a população uberabinhense é apresentada como ativa, laboriosa, inteligente, de bons hábitos e costumes (morigerada). Tais adjetivos seriam instituintes da índole do povo e, por sua vez, constituíam os pressupostos para prosseguir “avante, sem vacilações e sem desfalecimentos”, para fazer “brilhantes os dias que o futuro lhe reserva”<sup>19</sup>. Os primeiros a chegar ao território, em meados do século XIX, são denominados pioneiros, de caráter desbravador e, como herdeiros desses homens, os uberabinhenses deveriam honrar suas origens laboriosas. Do nativo uberabinhense esperava-se o envolvimento com as questões que pudessem acelerar a marcha da cidade, o desempenho de práticas civilizadas e de bom gosto, o empenho no trabalho e a negação da ociosidade.

Na pena dos memorialistas, o típico uberabinhense são os membros da elite, das famílias tradicionais e os ricos comerciantes, exemplares no trato, na vivência e no trabalho. Outros grupos sociais, como os moradores das zonas periféricas e os trabalhadores, não aparecem como sujeitos, sob o termo genérico “povo” dos são agregados em uma mesma designação, destituindo-os de suas singularidades, porém guardando os princípios que formariam a índole projetada.

Junto ao nativo, o elemento estrangeiro é saudado como cooperador no trabalho de engrandecimento da terra. Capri, em especial, destaca a colônia italiana, elencando os nomes de imigrantes que, residindo na cidade, construíram fortuna ou possuíam relevância social e política. São lembrados o cônego Pedro Pezzuti, os negociantes Ângelo Zoccoli e Francisco Gambardella e o engenheiro-construtor Cipriano Del Fávero. Na cidade havia vários imigrantes, no entanto a ênfase nos italianos é justificada por representarem a alma do povo

---

<sup>19</sup> PEZZUTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922. CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola*. São Paulo: Andrade e Dia Ed., 1916.

latino, “o dissimulador da civilização”.<sup>20</sup> Outro imigrante, o industrial Salvador Melazzo, construiu, na cidade, a fábrica de tecidos, empregando grande número de funcionários que fixaram residência nas imediações. Ao industrial é imputada a fundação da primeira vila operária, nos terrenos acima da estação ferroviária, como mais uma etapa de expansão do sítio urbano.<sup>21</sup> É notável que a expectativa a respeito do estrangeiro, especialmente o europeu, era de que o mesmo detivesse os princípios da civilidade, uma vez que, no imaginário corrente no Brasil, seu continente era considerado superior, onde os avanços tecno-científicos e as inovações culturais principiavam e, daí, espalhavam-se pelo mundo. Por isso, o estrangeiro que aportasse à cidade, trazendo em sua bagagem riquezas ou disposto a investir, era prontamente aceito.

Mas quem era o nativo? Se a origem da cidade se remete aos geralistas de outras regiões, é impropriedade falarmos em nativo uberabinhense. Os homens e mulheres que formaram Uberabinha foram, em seu princípio, forasteiros em terra estranha; atraídos por vários incentivos – familiares ou político-administrativos – buscavam nova oportunidade de construir sua história. Aos poucos, essa população criou laços e apegou-se ao território, criando vínculos de pertencimento; assim os filhos dos primeiros entrantes, aqueles nascidos na nova terra, são considerados os nativos e agregavam elementos identitários de seus progenitores e dos diferentes moradores e vizinhos de diversas procedências. No início do século XX, a maioria dos moradores havia nascido em Uberabinha, como fazem crer os registros de batismo;<sup>22</sup> o que fortalecia a construção identitária do uberabinhense.

A terra pertence aos nascidos nela e, por assim acreditarem, eles requeriam a prerrogativa de privilégio por entenderem que, como herdeiros dos pioneiros, deveriam dirigir os rumos da cidade. Ser uberabinhense extrapolava o fato de ter nascido no município, pressupunha ter incorporado os ideais de cidade progressista. A identidade uberabinhense pode ser entendida como um amálgama, caracterizado pelo apego à terra, pela crença no progresso, pela valorização da civilização e pela esperança de um futuro inaudito. Por outro lado, a inserção de outros que partilhassem desses ideais não estava vedada.

Entretanto, o forasteiro que não se ajustasse aos ideais correntes logo era criticado, sendo persistente a desconfiança dos moradores mais antigos de Uberabinha com a maioria daqueles que aportavam à cidade. Em algumas oportunidades, os conflitos, no interior da

---

<sup>20</sup> CAPRI, R. “A colônia italiana em Uberabinha”. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. pp. 43-45.

<sup>21</sup> ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Pavan, 1938.

<sup>22</sup> PEZZUTI, P. Município de Uberabinha. Op. Cit. CUNHA, Antonio & SALAZAR, Aparecida. *Nossos pais nos contaram: história da igreja em Uberlândia*. 1818 – 1989. Uberlândia: Edufu, 1989.

urbe, foram atribuídos aos “intrusos” ou às “sugestões vindas de fora”.<sup>23</sup> Na imprensa, também se encontram algumas referências negativas aos estrangeiros. O editor de *O Corisco* se ressentia de que os cargos públicos mais proeminentes eram ocupados por estrangeiros e aponta que os filhos da terra eram preteridos. Além disso, o jornal acusa os forasteiros de denegrirem a imagem da cidade com atos de violência e vandalismo, visto que, afirma, os nativos não eram dados a esses tipos de atos.<sup>24</sup> Subjaz às críticas certo temor de ver o morador adventício se destacar e ocupar espaços que o natural julgava ser seu de direito; daí o ressentimento e a desqualificação do outro.

Na construção identitária, o cidadão uberabinhense aparecia articulado às práticas civilizadas e continuamente lutava por manter-se harmonizado com as inovações em todos os campos, sendo possível sentir-se moderno, semelhante aos habitantes de cidades maiores como o Rio de Janeiro ou mesmo a capital parisiense.

Parecer-se civilizado foi, desde cedo, preocupação a ser demonstrada nos diversos espaços e circunstâncias. A civilidade deveria transparecer no comportamento, nos modos de vida e de dar forma a realidade, evitando qualquer lacuna que a colocasse em dúvida. Durante os preparativos para inauguração da energia elétrica, a cidade foi ornamentada e várias recomendações foram feitas a fim de causar boa impressão aos visitantes, “promovendo a limpeza e o embelezamento”, evitando conflitos e balbúrdia, mantendo a boa ordem e a fama de “indole pacata e ordeira da população”. Passado o evento, os elogios foram inúmeros, aos esforços da Câmara Municipal e de particulares que custearam as obras e a todos que compareceram à solenidade e se portaram de modo digno, saudando com “indiscriptível entusiasmo, calorosos vivas e estrondosas salvas de palmas”, o avanço que a cidade alcançara.<sup>25</sup>

As recomendações à população eram modos de ensiná-la a desempenhar os papéis esperados e introjetá-los. Processo demorado, uma vez que, na massa documental aqui utilizada, por várias vezes, encontrei queixas de os moradores serem morosos no acatamento das normas dos Códigos de Postura; viverem de modo dissoluto, sem repararem nas regras de bom convívio ou de higiene, como “uma dama bonita e fina cujos pés vivem em petição de miséria.”<sup>26</sup> Em outras ocasiões, o lento processo de educação da população alcançava alguns êxitos dignos de nota na imprensa que os tratava como virtudes da “gente educada e civilizada”.

---

<sup>23</sup> PEZZUTI, P. Op. Cit.

<sup>24</sup> *O Corisco*. Uberabinha. n. 69, 01 ago. 1920. Anno II.

<sup>25</sup> *O Progresso*. Uberabinha. n. 116, 19 dez. 1909 e n. 117, 02 jan. 1910. Anno II.

<sup>26</sup> *A Tribuna*. Uberabinha. n. 326, 12 ab. 1926, Anno VIII.

Os filhos da elite estudavam em outras cidades, porque, como visto em páginas anteriores, Uberabinha não dispunha de escolas de ensino secundário e superior. Após o período de formação, muitos retornavam e manifestavam seus saudosos sentimentos, comparando Uberabinha a outros centros civilizados e modernos, com a vantagem de essa não possuir o burburinho dos carros e do comércio, como escreveu um desses filhos:

Meus bons tempos em Uberabinha! – Tanta saudade sinto, que me custa vencer a tentação do regresso. (...) Nada como nossa encantadora terrinha. (...) Estás ahi tão perto da civilização como no Rio, S. Paulo, Buenos Ayres ou Paris. – Sem o zum-zum da congestão commercial, acompanhas o cyclo das idéas, avistando até os últimos meandros a senda “ou le monde marche”.<sup>27</sup>

Ainda que uma observação mais acurada das condições materiais da cidade e de seus moradores revelasse inúmeras contradições, parte dos habitantes, especialmente aqueles pertencentes à elite local, acreditava que Uberabinha era mesmo um expoente em meio às demais, sendo que tal condição parecia ser imanente, como sugere o editor de um dos periódicos locais:

Nós venceremos! Venceremos porque somos bons. Venceremos porque nos ampara o concurso desse povo ordeiro e ultra dedicado de que se compõe a população de Uberabinha, que tem a felicidade de conquistar os melhores elementos que vêm para estas bandas do nosso glorioso Estado.<sup>28</sup>

O iluminismo no século XVIII projetou moldar o ser humano, fazer o homem perfeito, para que esse controlasse seu destino, exorcizando o passado e a ignorância. O homem visto pelas Luzes, como refere Vovelle é “honnête homme”, versado nas letras e na filosofia, participante de uma visão racional de mundo.<sup>29</sup>

Sendo a civilização um processo de contínuo refinamento, os ideais de homem universal não findaram no período de esplendor iluminista. Atravessaram o tempo, sendo reformulados consoante os novos desejos; e um padrão de cidadão para o mundo considerado moderno e civilizado é notório no final do século XIX e início do XX. O excerto de *A Tribuna* é parte da descrição da solenidade de inauguração da Santa Casa de Misericórdia em que o redator se anima com o evento, resultado de esforços de diversos grupos e que, naquele momento, representava um dos hospitais mais modernos da região. Ao afirmar “venceremos porque somos bons”, ele equipara os moradores da pequena Uberabinha aos indivíduos ditos civilizados no mundo ocidental. A certeza de vitória se ampara nos elementos que constituem

<sup>27</sup> “Cartas íntimas”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 106, 25 set. 1921. Anno III.

<sup>28</sup> *A Tribuna*. Uberabinha. n. 262, 28 set. 1924. Anno VI.

<sup>29</sup> VOVELLE, Michel (org) *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1992.

a cidade e aqueles que nela afluem e somam o propósito. As condições reais poderiam até ser limitadas, porém a cidade e seus habitantes, acreditava o redator, detinham atributos que faziam crer no discurso do progresso. A sentença redigida na primeira pessoa do plural indica o lugar social em que é pronunciada. Possivelmente o “nós” oculto não se refere a toda a população, mas ao grupo social dominante, representado no redator. Implicitamente, parece indicar que a solenidade de inauguração é apenas uma das muitas realizações de que se julga capaz de executar para fazer destacar a cidade.

A certeza da vitória em ter notoriedade no estado mineiro é explicada pelos fatores naturais e humanos disponíveis; especialmente os últimos são, homoganeamente, chamados “povo” que têm sentido genérico e garantem o relevo que a cidade adquiriu na região. O povo referido é uma espécie de entidade etérea, um agregado coletivo que persegue os mesmos objetivos:

“O factor primordial da grandeza de um povo é sua indole activa o próprio instinto estimulado para a desenvolução. O povo que é emprehendedor, alentado pelo temperamento da masculinidade creadora, não permanece nunca na trazeira das grandes realizações. Ao contrario na relatividade dos seus meios, mostra sempre o maximo da sua possibilidade, erigindo-se um exemplo de commettimentos. Não ha espírito, por nebuloso que seja, que não se convença, com a tesura da sentença, da maneira effectivamente arrogante como Uberabinha se desatreia da especie de marcha-ré em que muitas localidades do Triangulo Mineiro se vêem embaraçadas, trastejando na defficiencia de um systema dinamico positivamente opilado. Tudo aqui lateja com vontade productora, abotoando a vida com manifestações múltiplas de actividade. O povo tem um feitio todo seu: é realmente uberabinhense, tanto assim que Uberabinha prospera de verdade! Ha harmonia de vista onde existe harmonia de acção. Apparelham-se os accessorios, para o movimento combinado da machina geradora. Consorciou-se, aqui, a tendencia característica de uma gente com o programma de uma administração inteirada, e é isso que patenteia á admiração de todos a efficacia do trabalho associado a uma política de emprehendimentos. A cidade encanta, positivamente. No Triangulo Mineiro, Uberabinha tem que ser admittida, por força do destino, como a cidade maxima da região. Quando mais não seja, a isso impelle a lei da relatividade. (...) Tudo, emfim, são manifestações de vida, cheia, vibrando em tudo o calor nobre do querer, para a dianteira dos factos consumados.”<sup>30</sup>

Reforçando o que se denomina índole, o povo é saudado como responsável pela “arrogância” de Uberabinha, qual seja, o que o autor considera a liderança como “facto consumado”, devido à sua laboriosa atividade de modernização da cidade. O reconhecimento das limitações dos recursos não foi entrave ao avanço, porque havia “harmonia de acção”. E aliado à tendência progressista de seu povo, o empreendedorismo da administração política

<sup>30</sup> MELLO, Robespierre. “De relance... Uberabinha ‘Da 'no Gotto’ – cidade portento – cidade sem casas – leis que compellem – leis que estimulam”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 343, 23 set. 1926. Anno IX.

que, juntos, quiseram e fizeram de Uberabinha, “a cidade maxima da região”. O povo evocado não é identificado, antes é a circunstância que homogeneíza o vocabulário, sem identificar quem são os sujeitos que constituem essa categoria, aparentemente supra-racional. Do modo exposto, a identidade uberabinhense é suficiente para explicar a liderança da cidade, seu povo difere dos habitantes de outras.

A altivez do redator desafia os leitores e, se consideramos o título “De relance...” podemos sugerir que sua visão sobre a cidade é superficial, sem atentar para os conflitos e limitações que permeavam as relações sociais no espaço urbano. A descrição da identidade de seu povo visa a agregar os vários sentimentos para um exercício de auto-reconhecimento e pertencimento e, como construção social, a identidade uberabinhense poderia ser aprendida e introjetada, ampliando o elenco daqueles que acreditavam em seu crescimento. Ao realçar Uberabinha frente a outras cidades do Triângulo Mineiro, desqualificando-as, a estratégia é reafirmar o processo de modernização implantado e torná-lo crível.

O sentimento de pertencimento ao lugar impulsionou inúmeras práticas que foram configurando um panorama considerado urbano e, em ato contínuo, desdobrando novas ações que, cada vez mais, enchessem os uberabinhenses de orgulho e prazer com a terra. Além dos textos, um dos meios, para mostrar à posteridade os feitos e as etapas de uma trajetória que se queria vencedora, foi a fotografia. A observação das fotografias da cidade, no período aqui privilegiado, tem muito a revelar sobre as representações do espaço que acreditava ia se tornando moderno.

## 4.2 Retratos Emoldurados pela Modernidade



**Fotografia 1** – Uberabinha –Anos 1920 (ArPU, *Coleção Osvaldo Naghetini* )

Pela observação da imagem acima, depreende-se que, na imensidão do cerrado, ergue-se um espaço construído, marcado por construções diversas, dentre as quais se destacam três de dois andares, predominando os prédios comerciais conforme dá a perceber pela fachada e as duas portas frontais. Uma rua de traçado curvo “esconde” seu fim, não permitindo que se veja para onde se dirige o automóvel. Em meio às construções, há várias árvores que, pelo viço de suas copas, poderíamos pensar ser primavera. Assim foi retratada Uberabinha, na década de 1920, em tomada panorâmica de ângulo aberto.

No referido período, Uberabinha ganhava importância na região, com o desenvolvimento de atividades comerciais e do processo de urbanização e modernização do espaço urbano. Vagarosamente sua paisagem ia se modificando, sendo mais sensível no perímetro aqui enfocado. Não obstante, sua imagem urbana não diferia substancialmente de outras cidades da região do Triângulo Mineiro que, também, estavam em fase de modernização.



**Fotografia 2** – Uberaba – início da década 1930 (APU)



**Fotografia 3** – Araguari – 1925 – (MAMERI, Abdala)

A vista de Uberaba, a partir da Praça Rui Barbosa e suas palmeiras imperiais – plantadas anos antes, para substituir as espécies arbóreas do cerrado –, circundada por vários prédios comerciais de vistosa fachada. No centro, o traçado retilíneo da Rua Municipal, onde circulam alguns automóveis, leva à estação ferroviária. Ao fundo, alguns prédios se destacam: o fórum; as torres da Igreja São Domingos, construída em pedra tapiocanga; a nuance do prédio do Grupo Escolar Brasil. O sítio urbano se expandira e, até onde a vista alcança, há

sinais de ocupação humana. E, conquanto a cidade não detivesse o significado político e econômico de outrora, era a mais urbanizada da região, animada pela movimentação do capital pecuário do zebu. Em Araguari, a imagem apresenta contrastes, as construções de aparência mais requintada, uma delas de dois andares, convivem com outras em estilo mais rústico, mais simples; notam-se, também, vestígios do processo de modernização, a higienização, a iluminação pública, a área de circulação da bem cuidada praça. Ao fundo, é visível o início da expansão do sítio urbano, com poucas edificações em meio à vegetação do cerrado. Os recursos e os migrantes atraídos pela ferrovia Goiás auxiliavam nas modificações do espaço araguarino.

Mas detenho-me na imagem de Uberabinha. Os elementos constituintes da fotografia não podem ser tomados como ilustração e como aponta Kossoy, ela é um resíduo do passado, “informa sobre o mundo e a vida, porém em sua expressão e estética próprias.”<sup>31</sup> A fotografia não substitui a realidade, é um fragmento congelado dela e criação de um testemunho; ela documenta a visão de mundo do fotógrafo imerso no imaginário social de sua época.

E, como documento, durante muito tempo, a fotografia foi preterida em favor das fontes textuais, consideradas mais confiáveis. A revolução documental ampliou o conceito de documento e abriu novas possibilidades de trabalho para o historiador, pois, como ensina Marc Bloch: “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”<sup>32</sup> Assim como as fontes textuais são representações do real, as fontes visuais o são e tão polissêmicas quanto aquelas.

Dentre as fontes visuais, a fotografia é um documento que reúne um inventário de informações a respeito do fragmento de realidade/espaço/tempo registrado e, concomitantemente, desencadeia sentimentos. É um registro interessado, resultado da combinação de um tema, da ação de um fotógrafo e de recursos tecnológicos para recortar o tempo e o espaço e congelá-los, e seu uso possibilita compreender mais profundamente o universo simbólico que se exprime em atitudes. A imagem não é imanente, é produzida historicamente e abriga múltiplas significações, ambigüidade e fluidez.<sup>33</sup> Reveladora da

---

<sup>31</sup> KOSOY, Boris. *Fotografia e História*. (1988) 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.153

<sup>32</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. (1944) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 79.

<sup>33</sup> FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam. (orgs) *Desafios da Imagem*. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998. SAMAIN, Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

exterioridade, desafia o historiador a compreender os elementos ausentes, a traçar os fios da vida, fragmentados nas diversas imagens.

Fruto de um trabalho social de produção sógnica, “as imagens são históricas, dependem das variáveis técnicas e estéticas do contexto histórico que as produziram e das diferentes visões de mundo que concorrem no jogo das relações sociais”<sup>34</sup>, e, como suporte material de uma imagem, na fotografia há mais do que os olhos podem ver; além de sua materialidade como documento, ela é monumento que busca perenizar uma determinada representação de mundo. Ao congelar um fragmento da realidade, nele estão expressas as percepções de uma época, os discursos de seus autores e dos grupos envolvidos, como é o caso das imagens fotográficas de Uberabinha.<sup>35</sup>

A imagem, inserida no princípio, retrata a região considerada central em Uberabinha, sentido sul, e enuncia as condições da urbe. Ao mesmo tempo em que enfoca a região, sua materialidade não é visualizada com nitidez; o telhado das edificações domina o foco. Por outro lado, o tamanho das construções é inspirador para considerar a função social e econômica de seus proprietários. No primeiro plano, lado direito (Detalhe A), observam-se dois grandes telhados e fachadas mais altas que as das residências; provavelmente, grandes casas comerciais, as pequenas janelas da terceira construção do lado de direito corroboram a hipótese.



**Fotografia 1 – Detalhe A**

A posse da terra, nessa área, exigia que o proprietário detivesse certo grau de riqueza para o pagamento dos impostos e para atender às prerrogativas da administração municipal, preocupada em manter uma boa estética. No perímetro abrangido pela fotografia, contam-se 15 edificações com fachadas mais altas, ao estilo de casas comerciais, algumas delas de maior amplitude, outras menores; havendo, também, uma casa comercial na rua

<sup>34</sup> MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em <http://www.historia.uff.br/labhoi/>. Acesso em 17/08/2008.

<sup>35</sup> O volume de fotografias produzidas sobre a cidade é significativo. Os acervos do Arquivo Público de Uberlândia e do Centro de Documentação em História da Universidade de Uberlândia somam aproximadamente dez mil fotografias de diversos períodos. Catalogadas, organizadas e identificadas em coleções segundo os produtores ou doadores, os acervos estão disponíveis para consulta e reprodução. Para a presente análise, foram selecionadas 70 fotografias e dessas 14 são analisadas, privilegiando aquelas que indicassem as transformações no espaço urbano.

paralela. O comércio local se concentrava na Avenida Afonso Pena que terminava defronte à estação da Cia Mogiana, ao norte. Via já calçada por paralelepípedos, nela se concentrava a sociabilidade durante os finais de semana e, sem registro de transeuntes, leva a acreditar que a movimentação na cidade estava morosa, somente nas proximidades da praça da Liberdade e do Paço Municipal enxerga-se o trânsito de um veículo. Pela lei 235/1920, proibiu-se o trânsito pela dita praça, salvo fosse dirigir-se ao Paço Municipal; o que provavelmente inibiu a circulação naquelas imediações.

No segundo plano da fotografia, lado direito (Detalhe B): o edifício de dois andares, sede da Cia Força e Luz, ladeado por duas outras vistosas edificações e, mais ao fundo, as torres da igreja matriz. Do lado esquerdo, há diversas construções residenciais e instalações de iluminação pública. Região de expansão do sítio urbano e pela proximidade do centro, as habitações não parecem ser dos trabalhadores e sim de pessoas de relativas posses.



**Fotografia 1 – Detalhe B**

Dentre as edificações, chama a atenção a construção de uma torre. (Detalhe C) De propriedade de Ângelo Naghetini, um comerciante e fotógrafo que, ao construir seu palacete, ergueu a torre para que essa funcionasse como espécie de mirante da paisagem da cidade. Em uma época em que as construções de dois andares eram poucas e denotavam o poderio econômico do proprietário, possivelmente a residência possuía um considerável significado no imaginário dos uberabinhenses que circulavam em suas proximidades.



**Fotografia 1 – Detalhe C**

O urbano predomina na imagem, no entanto o mundo rural também está presente. Fechando o foco, nas laterais, (Detalhe D) não se vislumbram os espaços desabitados, porém, ao fundo, o horizonte evoca a proximidade com o cerrado e o aglomerado de árvores, no canto inferior direito, parece apontar a existência de uma chácara na zona central.



**Fotografia 1** – Detalhe D

De acordo com Kossoy, a fotografia “traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente”<sup>36</sup> e, na imagem de Uberabinha, são ressaltados os aspectos que fortalecessem o discurso de cidade progressista. A visão de mundo dos grupos sociais dominantes é compartilhada pelo fotógrafo que, em sua lente, evidencia-a, privilegiando parte do sítio central da urbe. A fotografia revela apenas a aparência, o contexto que a gerou e o pensamento nela embutido não estão visíveis. Aparentemente a imagem mostra uma cidade de bela arquitetura e que dispõe de uma estrutura comercial. Penetrando em seu âmago, infere-se uma intenção de poder. A estética comprovaria a modernidade e a civilidade locais, fortaleceria o desejo de ser a cidade-líder na região.

Ao congelar o fragmento de realidade, criou-se uma nova, imutável, que, no entanto, comporta diferentes interpretações. O foco escolhido não é casual, escolheu-se um trecho do espaço urbano, que supostamente não expressa contradições. Sobre tal trecho, há várias tomadas visuais. Embora as imagens sejam de coleções diferentes, avento a possibilidade de que o autor seja o mesmo da primeira aqui analisada.<sup>37</sup> Posicionado na sacada do prédio do comerciante Naghetini, como indica o bloco de concreto no primeiro plano, o fotógrafo produziu a imagem na mesma época da primeira, como evidenciam alguns elementos coincidentes: a arborização de aparência relativamente recente pela dimensão do tronco das árvores, certo cuidado na aparafusagem das copas e do jardim.

<sup>36</sup> KOSSOY, B. *Fotografia e História*. Op. Cit. p. 114.

<sup>37</sup> Não há informações precisas sobre o autor das fotografias, porém o modo como foram realizadas as tomadas são semelhantes. O privilégio da paisagem e a tomada do espaço aberto foram os sinais que fazem pensar serem do mesmo autor.



**Fotografia 4** – Uberabinha – Dec. 1920 (ArPU – *Coleção Roberto Cordeiro*)

O registro privilegia a Praça da Liberdade, o Paço Municipal e seu entorno. Esse era o principal espaço político da cidade, de atrativa aparência estética, arquitetura moderna, higiene e arborização, circundado por vários prédios. É significativo o número de fotografias desse espaço, em diversos ângulos, como se vê nas três selecionadas a seguir.



**Fotografia 5** – Praça da Liberdade - Uberabinha – Dec. 1920 (ArPU – *Coleção Roberto Cordeiro*)



**Fotografia 6** – Coreto da Praça da Liberdade - Uberlândia – Dec. 1920 (CDHIS – *Coleção João Quituba*)



**Fotografia 7** – Praça da Liberdade - Uberlândia – Dec. 1920 (ArPU – *Coleção Roberto Cordeiro*)

O farto registro fotográfico da Praça da Liberdade não se deve apenas à estética. Em seu centro, estava abrigada a sede do poder político local. As discussões e as decisões que poderiam alterar a face da urbe eram realizadas naquele espaço, bem como as acirradas disputas entre *coiós* e *cocões*. Era a principal e mais bem cuidada praça da cidade, local de realização de eventos públicos (festas e barraquinhas, musicais das bandas de música no

coreto, início do *footing* domingueiro), marco da distinção “cidade velha” e “cidade nova”. Observando as diversas tomadas fotográficas, parece não haver construção residencial, predominando as comerciais e penso que a importância do logradouro se acentuou com a construção do prédio da Câmara Municipal.<sup>38</sup>

O foco das imagens é o espaço e o aspecto que este vai adquirindo. Anteriormente, a área da praça fora um cemitério e não ocupava a atenção dos moradores. Ainda que não se possa precisar a data do registro fotográfico abaixo (foto 8), ele enquadra um trecho em obras, antes da construção da praça, e a avenida Afonso Pena, sem calçamento, a aparência é de certo desleixo. Crianças descalças são um indicativo de que, nas proximidades, habitavam pessoas pobres, a carroça parada frente à casa comercial afigura que o abastecimento dependia da tração animal e que o automóvel ainda não cortava as ruas uberabinhenses, como se pode observar pelas marcas no chão de terra batida em que há apenas sinais de rodas carroçáveis.



**Fotografia 8** – Uberlândia – Início do século XX (CDHIS – *Coleção João Quituba*)

Após a construção do Paço Municipal, a região ganhou novo *status*. Ponto de transição entre o “velho” e o “novo”, porque, ao sul, ficavam as ruas estreitas e as marcas dos tempos do arraial. A partir da praça, em direção norte, nascia a nova urbe em traçado

<sup>38</sup> O prédio da Câmara Municipal foi construído em 1917, após desativação do antigo cemitério que funcionara no local até 1898. O espaço foi transformado em jardim e diagnosticou-se a viabilidade de a nova sede do poder político ser ali erguida, em uma edificação magnificente, de acordo com os padrões de construção dos edifícios públicos da *Belle Époque* no Brasil.

retilíneo, ruas amplas e arquitetura moderna. O calçamento das vias centrais, regulamentado pelas leis 207/1918 e 217/1919, foi moldando o espaço de acordo com os princípios urbanísticos e estéticos vigentes e a “cidade velha” foi sendo absorvida pela “cidade nova”. Nas imagens, as construções comerciais localizadas na praça têm dimensão ampla, com várias portas abertas, porém sem sinais de movimentação de consumidores; ao contrário da imagem de anos anteriores, em que se vêem pessoas na calçada e na porta do estabelecimento. A escolha dos fotógrafos em retratar a praça deserta corrobora a assertiva de que o espaço urbano não se dissocia do imaginário e das práticas sociais de seus habitantes. Ao observar as imagens, o espectador se depara com um espaço construído, de estética agradável, ladeado por uma arquitetura moderna, indícios de uma cidade civilizada; em suma, de acordo com o olhar dos fotógrafos, a Praça da Liberdade pode ser compreendida como um signo da modernidade de Uberabinha.

É preciso considerar que, na ocupação do espaço urbano, estão presentes relações de poder. A ausência de pessoas pode estar relacionada ao significado simbólico que a praça adquiriu, lugar das trocas mercantis e da política, atividades desempenhadas por pessoas detentoras de certo cabedal e que exigiam determinados modos e comportamento. E, compartilhando com Gilson Carrijo, o princípio de que as práticas sociais não se desvinculam das representações sociais, antes se interpenetram reciprocamente, as lentes dos fotógrafos congraçam os planos de elevação da cidade à condição de líder regional<sup>39</sup>. As várias fotografias aqui utilizadas apontam que as imediações da praça foram ocupadas por atividades comerciais e por construções residenciais esteticamente melhores, causando a exclusão de alguns grupos sociais. No detalhe da foto 7, os dois senhores que adentram a praça, com expressão descontraída, estão bem vestidos e alinhados, porém aquele que sai, apressadamente, tem aspecto de um trabalhador em serviço (quem sabe, um *chauffeur* uniformizado). Em outra imagem, um homem trajando um terno atravessa o centro da praça.



(Fotografia 7 – Detalhe A)

---

<sup>39</sup> CARRIJO, Gilson. *Fotografia e a invenção do espaço urbano*. Considerações sobre a relação entre estética e política. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado)



(Fotografia 6 – Detalhe A)

Conquanto a Praça da Liberdade tenha recebido considerável atenção dos fotógrafos, à medida que a cidade se expandia no sentido norte, outros espaços também foram fotografados, muitas vezes, como testemunho das transformações que se operavam no interior da urbe. A expansão do sítio foi deslocando várias das atividades do antigo centro para as proximidades da estação ferroviária, e nesse processo de urbanização, intensificado no início da segunda década do século XX, o cenário urbano que se delineava era marcado por contínuo movimento de demolições e construções, de embelezamento: abertura de ruas, edificações, implantação de serviços como abaulamento das vias e a iluminação elétrica. Nesse movimento uma área pública se destacou: a Praça da República.

Área destinada a um jardim público funcionou com campo de futebol durante vários anos, contudo a construção do Grupo Escolar Bueno Brandão, em seu entorno, contribuiu para que ganhasse atenção dos administradores públicos e, a partir daí, ganhasse um tratamento urbanístico e paisagístico para fazê-la espaço de circulação e de lazer<sup>40</sup>.



**Fotografia 9** – Praça da República – Uberlândia – 1915. (ArPU – Coleção Roberto Cordeiro)

<sup>40</sup> REDUCINO, Marileusa. *Uma praça e seu entorno: plasticidades efêmeras do urbano*. Uberlândia – século XX. Universidade Federal de Uberlândia, 2003. (Dissertação de Mestrado)

A fotografia acima apresenta uma típica cidade interiorana do início do século XX. Casas de aspecto simples no primeiro plano, rua sem calçamento, área pública sem estrutura e melhoramento; ao fundo, a ocupação é mais densa e algumas construções se sobressaem às outras. Um trecho da via paralela, Avenida Afonso Pena, fora cascalhada, porém o melhoramento interrompido nas imediações da praça, esta que parece estar em processo de tratamento paisagístico, com arborização recente. A construção de dois andares que se destaca, ao fundo, no canto superior direito, é o prédio do Ginásio de Uberabinha, inaugurado no mesmo período em que, na praça, iniciaram-se as atividades do grupo escolar estadual de educação primária. No grupo escolar, havia uma média de 800 alunos matriculados<sup>41</sup>; o que permite afirmar que a movimentação de pais, alunos e pessoas diversas era intensa naquela região, notadamente nos horários de início e encerramento das aulas. O fluxo de pessoas provavelmente colaborou para acelerar as obras de ajardinamento do logradouro, que foi apelidado de *Praça dos Bambus* devido à quantidade dessa espécie plantada em seu interior. Além das várias construções residenciais no entorno, em 1922, outro prédio público foi inaugurado, o fórum, localizado no canto oposto ao grupo escolar.

Aos poucos, o centro urbano que se concentrava na Praça da Liberdade se expande até a Praça da República. Os principais eventos sociais, culturais, políticos e comerciais ocorriam nesse percurso de cerca de um quilômetro. A pequena extensão é também um indicativo da concentração de poderes e decisões na região.



**Fotografia 10** – Praça da República – Uberabinha – Dec. 1920 (ArPU – Coleção Roberto Cordeiro)

<sup>41</sup> CARVALHO, Carlos Henrique. *República e Imprensa. As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães*. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2004.



**Fotografia 11** – Praça da República – Uberabinha – Dec. 1930(CDHIS – *Coleção João Quituba*)

O traçado das praças aqui retratadas recorta o espaço como indicativos de ligar caminhos, um ponto de encontro para sociabilidade, os bancos convidam para um bate-papo, a arborização desperta a sensibilidade pela admiração do cuidado com o ajardinamento, a observação dos transeuntes, o descanso enquanto o tempo passa vagorosamente. Choay comenta que, na Antiguidade, a praça era o espaço onde se desenrolavam as principais cenas da vida pública; no mundo medieval e na Renascença, formava um todo com os edifícios que a rodeavam e possuía objetivos práticos.<sup>42</sup> E diferentemente desses períodos históricos, na contemporaneidade a praça se esvaziou desses sentidos, tornando-se um espaço fechado, confluência de quatro ruas e marcado pela simetria e proporcionalidade, assumindo papel significativo não somente por proporcionar encontros entre as pessoas, nela outras atividades são desenvolvidas – comércio, lazer, manifestações culturais e políticas; enfim, refere-se à vida pública.

O cuidado com a estética paisagística das praças uberabinhenses extrapolou a preocupação da beleza e adentrou o campo do político, visto que, em seu entorno, concentravam-se edifícios (públicos ou privados) de relevância no imaginário social. Além dos edifícios do grupo escolar e do fórum, na Praça da República, havia outros comerciais, com a circulação de pessoas de diferentes procedências e interesses. Portanto, o antigo campo de futebol do início do século deveria ser cuidado com desvelo e, como afirma Reducino, seu

<sup>42</sup> CHOAY, F. *Urbanismo*. Op. Cit.

futuro foi traçado, “uma nova aparência lhe seria reservada e depois outra e mais outra... todas elas no transcorrer do século XX desvelando, nestas novas roupagens, a vaidade e o anseio pelo novo, pelo belo, pelo moderno e pelo progresso.”<sup>43</sup>

Ao fundo da segunda imagem da Praça da República (foto 11), observa-se o prédio do fórum e infra-estrutura de iluminação subterrânea, calçamento, bancos e canteiros, não há vestígios do quarteirão de terra batida, sem muitos atrativos visuais (foto 10). Passagem quase obrigatória para os alunos do grupo escolar – um deles, uniformizado, a caminho da escola – há indícios de uma renovação no tratamento paisagístico, com a plantação de espécies arbóreas às margens das áreas de passagem e não se observam plantas nativas.

Além das praças, o registro de outros logradouros é testemunho das transformações cidadinas. As fotografias aqui selecionadas são aquelas que privilegiam a região considerada central da cidade e ressaltam aspectos positivos, que confirmam as imagens verbais enunciadas, enquanto aquilo considerado feio ou indigno, é ocultado. Algumas imagens, por sua vez, revelam o aspecto feio na urbe e isso, creio, é proposital. Ao fazer o registro fotográfico de obras nas ruas ou obras em andamento, o fotógrafo, movido por interesses (particulares, de grupos, estéticos, políticos), parece testemunhar o processo de modernização, isto é, o registro de um tempo ou de uma realidade que se deseja abandonar e, simultaneamente, anunciação de um novo tempo em que a modernidade se concretizará.

---

<sup>43</sup> REDUCINO, M. *Uma praça e seu entorno: plasticidades efêmeras do urbano*. Op. Cit. p.100. No período aqui privilegiado, Uberabinha possuía seis praças no circuito denominado central: Largo da Matriz, Largo do Comércio (Dr. Duarte), Liberdade, Dom Pedro II, Independência e República. Em todas elas, são visíveis a preocupação estética e, em seu entorno, concentravam-se as construções de arquitetura mais requintada, prédios comerciais e residenciais, pertencentes a elementos da elite local.



**Fotografia 12** – Avenida Afonso Pena – 1916 (CDHIS – *Coleção João Quituba*)

Ao perenizar as obras de calçamento na Avenida Afonso Pena (1916) (foto 12), o fotógrafo apresenta uma das faces do projeto de modernização em curso em Uberabinha. Seu trabalho não é um discurso particular, integra o discurso dos grupos sociais dominantes, com o qual está afinado. A negatividade da rua em obras e a aparência de desordem são transitórias e, na imagem, há uma latência de futuro, quando o panorama será distinto e o feio será substituído pelo moderno. Assim como não é possível vislumbrar o final da via que se funde ao horizonte, os melhoramentos abririam novas perspectivas para a cidade. O carro, um dos símbolos da modernidade, transita pela rua e a melhoria da via eliminaria os transtornos para sua circulação para que pudesse fazê-lo com tranqüilidade e liberdade. A tomada foi realizada no início da avenida (e também da “cidade nova”), seguindo em direção ao horizonte, chegaria à Praça da República, também em fase de urbanização e tratamento paisagístico, e, em seguida, à estação Mogiana. O infinito da urbe, que não se enxerga ao fundo da fotografia, é vislumbrado nos elementos centrais, assim como o carro segue em direção a um destino determinado, Uberabinha caminhava rumo ao progresso. A presença de trabalhadores também é digna de nota, três silhuetas se destacam na fotografia e possivelmente eram operários que trabalhavam nas obras de calçamento da via. Atuando de diferentes maneiras no interior do espaço urbano (e ao seu redor), de seu trabalho dependiam os planos de transformação e de constituição da cidade ideal, porém, em várias das imagens retratadas, sua presença figura como contingência.

Outro trecho fotografado em seu processo de modernização foi a avenida João Pinheiro, uma das principais vias de acesso ao centro da cidade, após o desembarque na estação ferroviária Mogiana. Em 1914, seu panorama era o seguinte: chão batido, sem calçamento ou abaulamento, postes de energia elétrica ao longo do trecho, construções sem afastamento, com o frontispício diretamente voltado para o público, carros de boi descendo a rua, abarrotados de mercadorias. (foto 13)



**Fotografia 13** – Avenida João Pinheiro – 1914 – Uberabinha (CDHIS – *Coleção João Quituba*)

A avenida é uma das novas vias abertas durante o processo de urbanização, iniciado no final da primeira década. Aos poucos, construções foram compondo a paisagem; enquanto isso, as melhorias eram mais lentas; o que permite compreender as queixas nos jornais, pela poeira durante a estação seca que incomodava transeuntes e moradores. Uma observação mais acurada da fotografia indica que, à medida que aumentava a distância da região central, as construções são mais simples e esparsas, alguns vestígios apontam o princípio de uma transformação, o plantio de mudas arbóreas e seu cercamento na proximidade das casas, espaço reservado à calçada. Na publicação das leis da cidade, encontrei algumas que regulamentavam os melhoramentos dessa via. As leis 233/1920 e 268/1923 autorizavam o nivelamento, o sargeteamento, a colocação dos meios-fios, o abaulamento e mandavam executar o serviço com rapidez.<sup>44</sup> Destituída desses serviços, a avenida tinha uma aparência de descuido; considerada uma das artérias da “cidade nova”

<sup>44</sup> CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Leis 1919 a 1922 e Leis 1923 a 1926. Op. Cit.

necessitava de atenção e, como parte do projeto de modernização, as leis da Câmara colaboraram para a apropriação dessa via como um dos locais preferenciais para construções residenciais da elite local.

Aos poucos, inúmeras construções de maior dimensão e cuidado arquitetônicos foram erguidas ao longo de seu traçado, bem como implementados alguns serviços de tratamento urbanístico, como podemos observar na fotografia abaixo:



**Fotografia 14** – Avenida João Pinheiro – Anos 1920/30 (APU)

Ainda de chão batido, mas com calçadas abauladas, a via atraiu alguns investimentos como o Hotel Central, no canto superior direito, considerado o melhor e mais moderno hotel da cidade naquele tempo. Possuindo um amplo leito de trânsito, um novo projeto paisagístico foi elaborado e, no final da década de 1930, a avenida foi dividida por um canteiro central arborizado, com iluminação subterrânea, calçamento de paralelepípedos e concentração das construções de arquitetura moderna. Nos anos seguintes, após os vários tratamentos paisagísticos, residir nessa avenida veio a ser sinônimo de elegância e indicativo de pertencimento aos grupos mais ricos da cidade.

Nas três fotografias da Avenida João Pinheiro, detecta-se uma transformação não somente paisagística. No lugar das construções de aparência simples, ergueram-se outras de linhas arquitetônicas mais arrojadas, denominadas pela imprensa de “palacetes”; a poeira levantada pelo carro de boi (ou carroça) foi aplacada pelo paralelepípedo para facilitar o

trânsito dos automóveis; enfim, após duas décadas, a avenida se modernizara aos moldes dos anseios dos grupos uberabinhenses que lideravam o processo que envolvia toda a cidade.



**Fotografia 15** – Avenida João Pinheiro – Anos 1940 (CDHIS – *Coleção João Quituba*)

O conjunto de fotografias de Uberlândia aqui selecionadas reporta à instabilidade, à cidade em construção. As imagens do início do século retratam a arquitetura de traços simples, a execução de obras, o desenrolar do cotidiano. Realizadas em ângulo aberto, o foco é o espaço construído. Em algumas delas, transeuntes aparecem, quase que casualmente; em outras, as pessoas compõem a paisagem, trabalhando e em atividades de produção e criação da cidade. A sensação evocada é de efemeridade, a estética cidadina do início do século vai sendo redefinida seja por obras de melhoramento, seja por destruição e (re)construção de novos equipamentos e elementos. Essa insatisfação com as condições do presente, divisando superação, é um dos princípios da idéia de progresso e, ao documentar fotograficamente as transformações no espaço urbano, vai alimentando o imaginário da cidade ideal ou cidade-progresso. Simultaneamente, cria-se um vínculo com o espaço que, ao ser apropriado, é dotado de valor, torna-se *lugar* com o qual os moradores se identificam e se reconhecem.

Ainda que a fotografia materialize uma imagem que já se foi, ela instiga o historiador a ultrapassar o visível e a compreender sua construção. O signo fotográfico reflete a realidade e, ao mesmo tempo, refrata-a, visto que é uma produção de sentidos, resultante de visões particulares, buscando se firmar como dominante. Os vários registros fotográficos daquela considerada a zona central de Uberlândia, é um indicativo de que os grupos sociais

dominantes locais não prescindiam de fotógrafos para documentar seu poder e seu viver na prática de (re)criação do real. Para tais grupos, a referida região tornou-se mais que um espaço construído, era *o lugar* onde se davam as diversas relações e se materializavam seus projetos. Daí a preocupação em modernizá-lo, dotando-o de novos equipamentos.

Sobrevivendo ao desaparecimento do referente que lhe deu origem, a fotografia testemunha um passado superado, uma intenção de futuro e de história. A cena gravada no suporte é irreversível, todavia abriga o oculto, acrescenta, omite e altera dados e significados porque também acolhe representações e práticas imperceptíveis. Sua materialidade, já esmaecida, envolve técnica e estética próprias de seu contexto temporal, seu conteúdo expressa vivências reais. De caráter interpretativo, carrega ambigüidades, visto que a realidade material, recortada no passado, pode conflitar com a realidade de representação, por isso possibilita interpretações diversas. São negativos da história, na acepção de Foot Hardman, que, como tendo foros de verdade, buscam expressar, em *flashes*, seu grau de civilização.<sup>45</sup> Quando o fotógrafo mirou sua objetiva sobre determinado trecho do espaço uberabinhense, suas adjacências fugiram ao enquadramento e outras possibilidades de foco foram preteridas. A imagem que se produziu evoca uma cidade possível, presente ou futura, e como discurso, dialoga com outros.

Nas nuances do processo de construção da “progressista urbe” do Triângulo Mineiro, é perceptível a preocupação em criar condições para que os habitantes usufríssem da modernidade. Os serviços de elaboração urbanística e paisagística de ruas e praças, o requinte na arquitetura, a estética urbana, que, segundo acreditavam os grupos sociais dominantes, facultariam o progresso e a civilidade.

O registro fotográfico de um mesmo espaço em épocas diferentes aponta que, à proporção que mudam as representações, mudam também as práticas sociais e, por conseguinte, a cidade. Nas mudanças visíveis, estão implícitas representações ocultas. O ponto que, em princípio, marcou uma das saídas do pequeno arraial, depois se tornou um lugar lúgubre por abrigar o cemitério; em seguida, centro comercial e político da cidade, que, aos poucos, perdeu seu potencial comercial e resguardou sua importância política. Assim, a praça da Liberdade adquiriu novos contornos físicos e simbólicos, bem como a praça da República, que reunia os moradores para as partidas de futebol, no início do século e, anos mais tarde, abrigou em seus bancos e entre seus canteiros, histórias dos litigantes que acorriam ao fórum, de alunos e de professores do grupo escolar, de consumidores dos pontos

---

<sup>45</sup> FOOT HARDMAN, F. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. (1988) 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

comerciais, dos transeuntes que se dirigiam a outros pontos da cidade. O movimento na Avenida Afonso Pena, via de terra batida, depois cascalhada e, por fim, calçada a paralelepípedos, onde ocorriam as trocas nas casas de comércio de elegantes fachadas, como proclamação do espírito progressista de seus proprietários; ou Avenida João Pinheiro, apropriada como *locus* das residências de arquitetura moderna, onde o automóvel ganhou primazia, quando antes as pesadas rodas dos carros de boi arrastavam as cargas comercializadas.

Nos quadros do que parte dos moradores de Uberabinha considerava modernidade, a estética urbana é alterada para fruir os novos tempos que se abriam. E, em um espaço modernizado e bem cuidado, a expectativa era de que os cidadãos também fossem modernos, ou seja, incorporassem os mores civilizados e se comportassem como tais. Porém, esse ideal não adquiriu forma plena, muitas nódoas manchavam o projeto civilizatório em curso.

### 4.3 Nódoas que embotam a Civilização

Para o interessado em conhecer a trajetória de Uberabinha, ao contato com as fontes impressas, tem-se a sensação de a cidade estar em franca expansão, de possuir moderna estrutura urbana e de a sua população ser culta e afinada aos mores civilizados. Ao considerar que a cidade localiza-se na região do Triângulo Mineiro, que, em princípio do século XX, era uma região pouco habitada, com pequenas vilas e cidades, ligadas por precárias estradas e dispondo de minguados recursos, o curioso pesquisador poderá se espantar com o discurso que emerge de suas fontes. Seria Uberabinha uma exceção dentre as demais? O que a faria distinta? Aparentemente de destino traçado, certa feita, um entusiasmado redator uberabinhense escreveu:

Eu sempre disse daqui que Uberabinha havia de ter nome (mas nome bom) entre as cidades importantes do nosso Estado. Eu sempre disse... Voltemos à Uberabinha. Ella vae ser alguma coisa... Alguma coisa mais, fora do comum: ocupar um posto mais elevado nas fileiras e que se alistára como cidade. Não sejamos caturras, nem nos passe pela mente, que um dia, de nós ficasse dependendo tudo quanto esta cidade pudesse ter se prospero e de bom.<sup>46</sup>

Escrito no período em que o processo de urbanização tomava corpo, o texto do entusiasmado redator vaticina o futuro de Uberabinha como cidade singular entre seus pares e destaque no estado mineiro. A ênfase na prosperidade da cidade é apoiada no argumento de

---

<sup>46</sup> . “Momentaneo”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 353, 26 jul. 1914.

que isso já fora predito, desde a emancipação e o “alistamento” na condição de cidade havia projetado uma condição histórica.

O aspecto ufânico e grandiloqüente é recorrente nos discursos *da* e *sobre* a cidade, seja na imprensa, seja nos documentos oficiais como os relatórios do poder executivo, seja nos memorialistas, há uma enunciação discursiva como estratégia de construir uma história positiva. De nuance variada, os discursos uberabinhenses foram produzidos nos embates pelos projetos em curso nos diferentes momentos da trajetória local e, como as disputas no campo político ressoam no lingüístico, devem, por isso, ser pensados em seu processo histórico de constituição.

Do ponto de vista da Lingüística, discurso é a palavra em movimento, é relação e produção de sentido entre locutores. De efeito múltiplo, é enunciado a partir de posições político-sociais específicas e não é possível desvincular as condições de produção dos discursos do contexto histórico-social que lhes confere sentido e plausibilidade.<sup>47</sup> Apresentando suas proposições de análise no campo da História, Chartier alerta para o fato de as estruturas do mundo social serem historicamente produzidas pelas diversas práticas que, articuladas, dão significado ao mundo, podendo compreender que as práticas discursivas são responsáveis pelo ordenamento e divisões.<sup>48</sup> Os sujeitos interagem com o mundo social, que é historicamente determinado e, nessa interação, são produzidos a realidade e os próprios sujeitos de um modo polifônico e polissêmico. As vozes que enunciam os discursos se alternam de acordo com as posições que seus sujeitos ocupam no corpo social, ou seja, seus significados não são imanentes, dependem das condições em que são produzidos. Os discursos uberabinhenses não são destituídos de intencionalidade e, em todo tempo, os moradores ao (re)criarem práticas que, a seu modo, materializavam a cidade-progresso, elaboravam construções discursivas que as justificassem e/ou as acelerassem.

E sendo a experiência irredutível ao mero discurso, o desafio para o historiador é relacionar a construção discursiva do social e a construção social dos discursos, conforme defende Chartier.<sup>49</sup> Por isso, ao recuperar a fabricação do urbano em Uberabinha não é possível desvincular os grupos sociais e as práticas (políticas, sociais, discursivas) que utilizam para (re)significar seu mundo social.

---

<sup>47</sup> FERNANDES, Cleudemar. “Lingüística e História: formação e funcionamento discursivos”. In: *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.

<sup>48</sup> CHARTIER, R. *História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.

<sup>49</sup> CHARTIER, R. “A história entre narrativa e conhecimento”. In: *À beira da falésia*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

O arraial de ruas tortuosas e casinhas desalinhadas cedeu lugar a Uberabinha que se queria “alguma coisa”. Já nos tempos de arraial, projetou-se um futuro de “cidade importante” e, diante das condições reais do momento da afirmação em destaque, novas práticas são suscitadas para que o mundo possa ser construído consoante as representações formuladas. E, considerando que um dos princípios da linguagem é a incompletude, no dito do redator de *O Progresso*, está implícito o não-dito. A ênfase “eu sempre disse” parece apontar que havia controvérsias quanto ao futuro de Uberabinha, por isso a recuperação de algo predito. Havendo discordância, vislumbro que havia outras representações circulando entre os moradores e que, por conseguinte, desencadeavam práticas específicas, não necessariamente, pertinentes ao que queriam os grupos sociais dominantes.

Há uma polifonia no artigo do periódico, porque, apoiando o partido *cocão*, dirigente do poder executivo, sua voz é como eco dele. Vê-se que os discursos expressam relações de poder e não são pronunciados solitariamente, são resultado de interação de vozes, não necessariamente afinadas. No que tange à positivação do discurso, acredito que constituiu uma estratégia para validar projetos, convencer a si mesmo e, ao mesmo tempo, silenciar os discordantes. Quaisquer avanços eram motivos de nota e, algumas vezes, apresentados como extraordinários.

“Uberabinha que tem razão de ufanar-se de seu progresso nos três últimos annos; que tem realisado neste curto lapso de tempo os mais arrojados empreendimentos sempre coroados do melhor exito conseguindo até o que a muito parecia impossivel.”<sup>50</sup>

“A 850 metros de altura, uma cidade que possua água, exgottos pelo systema mais aperfeiçoado, luz e força electricas que dariam para os seus habitantes quintuplicados; jardins, passeios pitorescos, palacetes e avenidas, algumas calçadas a paralelepípedos, tudo isso em menos de 10 annos de vida, acreditamos poder orgulhar de seus homens ou do seu aparelho social, mas ou menos, ordeiro e progressista. De sobre esta atitude pittoresca e sadia, podemos dizer que todas as nossas irmãs nos contemplam com admiração como um pequeno agricultor que tivesse sempre a redrar as suas terras pequenas e férteis. Realmente, não somos grandes. Aqui, entretanto, tudo se vae organisando mais ou menos bem.”<sup>51</sup>

Redigidos em períodos diferentes, os textos acima permitem auscultar modos de se pensar a trajetória uberabinhense. O século XX se iniciou trazendo esperanças aos habitantes e, ao final da primeira década, algumas melhorias eram visíveis; o que o redator do primeiro fragmento (1910) qualifica de empreendimentos exitosos. Moderado no entusiasmo, o

<sup>50</sup> “Pedindo sempre”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 165, 10 dez. 1910. Ano III.

<sup>51</sup> “Uberabinha”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 140, 21 maio 1922. Ano III.

segundo excerto (1922) data do período em que o poder político se consolidara nas mãos dos *cocões* e o projeto civilizador se acentuava e seu autor se preocupa em elencar os elementos considerados ilustrativos do progresso. Agora, detenho-me em alguns pontos dos textos, para um exame mais apurado.

O primeiro redator não menciona os fatores que justifiquem sua ufania. Provavelmente a instalação dos serviços de água e iluminação elétrica, a implantação de um plano de urbanização com a expansão do traçado são os fatores de progresso dos quais exulta. No segundo fragmento, o redator descreve os inúmeros elementos que, em sua concepção, demonstram os avanços da cidade, creditando um tempo recente em sua realização. Eis aqui um ponto a ser discutido. No início do século, o espaço urbano de Uberabinha não diferia muito da vila do final do século XIX, daí a menção abstrata aos “êxitos”. Não dispondo de fatores que pudessem aferir os empreendimentos, o autor impressiona os interlocutores, fazendo acreditar na continuidade dos avanços, visto que se o “que parecia impossível” fora alcançado, não restariam dúvidas de que novos tempos se abriam. Outrossim, o progresso é tributado ao tempo recente, como realização dos contemporâneos e como projeção. De semelhante modo, no texto redigido uma década após, essa característica é visível. O elenco de realizações exemplificadoras do estágio progressista é tributado como feito coetâneo e não há referências ao trabalho de personagens de antanho. Segundo o autor, o marco das transformações no espaço urbano data do início da segunda década, esquecendo-se das possíveis vitórias anteriores.

Ao privilegiar o presente constata-se que cada momento vivido é considerado resultado de um acúmulo de práticas que o justificam, e este é prenúncio do que pode ser obtido em futuro próximo. O tom de moderação nas linhas é, também, o reconhecimento de que o ideal não foi alcançado, porém “tudo se vae organizando mais ou menos bem”. Se, no princípio do século, Uberabinha conseguira “êxitos”, anos mais tarde, esses se intensificaram, configurando um panorama digno de orgulho. Em um instante em que os modos de conceber o progresso local eram restritos e se dispunha de poucas condições de efetivação, a afirmação é uma tática de reconhecimento das práticas já realizadas. À medida que ocorrem transformações no seio da cidade, é necessário apontar os feitos para que, na luta de representações, o projeto de cidade-progresso seja legitimado. A metáfora do agricultor cultivando a terra é interessante; em seu ininterrupto trabalho de arar a terra e semear, ele obtém o esperado fruto que, com alegria, colhe em tempo oportuno; assim seria o trabalho dos uberabinhenses.

Quando se iniciava o processo de modernização da cidade, o entusiasmo com as possibilidades de prosperidade da terra ocupava a atenção dos redatores da imprensa e dos discursos que circulavam nas diversas rodas locais. Uma voz recomendou “mais acção e menos palavras”, visto que as condições reais estavam aquém do discurso corrente de “tanta gente que por ali enche a bocca do bonito vocábulo-patriotismo e que toda a hora se proclama desejosa da prosperidade deste torrão fecundo, e amante do progresso”<sup>52</sup>. O comedimento sugerido não impediu a continuidade das publicações de incentivo e saudação ao que acreditava ser o destino da cidade.

O enfático tom de afirmação, presente nas argumentações da imprensa, também é encontrado nos primeiros memorialistas, contemporâneos das primeiras transformações. Contratado para escrever a história do município, Roberto Capri o descreve como adiantado, sendo “brilhantes os dias que o futuro lhe reserva”<sup>53</sup>. Pedro Pezutti, como demonstrado em páginas anteriores, elaborou, a pedido da Câmara Municipal, uma obra para ser a narrativa de fatos e episódios que atestassem sua condição de destaque. A produção dos memorialistas é indicativa das estratégias discursivas para assegurar as representações dos grupos dominantes locais, apresentadas como universais. Falando de um lugar social, a enunciação dos autores tem um sentido específico que se ajusta aquela que é veiculada comumente e contribui com sua permanência na posição de domínio político.

Nas práticas discursivas para justificar os anseios e as transformações, algumas palavras são recorrentes e utilizadas como intrinsecamente positivas, dotadas de sentido unívoco e auto-referentes. A palavra progresso tem lugar de destaque:

A nossa atenção é a luta pelo desenvolvimento do nosso futuroso município, pugnando e mesmo envidando os máximos esforços a que nos seja possível aventar, para que elle não venha em tempo algum invejar aquelles que mais se elevam na senda do progresso.<sup>54</sup>

Uberabinha não é só um logar cujo progresso material se tem desenvolvido por tal forma, a causar admiração a quanto a conheceram annos atraz. O amor á instrução se tem accentuado igualmente de maneira assombrosa.<sup>55</sup>

Abençoada febre de progresso que nos acompanha há annos e há de, certamente, levar Uberabinha a um futuro grandioso, no concerto das demais cidades da terra mineira.<sup>56</sup>

<sup>52</sup> “Progressistas”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 05, 30 jan. 1907.

<sup>53</sup> CAPRI, R. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p. 43.

<sup>54</sup> “A União”. *A Nova Era*. Uberabinha. n. 20, 18 maio 1907. Os grifos são meus.

<sup>55</sup> “Instrução”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 215, 02 dez. 1911.

<sup>56</sup> *Camara Municipal de Uberabinha*. Relatório apresentado pelo presidente e agente executivo João Severiano Rodrigues da Cunha. Exercício de 1916. Typ. Progresso. Uberabinha, 1917.

Em face dos lineamentos traçados, não é difícil prever onde nos levará tão auspicioso surto de progresso.<sup>57</sup>

A constância na utilização do léxico parece fazer crer que, no princípio do século XX, envidavam-se esforços para caminhar na “senda do progresso” e, uma década, a cidade vivia uma “febre de progresso”, isto é, em um momento, ele era um princípio abstrato e em outro não tão distante – uma década –, tornara-se realidade material. Desenvolvida entre o nascimento da imprensa e a Revolução Francesa, a idéia de progresso foi dotada de significado positivo e, ao longo do século XIX, os avanços técnicos e científicos e a disseminação dos princípios liberais fizeram-na parecer o “ídolo do século”<sup>58</sup>, algo indispensável à história dos povos. Produzidos em tempos diferentes, os fragmentos acima apontam o modo como a idéia de progresso estava impregnada no imaginário social e, também, é sinônimo de modernização dos equipamentos urbanos como capazes de garantir a ordem social. Revestido de grande positividade, o desenvolvimento de técnicas redundaria em refinamento de costumes, ou seja, progresso implica civilização (e seus derivativos). E como demonstra Starobinski, “civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações”, visto o primeiro designar um processo que envolve abrandamento de costumes e educação dos espíritos e, também, desenvolvimento industrial e técnico.<sup>59</sup> Por isso, na luta por dotar os moradores de modos mais afeitos aos novos tempos, as duas palavras são tomadas em sentido duplo – material e simbólico –, apropriadas e utilizadas consoante as circunstâncias e os interesses de plantão.

Ao lado de progresso, os léxicos instrução, adiantamento, melhoramento, moderno(a), são lugares-comuns no discurso uberabinhense; muitas vezes, como se fossem sinônimos. Em uma ocasião, durante seu discurso de posse na Câmara Municipal, o agente executivo João Severiano Rodrigues da Cunha expõe sua visão a respeito da educação para o progresso:

“É pelo numero de estabelecimentos de ensino que se avalia o nível de civilização de um povo, o grau de adiantamento de um paiz. Onde se cuida seriamente da instrucção, meus srs., não existe o analfabetismo e, desaparecendo o analfabetismo, radia esplendorosamente a cultura intellectual, supremo bem da humanidade, aspiração universal. O mundo civilisado marcha vertiginosamente, a passos largos e é preciso, é indispensável que nós o acompanhemos, por que, se nos deixarmos ficar,

<sup>57</sup> “Vida municipal”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 266, 26 jun. 1924. Anno V.

<sup>58</sup> LE GOFF, J. “Progresso/Reação”. In: *História e Memória*. (1977). Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003..

<sup>59</sup> STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização*. Ensaios. (1989) Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

fatigados da áspera jornada, seremos fatalmente esmagados pela força dos mais fortes, arrastados pela carreira dos mais poderosos.”<sup>60</sup>

Há certa inflexão no discurso a estimular os ouvintes. A instrução garante civilização e, por conseguinte, adiantamento, leia-se progresso. Este parece ser uma espécie de objetivo supremo – “ídolo do século” – pelo qual todos devem lutar e abrange benefícios materiais e intelectuais. Não perseguir o progresso seria, nas palavras do agente executivo, entregar-se ao atraso e ser absorvido por outros. E, como muitos acreditavam nos potenciais da localidade em fazer-se notória, o estímulo foi adotado como se infere da declaração: “dotada de todos os melhoramentos de uma cidade moderna, Uberabinha oferece aos seus habitantes o conforto que só se encontra nas grandes cidades do paiz.”<sup>61</sup> A grandiloquência do trecho, de 1925, é sinalizadora do modo como os grupos sócio-políticos uberabinhenses olhavam a si mesmos. A modernização da cidade era sinônimo da própria civilidade e apuro intelectual e fazê-la líder entre as demais do Triângulo Mineiro legitimaria sua condição de liderança econômica e o reconhecimento de sua importância política. Ao pronunciar discursos positivos, os grupos sociais, seja pelos periódicos, seja nos documentos oficiais, seja nas reuniões políticas ou sociais, estavam expressando valores por que lutavam e, no objetivo de torná-los verdadeiros, convencer os interlocutores e convencerem-se a si mesmos da viabilidade de efetivação de seus projetos.

No final da década de 1920, quando Uberabinha se torna Uberlândia, a urbe avançara e, como observou o memorialista Pezzuti, “a silhueta material e social [estava] distanciada d’aquelle feitio entristecedor de burgo anachronico”<sup>62</sup> dos tempos do arraial de extensa toponímia. Apesar das diversas transformações ocorridas no espaço urbano, animando grande parte de seus moradores, é possível ultrapassar o aspecto textual e visual e enxergar imperfeições não expressas na beleza da pena, na sutileza das palavras ou nas cores da imagem.

A cidade. Continuamente se remoçando, pelas novas edificações, pontilhando suas ruas, praças ou villas. De quando em quando tomba um pardieiro, fragorosamente, soterrando tradições empíricas e retrogradadas. E, dos escombros ainda poeirentos de calça, surge um prédio moderno ou um bungalow sorridente, attestando patentemente a eterna renovação das cousas. A cidade cresce pelo numero de prédios construídos, melhora pelo aperfeiçoamento de suas condições de conforto e se embelleza na expansão natural do apuramento de seu gosto artístico. Soffre, como é lógico, todas as transformações oriundas de seu dymnamismo, insofregamente collimando

<sup>60</sup> “A posse da Camara”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 242, 08 jun. 1912. Anno V. Os grifos são meus.

<sup>61</sup> “Uberabinha”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 289. 03 maio 1925. Anno VII.

<sup>62</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Op. Cit. p.29.

uma prosperidade consentânea ao seu grau de civilização. Ruas que se pavimentam a paralelepípedos; avenidas margeadas por passeios bem construídos; tudo arranjado, distribuído de tal maneira que o forasteiro, num relance, divisa a preocupação constante e ininterrupta de avançar, de melhorar, é a tradicional e bem conhecida alma uberlandense, modelando o progresso da cidade através das mil manifestações da actividade de seus filhos.<sup>63</sup>

Como é corrente na documentação de Uberabinha/Uberlândia, o relatório apresentado pelo agente executivo, como prestação de contas pelo trabalho executado durante o ano de 1929, apresenta os vários aspectos dos quais, em sua concepção, os moradores da cidade podem se orgulhar, constituindo a “alma uberlandense”. A descrição das transformações da cidade faz entendê-la como devir, que continuamente vai se (re)construindo e aperfeiçoando seu “grau de civilização” e “modelando o progresso”. O ideal de progresso implica insatisfação e busca pela perfeição, algo presente no discurso do agente executivo que espera que a cidade permaneça “continuamente remoçando” e, por conseguinte, aperfeiçoando-se. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os melhoramentos alcançados em Uberlândia são ressaltados, o discurso permite entrever alguns dos problemas existentes no seio da urbe, sendo que um deles dizia respeito às construções em precárias condições de preservação ou construção (os pardieiros), em meio a construções de imponente arquitetura, notadamente, na região central. Eram os “senões da moderna Uberabinha”, como chamou Pezzuti, e trazidos à tona para despertar atenção para sua extinção ou para se comparar com um momento passado já superado e as possibilidades de melhoria.

Nas entrelinhas das afirmações de Uberabinha como cidade-progresso, detectam-se alguns vestígios de que a civilização e seu corolário não foram alcançados em sua plenitude, como desejado. Denúncias de violências e abuso policial, falta de serviços básicos, mendicância, insuficiência de verbas estão presentes no *corpus* documental. Provida de abastecimento de água e esgoto desde o início da segunda década, esses serviços se restringiam à população de maior poder aquisitivo, ao passo que a maioria da população ainda estava destituída deles, como se infere da reclamação abaixo:

“O estado sanitário da nossa cidade deixa muito a desejar. (...) A maioria da população, imprevidente, lança aos quintaes e pateos os resíduos de cosinha, o lixo, as águas de lavagem que entram logo em fermentação, em putrefação, despendendo gases pouco agradáveis e constituindo, por seu estado humido e quente, um ambiente propício da propeação (sic) das moscas e mosquitos. Inda mais: os urubus, atraídos pelo mau cheiro, infestam a cidade, pousando sobre os telhados, sujando-os. Seria de bastante conveniência que

---

<sup>63</sup> *Câmara Municipal de Uberlândia*. Relatório apresentado pelo presidente e agente executivo Octavio Rodrigues da Cunha. Exercício de 1929. Op. Cit.

a Camara destinasse uma carroça para remoção do lixo, e obrigasse os proprietários a depositar-o em vasilhame apropriado donde seria retirado para o vehiculo collector.”<sup>64</sup>

Parte da população não atentava para as normas e convenções civilizadas, nem se importava com as regulamentações dos Códigos de Posturas, ainda que o descumprimento dessas gerasse multas. O problema da coleta do lixo é comum nos periódicos e, em uma das tentativas de convencer os leitores a colaborar e não espalhar resíduos nas portas, ruas e quintais, o jornal *A Tribuna* informa as vias pelas quais passavam os funcionários responsáveis pela coleta e os respectivos dias desse serviço.<sup>65</sup> O espaço que se queria urbano era diferentemente apropriado pelos grupos sociais. Se, de um lado, à elite local interessava a imagem de uma cidade ideal e bela, de outro, havia uma parcela dos moradores despreocupados com esse projeto e que não abandonara muitos dos hábitos tradicionais, herdados do mundo rural. Era comum a criação de animais nos fundos das residências, o uso das cisternas como fonte de água potável (os serviços de encanamento eram caros), o despejo das águas servidas em regos que escorriam para as ruas, o acúmulo de detritos ou materiais de que se utilizavam como esterco ou outro possível reaproveitamento. O agravante consistia no fato de que essas práticas não se restringiam à zona periférica, na região central também ocorriam esses entraves à estética cidadina.

A estética urbana constituía um valor cultivado com apreço; ações que pudessem garantir uma imagem de asseio eram incentivadas e correntemente eram cobradas atitudes contra os descuidos. No registro de uma via próxima à zona central, (foto 16) o fotógrafo captou uma cena destoante do desejado: sem calçamento, a rua parece ter entulho ao longo de seu trecho.

---

<sup>64</sup> “Limpeza publica – o lixo”. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 2, 14 set. 1919.

<sup>65</sup> *A Tribuna*. Uberabinha. n.17, 04 jan. 1920.



**Fotografia 16** – Trecho da R. Silviano Brandão, abaixo do Largo do Rosário – Uberabinha (CDHIS – *Coleção João Quituba*)

O estilo de construção das casas denota a simplicidade e, provavelmente, o não pertencimento à elite local; quem sabe eram ocupadas por trabalhadores no comércio ou pequenos comerciantes. As marcas das intempéries temporais nas paredes como sinal de que o regulamento do Código de Posturas, de pintar as casas a cada dois anos, não estava sendo obedecido.<sup>66</sup> E um detalhe chama a atenção: no telhado da casa, à esquerda da fotografia, a silhueta de uma ave, possivelmente um urubu, atraído pelo mau cheiro dos materiais putrefatos de que se ressentia o redator do jornal *A Tribuna* quando se queixou da coleta do lixo. Embora servida de iluminação pública, passeio e sargeteamto, a rua não aparenta fazer parte do projeto de urbanização e modernização de Uberabinha. A presença da ave de rapina, à espreita para obter restos de alimentos, é prenúncio de que, nas proximidades, as condições de higiene estavam precárias, fato contraditório em uma região que não distava de três locais de marca civilizada e considerável movimento de transeuntes, a Praça da Liberdade, o Largo do Comércio e o Largo do Rosário.

As mudanças que se operavam para organizar o espaço urbano não eliminavam os sinais de um passado, tido como arcaico. O passado resistia e só lentamente as mudanças propostas no presente iam se firmando:

<sup>66</sup> *ESTATUTOS E LEIS DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA. ESTADO DE MINAS.* Art. 46. Op. Cit. 1903.

“Cada dia que passa as ruas da nossa cidade tomam novo e melhor aspecto. (...) Tudo iria bem e em muito boa harmonia esthetica, se não fosse o desleixo de certos proprietários de casas. É commum ver-se, expalhadas aqui, acolá, restos de materiaes de construção, detrictos varios abandonados á rua; montes de terra sobre passeios, enfim, uma porção de cousas que dão m aspecto desagruvel (sic) ás vias publicas. E não é só isso. Muitos passeios estragados, esburacados vêm, de há muito, enfeitando as ruas; outros, que nem ainda podem ter aquelle nome. Os vestigios da antiga cidade ainda abundam por ahi. Os muros feios, tortuosos; taipas antiquadas, portões velhos e indecentes, tudo isso vem attestando uma certa falta de gosto do nosso povo e manchando o estado progressista da cidade com seu aspectto archaico.”<sup>67</sup>

Como pondera o redator, “os vestigios da antiga cidade ainda abundam por ahi” como revelação de que os discursos de adiantamento e elevado “grau de civilização” do uberabinhense não podem ser tomados como uniformes. Seja por razões econômicas, seja por razões políticas, ou qualquer outra, os moradores construía uma urbe de acordo com os parâmetros de seu grupo e, ainda que alguns aspectos desagradassem outros grupos, a realidade que se erguia não era necessariamente a ideal, mas aquela possível, resultado das lutas de representações que se travavam.

À população é imputada a responsabilidade pela estética e organização do espaço urbano. A frustração, na pena do redator, consiste em reconhecer que parte dos moradores não cumpre o papel esperado e mantém práticas indesejáveis, retardando a marcha progressista da cidade. A imprevidência da população era punida com multas que funcionavam como modo autoritário de educar os cidadãos.

A premência por realizar serviços de infra-estrutura urbana exigia significativos valores monetários que a Câmara Municipal argumentava não possuir e, assim, justificando as críticas dos opositores que cobravam medidas para modernizar a cidade. Segundo alegação dos vereadores e do agente executivo, os constantes empréstimos eram insuficientes e a demora dos munícipes em quitar suas dívidas com os cofres municipais travavam a execução de várias obras públicas, inclusive algumas mais simples como abaulamento e sargeteamento, manutenção de jardins e praças.<sup>68</sup>

Ao lado dos problemas com os equipamentos urbanos, havia outros a incomodar os moradores, destacando o aumento da violência, inclusive a policial. Ao fazer a crítica aos principais desafios para o crescimento da cidade, o editor do fugaz *Paranahyba*, escreveu: “Até agora, em Uberabinha, prosperam sem encontrar caminho a desbravar, a jogatina sem

<sup>67</sup> *A Tribuna*. Uberabinha. n. 9, 09 nov. 1919.

<sup>68</sup> CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA. Atas da Camara. Sessões de 15/05/1907, 14/02/1912, 06/11/1913. Relatórios do agente executivo. Exercícios de 1908, 1916, 1919, 1920, 1921. *A Tribuna*. Uberabinha. n. 118, 18 dez. 1921; n. 146, 02 jul. 1922. *Triangulo Mineiro*. Uberabinha. 1926. Números diversos.

freio, a vadiagem, o ódio político, a intriga, a bajulação velhaca.”<sup>69</sup> Dominado pelo partido conservador, o *cocão*, o poder político esteve em suas mãos durante os trinta primeiros anos do século XX. E, contando com o domínio político, seus partidários agiam sem muita preocupação com a legalidade, vistos nos abusos da autoridade policial, no acobertamento de tentativas de assassinato, nas jogatinas nos salões, na conivência com atitudes desonestas dos aliados. O acompanhamento de matérias na imprensa demonstra algumas dessas situações. O maior jornal em circulação na década de 1920, *A Tribuna*<sup>70</sup>, embora se declarasse semanário independente, apoiava a maioria das ações dos *cocões*, que por sua vez criou o jornal *Triângulo Mineiro* para expor seus posicionamentos e projetos. Em contrapartida, o partido *coió* criou *A Reação* para responder às críticas e atacar os situacionistas. São diversas as matérias publicadas em que há a descrição de situações de violência; em uma delas, relata-se que uma família inteira foi vítima de abusos dos policiais que entraram em sua propriedade e espancaram adultos e crianças sem razão aparente<sup>71</sup>. Anos antes, sendo publicadas muitas notícias a respeito de roubos, espancamentos e outras formas de violência, o delegado de polícia enviou uma carta à redação, “sugerindo” encerrar aquele tipo de publicação, porque assustava a população e o destacamento estava recebendo reforços para garantir a segurança pública.<sup>72</sup>

A constante reivindicação por instalação de indústrias na área do município, utilizada como justificativa para impulsionar o progresso, viu-se transformar, algumas vezes, em novos problemas. As indústrias de beneficiamento de arroz eram comuns na cidade, havendo também charqueadas e produção de banha. Especialmente, a poeira e o farelo expelidos pelas máquinas de arroz causaram várias queixas para garantir a higiene e a salubridade públicas, visto que o amontoado dos resíduos, quando apodrecido, causava mal cheiro, atraía insetos e poderia causar problemas de saúde.<sup>73</sup>

Na maioria das vezes em que a documentação faz referência à cidade, não designa um lugar geográfico, mas um modo de vida considerado civilizado e moderno. Por isso, a implantação dos equipamentos urbanos é tomada como parte de um projeto de investimento na modernização e não como princípio de atendimento às necessidades da população, para solucionar problemas relativos à higiene pública, por exemplo. Em uma pequena cidade do

<sup>69</sup> “Sal amargo”. *Paranahyba*. Uberabinha. n. 9, 22 nov. 1914.

<sup>70</sup> Após o surgimento do jornal *A Tribuna*, em 1919, é ele quem mais menciona os problemas enfrentados no espaço urbano de Uberabinha. Como situação e sendo freqüentes seus relatos positivos das ações da Câmara, acredito que, ao apontar os problemas, sua intenção não era denegrir a imagem dos *cocões*, mas suscitar solução para validar os planos de cidade-progresso.

<sup>71</sup> *O Alarme*. Uberabinha. n. 10, 03 fev. 1924.

<sup>72</sup> *O Progresso*. Uberabinha. n. 194, 01 jul. 1911. Anno III.

<sup>73</sup> “Indústrias em Uberabinha”. *O Progresso*. Uberabinha. n. 257, 21 set. 1912. Anno VI.

interior, onde os personalismos comandavam decisões políticas e direcionavam as práticas, a luta pelo progresso foi a tônica central dos grupos sociais dominantes, que ansiavam vê-la destaque entre as demais da região do Triângulo Mineiro.

A adesão ao progresso criaria uma identidade que distinguiria os uberabinhenses e a contínua reafirmação dessa premissa faria críveis as representações formuladas, ensejando novas práticas. Buscar as contradições no discurso e na imagem do progresso uberabinhense pressupôs o exercício de vasculhar brechas na documentação, extrapolando a aparência para descortinar que, concomitante à celebração do progresso, ranhuras do arcaísmo e do atraso, que desejavam ocultar, estavam presentes e, contrariando os interesses, vez ou outra, saltavam aos olhos.

Ao findar a década, a cidade idealizada pelos grupos políticos ainda não se materializara de modo pleno, mas os mesmos grupos acreditavam que as condições para que a “marcha do progresso” não se detivesse estavam implementadas; o urbano como modo de representação se tornara dominante como marca indelével do uberabinhense/uberlandense.

## CONSIDERAÇÕES

Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro. (...) No atlas do seu império, ó Grande Khan, devem constar tanto a grande Fedora de pedra quanto as pequenas Fedoras das esferas de vidro. Não porque sejam igualmente reais, mas porque são todas supostas. Uma reúne o que é considerado necessário, mas ainda não o é; as outras, o que se imagina possível e um minuto mais tarde deixa de sê-lo.

Italo Calvino. *As cidades invisíveis*.

Fedora, uma das cidades invisíveis de Italo Calvino, é uma metáfora da modernidade, aqui entendida como percepção de superação do passado, marcada pela transitoriedade e nascida em meados do século XVI, adquiriu feições de um processo que acarretou mudanças sociais, políticas e culturais. Semelhante a modernidade, Fedora muda vertiginosamente. A cada momento que se imagina como ideal, novos anseios são incorporados e aquilo que se tem no presente torna-se insatisfatório – ou mesmo ultrapassado. Ela não é, assim como a modernidade necessita parecer ser para continuar sua busca por tornar-se ideal.

A fugacidade e a incompletude, a busca pelo progresso e pelas inovações técnicas e científicas são facetas, pelas quais modernidade e modernização são aproximadas e, freqüentemente, tomadas como sinônimas. A atitude mental da primeira impulsiona a realização da segunda, isto é, o processo de racionalização traria modificações não somente na sociedade como também no campo da cultura, nos modos de representar o mundo.

Resguardadas as proporções ficcionais, essa metáfora é útil para compreender o processo de fabricação do urbano em Uberabinha, empreendido pelas elites, que ao efetivar inúmeras práticas para configurar o espaço da cidade e, também, dotá-lo de equipamentos, acreditava estar viabilizando a modernidade nas terras do extremo oeste mineiro e teria o progresso como decorrência “natural”. Por isso, a cada obra executada, a cada lei ou resolução regulamentada, a cada imagem retratada pelas lentes de um fotógrafo, a cada entrada do trem ou dos caminhões e a cada discurso na Câmara ou nas páginas dos periódicos se vislumbra o entusiasmo de fazê-la “cidade ideal”, porém inacabada; a transitoriedade do moderno indica

que sempre há algo a ser alcançado, de forma a superar as condições existentes até o momento.

A representação de “cidade ideal” ou cidade-progresso foi acreditada e compartilhada entre os grupos sociais e ensejou inúmeras práticas para sua concretização. Não obstante, embora as contradições e conflitos pululassem no interior da pequena urbe, a maioria de seus moradores a via como real e por ela ia definindo sua identidade e construindo seu mundo social.

Nas três primeiras décadas do século XX a maioria das cidades do Triângulo Mineiro era pequena, de aspecto sertanejo, escassa população que, em sua maioria, residia no campo, poucos recursos econômicos e irrelevante significado político no conjunto do estado de Minas Gerais. Por esse tempo, no Brasil, estavam em curso processos de civilização, impregnados dos valores liberais, que pareciam querer materializar o lema da bandeira nacional – ordem e progresso – vistos em diversos projetos de urbanização e higienização, na posituação do trabalho, no incentivo à industrialização e outros espalhados em diversas partes do país. Nas terras do cerrado mineiro, diferentes grupos sociais, cada um à sua maneira, apropriou-se das idéias vinculadas à modernização e civilização, lutando por validar suas concepções e seus projetos como dominantes.

Uberaba, que na segunda metade do século XIX se tornou rota de passagem para outras regiões, firmou-se como entreposto comercial e com a inauguração da ferrovia tornou-se a principal cidade da região. Porém, foi perdendo importância econômica, ainda que se mantivesse como centro urbano mais influente dentre seus pares. O anseio por modernização se acentuou em Araguari com a chegada da ferrovia que possibilitou o contato de seus moradores, em zona de fronteira, com novas idéias e práticas que chegavam com os viajantes e imigrantes oriundos de outras regiões. É oportuno salientar que no imaginário dos grupos sociais triangulinos, modernidade e modernização, civilização e civilidade são conceitos tomados como equivalentes, indicando não apenas mudanças nos modos de viver que superavam o passado, também implicavam transformações no espaço e adoção de equipamentos técnico-científicos para melhorar (e facilitar) a vida dos cidadãos.

Quando o geralista João Pereira da Rocha tomou posse das terras e iniciou o povoamento que viria a tornar-se Uberabinha, não poderia prever que o povoado seria, um século depois, a terceira cidade mais importante do antigo Sertão da Farinha Podre. À medida que os grupos sociais foram se constituindo, formularam projetos, esforçaram-se para concretizá-los e, aos poucos, foram instaurando em seu espaço, o que Bresciani denominou “possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa

presença dramatizada em espetáculo”.<sup>1</sup> Acompanhando a trajetória de Uberabinha, é possível perceber que a cidade estava cindida em dois principais grupos políticos que disputavam entre si a proeminência e decisão sobre os rumos da localidade. Entre eles, havia muitas dissensões na disputa pela ordenação da estrutura social. Houve momentos que se aproximaram na tentativa de obter êxitos mútuos, todavia nesse processo, outros grupos foram excluídos e suas (abafadas) vozes são perceptíveis em alguns artigos da imprensa, nas queixas e reclames por serviços, nas denúncias de abusos políticos.

Nos embates entre os grupos da elite uberabinhense, mecanismos diversos foram utilizados a fim de demonstrar a viabilidade de um projeto e a falibilidade dos oponentes: a legislação regulamentadora, o incentivo à educação, a exposição de idéias nas páginas dos periódicos. O projeto vencedor, de traços liberais, incluía a formação de um cidadão educado, refinado e progressista para habitar uma cidade moderna, provida de equipamentos, também modernos, vistos no ordenamento do espaço urbano, na arquitetura imponente, nas amplas e arborizadas ruas e praças, no sistema de transporte rodo-ferroviário, nas casas comerciais e bancárias, nos locais de lazer e sociabilidade como o teatro e o cinema e no traje elegante de damas e cavalheiros que freqüentavam os salões de festa. Em seu tempo, o memorialista Pezzuti descreve Uberabinha como “uma cidade de bastante conforto, quer na habitação, quer na locomoção, quer na convivência social”<sup>2</sup> e sua afirmação é um eco da voz do grupo político dominante. No entanto, a asserção é questionável porque, embora quisesse acompanhar as tendências de outros centros urbanos, Uberabinha possuía sérios conflitos internos que travavam sua inserção no dito mundo moderno. A modernidade é carregada de ambigüidades, ao mesmo tempo em que proporciona a realização de anseios, oferece riscos, por isso, na pequena (e vaidosa urbe), ela se manifestava de modo contraditório, ao passo que alguns a celebravam, outros lutavam por se incluir e outros nem a reconheciam, como se pode depreender das disputas entre os grupos sociais.

A elite uberabinhense demonstrou certa competência na formulação de seu discurso projetivo que, ao se materializar e transformar a cidade, colaborou para que seus moradores introjetassem aspectos de seu enunciado. É certo que como campo de tensão, na cidade continuamente os grupos sociais lutaram por sobrepor-se uns aos outros e, com isso, firmar uma imagem da cidade que fosse, também, a imagem de si. O projeto que buscou construir a modernidade, a civilidade e o progresso em Uberabinha possuiu traços arcaizantes,

---

<sup>1</sup> BRESCIANI, Maria Stella. “Cidade e história”. In: OLIVEIRA, Lúcia. L. (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 30.

<sup>2</sup> PEZZUTI, P. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922. p.29.

pois, liderado pela elite local, contribuiu para sua permanência no poder político e manteve as estruturas tradicionais. Quando Uberabinha se tornou Uberlândia significou, para o grupo vencedor, a culminância de um processo de construção de cidade moderna que, a despeito das nódoas que havia em seu interior, permitiria alçá-la além fronteiras regionais.

Desde o ápice das Luzes, a cidade fascina como possibilidade de melhoramento e desenvolvimento das capacidades inventivas do homem. No Brasil, a criação de cidades está respaldada no decreto lei 311, de 1938 que, segundo critérios administrativos, estabelece que toda sede de município é cidade.<sup>3</sup> Com essa legislação, o Brasil é o país que possui o maior número de cidades e permite a existência de situações esdrúxulas como o fato de encontrar na mesma unidade da federação, a maior e a menor cidade do país, São Paulo (capital) com quase 11 milhões de habitantes e Borá que, segundo a mais recente estimativa populacional, possui 834 moradores.<sup>4</sup> As diferenças entre essas duas cidades são abissais, não somente na movimentação em seu interior, como também no acesso a bens e serviços disponíveis e, além de considerar que, em um país de dimensões continentais, a maioria das cidades brasileiras tem população inferior a 50.000 habitantes e acentuado vínculo com o mundo rural.

Pensar o urbano no Brasil é um exercício instigante e seu estudo auxilia a compreender não somente sua dinâmica de constituição, assim como as relações e as interações que estabelece(ra)m. Particularmente, o estudo da cidade seduz por possibilitar a recuperação de experiências compartilhadas entre os homens e observar que não há um percurso único de conhecimento, mas um feixe de saberes que se articulam para melhor observar como o espaço urbano foi dotado de significados ao longo do tempo.

A transitoriedade é uma das marcas mais relevantes da cidade moderna, onde a vida e as experiências acontecem em ritmo frenético. Semelhante a Fedora, além da cidade de pedra e concreto, em seu interior, há outras e sua transformação pode significar o simulacro do vir a ser. Aquela que parte de seus moradores, desde cedo quis ver moderna, criou mecanismos para exercitar esse desejo. A modernidade uberabinhense foi efetivada pelos conflitos entre os grupos sociais e ainda que algumas vitórias tenham se efetivado, ela era parcial, um projeto a ser continuamente (re)construído, porque, vez ou outra, o passado arcaizante, insidiosamente, espreitava além de suas fronteiras, latente. E ao construir códigos de pertencimento, valores e modos que não se atêm a racionalidade, foi possível conhecer

---

<sup>3</sup> VEIGA, José Eli. "Nem tudo é urbano". In: *Ciência e Cultura*. Temas e Tendências: Cidades. v.56 n.2. São Paulo: SBPC. Abr./jun. 2004. pp. 26-29.

<sup>4</sup> Conforme estatísticas do IBGE, no Brasil há 5.564 cidades (não incluído o Distrito Federal), sendo que a maior concentração delas está na região nordeste (1.793 municípios) e a maior densidade populacional na região sudeste. [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP\\_2008\\_TCU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP_2008_TCU.pdf). Acesso em 22/12/2008.

como as percepções do mundo social produziram estratégias e práticas para legitimar as escolhas e condutas que buscaram descrever Uberabinha tal como parte de seus moradores pensava ser ou como gostaria que fosse, e engendraram sensibilidades que ainda hoje marcam Uberlândia.

Exercitando o ofício de historiador, a presente tese se insere na produção da historiografia que pensa a cidade como espaço onde as vivências de seus moradores se entrecruzam e (re)constroem-na. É da vida que pulsa nas ruelas, logradouros, prédios e demais espaços de Uberabinha que quis dar conta, ciente de que muitas facetas não foram contempladas. Aprendi que nesse ofício há inquietações, ambigüidades, incertezas, confrontos e que esses são inerentes para alguém que, “por trás dos grandes vestígios da paisagem, por trás dos escritos aparentemente insípidos”,<sup>5</sup> busca capturar os homens e recuperar as representações que moveram suas práticas no ato de (re)significação de suas vidas, pois, como lembrou Bloch, a tarefa do historiador é apreender o que é vivo.

---

<sup>5</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História*. (1944) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.54.

## FONTES

### Fontes locais e regionais

#### 1. Arquivo Público de Araguari – Dr. Calil Porto

##### ➤ PERIÓDICOS

Título	Período
<i>Araguary</i>	1901
<i>O Sport</i> . Folha humorística, litteraria, sportiva e noticiosa	1910
<i>Diário de Araguari</i> – Folha Matutina	1919
<i>O Americano</i>	1923
<i>Gazeta do Triângulo</i> . Ano XXIV	1960
<i>Botija Parda</i>	1981

##### ➤ OUTROS

*Boletim Político* – Araguari, 25 de setembro de 1922

Lei n.271, de 3 de novembro de 1923. Regulamento das construções, reconstruções e demolições de obras na cidade de Araguari.

Livro de Contratos de Obras Públicas (1916 – 1946)

#### 2. Arquivo Público de Uberaba

##### ➤ PERIÓDICOS

Título do Periódico	Período
<i>Gazeta de Uberaba</i>	1889
<i>O Sorriso</i>	1911
<i>Via Láctea</i>	1917
<i>Revista de Uberaba</i>	1904

##### ➤ OUTROS

*ALMANAK UBERABENSE*. Uberaba. (1894, 1895, 1907,1911)

*CÂMARA MUNICIPAL – PODER LEGISLATIVO*. Atas da Câmara Municipal de Uberaba (1896 a 1929)

Fotografias do Espaço Urbano

#### 3. Arquivo Público de Uberlândia

##### ➤ PERIÓDICOS

- ✓ *ACIUB em Revista*. Edição Comemorativa de 50 anos. Uberlândia: Ed. Sabe, 1983.
- ✓ *Coleção Jornal A Tribuna* (07/09/1919 a 24/11/1929)

✓ *Coleção Jerônimo Arantes*

Título do Periódico	Período
<i>A Nova Era</i>	1907
<i>O Progresso</i>	1907 – 1914
<i>O Commercio</i>	1915 – 1916
<i>O Binoculo</i>	1916
<i>A Noticia</i>	1918 – 1919
<i>O Corisco</i>	1920
<i>O Alarme</i>	1923 – 1924
<i>Triangulo Mineiro</i>	1926
<i>A Tribuna</i>	1919 – 1929

➤ FOTOGRAFIAS

- *Coleção Jerônimo Arantes*
- *Coleção Osvaldo Naghetini*
- *Coleção Roberto Cordeiro*

➤ OUTROS

*ALMANACK DE UBERABINHA*. Uberabinha, Kosmo, 1911. ano I. 231p.

*ALMANACK DE UBERABINHA*. Uberabinha, Kosmo, 1912. ano II. 184p.

*CÂMARA MUNICIPAL – PODER LEGISLATIVO*. Uberlândia. Atas da Câmara Municipal realizadas de 1892 a 1929. Arquivo Público Municipal.

*CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Leis nº 32 a 220 (1903-1919). Uberabinha, Typ. Popular, 1919. 203p.

*CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Leis de nº 221 a 267 (1919-1922) Uberabinha, Livraria Kosmos, 1923. 75p.

*CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Leis de nº 268 a 363. (1925-1926). Uberabinha, Livraria Kosmos, 1926. 189p.

*CODIGO MUNICIPAL DA CAMARA MUNICIPAL DE UBERABINHA*. Posturas e Regimen Tributario. Uberabinha: Typ. Progresso, 1913. 145

*ESTATUTOS E LEIS DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE UBERABINHA. ESTADO DE MINAS*. Uberaba: Typ. Livraria Seculo XX, 1903. 137p.

*PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Saudade tem história*. 1818 – 1910. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos/Secretaria Municipal de Cultura/Secretaria Municipal de Educação. s/d

Relatórios apresentados pelo presidente e agente executivo à Câmara Municipal de Uberabinha. Exercícios de 1914 a 1920 e 1929. Typ. Livraria Kosmos.

#### 4. Arquivo Público Mineiro

Fundo Assembléia Legislativa Provincial. Série Documentação Interna. Sub-série Vigésima sétima legislatura (1888-1889). Projetos de lei e resoluções.

#### 5. CDHIS – UFU

*Coleção Roberto Carneiro*. Vol II. Documentos diversos. Abaixo assinado para elevação à freguesia (1857). CDHIS/UFU.

Fotografias: *Coleção João Quituba*

#### 6. Livros

COUTINHO, Pedro. *Uberaba. Matriz do Brasil Central*. Arquivo Público de Uberaba. s.d.

CUNHA, Antonio & SALAZAR, Aparecida. *Nossos pais nos contaram: história da igreja em Uberlândia*. 1818 – 1989. Uberlândia: Edufu, 1989.

JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX<sup>o</sup> século*. Rio de Janeiro: Ed. Gomes, Irmão e Co., 1911.

NABUT, Jorge Alberto.(org) *Desemboque: Documentário Histórico e Cultural*. Uberaba: Arquivo Público, 1986.

#### 7. Memorialistas

ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Pavan, 1938.

\_\_\_\_\_. *Monografia de Uberlândia*. Rio de Janeiro: Universal Publicidad, 1957.

\_\_\_\_\_. *Como fizeram Uberabinha*. Uberlândia: 1972

\_\_\_\_\_. *Memórias históricas de Uberlândia*. 2<sup>a</sup> ed. Uberlândia: Zardo, 1982.

\_\_\_\_\_. *Álbum da Câmara Municipal de Uberlândia*. Uberlândia: Zardo, 1980.

\_\_\_\_\_. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: Edufu, 2003.

BILHARINHO, Guido. *Uberaba. Dois séculos de História* (dos antecedentes a 1929). v. 1. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

CAPRI, Roberto. *Município de Uberabinha – Physico, economico, administrativo e suas riquezas naturaes e agricola*. São Paulo: Andrade e Dia Ed., 1916.

\_\_\_\_\_. *Minas Geraes e seus municipios*. São Paulo: Pavan, 1916.

CARNEIRO, Ceres de Alvim. *Lágrima Comprida*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960.

CHAVES, Camilo. *Caiapônia*. Romance da terra e do homem do Brasil Central. 2. ed. Belo Horizonte: Santa Maria, 1943.

FILHO, Salazar Pêsoa. *Uberabinha x Uberlândia* - Duas histórias ainda não contadas aos meus benevolos leitores. Uberlândia: Tip. Manhães. Setembro/1968.

MAMERI, Abdala. *Pelos caminhos da História*. Pessoas, coisas e fatos de Araguari. Araguari: Artgraf, 1988.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

PEZZUTTI, Pedro. *Município de Uberabinha*. Uberabinha: Typ. Livraria Kosmos, 1922.

PONTES, Hildebrando. *Historia de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro; Vitória Artes Gráficas Ltda., 1970.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: história, fatos e homens*. v.1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triangulo Mineiro nos Oitocentos*. Séculos XVIII e XIX. Uberaba: Intergraf Editora, 2001.

## REFERÊNCIAS

### História de Minas Gerais e cidades do Triângulo Mineiro

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História e Perspectivas*. n. 4. Uberlândia: EDUFU, 1991. pp.79-102.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. (Tese de doutorado em História).

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes. *Vila de Campanha da Princesa*. Urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798 – 1840). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. (Tese de doutorado em História).

BATISTA, Sheille Soares de Freitas. *Buscando a cidade, construindo viveres: relações entre campo e cidade*. Uberlândia: UFU, 2003. (Mestrado em História)

BORGES, Jhony Oliveira. *As ruralidades do Fundão: origens, valores sócio culturais e representações comunitárias no município de Araguari – MG*. Uberlândia: UFU, 2006 (Mestrado em Geografia).

BOSI, Antônio de Pádua. *Constituição do espaço urbano e conflito social*. Uberabinha/MG (1888 a 1922). Niterói: UFF, 2002. (Tese de doutorado em História)

\_\_\_\_\_. “História e historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos 1912 a 1922”. In: *Tempo da Ciência* (12) 24:17-34, 2º semestre 2005. Disponível em e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/444/359. Acesso em 10/03/2007.

BRITO, Diogo S. & WARPECHOWSKI, Eduardo. (orgs) *Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: Edufu, 2008.

CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: considerações sobre a relação entre estética e política*. Uberlândia: UFU, 2002. (Dissertação de Mestrado)

CARVALHO, Carlos Henrique. *República e Imprensa*. As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2004.

CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano*. Uberabinha/MG (1890-1930). Uberlândia: UFU, 2003. (Mestrado em História)

DANTAS, Sandra M. *Veredas do progresso em tons altissonantes*. Uberlândia: UFU, 2001. (Mestrado em História)

FERNANDES, Vanusa Alves V. *Cultura e relações de trabalho na fazenda Santa Cruz - município de Araguari - MG (1985 - 2005)* Uberlândia: UFU, 2005 (Mestrado em História).

FONSECA, Cláudia D. “Funções, Hierarquias e Privilégios Urbanos. A concessão de títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. n. 29. Belo Horizonte: Depto de História da FAFICH/UFMG, 2003. pp.39-51.

GATTI Jr. Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs) *História da Educação em Perspectiva*. Ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados/Uberlândia: Edufu, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Agricultura e política agrícola na década de 70: a cafeicultura em Araguari, MG*. Unicamp, 1983. (Tese de doutorado em História)

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. In: *História e Perspectivas*. n. 4. Uberlândia: EDUFU, 1991. pp.7-35.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950 – 1980)*. Uberlândia: UFU, 2002. (Mestrado em História)

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas*. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750 – 1861). Uberlândia: Edufu, 2005.

\_\_\_\_\_. *Das fronteiras do império ao coração da República*. O território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP, 2007. (Tese de doutorado em Geografia Humana)

MACHADO, Maria Clara T. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia - 1965 a 1980*. São Paulo: USP, 1990. (Mestrado em História)

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande*. História de Minas, roubada do povo. Belo Horizonte: Gazeta Maçônica, 1995.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

MESQUITA, Adailson P. & SILVA, Hermiton Q. *As linhas do tecido urbano*. O sistema de transporte e a evolução urbana de Uberlândia/MG. Uberlândia: Roma, 2006.

NAVES, Maria Consuelo & RIOS, Gilma Maria. *Araguari: cem anos de dados e fatos*. Araguari: Fundação Educacional e Cultural de Araguari/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari/Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

PAULA, João Antonio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RAMOS, Geovana Lourdes. *Entre trilhos e trilhas: vivências, cotidiano e intervenções na cidade – Uberlândia/ MG – 1970-2006*. Uberlândia: UFU, 2007. (Mestrado em História)

REZENDE, Eliane M. M. *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Goiânia: ICHL/UFG, 1983 (Mestrado em História).

RIOS, Gilma Maria. *Mulheres “modernas”, mulheres “perigosas”*: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG (1940-1960). Brasília: UnB, 2005. (Tese de doutorado em História).

RODRIGUES, Jane de Fátima. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924 – 1964*. São Paulo: USP, 1989. (Mestrado em História)

SALGUEIRO, Heliana Angotti. “Apontamentos para um estudo de arquitetura regional: o ecletismo do zebu em Uberaba”. In: *Estudos*. Revista da Universidade Católica de Goiás. v.11, n.3/4. Jul/dez de 1984. pp.207-224.

SILVA, Heladir Josefina S. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890 – 1920)*. Franca: Unesp/FHDSS, 1998 (Mestrado em História).

SILVA, Marcelo S. *A lei e a (des)ordem: criminalidade e prática da justiça na comarca de Uberaba, MG – 1890 – 1920*. Franca: Unesp/FHDSS, 2004. (Mestrado em História).

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado - Imagens e Representações no Triângulo Mineiro*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de doutorado em Geografia Humana).

SOUSA, Maria Núbia Martins & LIMA, Sandra Cristina Fagundes. *Pesquisa referente à história de Uberlândia no período compreendido entre o século XVIII e o ano de 1908*. Prefeitura de Uberlândia. Secretaria Municipal de Cultura. Divisão de Memória e Patrimônio Histórico. Museu Municipal de Uberlândia. Setembro/1997.

TEMER, Sérgio Batista. *Idéias Urbanísticas – Uberlândia: de Uberabinha a “Curitiba” do Cerrado*. Campinas: PUC, 2001. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)

## Referências Gerais

ALVES, Paulo. “Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes”. In: *Fontes Históricas*. Abordagens e Métodos. Assis: Unesp, 1996.

AMADO, Janaína. “Região, sertão, nação” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf).

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o Signo da Imagem: A Produção de Fotografias e o Controle dos Códigos de Representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX*. Niterói: UFF, 1990. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/labhoi/>. Acesso em 12/10/2008.

\_\_\_\_\_. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em <http://www.historia.uff.br/labhoi/>. Acesso em 17/08/2008.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

BALANDIER, Georges. *O contorno*. Poder e Modernidade. (1985). Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. (1944) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. “Permanência e ruptura no estudo das cidades” In: *Cidade e História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992. pp. 11-26.

\_\_\_\_\_. “História e historiografia das cidades, um percurso” In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. pp.237-258.

\_\_\_\_\_. (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. & NAXARA, M. (orgs) *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CAMPOS, Raquel Discini de. *A “Princesa do sertão” na modernidade republicana*. Urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. (1989) Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Ensaio Latino-Americanos.)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. (2001) 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004. (Tese de doutoramento).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. "O mundo como representação" [1989] In: *Estudos Avançados*, 11(5). São Paulo: Edusp, 1991. pp.173-191.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia*. A história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise.(org) *O urbanismo: Utopias e realidades*. Uma antologia. (1965). Trad. Dafne N. Rodrigues. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. "Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes". In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, n.17, nov/1998. pp.269-280.

DEFONTAINES, Pierre. "Como se constituiu no Brasil a rede das cidades". (1944) In: *Cidades*. Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos. v.1. n.1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. pp.119-146.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo*. 1554 – 1897. São Paulo: Annablume, 1997.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica*. Memória, identidade e representação. Bauru/SP:Edusc, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. (1939) 2 vol. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*.(1994). 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

FELDMAN-BIANCO, Bela & MOREIRA LEITE, Miriam. (orgs) *Desafios da Imagem*. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998.

FERNANDES, Cleudemar & SANTOS, João Bosco. (orgs) *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.

FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2006.

GINZBURG, Carlo. “Sinais, raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. (1986) São Paulo: Cia das Letras, 1989. pp.143-179.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. (1976) Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GOITIA, Fernando. *Breve história do urbanismo*. (1982) Trad. Emílio Campos Silva. 5. ed. Lisboa: Presença, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (1992). Trad. Tomaz T. Silva, Guacira L. Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARDMAN, Francisco. *Trem-fantasma: a ferrovia Maderia-Mamoré e a modernidade na selva*. (1988) 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Trad. Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas: Papirus, 1998.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (1989). Trad. Adail U. Sobral & Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBBSAWM, E. *A era do capital (1848 – 1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. & RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. (1997) Trad. Celina C. Cavalcante. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1936) 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. Trad. Reginaldo Carmello C. Moraes. São Paulo: Unesp, 1988 (Prismas).

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. (1977). Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. (1988) 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, 1998.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

\_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MESQUITA, Zilá & SILVA, Valéria Pereira. “Lugar e imagem: desvelando significados”. In: *Estudos Históricos*. nº 34. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/389.pdf>. Acessado em 12/10/2008.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.* (1961) Trad. Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAXARA, Márcia Regina C. “A construção da identidade: um momento privilegiado”. In: *Revista Brasileira de História.* v.11, n.23/24. São Paulo: ANPUH, 1991/1992. pp. 181-190

\_\_\_\_\_. *Cientificismo e sensibilidade romântica.* Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Estrangeiro em sua própria terra.* Representações do brasileiro. 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: História e Desafios.* Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ORLANDI, Eni P. (org). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.* Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PAULA, Dilma Andrade. “O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras”. In: *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d’água, 2004. pp.41-67.

PECHMAN, Robert.(Org) *Olhares sobre a cidade.* Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994.

RAMA, Angel. *A cidade das letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade.* São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador.* A idéia de progresso. (1995) Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2000. (Ariadne).

SAMAIN, Etienne. *O fotográfico.* São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

SEIXAS, J., BRESCIANI, M.S., BREPOHL, M. (Orgs) *Razão e paixão na política.* Brasília, UnB, 2002.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. (1902) Trad. Sérgio Marques Reis. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno urbano.* 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1979. pp.11-25.

SOLLER, Maria Angélica & MATOS, Maria Izilda S. (orgs). *A Cidade em debate.* São Paulo: Olho d’Água, 2000.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização.* Ensaios. (1989) Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural.* Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais. (1500 – 1800) Trad. João Roberto Martins Filho. Paulo: Cia das Letras, 1988.

VEIGA, José Eli. “Nem tudo é urbano”. In: *Ciência e Cultura*. Temas e Tendências: Cidades. v.56 n.2. São Paulo: SBPC. Abr./jun. 2004. pp. 26-29. Disponível em [cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf](http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf). Acesso em 20/12/2008.

VOVELLE, Michel.(org) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1992.

WEBER, Beatriz Teixeira. “A organização da urbe: os códigos de postura”. In: *O Mercosul em movimento II*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. (1973) Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

[www.araguari.mg.gov.br](http://www.araguari.mg.gov.br)

[www.brasilimperial.org.br/const1824.htm](http://www.brasilimperial.org.br/const1824.htm).

[www.cmef.com.br/index.htm](http://www.cmef.com.br/index.htm).

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

[www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao)

[www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br)